



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862



Ano CXLIX Nº 122

Brasília - DF, terça-feira, 26 de junho de 2012

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	8
Presidência da República.....	18
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	21
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	21
Ministério da Cultura.....	23
Ministério da Defesa.....	25
Ministério da Educação	26
Ministério da Fazenda.....	32
Ministério da Justiça.....	42
Ministério da Previdência Social.....	48
Ministério da Saúde	48
Ministério das Comunicações.....	54
Ministério de Minas e Energia.....	57
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	67
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	67
Ministério do Esporte.....	67
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	68
Ministério do Trabalho e Emprego.....	68
Ministério dos Transportes	69
Conselho Nacional do Ministério Público.....	71
Ministério Público da União	72
Poder Judiciário.....	81
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais. 117	

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.673, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Ficam criados no quadro do Ministério Público Militar os cargos efetivos constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos a que se refere este artigo ficam condicionados à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária anual para o exercício de 2012.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107		

Art. 2ª As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público da União.

Art. 3ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Márcia Pelegrini
Miriam Belchior

ANEXO I

CARGO	QUANTIDADE
Procurador de Justiça Militar	1
Promotor da Justiça Militar	2
TOTAL	3

LEI Nº 12.674, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, 3 (três) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de Brasília, Distrito Federal, 1 (uma) Vara do Trabalho (22ª);

II - na cidade de Taguatinga, Distrito Federal, 2 (duas) Varas do Trabalho (4ª e 5ª).

Art. 2ª São acrescentados 3 (três) cargos de Juiz do Trabalho ao Quadro de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Art. 3ª A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 4ª São transformadas, sem aumento de despesa, 20 (vinte) funções comissionadas, nível FC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 3 (três) cargos em comissão, nível CJ-03.

Art. 5ª Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região no orçamento geral da União.

Art. 6ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Márcia Pelegrini
Miriam Belchior
Luís Inácio Lucena Adams

LEI Nº 12.675, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Ficam criados, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, os quadros efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas relacionados no Anexo desta Lei, destinados ao Centro Cultural da Justiça Federal.

Art. 2ª Cabe ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região promover os atos necessários à execução desta Lei.

Art. 3ª As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária consignada ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Art. 4ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Márcia Pelegrini
Miriam Belchior
Luís Inácio Lucena Adams

ANEXO

CARGOS EFETIVOS	NÍVEL ESCOLAR	Nº DE CARGOS
Analista Judiciário	Superior	5
Técnico Judiciário	Médio	15
Auxiliar Judiciário	Fundamental	6
TOTAL		26

CARGOS EM COMISSÃO/NÍVEL	Nº DE CARGOS
CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	2
TOTAL	4

FUNÇÃO COMISSIONADA/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
FC-5	8
TOTAL	8

LEI Nº 12.676, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Transforma cargos de Promotor de Justiça Adjunto em cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Ficam transformados 54 (cinquenta e quatro) cargos de Promotor de Justiça Adjunto em 1 (um) cargo de Procurador de Justiça e 50 (cinquenta) cargos de Promotor de Justiça, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sem aumento de despesas.

Art. 2ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Márcia Pelegrini
Miriam Belchior

LEI Nº 12.677, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação para redistribuição às instituições federais de ensino:

I - 19.569 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e nove) cargos de Professor de 3ª Grau, integrantes da Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987;

II - 24.306 (vinte e quatro mil, trezentos e seis) cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008;

III - 27.714 (vinte e sete mil, setecentos e quatorze) cargos de técnicos-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, conforme disposto no Anexo I desta Lei;

IV - 1 (um) cargo de direção - CD-1;

V - 499 (quatrocentos e noventa e nove) cargos de direção - CD-2;

VI - 285 (duzentos e oitenta e cinco) cargos de direção - CD-3;

VII - 823 (oitocentos e vinte e três) cargos de direção - CD-4;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3

Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

VIII - 1.315 (mil, trezentos e quinze) funções gratificadas - FG-1;

IX - 2.414 (duas mil, quatrocentos e quatorze) funções gratificadas - FG-2; e

X - 252 (duzentos e cinquenta e duas) funções gratificadas - FG-3.

§ 1ª Os cargos e funções criados por esta Lei destinam-se às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs, ao Instituto Nacional de Educação de Surdos, ao Instituto Benjamin Constant, às Escolas Técnicas e Colégios de Aplicação vinculados às IFES, aos centros federais de educação tecnológica e ao Colégio Pedro II.

§ 2ª A autorização para o provimento dos cargos efetivos criados por esta Lei, para cada instituição federal de ensino, será escalonada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o cumprimento das metas pactuadas entre o Ministério da Educação e a instituição de ensino, especialmente quanto à relação de alunos por professor em cursos regulares presenciais de educação profissional e tecnológica ou de graduação.

§ 3ª Caberá ao Ministério da Educação definir a distribuição entre as instituições federais de ensino dos cargos de direção e funções gratificadas de que trata esta Lei.

Art. 2ª A implantação de novas unidades de ensino e o provimento dos respectivos cargos e funções gratificadas dependerá da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Os cargos efetivos, os cargos de direção e as funções gratificadas destinadas a novas unidades de ensino serão objeto de nomeação ou designação somente após a expedição de portaria do Ministro de Estado da Educação autorizando o funcionamento da unidade.

Art. 3ª Ficam extintos, no âmbito das IFES e dos IFETs:

I - 2.571 (dois mil, quinhentos e setenta e um) cargos de técnicos-administrativos, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, relacionados no Anexo II desta Lei;

II - 772 (setecentos e setenta e duas) funções gratificadas - FG-6;

III - 1.032 (mil, trinta e duas) funções gratificadas - FG-7;

IV - 195 (cento e noventa e cinco) funções gratificadas - FG-8; e

V - 64 (sessenta e quatro) funções gratificadas - FG-9.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Educação, no prazo de 90 (noventa) dias após a entrada em vigor desta Lei, publicará a discriminação, por instituição federal de ensino, dos cargos e funções gratificadas extintas.

Art. 4ª O § 3º do art. 1º da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1ª
....."

§ 3ª Poderão ser nomeados para cargo de direção ou designados para função gratificada servidores públicos federais da administração direta, autárquica ou fundacional não pertencentes ao quadro permanente da instituição de ensino, respeitado o limite de 10% (dez por cento) do total dos cargos e funções da instituição.

....." (NR)

Art. 5ª O art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1ª
....."

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e

V - Colégio Pedro II.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar." (NR)

Art. 6ª A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4ª-A, 13-A e 13-B:

"Art. 4ª-A. O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e **multicampi**, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior."

"CAPÍTULO II-A
DO COLÉGIO PEDRO II

Art. 13-A. O Colégio Pedro II terá a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 13-B. As unidades escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de **campi** da instituição.

Parágrafo único. A criação de novos **campi** fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação."

Art. 7ª Fica instituída a Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, a ser exercida, exclusivamente, por servidores que desempenhem atividade de coordenação acadêmica de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação **stricto sensu**, regularmente instituídos no âmbito das instituições federais de ensino.

§ 1ª Somente poderão ser designados para FCC titulares de cargos da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

§ 2ª É vedada a percepção de FCC cumulativa com a retribuição de funções gratificadas, cargos de direção ou com qualquer outra forma de retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 8ª Ficam criadas as seguintes Funções Comissionadas de Coordenação de Curso:

I - a partir de 1ª de julho de 2012, destinadas ao Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987: 6.878 (seis mil, oitocentas e setenta e oito); e

II - a partir de 1ª de julho de 2013, destinadas ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008: 9.976 (nove mil, novecentas e setenta e seis).

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre a distribuição das FCCs por instituição federal de ensino.

Art. 9ª O art. 4º da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4ª A remuneração total das funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, das gratificações de representação da Presidência da República, da Vice-Presidência da República e dos órgãos que as integram, das funções gratificadas das instituições federais de ensino, das funções comissionadas de coordenação de curso, das gratificações pela representação de gabinete, da gratificação de representação de função de gabinete militar de que trata a Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, da gratificação temporária de que trata a Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, passa a ser a constante do Anexo III desta Lei." (NR)

Art. 10. O Anexo III da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 11. O provimento dos cargos e a designação para as funções de confiança de que trata esta Lei serão feitos de forma escalonada e condicionada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogados:

I - o Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967;

II - a Lei nº 5.490, de 3 de setembro de 1968;

III - o Decreto-Lei nº 419, de 10 de janeiro de 1969;

IV - o Decreto-Lei nº 530, de 15 de abril de 1969; e

V - a Lei nº 5.758, de 3 de dezembro de 1971.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior



ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO CRIADOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA REDISTRIBUIÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO		
DESCRIÇÃO DOS CARGOS	CLASSE	QUANTITATIVO
ASSISTENTE DE ALUNOS	C	1.300
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	900
AUXILIAR EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	C	70
MARINHEIRO DE MÁQUINAS	C	20
OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	C	120
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D	2.584
DIAGRAMADOR	D	100
MECÂNICO (APOIO MARÍTIMO)	D	30
REVISOR DE TEXTO BRAILLE	D	568
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA	D	1.939
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	D	1.090
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	D	300
TÉCNICO EM ALIMENTOS E LATICÍNIOS	D	287
TÉCNICO EM ARQUIVO	D	478
TÉCNICO EM AUDIOVISUAL	D	300
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	D	418
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	D	150
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	D	100
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	D	368
TÉCNICO EM MECÂNICA	D	100
TÉCNICO EM QUÍMICA	D	100
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	D	20
TÉCNICO EM SECRETARIADO	D	450
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	D	527
TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS	D	2.562
ADMINISTRADOR	E	1.310
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	E	1.428
ARQUITETO E URBANISTA	E	220
ARQUIVISTA	E	369
ASSISTENTE SOCIAL	E	589
ASSISTENTE TÉCNICO EM EMBARCAÇÕES	E	30
AUDITOR	E	564
BIÓLOGO	E	25
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	E	477
COMANDANTE DE LANCHA	E	30
COMANDANTE DE NAVIO	E	20
CONTADOR	E	537
DIRETOR DE ARTES CÊNICAS	E	2
ECONOMISTA	E	109
ENFERMEIRO/ÁREA	E	438
ENFERMEIRO DO TRABALHO	E	177
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	E	115
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	E	307
ENGENHEIRO/ÁREA	E	259
ESTATÍSTICO	E	99
FARMACÊUTICO	E	74
FISIOTERAPEUTA	E	130
FONOAUDIÓLOGO	E	116
JORNALISTA	E	210
MATEMÁTICO	E	10
MÉDICO VETERINÁRIO	E	387
MÉDICO/ÁREA	E	200
MUSEÓLOGO	E	41
NUTRICIONISTA/HABILITAÇÃO	E	428
ODONTÓLOGO	E	110
PEDAGOGO/ÁREA	E	924
PROGRAMADOR VISUAL	E	150
PSICÓLOGO/ÁREA	E	647
PUBLICITÁRIO	E	50
RELAÇÕES PÚBLICAS	E	289
REVISOR DE TEXTO	E	140
SECRETÁRIO-EXECUTIVO	E	378
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	446
TECNÓLOGO EM COOPERATIVISMO	E	100
TECNÓLOGO/FORMAÇÃO	E	808
TERAPEUTA OCUPACIONAL	E	20
ZOOTECNISTA	E	70
TOTAL		27.714

ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO EXTINTOS NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO		
DESCRIÇÃO DE CARGOS	CLASSE	TOTAL
VESTIARISTA	A	46
AUXILIAR RURAL	A	1
ASSISTENTE DE ESTUDOS	A	2
ASSISTENTE DE MONTAGEM	B	1
CONSERVADOR DE PESCADO	B	1
DESENHISTA COPISTA	B	1
PINTOR DE CONSTRUÇÃO CÊNICA E PAINÉIS	B	1
AUXILIAR DE METEOROLOGIA	B	2
ASSISTENTE DE CÂMERA	B	4
OPERADOR DE TELE-IMPRESSORA	B	2
AUXILIAR DE INDÚSTRIA E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS	B	13
ASSISTENTE DE SOM	B	16
AUXILIAR DE ANATOMIA E NECRÓPSIA	B	16
AUXILIAR DE MICROFILMAGEM	B	13
MONTADOR-SOLDADOR	B	16
AUXILIAR DE FARMÁCIA	B	25
ARMADOR	B	35
ATENDENTE DE CONSULTÓRIO-ÁREA	B	118
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	B	239
AUXILIAR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	B	250
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	B	421
AUXILIAR DE AGROPECUÁRIA	B	698
BARQUEIRO	B	1
AUXILIAR DE ARTES GRÁFICAS	B	2
AUXILIAR DE SAÚDE	C	9
ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS	C	1
FOTOGRAVADOR	C	5
IMPOSITOR	C	10
CONTRAMESTRE-OFÍCIO	C	100
OPERADOR DE RÁDIO TELECOMUNICAÇÕES	C	1
OPERADOR DE MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM	C	1
OPERADOR DE CALDEIRA	C	1
SONOPLASTA	C	1
DATILOGRAFO DE TEXTOS GRÁFICOS	C	110
CONFECCIONADOR DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	D	3
DIAGRAMADOR	D	5
EDITOR DE IMAGENS	D	5
DESENHISTA-PROJETISTA	D	50
DESENHISTA TÉCNICO ESPECIALIZADO	D	1
TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	D	1
TÉCNICO EM EQUIPAMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO	D	2
TÉCNICO EM MOVEIS E ESQUADRIAS	D	1
TÉCNICO EM MÚSICA	D	1
TÉCNICO EM TELEFONIA	D	2
TÉCNICO EM ARTES GRÁFICAS	D	7
DESENHISTA DE ARTES GRÁFICAS	D	81
VISITADOR SANITÁRIO	D	2
MESTRE DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA	D	70
COREÓGRAFO	E	1
DECORADOR	E	1
HISTORIADOR	E	1
SOCIÓLOGO	E	2
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	1
ODONTÓLOGO - DL 1445-76	E	171
TOTAL		2.571

ANEXO III

(Anexo III da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007)

"FUNÇÃO GRATIFICADA, GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS ÓRGÃOS QUE A INTEGRAM, GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE, FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, FUNÇÕES COMISSONADAS DE COORDENAÇÃO DE CURSO E GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA PELO EXERCÍCIO NA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

i) FUNÇÃO COMISSONADA DE COORDENAÇÃO DE CURSO

FUNÇÃO COMISSONADA DE COORDENAÇÃO DE CURSO	VALOR (em R\$)
Nível único	770,00

" (NR)

LEI Nº 12.678, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Esta Lei altera os limites do Parque Nacional da Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque

Nacional Matinguari, da Floresta Nacional de Itaituba I, da Floresta Nacional de Itaituba II, da Floresta Nacional do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e faz alterações complementares na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para ajustar normas relativas às operações de crédito rural que especifica.

Art. 2ª O Parque Nacional da Amazônia, localizado nos Municípios de Itaituba e Aveiro, no Estado do Pará, e de Maués, no Estado do Amazonas, criado pelo Decreto nº 73.683, de 19 de fevereiro de 1974, com limites estabelecidos pelo Decreto nº 90.823, de 18 de janeiro de 1985, e pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, passa a ter área total aproximada de 1.070.736 ha, com a seguinte redefinição:

I - os limites da porção leste passam a ser descritos a partir das Cartas Topográficas em escala 1:100.000, MI 649, 650 e 716, editadas pelo Departamento de Engenharia e Comunicações do Comando do Exército, de acordo com o seguinte memorial descritivo: inicia no Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas - c.g.a. 4º28'33"S e 56º16'15"Wgr., localizado na desembocadura do igarapé Tracoá no rio Tapajós, como descrito no Decreto nº 90.823, de 18 de janeiro de 1985; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido igarapé até o Ponto 2, de c.g.a. 4º23'10"S e 56º22'10"Wgr., localizado na desembocadura do igarapé Arixi, na margem esquerda do igarapé Tracoá; deste ponto, segue a montante pela margem direita do igarapé Arixi até o Ponto 3, de c.g.a. 4º21'12"S e 56º23'17"Wgr., localizado na margem direita do igarapé Arixi; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 4, de c.g.a. 4º21'55"S e 56º26'25"Wgr., localizado na confluência de igarapé sem denominação, tributário da margem esquerda do igarapé Tracoá, com

um pequeno afluente de sua margem direita; deste ponto, segue a montante pela margem direita do igarapé sem denominação até o Ponto 5, de c.g.a. 4°19'8"S e 56°26'36"Wgr., localizado na confluência do tributário sem denominação do igarapé Tracoá com um pequeno afluente de sua margem esquerda; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 6, de c.g.a. 4°18'19"S e 56°24'5"Wgr., localizado na margem direita do igarapé Arixí; deste ponto, segue a montante pela margem direita do igarapé Arixí até o Ponto 7, de c.g.a. 4°14'50"S e 56°24'47"Wgr., localizado na confluência de um tributário sem denominação da margem esquerda do igarapé Arixí; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido tributário até o Ponto 8, de c.g.a. 4°8'18"S e 56°22'9"Wgr., localizado em uma de suas nascentes; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 9, de c.g.a. 4°7'45"S e 56°22'29"Wgr., localizado na margem esquerda de igarapé sem denominação, tributário da margem esquerda do rio Mamuru; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido igarapé até o Ponto 10, de c.g.a. 4°0'33"S e 56°17'15"Wgr., localizado em sua desembocadura no rio Mamuru; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do rio Mamuru até o Ponto 11, de c.g.a. 3°58'57"S e 56°16'32"Wgr., localizado na desembocadura de igarapé sem denominação da margem direita do rio Mamuru; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido igarapé sem denominação até o Ponto 12, de c.g.a. 3°59'21"S e 56°13'44"Wgr., localizado na desembocadura de um afluente sem denominação da margem direita do referido igarapé; deste ponto, segue a montante pela margem direita deste afluente até o Ponto 13, de c.g.a. 3°57'53"S e 56°10'33"Wgr., localizado em sua nascente; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 14, de c.g.a. 3°57'23"S e 56°11'27"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 15, de c.g.a. 3°56'8"S e 56°11'30"Wgr., localizado em uma das nascentes de um tributário sem denominação da margem direita do rio Mamuru; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 16, de c.g.a. 3°53'50"S e 56°10'45"Wgr., localizado na sua desembocadura em igarapé sem denominação, afluente da margem direita do rio Mamuru; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido igarapé sem denominação até o Ponto 17, de c.g.a. 3°55'5"S e 56°44'5"Wgr., localizado em uma de suas nascentes; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 18, de c.g.a. 3°54'48"S e 56°4'33"Wgr., localizado em nascente de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 19, de c.g.a. 3°54'7"S e 56°4'23"Wgr., localizado na margem esquerda do mencionado tributário; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 20, de c.g.a. 3°54'6"S e 56°4'13"Wgr., localizado na margem direita de outro tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a montante pela margem direita deste último tributário até o Ponto 21, de c.g.a. 3°54'32"S e 56°3'30"Wgr., localizado na margem direita do referido tributário; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 22, de c.g.a. 3°54'4"S e 56°2'59"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 23, de c.g.a. 3°53'34"S e 56°2'43"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 24, de c.g.a. 3°53'15"S e 56°2'43"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 25, de c.g.a. 3°53'12"S e 56°2'52"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 26, de c.g.a. 3°53'3"S e 56°3'1"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 27, de c.g.a. 3°52'53"S e 56°3'1"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 28, de c.g.a. 3°52'45"S e 56°3'4"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 29, de c.g.a. 3°52'36"S e 56°3'6"Wgr., localizado na margem direita de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem direita do referido tributário até o Ponto 30, de c.g.a. 3°52'31"S e 56°3'16"Wgr., localizado na desembocadura de afluente sem denominação da margem direita do referido tributário; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido afluente até o Ponto 31, de c.g.a. 3°52'53"S e 56°1'38"Wgr., localizado em sua nascente; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 32, de c.g.a. 3°53'53"S e 56°1'37"Wgr., localizado na margem esquerda de tributário sem denominação da margem esquerda do igarapé Piracaná; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 33, de c.g.a. 3°53'58"S e 55°59'58"Wgr., localizado na desembocadura de um afluente sem denominação na margem esquerda do referido tributário; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido afluente até o Ponto 34, de c.g.a. 3°53'24"S e 56°0'1"Wgr., localizado em sua margem direita; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 35, de c.g.a. 3°53'24"S e 56°0'0"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 36, de c.g.a. 3°51'26"S e 56°0'0"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 37, de c.g.a. 3°51'26"S e 55°59'52"Wgr., localizado na margem esquerda de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 38, de c.g.a. 3°44'30"S e 56°0'9"Wgr., localizado na sua desembocadura em outro tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda deste último tributário até o Ponto 39, de c.g.a. 3°44'25"S e 56°0'0"Wgr., localizado em sua margem esquerda; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 40, de c.g.a. 3°42'17"S e 56°0'0"Wgr., localizado na margem direita de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido tributário até o Ponto 41, de c.g.a. 3°42'35"S e 56°1'9"Wgr., referente ao Ponto 16B do Decreto de 13 de fevereiro de 2006, que ampliou o Parque Nacional da Amazônia; e

II - fica excluída da porção sul a área compreendida pelo polígono discriminado pelo seguinte memorial descritivo: inicia-se no ponto denominado AM001, localizado na margem esquerda do rio Tapajós, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=578004.69 m e N=9499257.73 m; daí, segue com azimute de 268°24'08" e a distância de 3.046 m até o Ponto AM002

(E=574960.35 m e N=9499172.11 m); daí, segue com azimute de 223°01'02" e a distância de 1.034 m até o Ponto AM003 (E=574256.24 m e N=9498418.20 m); daí, continua pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o Ponto AM004 (E=510791.27 m e N=9455031.22 m), localizado na margem esquerda do igarapé Montanha; daí, continua a jusante pela margem esquerda do igarapé da Montanha até o Ponto AM005 (E=525695.85 m e N=9453664.10 m), localizado na margem esquerda do rio Tapajós; daí, segue pela margem esquerda do rio Tapajós, na direção de jusante, até o Ponto AM001, início desta descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área aproximada de 18.699,77 ha.

Art. 3º As áreas desafetadas do Parque Nacional da Amazônia em seus limites leste deverão ser destinadas para o estabelecimento de Projetos de Assentamento Sustentáveis, a serem criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Art. 4º O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e o Incra procederão à demarcação dos limites leste do Parque Nacional da Amazônia.

Art. 5º Ficam redefinidos os limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, localizados nos Municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas, Colniza, no Estado de Mato Grosso, e Machadinho d'Oeste, no Estado de Rondônia, criado pelo Decreto de 21 de junho de 2006, que passa a ter uma área aproximada de 961.320 ha, com os limites a seguir descritos, referenciados pelo DATUM Sirgas 2000: inicia no Ponto P-001, de coordenadas geográficas aproximadas - c.g.a. 60°53'37.77"W e 7°41'55.47"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação, na margem direita do rio Roosevelt; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-002, de c.g.a. 60°53'30.63"W e 7°44'35.05"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-003, de c.g.a. 60°52'48.83"W e 7°44'44.02"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé Bela Vista; segue a jusante pela margem direita desse curso d'água até o Ponto P-004, de c.g.a. 60°50'19.28"W e 7°42'0.92"S, localizado em sua confluência com o igarapé Bela Vista; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé até o Ponto P-005, de c.g.a. 60°49'11.62"W e 7°44'59.34"S, localizado na confluência com um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-006, de c.g.a. 60°48'55.15"W e 7°45'54.05"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-007, de c.g.a. 60°46'46.02"W e 7°45'57.13"S, localizado na foz de um tributário do igarapé da Sereia; segue em linha reta até o Ponto P-008, de c.g.a. 60°45'25.04"W e 7°46'21.91"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé Repartimento do Aruanã; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-009, de c.g.a. 60°44'13.67"W e 7°46'47.98"S, localizado em sua confluência com o igarapé Repartimento do Aruanã; segue a jusante pela margem direita do igarapé Repartimento do Aruanã até o Ponto P-010, de c.g.a. 60°41'25.44"W e 7°45'51.11"S, localizado na confluência desse igarapé com um tributário sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-011, de c.g.a. 60°40'10.33"W e 7°47'8.94"S, localizado na foz de um pequeno tributário do igarapé Aruanã; segue a montante pela margem esquerda do igarapé Aruanã até o Ponto P-012, de c.g.a. 60°40'1.29"W e 7°49'4.18"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-013, de c.g.a. 60°38'35.95"W e 7°53'43.81"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-014, de c.g.a. 60°38'20.92"W e 7°53'45.95"S, localizado na cabeceira de um pequeno tributário do igarapé Taboca; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-015, de c.g.a. 60°37'26.87"W e 7°54'1.39"S, localizado em sua confluência com o igarapé Taboca; segue a montante pela margem esquerda do igarapé Taboca até o Ponto P-016, de c.g.a. 60°41'32.44"W e 7°58'1.64"S, localizado em sua cabeceira mais ao sul; segue em linha reta até o Ponto P-017, de c.g.a. 60°41'56.93"W e 7°58'12.12"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé Trombada; segue a jusante pela margem direita do tributário e do igarapé Trombada até o Ponto P-018, de c.g.a. 60°37'18.55"W e 8°0'11.80"S, localizado na confluência do igarapé Trombada com o igarapé Monte Cristo; segue a montante pela margem esquerda do igarapé Monte Cristo até o Ponto P-019, de c.g.a. 60°37'40.48"W e 8°1'18.91"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-020, de c.g.a. 60°36'50.12"W e 8°3'36.72"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-021, de c.g.a. 60°36'0.12"W e 8°4'5.15"S; segue em linha reta até o Ponto P-022, de c.g.a. 60°35'16.55"W e 8°4'18.92"S; segue em linha reta até o Ponto P-023, de c.g.a. 60°35'18.54"W e 8°4'35.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-024, de c.g.a. 60°35'4.80"W e 8°4'43.86"S; segue em linha reta até o Ponto P-025, de c.g.a. 60°35'12.52"W e 8°4'56.46"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé da Anta; segue a jusante pela margem direita desse tributário e do igarapé da Anta até o Ponto P-026, de c.g.a. 60°31'50.01"W e 8°7'11.87"S, localizado na confluência do igarapé da Anta com o igarapé da Taboca; segue a jusante pela margem direita do igarapé da Taboca até o Ponto P-027, de c.g.a. 60°27'49.85"W e 8°3'2.84"S, localizado na sua foz, na margem esquerda do rio Guariba; segue a montante pela margem esquerda desse rio até o Ponto P-028, de c.g.a. 60°29'14.50"W e 8°26'2.20"S, coincidente com o limite da Reserva Extrativista do Guariba; segue em linha reta, acompanhando o limite dessa reserva, até o Ponto P-029, de c.g.a. 60°36'44.15"W e 8°29'22.39"S, coincidente com o Ponto 1 da Reserva Extrativista do Guariba; segue em linha reta até o Ponto P-030, de c.g.a. 60°36'44.58"W e 8°29'21.65"S, coincidente com o Ponto 1 da Floresta Estadual de Manicoré; segue em linha reta, acompanhando o limite da Floresta Estadual, até o Ponto P-031, de c.g.a. 60°58'22.98"W e 8°38'55.80"S, localizado na confluência do limite dessa Floresta Estadual com um tributário de um igarapé sem de-

nominação; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-032, de c.g.a. 60°58'28.42"W e 8°38'14.81"S, localizado na confluência com o curso principal do igarapé; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-033, de c.g.a. 60°58'50.61"W e 8°38'6.82"S, localizado na confluência com outro tributário; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-034, de c.g.a. 60°58'20.51"W e 8°37'3.29"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-036, de c.g.a. 60°57'37.99"W e 8°36'21.53"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação; segue a jusante por sua margem direita até o Ponto P-035, de c.g.a. 60°57'50.83"W e 8°36'42.45"S, localizado em sua confluência com o curso principal do igarapé; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-037, de c.g.a. 60°56'45.29"W e 8°36'10.18"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-038, de c.g.a. 60°56'29.62"W e 8°35'41.62"S; segue em linha reta até o Ponto P-039, de c.g.a. 60°56'13.94"W e 8°35'13.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-040, de c.g.a. 60°55'58.27"W e 8°34'44.51"S; segue em linha reta até o Ponto P-041, de c.g.a. 60°56'18.24"W e 8°34'18.74"S; segue em linha reta até o Ponto P-042, de c.g.a. 60°56'38.10"W e 8°33'52.89"S; segue em linha reta até o Ponto P-043, de c.g.a. 60°56'37.06"W e 8°33'20.36"S; segue em linha reta até o Ponto P-044, de c.g.a. 60°56'37.35"W e 8°32'51.76"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita do tributário e do igarapé até o Ponto P-045, de c.g.a. 60°56'9.13"W e 8°31'52.02"S, localizado em sua foz, na margem esquerda do rio Roosevelt; segue em linha reta, atravessando esse rio, até o Ponto P-046, de c.g.a. 60°56'1.43"W e 8°31'44.57"S, localizado na margem direita do rio Roosevelt; segue a jusante pela margem direita desse rio até o Ponto P-047, de c.g.a. 60°56'27.56"W e 8°31'18.18"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-048, de c.g.a. 60°55'7.98"W e 8°29'32.42"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-049, de c.g.a. 60°55'43.88"W e 8°28'13.35"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue a jusante por sua margem direita até o Ponto P-050, de c.g.a. 60°56'16.83"W e 8°27'18.80"S, localizado em sua foz, na margem direita do rio Roosevelt; segue em linha reta, atravessando esse rio, até o Ponto P-051, de c.g.a. 60°56'25.97"W e 8°27'7.07"S, localizado na margem esquerda do rio Roosevelt; segue a montante pela margem esquerda desse rio até o Ponto P-052, de c.g.a. 60°58'45.27"W e 8°28'54.60"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-053, de c.g.a. 60°59'55.24"W e 8°28'13.77"S, localizado na confluência com um igarapé tributário; segue a montante, em sentido sul, pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-054, de c.g.a. 61°0'27.63"W e 8°29'5.48"S, localizado na confluência com um tributário de sua margem direita; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-055, de c.g.a. 60°59'46.68"W e 8°30'56.97"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-056, de c.g.a. 60°59'8.64"W e 8°31'27.78"S; segue em linha reta até o Ponto P-057, de c.g.a. 60°59'4.30"W e 8°32'0.03"S; segue em linha reta até o Ponto P-058, de c.g.a. 60°58'59.95"W e 8°32'32.29"S; segue em linha reta até o Ponto P-059, de c.g.a. 60°58'55.61"W e 8°33'4.54"S; segue em linha reta até o Ponto P-060, de c.g.a. 60°59'18.89"W e 8°33'27.38"S; segue em linha reta até o Ponto P-061, de c.g.a. 60°59'42.18"W e 8°33'50.23"S; segue em linha reta até o Ponto P-062, de c.g.a. 61°0'5.47"W e 8°34'13.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-063, de c.g.a. 61°0'28.76"W e 8°34'35.91"S; segue em linha reta até o Ponto P-064, de c.g.a. 61°0'56.30"W e 8°35'2.89"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação, na margem esquerda do rio Madeirinha, próximo à curva da Volta Grande; segue a montante pela margem esquerda desse rio até o Ponto P-065, de c.g.a. 61°1'31.07"W e 8°36'36.34"S, localizado na foz do igarapé Preto, margem esquerda do rio Madeirinha, próximo ao limite da Terra Indígena Tenharim do igarapé Preto; segue a montante pela margem esquerda do igarapé, acompanhando o limite da Terra Indígena - TI, até o Ponto P-066, de c.g.a. 61°2'58.93"W e 8°36'18.79"S, localizado na foz de um tributário desse igarapé; segue a montante pela margem esquerda do tributário até o Ponto P-067, de c.g.a. 61°3'15.72"W e 8°32'52.10"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-068, de c.g.a. 61°3'29.86"W e 8°32'45.94"S, coincidente com o Marco M-13 da TI Tenharim do igarapé Preto; segue em linha reta até o Ponto P-069, de c.g.a. 61°3'58.33"W e 8°32'34.43"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação e coincidente com o Marco SAT-34 da TI; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-070, de c.g.a. 61°3'58.33"W e 8°31'0.20"S, localizado na sua confluência com o curso principal do igarapé; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-071, de c.g.a. 61°1'55.21"W e 8°29'54.60"S, localizado na confluência com um tributário sem denominação e coincidente com o Marco SAT-33 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-072, de c.g.a. 61°2'9.96"W e 8°29'21.12"S, coincidente com o Marco M-12 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-073, de c.g.a. 61°2'23.28"W e 8°28'51.25"S, coincidente com o Marco M-11 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-074, de c.g.a. 61°2'35.52"W e 8°28'23.88"S, coincidente com o Marco M-10 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-075, de c.g.a. 61°2'53.53"W e 8°27'43.55"S, coincidente com o Marco M-09 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-076, de c.g.a. 61°3'7.19"W e 8°27'12.96"S, coincidente com o Marco M-08 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-077, de c.g.a. 61°3'16.55"W e 8°26'51.36"S, coincidente com o Marco SAT-32 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-078, de c.g.a. 61°3'24.17"W e 8°26'42.98"S, localizado na cabeceira de um tributário de igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita desse tributário, acompanhando o limite da Terra Indígena Tenharim do igarapé Preto, até o Ponto P-079, de c.g.a. 61°2'37.69"W e 8°24'25.04"S, localizado no curso principal do igarapé; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-080, de c.g.a. 61°3'50.36"W e 8°23'51.47"S,



localizado na cabeceira de um tributário e coincidente com o Marco SAT-31 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-081, de c.g.a. 61°3'56.55"W e 8°23'13.54"S, coincidente com o Marco M-06 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-082, de c.g.a. 61°4'1.80"W e 8°22'41.38"S, coincidente com o Marco M-05 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-083, de c.g.a. 61°4'7.31"W e 8°22'7.67"S, coincidente com o Marco M-04 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-084, de c.g.a. 61°4'14.15"W e 8°21'25.73"S, coincidente com o Marco M-03 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-085, de c.g.a. 61°4'35.10"W e 8°20'55.77"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação e coincidente com o Marco SAT-30 da TI; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-086, de c.g.a. 61°5'36.22"W e 8°18'22.48"S, localizado em sua foz, na margem direita do rio Machadinho; segue a montante pela margem direita desse rio até o Ponto P-087, de c.g.a. 61°11'40.98"W e 8°18'21.59"S, localizado na foz do igarapé da Minhoca; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé, acompanhando o limite da Terra Indígena Tenharim do igarapé Preto, até o Ponto P-088, de c.g.a. 61°19'30.61"W e 8°30'41.52"S, localizado em sua cabeceira e coincidente com o Marco SAT-41 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-089, de c.g.a. 61°19'47.87"W e 8°30'58.48"S, coincidente com o Marco M-62 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-090, de c.g.a. 61°20'10.44"W e 8°31'20.67"S, coincidente com o Marco M-61 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-091, de c.g.a. 61°20'33.74"W e 8°31'43.57"S, coincidente com o Marco M-60 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-092, de c.g.a. 61°20'55.75"W e 8°32'5.20"S, coincidente com o Marco M-59 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-093, de c.g.a. 61°21'17.52"W e 8°32'26.58"S, coincidente com o Marco M-58 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-094, de c.g.a. 61°21'43.82"W e 8°32'52.85"S, localizado na foz de um tributário da margem esquerda do igarapé Preto e coincidente com o Marco SAT-40 da TI; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-095, de c.g.a. 61°24'9.30"W e 8°34'31.21"S, localizado em sua cabeceira e coincidente com o Marco M-57 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-096, de c.g.a. 61°24'15.50"W e 8°34'35.72"S, próximo a localidade de Bodocó e coincidente com o Marco SAT-39 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-097, de c.g.a. 61°24'13.58"W e 8°34'35.73"S, localizado no limite da faixa de domínio da margem sul da estrada do igarapé Preto; segue em sentido leste, acompanhando o limite dessa faixa de domínio, até o Ponto P-098, de c.g.a. 61°13'20.77"W e 8°36'28.22"S; segue em linha reta até o Ponto P-099, de c.g.a. 61°13'15.57"W e 8°36'36.42"S, localizado na cabeceira do igarapé Água Limpa e coincidente com o Marco M-32 da TI; segue a jusante por sua margem direita até o Ponto P-100, de c.g.a. 61°9'21.90"W e 8°38'59.18"S, localizado em sua confluência com o igarapé Taboca; segue a jusante pela margem direita do igarapé Taboca até o Ponto P-101, de c.g.a. 61°7'9.76"W e 8°38'15.07"S, localizado próximo à antiga estrada vicinal Mineração Taboca e coincidente com o Marco SAT-37 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-102, de c.g.a. 61°7'5.49"W e 8°38'17.45"S, coincidente com o Ponto A-108 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-103, de c.g.a. 61°6'59.23"W e 8°38'25.13"S, coincidente com o Ponto A-110 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-104, de c.g.a. 61°6'59.45"W e 8°38'31.76"S, coincidente com o Ponto A-112 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-105, de c.g.a. 61°6'58.08"W e 8°38'44.28"S, coincidente com o Marco M-27 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-106, de c.g.a. 61°6'56.21"W e 8°38'55.23"S, coincidente com o Ponto A-117 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-107, de c.g.a. 61°6'57.96"W e 8°39'15.64"S, coincidente com o Marco M-26 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-108, de c.g.a. 61°6'56.60"W e 8°39'29.88"S, coincidente com o Ponto A-122 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-109, de c.g.a. 61°6'58.83"W e 8°39'35.73"S, coincidente com o Ponto A-123 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-110, de c.g.a. 61°6'57.98"W e 8°39'49.52"S, coincidente com o Marco M-25 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-111, de c.g.a. 61°6'56.32"W e 8°39'52.94"S, coincidente com o Ponto A-126 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-112, de c.g.a. 61°7'23.40"W e 8°40'24.98"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue a montante por sua margem direita até o Ponto P-113, de c.g.a. 61°6'9.76"W e 8°42'21.85"S, localizado na confluência do igarapé com o limite da Floresta Estadual de Manicoré; segue em linha reta, acompanhando o limite dessa Floresta Estadual, até o Ponto P-114, de c.g.a. 61°18'45.44"W e 8°47'54.95"S, coincidente com o Ponto P-06 da Floresta Estadual de Manicoré; segue em linha reta, em sentido leste, acompanhando trecho do limite norte do Parque Estadual do Tucumã, até o Ponto P-115, de c.g.a. 61°21'22.23"W e 8°47'56.80"S, localizado na confluência do limite desse Parque Estadual com o igarapé Água Azul; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-116, de c.g.a. 61°21'47.46"W e 8°43'10.16"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-117, de c.g.a. 61°23'34.78"W e 8°40'47.92"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-118, de c.g.a. 61°25'21.74"W e 8°40'21.37"S, localizado na margem direita de um tributário do igarapé Taboca; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-119, de c.g.a. 61°26'43.11"W e 8°41'53.33"S, até a sua foz, localizado na margem esquerda do igarapé Taboca; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-120, de c.g.a. 61°27'37.10"W e 8°41'23.95"S, localizado em frente à foz de um pequeno tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-121, de c.g.a. 61°28'0.35"W e 8°42'16.86"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-122, de c.g.a. 61°28'0.25"W e 8°43'5.69"S; segue em linha reta até o Ponto P-123, de c.g.a. 61°27'37.04"W e 8°43'28.63"S; segue em linha reta até o Ponto P-124, de c.g.a. 61°28'8.58"W e 8°44'10.81"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-125, de c.g.a. 61°28'14.27"W e 8°46'37.56"S, localizado na confluência do igarapé Jatuarana com um tributário sem denominação; segue a jusante pela margem direita do igarapé Jatuarana até o Ponto

P-126, de c.g.a. 61°27'39.67"W e 8°47'19.98"S, localizado na confluência desse igarapé com um pequeno tributário de sua margem direita; segue em linha reta, atravessando a divisa estadual entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia, até o Ponto P-127, de c.g.a. 61°30'28.14"W e 8°52'33.86"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-128, de c.g.a. 61°31'41.50"W e 8°56'43.56"S, localizado em sua foz, no rio Ji-Paraná; segue a jusante pela margem direita desse rio até o Ponto P-129, de c.g.a. 61°56'18.46"W e 8°57'55.17"S, localizado na foz do igarapé dos Marmelos; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé até o Ponto P-130, de c.g.a. 61°55'11.74"W e 8°56'30.88"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé até o Ponto P-131, de c.g.a. 61°57'10.93"W e 8°54'58.99"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-132, de c.g.a. 61°58'24.42"W e 8°55'13.72"S, localizado na confluência de dois cursos d'água formadores desse tributário; segue a montante pela margem esquerda do curso d'água mais ao norte até o Ponto P-133, de c.g.a. 61°58'48.78"W e 8°54'45.87"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-134, de c.g.a. 61°59'8.78"W e 8°54'20.09"S; segue em linha reta até o Ponto P-135, de c.g.a. 61°59'10.72"W e 8°53'29.64"S, localizado na cabeceira do igarapé Preto; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-136, de c.g.a. 62°4'55.47"W e 8°52'27.56"S, localizado na foz de um igarapé tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-137, de c.g.a. 62°5'57.20"W e 8°49'15.86"S, localizado na confluência com um curso d'água sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-138, de c.g.a. 62°5'53.09"W e 8°48'30.95"S, coincidente com o Marco M30S da Terra Indígena Tenharim Marmelos; segue em linha reta até o Ponto P-139, de c.g.a. 62°5'8.51"W e 8°48'7.46"S, coincidente com o Marco M29S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-140, de c.g.a. 62°4'55.59"W e 8°47'49.31"S, coincidente com o Marco M28S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-141, de c.g.a. 62°3'0.09"W e 8°47'39.60"S, coincidente com o Marco M27S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-142, de c.g.a. 62°1'51.21"W e 8°47'52.51"S, coincidente com o Marco M26S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-143, de c.g.a. 62°1'31.20"W e 8°48'33.33"S, coincidente com o Marco M25S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-144, de c.g.a. 62°1'1.84"W e 8°49'33.24"S, coincidente com o Marco M24S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-145, de c.g.a. 62°0'9.43"W e 8°49'39.61"S, coincidente com o Marco M23S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-146, de c.g.a. 61°59'44.86"W e 8°50'42.17"S, coincidente com o Marco M22S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-147, de c.g.a. 61°59'18.44"W e 8°51'49.45"S, coincidente com o Marco M21S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-148, de c.g.a. 61°59'28.76"W e 8°52'31.01"S, coincidente com o Marco M20S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-149, de c.g.a. 61°58'48.51"W e 8°52'37.57"S, coincidente com o Marco M19S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-150, de c.g.a. 61°58'9.98"W e 8°52'43.85"S, coincidente com o Marco M18S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-151, de c.g.a. 61°57'30.21"W e 8°52'27.25"S, coincidente com o Marco M17S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-152, de c.g.a. 61°56'56.14"W e 8°52'41.33"S, coincidente com o Marco M16S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-153, de c.g.a. 61°56'11.56"W e 8°52'56.35"S, coincidente com o Marco M15S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-154, de c.g.a. 61°55'22.48"W e 8°52'49.83"S, coincidente com o Marco M14S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-155, de c.g.a. 61°54'20.53"W e 8°52'24.05"S, coincidente com o Marco M13S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-156, de c.g.a. 61°53'20.61"W e 8°51'59.11"S, coincidente com o Marco M12S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-157, de c.g.a. 61°52'22.40"W e 8°51'34.88"S, coincidente com o Marco M11S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-158, de c.g.a. 61°51'20.21"W e 8°51'15.33"S, coincidente com o Marco M10S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-159, de c.g.a. 61°51'45.81"W e 8°50'18.10"S, coincidente com o Marco M09S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-160, de c.g.a. 61°51'39.28"W e 8°49'45.58"S, coincidente com o Marco M08S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-161, de c.g.a. 61°51'32.74"W e 8°48'37.17"S, coincidente com o Marco M07S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-162, de c.g.a. 61°51'36.02"W e 8°47'32.02"S, coincidente com o Marco M06S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-163, de c.g.a. 61°51'3.02"W e 8°46'52.35"S, coincidente com o Marco M05S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-164, de c.g.a. 61°50'33.74"W e 8°46'16.99"S, coincidente com o Marco M04S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-165, de c.g.a. 61°50'43.56"W e 8°45'18.40"S, coincidente com o Marco M03S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-166, de c.g.a. 61°50'17.37"W e 8°44'18.17"S, coincidente com o Marco M02S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-167, de c.g.a. 61°49'6.40"W e 8°44'24.79"S, coincidente com o Marco M01S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-168, de c.g.a. 61°48'18.07"W e 8°44'29.30"S, coincidente com o Marco SAT-P13 da Terra Indígena Tenharim Marmelos; segue em linha reta até o Ponto P-169, de c.g.a. 61°48'3.33"W e 8°44'45.64"S, localizado na cabeceira do rio Branco; segue a jusante pela margem direita desse rio até o Ponto P-170, de c.g.a. 61°35'25.93"W e 8°7'23.13"S, localizado na foz do rio dos Macacos, na margem direita do rio Branco; segue a montante pela margem esquerda do rio dos Macacos até o Ponto P-171, de c.g.a. 61°32'9.96"W e 8°13'26.10"S, localizado em frente à foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-172, de c.g.a. 61°28'30.34"W e 8°15'54.26"S, localizado na confluência com um

curso d'água tributário de sua margem direita; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-173, de c.g.a. 61°27'15.83"W e 8°15'48.26"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-174, de c.g.a. 61°26'58.65"W e 8°16'31.97"S, localizado na cabeceira de um curso d'água sem denominação, tributário do igarapé Boré; segue em linha reta até o Ponto P-175, de c.g.a. 61°26'44.50"W e 8°16'39.94"S, localizado na cabeceira de outro curso d'água sem denominação, tributário do igarapé Boré; segue a jusante pela margem direita desse curso d'água até o Ponto P-176, de c.g.a. 61°23'37.04"W e 8°18'2.90"S, localizado na confluência com outro tributário do igarapé Boré; segue a montante pela margem esquerda desse curso d'água até o Ponto P-177, de c.g.a. 61°23'20.38"W e 8°16'12.63"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-178, de c.g.a. 61°22'50.68"W e 8°16'25.31"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do rio Machadinho; segue a jusante pela margem direita desse igarapé até o Ponto P-179, de c.g.a. 61°19'31.81"W e 8°14'54.91"S, localizado na confluência com o rio Machadinho; segue a montante pela margem esquerda do rio Machadinho até o Ponto P-180, de c.g.a. 61°25'14.44"W e 8°0'22.40"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-181, de c.g.a. 61°24'44.91"W e 8°0'19.76"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita do tributário até o Ponto P-182, de c.g.a. 61°24'7.82"W e 8°0'28.38"S, localizado em sua confluência com o curso principal do igarapé; segue em linha reta até o Ponto P-183, de c.g.a. 61°23'30.28"W e 8°0'24.34"S; segue em linha reta até o Ponto P-184, de c.g.a. 61°22'33.90"W e 8°0'57.20"S; segue em linha reta até o Ponto P-185, de c.g.a. 61°22'38.39"W e 8°1'29.44"S; segue em linha reta até o Ponto P-186, de c.g.a. 61°21'22.84"W e 8°2'31.48"S; segue em linha reta até o Ponto P-187, de c.g.a. 61°20'51.91"W e 8°2'41.93"S; segue em linha reta até o Ponto P-188, de c.g.a. 61°20'19.25"W e 8°2'42.47"S; segue em linha reta até o Ponto P-189, de c.g.a. 61°19'46.99"W e 8°2'37.40"S; segue em linha reta até o Ponto P-190, de c.g.a. 61°19'17.41"W e 8°2'23.62"S; segue em linha reta até o Ponto P-191, de c.g.a. 61°18'58.71"W e 8°2'39.14"S, localizado na foz de um tributário do igarapé do Borrachudo; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-192, de c.g.a. 61°18'19.77"W e 8°3'9.28"S, localizado na confluência com um pequeno tributário do igarapé Borrachudo; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-193, de c.g.a. 61°17'23.21"W e 8°4'1.18"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-194, de c.g.a. 61°17'10.28"W e 8°4'31.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-195, de c.g.a. 61°16'57.15"W e 8°5'0.87"S; segue em linha reta até o Ponto P-196, de c.g.a. 61°16'44.02"W e 8°5'30.68"S; segue em linha reta até o Ponto P-197, de c.g.a. 61°16'13.44"W e 8°5'42.10"S; segue em linha reta até o Ponto P-198, de c.g.a. 61°15'52.16"W e 8°5'49.36"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, tributário do igarapé Jará; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-199, de c.g.a. 61°14'40.14"W e 8°6'48.91"S, localizado na confluência com outro tributário sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-200, de c.g.a. 61°13'39.07"W e 8°9'36.74"S, localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-201, de c.g.a. 61°12'37.63"W e 8°10'46.06"S, localizado na foz de um pequeno tributário de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-202, de c.g.a. 61°13'53.94"W e 8°13'33.28"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário, em direção sul, até o Ponto P-203, de c.g.a. 61°15'2.31"W e 8°16'6.55"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-204, de c.g.a. 61°14'32.80"W e 8°15'52.56"S; segue em linha reta até o Ponto P-205, de c.g.a. 61°14'3.30"W e 8°15'38.57"S; segue em linha reta até o Ponto P-206, de c.g.a. 61°13'33.80"W e 8°15'24.58"S; segue em linha reta até o Ponto P-207, de c.g.a. 61°13'4.30"W e 8°15'10.59"S; segue em linha reta até o Ponto P-208, de c.g.a. 61°12'34.42"W e 8°15'23.77"S; segue em linha reta até o Ponto P-209, de c.g.a. 61°12'7.21"W e 8°15'5.75"S; segue em linha reta até o Ponto P-210, de c.g.a. 61°11'38.73"W e 8°14'49.81"S; segue em linha reta até o Ponto P-211, de c.g.a. 61°11'7.14"W e 8°14'41.50"S; segue em linha reta até o Ponto P-212, de c.g.a. 61°10'34.61"W e 8°14'44.59"S; segue em linha reta até o Ponto P-213, de c.g.a. 61°10'16.03"W e 8°15'11.36"S; segue em linha reta até o Ponto P-214, de c.g.a. 61°10'13.44"W e 8°15'43.80"S; segue em linha reta até o Ponto P-215, de c.g.a. 61°9'54.48"W e 8°16'10.31"S; segue em linha reta até o Ponto P-216, de c.g.a. 61°9'22.08"W e 8°16'14.46"S; segue em linha reta até o Ponto P-217, de c.g.a. 61°9'11.28"W e 8°16'2.25"S; segue em linha reta até o Ponto P-218, de c.g.a. 61°8'39.34"W e 8°15'55.38"S; segue em linha reta até o Ponto P-219, de c.g.a. 61°8'7.91"W e 8°15'32.04"S; segue em linha reta até o Ponto P-220, de c.g.a. 61°7'54.28"W e 8°15'41.02"S; segue em linha reta até o Ponto P-221, de c.g.a. 61°7'23.04"W e 8°15'31.49"S; segue em linha reta até o Ponto P-222, de c.g.a. 61°6'52.17"W e 8°15'20.84"S; segue em linha reta até o Ponto P-223, de c.g.a. 61°6'20.36"W e 8°15'13.38"S; segue em linha reta até o Ponto P-224, de c.g.a. 61°6'14.01"W e 8°14'41.46"S; segue em linha reta até o Ponto P-225, de c.g.a. 61°6'8.13"W e 8°14'9.44"S; segue em linha reta até o Ponto P-226, de c.g.a. 61°5'38.44"W e 8°14'23.02"S; segue em linha reta até o Ponto P-227, de c.g.a. 61°5'7.24"W e 8°14'46.66"S; segue em linha reta até o Ponto P-228, de c.g.a. 61°4'47.85"W e 8°14'34.57"S; segue em linha reta até o Ponto P-229, de c.g.a. 61°4'59.75"W e 8°14'4.26"S; segue em linha reta até o Ponto P-230, de c.g.a. 61°4'42.01"W e 8°13'36.94"S; segue em linha reta até o Ponto P-231, de c.g.a. 61°4'15.91"W e 8°13'17.37"S; segue em linha reta até o Ponto P-232, de c.g.a. 61°3'57.31"W e 8°12'50.61"S; segue em linha reta até o Ponto P-233, de c.g.a. 61°3'58.31"W e 8°12'18.08"S; segue em linha reta até o Ponto P-234, de c.g.a. 61°4'13.16"W e 8°11'49.09"S; segue em linha reta até o Ponto P-235, de c.g.a. 61°4'40.64"W e 8°11'31.50"S; segue em linha reta até o Ponto P-236, de c.g.a.

61°43'6.19"W e 8°11'5.14"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, tributário da margem esquerda do rio Roosevelt; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-237, de c.g.a. 61°3'50.00"W e 8°7'8.21"S, localizado em sua foz, no rio Roosevelt; segue em linha reta, atravessando esse rio, até o Ponto P-238, de c.g.a. 61°3'34.33"W e 8°7'7.29"S, localizado na margem direita do rio Roosevelt; segue a jusante pela margem direita do rio até o Ponto-001, marco inicial deste memorial descritivo.

§ 1º Os limites descritos no **caput** são referenciados nas cartas topográficas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em escala 1:100.000: SB.20-Z-D-V (Vila do Carmo); SC.20-X-B-II (igarapé Taboca); SC.20-X-B-III (rio Paxiúba); SC.20-X-B-V (igarapé São Liberato); SC.20-X-B-IV (igarapé Preto); SC.20-X-B-I (rio Machadinho); SC.20-X-A-VI (rio dos Marmelos); SC.20-X-C-III (rio Ji-Paraná); SC.20-X-A-V (Tabajara); SC.20-X-A-III (rio dos Macacos) e SB.20-Z-D-IV (igarapé Jatuarana).

§ 2º O leito da Estrada do Estanho e o leito menor do rio Roosevelt no trecho compreendido entre os pontos do memorial descritivo P-050 e P-238 ficam excluídos dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, passando a integrar sua zona de amortecimento, cujos limites e normas de utilização serão estabelecidos no plano de manejo da unidade de conservação.

§ 3º Ficam excluídas dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos as áreas de alagamento do lago artificial a ser formado pela barragem da Usina Hidroelétrica de Tabajara em sua cota oitenta metros e seus remansos.

§ 4º As demais áreas a comporem a zona de amortecimento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos serão definidas no plano de manejo da unidade.

Art. 6º Fica permitida, dentro dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, com a devida autorização do órgão responsável pela unidade, a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Tabajara, incluídos os Estudos de Impacto Ambiental - EIA.

Art. 7º As áreas excluídas na região norte do Parque Nacional dos Campos Amazônicos se destinam à regularização fundiária dos ocupantes de áreas públicas da região do ramal do Pito Aceso e poderão ser utilizadas para sanar necessidades de realocação de ocupantes de áreas públicas abrangidas pelos novos limites da unidade de conservação.

§ 1º Fica a União autorizada a alienar diretamente, por meio de dispensa de licitação, as áreas públicas federais antropizadas, desafetadas e não ocupadas, que não excedam a 1.500 ha, aos ocupantes de áreas abrangidas pelos novos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos definidos no art. 5º.

§ 2º Só terão direito à realocação de que trata o **caput** os ocupantes que atendam, na área a ser desocupada, aos requisitos previstos no art. 5º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

§ 3º Na hipótese de não haver área suficiente no ramal do Pito Aceso para a realocação de que trata o **caput**, a União poderá identificar outras áreas para essa finalidade.

§ 4º A realocação de que trata o **caput** deverá ser realizada pela União.

§ 5º O valor a ser pago pelos ocupantes do Parque Nacional dos Campos Amazônicos para a aquisição das áreas de que trata este artigo será compensado com o valor da indenização a que fariam jus em decorrência da desocupação da área situada na unidade de conservação nas hipóteses legalmente admitidas.

§ 6º As áreas de reserva legal das propriedades rurais deverão estar alocadas em bloco e contíguas aos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, salvo impossibilidade devidamente justificada pelo órgão ambiental competente.

§ 7º As áreas públicas federais desafetadas em decorrência do disposto no art. 5º e que ainda forem dotadas de cobertura florestal somente poderão ser destinadas para Projetos de Manejo Florestal Sustentável.

Art. 8º O art. 115 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115. Ficam redefinidos os limites do Parque Nacional Matinguari, criado pelo Decreto de 5 de junho de 2008, atualmente localizado no Estado do Amazonas, nos Municípios de Canutama e Lábrea, que passa a incluir em seus limites a área de cerca de 172.430 ha descrita em conformidade com os arts. 116 e 117, localizada no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia." (NR)

Art. 9º O art. 117 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 117. Ficam excluídos da área de ampliação do Parque Nacional Matinguari, descrita no art. 116:

I - o polígono com a seguinte descrição: inicia-se no Ponto 18, de c.p.a. 259763 E e 8958250 N, localizado sobre a divisa entre os Estados do Amazonas e de Rondônia; deste, segue para o Ponto 19, de c.p.a. 264103 E e 8955061 N, que coincide com o Ponto 91 do memorial descritivo constante do Decreto de 5 de junho de 2008, que criou o Parque Nacional Matinguari; deste, segue para o Ponto 20, que coincide com o Ponto 90 do memorial descritivo do Parque Nacional Matinguari (Decreto de 5 de junho de 2008), localizado na nascente do rio Coti, com c.p.a. 266000 E e 8956158 N; deste, segue a montante pela margem esquerda do rio Coti para o Ponto 21, que coincide com o Ponto 89 do memorial descritivo do Parque Nacional Matinguari, localizado na confluência do rio Coti com o igarapé Branco, com c.p.a. 268336 E e 8973087 N; deste, segue a montante pela margem direita do igarapé Branco até o Ponto 22, que coincide com o Ponto 88 do memorial descritivo do Parque Nacional Matinguari, de c.p.a. 273632 E e 8963034 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 23, de c.p.a. 278170 E e 8958856 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 24, de c.p.a. 279192 E e 8955010 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 25, de c.p.a. 277575 E e 8950507 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 26, de c.p.a. 277559 E e 8947119 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 27, de c.p.a. 274278 E e 8947516 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 28, de c.p.a. 271378 E e 8948477 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 29, de c.p.a. 266234 E e 8947989 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 30, de c.p.a. 262693 E e 8950980 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 31, de c.p.a. 256665 E e 8951499 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 32, de c.p.a. 256985 E e 8953483 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 33, de c.p.a. 259510 E e 8956411 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 18, ponto inicial desta descrição;

II - a área que será inundada pelo lago artificial a ser formado pela barragem da Usina Hidroelétrica - UHE de Jirau, até a cota noventa metros, nível do barramento, e também a área acima desta cota a ser inundada em função do efeito remanso, cuja cota altimétrica limite aumenta gradativamente em direção a montante até a cota altimétrica aproximada noventa e três metros e trinta e dois centímetros, atingida no ponto de coordenadas planas aproximadas - c.p.a. 234.115 E e 8.938.992 N;

III - a área que será inundada pelo lago artificial a ser formado pela barragem da UHE de Santo Antônio, que se inicia no ponto de c.p.a. 332.474 E e 8.992.048 N, de cota altimétrica aproximada setenta e três metros e cinquenta centímetros até o limite da área destinada ao canteiro de obras da UHE de Jirau, na cota altimétrica aproximada setenta e quatro metros;

IV - o polígono de aproximadamente 163 ha com a seguinte descrição: inicia-se no Ponto 1, localizado sobre o limite da Estação Ecológica Estadual da Serra dos Três Irmãos - EEESTI, de c.p.a. 330.556 E e 8.991.532 N; deste, segue em linha reta, ainda confrontando com a EEESTI até o Ponto 2, de c.p.a. 332.658 E e 8.992.629 N; deste, segue em linha reta, com azimute 133°47'9" por uma distância aproximada de 396,2 m até o Ponto 3, de c.p.a. 332.944 E e 8.992.355 N; deste, segue pela margem direita do igarapé sem denominação, afluente pela margem esquerda do igarapé Maparaná, até o Ponto 4, de c.p.a. 332.474 E e 8.992.048 N; deste, segue pela margem esquerda do futuro lago artificial da UHE Santo Antônio, que inundará neste trecho, em função do efeito remanso, as terras localizadas até a cota altimétrica aproximada setenta e três metros e cinquenta centímetros, até o Ponto 1, início da descrição deste polígono; e

V - o polígono de aproximadamente 1.055 ha sobreposto à área declarada de utilidade pública destinada ao canteiro de obras da UHE de Jirau, com a seguinte descrição: inicia-se no Ponto 1, localizado sobre o atual limite do Parque Nacional Matinguari, na cota altimétrica aproximada noventa metros, de c.p.a. 320.771 E e 8.979.846 N; daí segue confrontando com a área destinada ao canteiro de obras da UHE Jirau, com o azimute de 284°47'20" e distância de 44,07 m até o Ponto 2, de c.p.a. 320.728 E e 8.979.858 N; daí, segue com a mesma confrontação, com o azimute de 270°53'5" e distância de 3.003,10 m até o Ponto 3, de c.p.a. 317.725 E e 8.979.902 N; deste, segue em linha reta, ainda com a mesma confrontação, com o azimute de 204°55'35" e distância de 5.150,73 m, até o Ponto 4, de c.p.a. 315.550 E e 8.975.223 N; deste, segue em direção a jusante, pela margem esquerda do futuro lago artificial da UHE Jirau, pela cota altimétrica aproximada noventa metros até o Ponto 1, início desta descrição.

Parágrafo único. Nos momentos em que os níveis dos lagos das UHE Jirau e Santo Antônio estiverem abaixo das cotas altimétricas mencionadas nos incisos II e III do **caput**, ficam proibidas atividades agropecuárias, de mineração, edificações permanentes ou temporárias e quaisquer outros empreendimentos nestas faixas das margens esquerdas temporariamente emersas dos referidos lagos." (NR)

Art. 10. Ficam excluídas dos limites da Floresta Nacional de Itaituba I, localizada nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará, criada pelo Decreto nº 2.481, de 2 de fevereiro de 1998, as áreas compreendidas pelos polígonos discriminados pelos seguintes memoriais descritivos, totalizando uma área aproximada de 7.705,34 ha:

I - A-001: inicia-se no ponto IT113, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=517036.57 m e N=9427818.68 m; daí, segue a jusante pela margem direita do rio Tapajós até o ponto P-1 (E=517800 m e N=9428500 m), constante do Decreto nº 2.481, de 2 de fevereiro de 1998, situado na confluência com o igarapé Putica; daí, segue a montante pelo igarapé Putica até o Ponto TPJ-325-1 (E=526266.43 m e N=9417764.64 m); daí, segue a jusante pelo igarapé Putica, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o Ponto IT114 (E=517338.33 m e N=9427661.65 m); daí, segue com o azimute 297°29'31" e a distância de 340,17 m até o Ponto IT113 (E=517036.57 m e N=9427818.68 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito; e

II - A-002: inicia-se no ponto IT120, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=516259.61 m e N=9421282.62 m; daí, segue com o azimute de 195°57'30" e a distância de 5.181,59 m até o ponto IT121 (E=514834.99 m e N=9416300.72 m); daí, segue com o azimute de 272°12'03" e a distância de 1.158,36 m até o ponto IT122 (E=513677.48 m e N=9416345.20 m); daí, segue com o azimute de 349°44'26" e a distância de 2.687,41 m até o ponto IT123 (E=513198.84 m e N=9418989.64 m); daí, segue com o azimute de 8°26'03" e a distância de 966,13 m até o ponto IT124 (E=513340.54 m e N=9419945.33 m); daí, segue com o azimute de 324°36'16" e a distância de 1.359,31 m até o ponto IT125 (E=512553.20 m e N=9421053.40 m); daí, segue com o azimute de 325°43'32" e a distância de 1.459,55 m até o ponto IT126 (E=511731.24 m e N=9422259.50 m); daí, segue com o azimute de 291°01'16" e a distância de 1.663,21 m até o ponto IT127 (E=510178.72 m e N=9422856.11 m); daí, segue com o azimute de 276°07'55" e a distância de 930,87 m até o ponto IT128 (E=509253.18 m e N=9422955.54 m); daí, segue com o azimute de 320°47'47" e a distância de 704,45 m até o ponto IT129 (E=508807.91 m e N=9423501.43 m); daí, segue a montante do rio Tapajós e a montante do rio Ratão, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto JTB-1 (E=526113.48 m e N=9385151.56 m); daí, segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 738,48 m até o ponto P-7 (E=525375.00 m e N=9385150.00 m) constante do Decreto 2.481, de 2 de fevereiro de 1998; daí, segue a jusante pela margem direita do rio Tapajós até o ponto IT113 (E=517036.57 m e N=9427818.68 m); daí, segue com o azimute de 117°29'31" e a distância de 340,17 m até o ponto IT114 (E=517338.33 m e N=9427661.65 m); daí, segue com o azimute de 193°58'04" e a distância de 582,33 m até o ponto IT115 (E=516896.01 m e N=9427253.57 m); daí, segue com o azimute de 195°35'17" e a distância de 1.441,68 m até o ponto IT116 (E=516508.61 m e N=9425864.92 m); daí, segue com o azimute de 235°22'18" e a distância de 886,56 m até o ponto IT117 (E=515779.10 m e N=9425361.14 m); daí, segue com o azimute de 173°04'58" e a distância de 1.068,95 m até o ponto IT118 (E=515907.83 m e N=9424299.97 m); daí, segue com o azimute de 176°01'44" e a distância de 1.865,32 m até o ponto IT119 (E=516037.01 m e N=9422439.13 m); daí, segue com o azimute de 169°06'19" e a distância de 1.177,74 m até o ponto IT120 (E=516259.61 m e N=9421282.62 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito.

Art. 11. Ficam excluídas dos limites da Floresta Nacional de Itaituba II, localizada nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará, criada pelo Decreto nº 2.482, de 2 de fevereiro de 1998, as áreas compreendidas pelos polígonos discriminados pelos seguintes memoriais descritivos, totalizando uma área aproximada de 28.453,35 ha:

I - A-001: inicia-se no ponto TPJ325-1 localizado no igarapé Putica, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=526266.43 m e N=9417764.64 m; daí, segue a jusante pela margem direita do referido igarapé até a sua foz com o rio Tapajós; daí, segue pela margem direita do rio Tapajós até o ponto IT001 (E=537669.19 m e N=9474168.54 m); daí, segue com o azimute de 82°45'34" e a distância de 353,63 m até o ponto IT002 (E=538019.99 m e N=9474213.11 m); daí, segue a montante do rio Tapajós, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-1 (E=526266.43 m e N=9417764.64 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

II - A-002: inicia-se no ponto IT003, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=540571.45 m e N=9474541.42 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 650,01 m até o ponto IT004 (E=541216.16 m e N=9474624.26 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT003 (E=540571.45 m e N=9474541.42 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

III - A-003: inicia-se no ponto IT005, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=542166.44 m e N=9474746.35 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 597,49 m até o ponto IT006 (E=542759.06 m e N=9474822.49 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT005 (E=542166.44 m e N=9474746.35 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;



IV - A-004: inicia-se no ponto IT007, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=545556.02 m e N=9475181.84 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 174,30 m até o ponto IT008 (E=545728.89 m e N=9475204.05 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT007 (E=545556.02 m e N=9475181.84 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

V - A-005: inicia-se no ponto IT009, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=546466.56 m e N=9475298.83 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 148,99 m até o ponto IT010 (E=546621.57 m e N=9475302.90 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT009 (E=546466.56 m e N=9475298.83 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

VI - A-006: inicia-se no ponto IT011, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=548283.00 m e N=9475532.20 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 90,74 m até o ponto IT012 (E=548373.01 m e N=9475543.77 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT011 (E=548283.00 m e N=9475532.20 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

VII - A-007: inicia-se no ponto IT013, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=548981.79 m e N=9475621.98 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 120,31 m até o ponto IT014 (E=549101.12 m e N=9475637.32 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT013 (E=548981.79 m e N=9475621.98 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

VIII - A-008: inicia-se no ponto IT015, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=549248.68 m e N=9475656.27 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 418,80 m até o ponto IT016 (E=549664.07 m e N=9475709.64 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT015 (E=549248.68 m e N=9475656.27 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 7,32 ha;

IX - A-009: inicia-se no ponto IT017, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=549795.05 m e N=9475726.47 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 84,69 m até o ponto IT018 (E=549879.05 m e N=9475737.26 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT017 (E=549795.05 m e N=9475726.47 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

X - A-010: inicia-se no ponto IT019, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=551693.91 m e N=9475970.44 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 129,19 m até o ponto IT020 (E=551822.04 m e N=9475986.90 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT019 (E=551693.91 m e N=9475970.44 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 1,65 ha;

XI - A-011: inicia-se no ponto IT021, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=553468.81 m e N=9476198.48 m; daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, margeando um afluente sem denominação da margem direita do rio Tapajós, até o ponto IT022 (E=551110.33 m e N=9453754.00 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, margeando o afluente a jusante, até o ponto TPJ325-2 (E=559221.22 m e N=9473202.60 m); daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Jamanxim, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT023 (E=557502.69 m e N=9436411.50 m), localizado na margem esquerda do rio Jamanxim; daí, segue com o azimute de 86°34'34" e uma distância de 962,80 m até o ponto IT023-A (E=558463.77 m e N=9436469.00 m), localizado na margem direita do referido rio; daí, segue a jusante pela margem direita do rio Jamanxim, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto TPJ325-3 (E=561091.28 m e N=9457753.62 m); daí, segue a montante pela margem esquerda do igarapé Jamanxinzinho, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-4 (E=571817.95 m e N=9448224.29 m); daí, segue com o azimute de 13°30'35" e a distância de 31,12 m até o ponto TPJ325-5 (E=571825.22 m e N=9448254.55 m); daí, segue a jusante pela margem direita do igarapé Jamanxinzinho, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-6 (E=561169.23 m e N=9458144.19 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Jamanxinzinho, margeando o igarapé São Raimundo, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-7 (E=567599.32 m e N=9476602.50 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, margeando afluentes sem de-

nominação da margem direita do rio Tapajós, até o ponto IT024 (E=568004.82 m e N=9478066.06 m); daí, segue com o azimute de 262°40'44" e a distância de 14.654,40 m até o ponto IT021 (E=553468.81 m e N=9476198.48 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XII - A-012: inicia-se no ponto IT025, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=568900.67 m e N=9478181.16 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 157,30 m até o ponto IT026 (E=569056.69 m e N=9478201.20 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT025 (E=568900.67 m e N=9478181.16 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XIII - A-013: inicia-se no ponto IT027, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=569183.50 m e N=9478217.49 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 81,47 m até o ponto IT028 (E=569264.31 m e N=9478227.88 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT027 (E=569183.50 m e N=9478217.49 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XIV - A-014: inicia-se no ponto IT029, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=572877.31 m e N=9478692.08 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 45,15 m até o ponto IT030 (E=572925.39 m e N=9478698.26 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT029 (E=572877.31 m e N=9478692.08 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XV - A-015: inicia-se no ponto IT031, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=574551.12 m e N=9478907.13 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 269,36 m até o ponto IT032 (E=574818.28 m e N=9478941.45 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT031 (E=574551.12 m e N=9478907.13 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XVI - A-016: inicia-se no ponto IT033, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=575203.85 m e N=9478990.99 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 137,41 m até o ponto IT034 (E=575340.14 m e N=9479008.50 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT035 (E=575921.73 m e N=9479082.91 m); daí, segue com o azimute de 82°26'41" e a distância de 76,54 m até o ponto IT036 (E=575997.61 m e N=9479092.97 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT033 (E=575203.85 m e N=9478990.99 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XVII - A-017: inicia-se no ponto IT037, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=577687.19 m e N=9479310.05 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 12,39 m até o ponto IT038 (E=577699.48 m e N=9479311.63 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT039 (E=578161.91 m e N=9479371.04 m); daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 56,25 m até o ponto IT040 (E=578217.70 m e N=9479378.21 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT041 (E=579909.13 m e N=9479595.53 m); daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 205,20 m até o ponto IT042 (E=580112.66 m e N=9479621.68 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT043 (E=580406.21 m e N=9479659.39 m); daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 215,68 m até o ponto IT044 (E=580620.13 m e N=9479686.88 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT037 (E=577687.19 m e N=9479310.05 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XVIII - A-018: inicia-se no ponto IT045, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=581056.12 m e N=9479742.89 m; daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Tucunará pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT050 (E=585686.68 m e N=9467092.17 m); daí, segue com o azimute de 29°40'21" e a distância de 267,04 m até o ponto IT049 (E=585818.88 m e N=9467324.19 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT048 (E=586909.73 m e N=9468536.50 m); daí, segue com um azimute de 45°34'26" e a distância de 619,35 m até o ponto IT047 (E=587352.69 m e N=9468967.63 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Tucunará pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT046 (E=581943.22 m e N=9479856.87 m); daí, segue com o azimute de 262°40'44" e a distância de 894,39 m até o ponto IT045 (E=581056.12 m e N=9479742.89 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito.

Art. 12. Fica excluída dos limites da Floresta Nacional do Crepori, localizada no Município de Jacareacanga, no Estado do Pará, criada pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, a área compreendida pelo polígono discriminado pelo seguinte memorial descritivo: inicia-se no ponto 2B, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E=486962.77 m e N=9349841.91 m) localizado na foz de um afluente sem denominação da margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante do referido afluente pela sua margem esquerda até o ponto TPJ445-11B (E=480670.13 m e N=9344343.73 m); daí, segue a jusante do referido igarapé, acompanhando a curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-11C (E=487065.54 m e N=9349763.57 m), localizado na margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante pelo rio Crepori, acompanhando a curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-12 (E=503899.97 m e N=9339149.98 m); daí, segue a jusante pela margem esquerda do rio Crepori, até o ponto 2B, início da descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área aproximada de 856,12 ha.

Art. 13. Fica excluída da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, localizada nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso, no Estado do Pará, criada pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, a área compreendida pelo polígono discriminado pelo seguinte Memorial Descritivo: inicia-se no ponto P-0 (E=502950.00 m e N=9412625.00 m), georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM; daí, segue a montante pela margem direita do rio Tapajós até o ponto TPJ445-2 (E=429963.13 m e N=9322574.00 m); daí, segue com azimute de 81°40'46" com distância de 1.365 m até o ponto TPJ445-4 (E=431057.97 m e N=9321758.55 m); daí, segue a jusante do rio Tapajós, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-7 (E=432467.18 m e N=9325061.30 m); daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Pacu, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-8 (E=447037.23 m e N=9319536.60 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Pacu, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-9 (E=432838.79 m e N=9326224.10 m); daí, segue a jusante pelo rio Tapajós, pela curva de nível de elevação setenta metros, margeando o igarapé Cantagalo, até o ponto TPJ445-10 (E=465721.50 m e N=9364483.70 m); daí, segue a montante pelo rio Crepori, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-11 (E=486957.02 m e N=9349852.00 m), localizado na foz de um afluente sem denominação da margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante do referido afluente, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-11B (E=480670.13 m e N=9344343.73 m); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 2B (E=486962.77 m e N=9349841.91 m), localizado na margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Crepori até o ponto TPJ445-12 (E=503899.97 m e N=9339149.98 m); daí, segue a jusante pelo rio Crepori, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-13 (E=465886.97 m e N=9365787.70 m); daí, segue a jusante pelo rio Tapajós, pela curva de nível de elevação setenta metros, margeando o igarapé Bacabal, até o ponto TPJ445-14 (E=503396.69 m e N=9412418.00 m); daí, segue a montante pelo rio Ratão, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-15 (E=545788.59 m e N=9371935.67 m); daí, segue a jusante pelo rio Ratão, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto JTB-1 (E=526113.48 m e N=9385151.56 m); daí, segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 738,48 m até o ponto P-7 (E=525375.00 m e N=9385150.00 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Ratão até a sua foz, no ponto P-0 (E=502950.00 m e N=9412625.00 m), início da descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área aproximada de 19.915,88 ha.

Art. 14. As frações das áreas discriminadas no inciso II do art. 2º e nos arts. 5º, 10, 11, 12 e 13 que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito desta Lei, mediante ato próprio do Poder Executivo federal, dispensado o disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 15. Nos momentos em que o nível dos lagos dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá estiverem abaixo das cotas altimétricas mencionadas no inciso II do art. 2º e nos arts. 5º, 10, 11, 12 e 13, ficam proibidas atividades agropecuárias, de mineração, edificações permanentes ou temporárias e quaisquer outros empreendimentos nestas faixas das margens temporariamente emersas.

Art. 16. Ficam excluídas da Floresta Nacional do Tapajós, criada pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, duas áreas totalizando aproximadamente 17.851 ha, sendo a primeira dessas áreas no Município de Belterra, Estado do Pará, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara, na margem da rodovia BR-163, totalizando 11.990 ha; e a segunda, no Município de Aveiro, Estado do Pará, onde se localiza a sede do Município e seu aglomerado urbano da margem direita do rio Tapajós, bem como parte da área rural do seu entorno, totalizando 5.861 ha.

Art. 17. A área a ser excluída da Floresta Nacional do Tapajós, no Município de Belterra, Estado do Pará, tem seus limites descritos a partir de base cartográfica elaborada pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, carta São Jorge (SA-21-Z-D-II), na escala 1:100.000, publicada em Projeção Universal Transversa de Mercator, DATUM-SAD69, Fuso 21S, reprojeta digitalmente para o DATUM SIRGAS 2000; e também com auxílio de informações constantes na imagem de satélite LANDSAT 5 TM, órbita ponto 227/62, com data de passagem em 29/06/2010; e, principalmente, a partir de levantamento planimétrico cadastral do perímetro do imóvel denominado Comunidade São Jorge, realizado no ano de 2007, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas planas aproximadas - c.p.a. 9.659.392 N e 730.730 E, situado no limite com faixa de domínio da rodovia BR - 163; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 02, de c.p.a. 9.659.106 N e 730.733 E; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 03, de c.p.a. 9.653.186 N e 728.981 E; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 04 de c.p.a. 9.646.926 N e 726.971 E; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 05, de c.p.a. 9.644.589 N e 727.568 E; situado no limite com a área de domínio da FLONA do Tapajós; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 06, de c.p.a. 9.644.224 N e 726.665 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 07, de c.p.a. 9.643.889 N e 725.693 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 08, de c.p.a. 9.643.638 N e 724.794 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 09, de c.p.a. 9.643.345 N e 723.746 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 10, de c.p.a. 9.643.093 N e 722.769 E; do vértice 10, segue em linha reta no sentido Norte até o vértice 11, de c.p.a. 9.645.275 N e 722.137 E, do vértice 11, segue em linha reta, no sentido Oeste até o vértice 12 de c.p.a. 9.645.558 N e 721.297 E, do vértice 12, segue em linha reta, no sentido Norte até o vértice 13, de c.p.a. 9.648.115 N e 721.295 E, do vértice 13, segue em linha reta, no sentido Oeste até o vértice 14, de c.p.a. 9.648.509 N e 718.741 E; do vértice 14, segue em linha reta até o vértice 15, de c.p.a. 9.649.524 N e 718.862 E; deste, segue em linha reta até o vértice 16, de c.p.a. 9.650.521 N e 718.999 E; deste, segue em linha reta até o vértice 17, de c.p.a. 9.651.520 N e 719.121 E; deste, segue em linha reta até o vértice 18, de c.p.a. 9.652.486 N e 719.226 E; deste, segue em linha reta até o vértice 19, de c.p.a. 9.653.026 N e 719.284 E; deste, segue em linha reta até o vértice 20, de c.p.a. 9.653.484 N e 719.332 E; deste, segue em linha reta até o vértice 21, de c.p.a. 9.654.483 N e 719.429 E, do vértice 21, segue em linha reta no sentido Nordeste até o vértice 22, de c.p.a. 9.655.604 N e 720.995 E, do vértice 22 segue em linha reta, no sentido Norte até o vértice 23 de c.p.a. 9.657.061 N e 720.974 E; do vértice 23, segue em linha reta, no sentido Leste, até o vértice 24, de c.p.a. 9.658.663 N e 724.656 E; do vértice 24, segue em linha reta, até o vértice 25, de c.p.a. 9.658.669 N e 725.687 E; deste, segue em linha reta até o vértice 26, de c.p.a. 9.658.706 N e 726.700 E; deste, segue em linha reta até o vértice 27, de c.p.a. 9.658.745 N e 727.752 E; deste, segue em linha reta até o vértice 28, de c.p.a. 9.658.956 N e 728.763 E; deste, segue em linha reta até o vértice 29, de c.p.a. 9.659.195 N e 729.750 E; deste, segue em linha reta até o vértice 30, de c.p.a. 9.659.339 N e 730.404 E; deste, segue em linha reta até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 11.990 ha.

Art. 18. A área a ser excluída da Floresta Nacional do Tapajós no Município de Aveiro, Estado do Pará, tem seus limites descritos a partir de base cartográfica elaborada pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, carta Aveiro (SA-21-Z-D-IV), na escala 1:100.000, publicada originalmente em Projeção Universal Transversa de Mercator, DATUM SAD 69, Fuso 21S, reprojeta digitalmente para SIRGAS 2000; e também com apoio visual de imagem de satélite com dados topográficos do programa **Shuttle Radar Topography Mission** - SRTM/NASA, imagem SA-21-Z-D, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se a descrição do perímetro a partir do ponto 1, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação, no ponto de sua foz no rio Tapajós, na Enseada do Pau, de coordenadas planas aproximadas - c.p.a. 9.605.246 N e 689.633 E, seguindo no sentido Sudeste pela margem direita do referido igarapé sem denominação a montante até o ponto 2; do ponto 2, de c.p.a. 9.604.714 N e 690.122 E, segue a montante pela margem direita da linha de drenagem, passando pelo ponto 3, de c.p.a. 9.604.304 N e 690.198 E; pelo ponto 4, de c.p.a. 9.603.821 N e 690.161 E, até o ponto 5, de c.p.a. 9.603.482 N e 690.110 E; do ponto 5 segue em linha reta até o ponto 6, localizado na margem direita do igarapé Açú; do ponto 6, de c.p.a. 9.601.250 N e 693.271 E segue em linha reta no sentido Sul até o ponto 7, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação; do ponto 7, de c.p.a. 9.598.485 N e 693.311 E atravessa o referido igarapé até o ponto 8, localizado na margem direita da confluência com outro igarapé sem denominação; do ponto 8, de c.p.a. 9.598.464 N e 693.323 E, segue a montante pela margem direita do referido igarapé até o ponto 9, localizado na margem direita da confluência com outro igarapé sem denominação; do ponto 9, de c.p.a. 9.598.013 N e 693.444 E, atravessa o referido igarapé até o ponto 10, localizado na margem interna da confluência dos dois igarapés sem denominação; do ponto 10, de c.p.a. 9.597.972 N e 693.442 E, segue pela linha de cumeada, passando pelo ponto 11, de c.p.a. 9.597.614 N e 693.506 E; pelo ponto 12, de c.p.a. 9.597.075 N e 693.418 E; pelo ponto 13, de c.p.a. 9.596.696 N e 693.394 E; até o ponto 14, de c.p.a. 9.596.264 N e 693.267 E; do ponto 14, segue em linha reta até o ponto 15, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação; do ponto 15, de c.p.a. 9.596.654 N e 691.036 E, segue em linha reta até o 16; do ponto 16, de c.p.a. 9.596.825 N e 690.059 E, segue em linha

reta até o ponto 17, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; do ponto 17, de c.p.a. 9.596.228 N e 688.618 E, segue a jusante pela margem esquerda do referido igarapé até o ponto 18; do ponto 18, de c.p.a. 9.596.150 N e 688.320 E, segue em linha reta até o ponto 19, localizado na margem esquerda de um igarapé sem denominação; do ponto 19, de c.p.a. 9.595.841 N e 686.936 E, segue a jusante pela margem esquerda do referido igarapé até o ponto 20, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; do ponto 20, de c.p.a. 9.595.968 N e 685.582 E, segue em sentido Oeste, em linha reta até o ponto 21, localizado na margem direita do rio Tapajós; do ponto 21, de c.p.a. 9.595.954 N e 684.730 E, segue em sentido Norte, a jusante, pela margem direita do rio Tapajós até o ponto 1, início da descrição deste memorial descritivo, perfazendo uma área aproximada de 5.861 ha.

Art. 19. Os limites descritos nos arts. 17 e 18 desta Lei passam a compor a zona de amortecimento da Floresta Nacional do Tapajós, exceto a área urbana do município de Aveiro.

Art. 20. A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 69-A:

"Art. 69-A. Ficam suspensos, até 30 de junho de 2013, as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de débitos inscritos em Dívida Ativa da União ou que venham a ser incluídos até 31 de dezembro de 2012, oriundos de operações de crédito rural contratados entre 17 de maio de 1984 e 31 de maio de 2002, de responsabilidade de produtores rurais vinculados ao Projeto Agro-Industrial do Canavieiro Abraham Lincoln - PACAL, situado no Estado do Pará (Km 92 da Rodovia Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba), desapropriado pela União Federal na forma do Decreto nº 89.677, de 17 de maio de 1984.

Parágrafo único. O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data da publicação desta Lei até 30 de junho de 2013."

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Fica revogado o art. 118 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Gilberto José Spier Vargas
Miriam Belchior
Edisão Lobão

LEI Nº 12.679, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Autoriza o Poder Executivo a doar 4 (quatro) aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar à Força Aérea Boliviana 4 (quatro) aeronaves de fabricação americana, tipo H-1H IROQUOIS, acionadas por motor Lycoming T53-L13B, matrículas 8659, 8533, 8657 e 8666, com os respectivos números de série 13843, 3205, 13024 e 13500, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2ª As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão às expensas da Força Aérea Boliviana.

Art. 3ª A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim
Antonio de Aguiar Patriota

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.765, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e remaneja cargos em comissão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, os seguintes cargos de natureza especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - um cargo de natureza especial de Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas para as Mulheres;

II - um DAS 102.5;

III - três DAS 101.4; e

IV - dois DAS 101.3.

Art. 3º Os cargos extintos, em decorrência da transformação de que tratam os arts. 4º e 5º da Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, são os especificados no Anexo IV.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir por força deste Decreto consideram-se automaticamente exonerados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no caput, a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, suas denominações e respectivos níveis.

Art. 6º A Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental, suas competências e as atribuições dos dirigentes, conforme dispõe o art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 7.043, de 22 de dezembro de 2009.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
Eleonora Menicucci de Oliveira

ANEXO I ESTRUTURA REGIMENTAL DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1ª A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, órgão essencial da Presidência da República, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - assessoramento direto e imediato à Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;

II - elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional;

III - planejamento da incorporação da perspectiva de gênero na ação do Poder Executivo federal e demais esferas públicas, para a promoção da igualdade de gêneros;

IV - articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; e



V - acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações para o cumprimento de acordos, convenções e planos de ação sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens e do combate à discriminação.

Parágrafo único. Compete ainda à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República a coordenação, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em todo o território nacional.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2ª A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos de assistência direta e imediata à Ministra de Estado:

a) Gabinete; e

b) Secretaria-Executiva;

1. Departamento de Administração Interna;

II - Órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres;

b) Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e

c) Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas; e

III - Órgão colegiado: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos órgãos de assistência direta e imediata à Ministra de Estado

Art. 3ª Ao Gabinete compete:

I - assistir a Ministra de Estado em sua representação política e social, ocupando-se das relações públicas e de preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - exercer as atividades de comunicação social e de publicações oficiais, além de colaborar com a Ministra de Estado na preparação de pronunciamentos, discursos e documentos de interesse da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

III - organizar e realizar as atividades de cerimonial e eventos de interesse da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

IV - assessorar a Ministra de Estado em matérias relativas ao ordenamento jurídico nacional e internacional quanto às relações de gênero, em interlocução com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República;

V - assessorar a Ministra de Estado na elaboração e no acompanhamento de projetos de lei que visem a assegurar os direitos das mulheres e a eliminação de legislação de conteúdo discriminatório, em articulação com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

VI - assessorar a Ministra de Estado e demais áreas da Secretaria em atividades de cooperação internacional relativos aos assuntos de competência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

VII - coordenar a implementação das ações decorrentes do cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pela República Federativa do Brasil, relacionados com os assuntos de competência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

VIII - coordenar ouvidoria específica para atender e dar encaminhamento a denúncias relativas à discriminação da mulher;

IX - manter, em articulação com o CNDM, canais permanentes de relação com movimentos sociais de mulheres e outros segmentos da sociedade civil, apoiando o desenvolvimento das atividades que estejam em conformidade com as políticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e

X - prestar apoio administrativo ao funcionamento do CNDM.

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - assistir a Ministra de Estado na definição de diretrizes e do planejamento estratégico da Secretaria, e na coordenação e supervisão das atividades das secretarias integrantes de sua estrutura;

II - apoiar a formulação, a articulação e a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e de outras ações e programas afetos às políticas para as mulheres;

III - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional, de administração de recursos de informação e informática, de pessoal civil, de serviços gerais, de documentação e arquivo, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em articulação com a Secretaria-Geral da Presidência da República;

IV - assessorar a Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres em assuntos de natureza federativa referentes à temática de políticas para as mulheres, em articulação com Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

V - coordenar a organização e a manutenção do acervo bibliográfico sobre as políticas para as mulheres e igualdade de gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e

VI - coordenar as atividades relacionadas ao Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Art. 5º Ao Departamento de Administração Interna compete:

I - executar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional, de administração de recursos de informação e informática, de pessoal civil, de serviços gerais, de documentação e arquivo, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em articulação com a Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - planejar, supervisionar e executar as atividades referentes a licitações e contratos;

III - realizar prestação de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e

IV - coordenar, implementar e acompanhar a formalização e a prestação de contas de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos similares firmados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, fiscalizando em conjunto com as demais unidades a correta aplicação dos recursos.

Seção II
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 6ª À Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres compete:

I - desenvolver, apoiar e disseminar estudos e pesquisas sobre temáticas de gênero, organizando indicadores, estatísticas e outras informações necessárias para subsidiar as definições de políticas para as mulheres e sua participação social;

II - formular políticas e desenvolver, implementar e apoiar programas e projetos para as mulheres nas áreas de trabalho, empreendedorismo e autonomia econômica das mulheres, diretamente ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais; e

III - avaliar e monitorar os planos de políticas para as mulheres nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Art. 7ª À Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres compete:

I - formular políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que visem à prevenção, combate à violência, assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência;

II - desenvolver, implementar e apoiar programas e projetos voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, diretamente ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes da federação ou organizações não governamentais; e

III - planejar, coordenar e avaliar as atividades da central de atendimento à mulher.

Art. 8ª À Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas compete:

I - formular políticas para as mulheres nas áreas de educação, cultura, lazer, esportes, saúde e participação política, que considerem sua diversidade racial, de orientação sexual, geracional, relativa a mulheres com deficiência e mulheres indígenas, sem prejuízo de outras formas de diversidade;

II - desenvolver e implementar programas e projetos temáticos nas áreas de educação, cultura, lazer, esportes, saúde e participação política, que considerem as mulheres em sua diversidade, visando à promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres de forma direta ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais;

III - planejar, supervisionar e avaliar a execução de acordos de cooperação, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil com organismos internacionais nas questões que atinjam as mulheres, com vista à defesa de suas necessidades e de seus direitos; e

IV - promover e articular a formação e a capacitação de agentes públicos nos níveis federal, estadual e municipal na política para as mulheres.

Seção III
Do Órgão Colegiado

Art. 9ª Ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM cabe exercer as competências estabelecidas na Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 10. Ao Secretário-Executivo incumbe coordenar, orientar, supervisionar e avaliar o planejamento e a execução de todos os órgãos específicos singulares e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas em suas respectivas áreas de competência.

Art. 11. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas respectivas áreas de competência.

Art. 12. Ao Chefe de Gabinete da Ministra de Estado e aos demais dirigentes incumbe planejar, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas respectivas áreas de competência.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República serão feitas por intermédio da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 14. O desempenho de função na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República constitui serviço relevante e título de merecimento para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 15. Na execução de suas atividades, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República poderá firmar contratos ou celebrar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com instituições e organismos nacionais ou internacionais para realização de estudos, pesquisas e elaboração de propostas sobre temas específicos de sua competência.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/ DAS
GAGABINETE	3	Assessor Especial	102.5
	1	Chefe de Gabinete	101.5
	5	Assessor	102.4
	1	Coordenador	101.3
	4	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação			

Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	1	Coordenador-Geral	101.4
Ouvidoria	1	Coordenador-Geral	101.4
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
Departamento de Administração Interna	1	Diretor	101.5

Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	6	Coordenador	101.3
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES			
	1	Secretário	101.6
	1	Assessor	102.4
Coordenação-Geral de Autonomia Econômica das Mulheres	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Avaliação de Políticas e Gestão da Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
SECRETARIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES			
	1	Secretário	101.6
	1	Diretor de Programa	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Fortalecimento da Rede de Atendimento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Acesso à Justiça e Combate à Violência	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Ações Preventivas e Garantia de Direitos	1	Coordenador-Geral	101.4
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E AÇÕES TEMÁTICAS			
	1	Secretário	101.6
	1	Diretor de Programa	101.5
Coordenação-Geral de Educação, Cultura, Lazer e Esportes	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Diversidade	1	Coordenador-Geral	101.4

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL	
		QTDE	VALOR TOTAL
NE	5,44	1	5,44
NE	5,40	-	-
DAS 101.6	5,28	4	21,12
DAS 101.5	4,25	4	17,00
DAS 101.4	3,23	9	29,07
DAS 101.3	1,91	10	19,10
DAS 101.2	1,27	1	1,27
DAS 102.5	4,25	2	8,50
DAS 102.4	3,23	6	19,38
DAS 102.3	1,91	6	11,46
DAS 102.2	1,27	1	1,27
DAS 102.1	1,00	1	1,00
TOTAL		45	134,61

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	DA SPM/PR PARA A SEGE/MP (a)		DA SEGE/MP PARA A SPM/PR (b)	
		QTDE	VALOR TOTAL	QTDE	VALOR TOTAL
NE	5,44	-	-	-	-
NE	5,40	-	-	1	5,40
DAS 101.6	5,28	-	-	-	-
DAS 101.4	3,23	-	-	3	9,69
DAS 101.3	1,91	-	-	2	3,82
DAS 102.5	4,25	-	-	1	4,25
TOTAL		-	-	7	23,16

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EXTINTOS PELA LEI Nº 12.314, DE 19 DE AGOSTO DE 2010.

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE	VALOR TOTAL
NE	5,44	1	5,44
DAS 101.6	5,28	1	5,28
TOTAL		2	10,72

DECRETO Nº 7.766, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Aprova o Estatuto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, nos termos do Anexo.

Art. 2º O disposto no inciso II do **caput** do art. 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993, não se aplica à EMBRAPA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 2.291, de 4 de agosto de 1997.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Miriam Belchior
Mendes Ribeiro Filho

ANEXO

ESTATUTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 1º A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, instituída com fundamento na Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO II
DA SEDE, DO FORO E DA DURAÇÃO

Art. 2º A EMBRAPA tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e pode estabelecer unidades em todo o território nacional.

Parágrafo único. A EMBRAPA poderá exercer qualquer das atividades integrantes de seu objeto social fora do território nacional, mediante a instalação de unidades internacionais.

Art. 3º O prazo de duração da EMBRAPA é indeterminado.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 4º São objetivos da EMBRAPA:

I - planejar, orientar, controlar, executar e supervisionar atividades de pesquisa agropecuária, para produzir conhecimentos tecnológicos empregados no desenvolvimento da agricultura nacional;

II - apoiar, técnica e administrativamente, os órgãos e entidades do Poder Executivo, ou organismos vinculados, com atribuições de formulação, orientação e coordenação da política agrícola e da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agrícola;

III - estimular e promover a descentralização operativa de atividades de pesquisa agropecuária de interesse regional, estadual, distrital e municipal, mediante ações de cooperação técnico-científica com organismos de objetivos afins; e

IV - coordenar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, mediante convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. As pesquisas de que trata o inciso I do **caput** abrangem as áreas de ciências agrônômicas, veterinárias, da sociologia e da economia rural, as áreas relacionadas com a agroindústria, ciências florestais e do meio ambiente, pesca, aquicultura, meteorologia e outros temas afetos ao seu objeto.

Art. 5º Em sua atuação internacional, são objetivos da EMBRAPA:

I - facilitar e acelerar a solução de problemas, a busca de oportunidades e o fortalecimento da agricultura brasileira, no que se refere a ações internacionais;

II - planejar, orientar, promover a execução, executar e supervisionar atividades de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia agropecuária e de incentivo aos talentos nacionais para produzir conhecimentos tecnológicos que fortalecem a agricultura brasileira e a dos países em desenvolvimento; e

III - arrecadar e administrar os recursos recebidos de organizações nacionais e internacionais como doação, e os recursos oriundos de contratos específicos de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e capacitação a título de licenciamento de propriedade intelectual e de **know how** de propriedade da EMBRAPA.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos, os gestores das unidades situadas no exterior, nomeados pelo Presidente da EMBRAPA, na forma da regulamentação interna, poderão:

I - assinar documentos e instrumentos para obter prestação de serviços em geral, execução de obras, aquisição ou venda de bens móveis e locação de bens imóveis, inclusive termos e contratos com terceiros;

II - manejar e transferir para as instituições cooperantes os recursos a elas destinados, de acordo com contratos firmados entre as partes;

III - gerir os recursos das unidades; e

IV - representar a EMBRAPA em juízo ou administrativamente.

Art. 6º Para consecução de seus objetivos, a EMBRAPA deverá, especialmente:

I - articular-se com entidades públicas dedicadas à pesquisa agropecuária, para harmonizar programas;

II - articular-se com entidades de direito privado, notadamente as que reúnem produtores rurais e outros agentes do setor produtivo, para executar atividades de pesquisa agropecuária;

III - articular-se com as entidades de assistência técnica e extensão rural, públicas ou privadas, para difusão de tecnologia e obtenção de apoio às atividades de pesquisa;

IV - evitar duplicação de investimentos em atividades de pesquisa, mediante mobilização da capacidade já instalada em outras áreas, especialmente em universidades e organismos governamentais;



V - promover e apoiar formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em atividades de pesquisa e do pessoal técnico e administrativo;

VI - apoiar financeiramente atividades de pesquisa de seu interesse executadas por outras entidades, mediante convênio ou contrato de projetos de pesquisa específicos; e

VII - manter relacionamento com entidades internacionais e estrangeiras, com vistas à permanente atualização tecnológica e científica e ao estabelecimento de parcerias na execução de projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento.

Art. 7º A concessão do apoio financeiro de que trata o art. 5º da Lei nº 6.126, de 6 de novembro de 1974, será disciplinada em convênios celebrados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os entes federativos interessados, implementados mediante contratos entre a EMBRAPA e as empresas estaduais, que deverão, para os fins do disposto no inciso III do **caput** do art. 1º da Lei nº 6.126, de 1974, atender às seguintes condições:

I - adotar diretrizes organizacionais e critérios de escolha de dirigentes semelhantes aos da EMBRAPA;

II - executar seus trabalhos em consonância com os sistemas de programação e de controle técnico e financeiro fixados pela EMBRAPA;

III - adequar a metodologia de trabalho e de avaliação às normas preconizadas pela EMBRAPA;

IV - ser o principal instrumento estadual de pesquisa agropecuária; e

V - integrar-se ao SNPA.

Parágrafo único. Poderão ser estabelecidas outras modalidades de cooperação além do apoio financeiro, como:

I - a participação societária da EMBRAPA nas empresas estaduais de pesquisa agropecuária;

II - a cessão às empresas estaduais de bens móveis e imóveis pertencentes à EMBRAPA ou sob sua administração; e

III - a alocação de pessoal especializado para executar atividades nas empresas estaduais.

Art. 8º A EMBRAPA poderá delegar às entidades do SNPA a execução de atividades de pesquisa agropecuária de interesse da unidade federativa em que estão situadas e exercerá ação normativa, programática, de coordenação, acompanhamento e avaliação de resultados, conforme estabelecido em convênio, contrato ou ajuste.

Art. 9º Na elaboração de planos, programas, projetos e atividades, especialmente na programação de pesquisa e na elaboração do orçamento, a EMBRAPA observará as seguintes diretrizes:

I - atendimento às políticas estabelecidas nos planos nacionais de desenvolvimento e de ciência e tecnologia, compatíveis com as prioridades estabelecidas nos planos setoriais da agricultura e do abastecimento;

II - adequação dos projetos e atividades aos programas de pesquisa do Governo federal, nas áreas mencionadas no parágrafo único do art. 4º;

III - revisão da programação de suas atividades em face da avaliação de programas anteriores e daqueles em andamento;

IV - observância das diferenças regionais e sociais na elaboração de planos, programas, projetos e atividades;

V - participação das unidades de pesquisa e desenvolvimento na elaboração dos projetos e atividades;

VI - acompanhamento e avaliação da execução dos programas em vários níveis, do montante dos custos reais incorridos e da eficácia dos processos adotados; e

VII - participação das organizações públicas e privadas de caráter nacional, regional, estadual e municipal na definição de prioridades e avaliações de resultados.

CAPÍTULO IV DO CAPITAL SOCIAL

Art. 10. O capital social da EMBRAPA é de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), pertencente integralmente à União.

Art. 11. O capital social da EMBRAPA poderá ser alterado mediante:

I - participação de pessoas jurídicas de direito público interno e de entidades da administração pública indireta federal, estadual, distrital ou municipal, reservada à União, em qualquer hipótese, manter a participação mínima de cinquenta e um por cento do capital social, com direito a voto, garantida a manutenção dessa situação em todas as emissões de ações; e

II - incorporação de lucros, reservas e recursos que a União destinar para esse fim.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 12. Constituem recursos financeiros da EMBRAPA:

I - os recursos provenientes de convênios, ajustes ou contratos de prestação de serviços;

II - as dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

III - os créditos abertos em seu favor;

IV - os recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;

V - a renda de bens patrimoniais;

VI - os recursos de operações de crédito, assim entendidos os decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos;

VII - as doações que lhe forem feitas;

VIII - receitas operacionais, da exploração de **royalties** e de direitos autorais e intelectuais; e

IX - outras modalidades de receita, inclusive as decorrentes de comercialização de tecnologia, sementes, mudas, animais e outros produtos derivados de pesquisa.

CAPÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Seção I Disposições gerais

Art. 13. A estrutura da EMBRAPA compreenderá, no mínimo:

I - órgão de deliberação superior: Conselho de Administração;

II - órgãos de administração superior: Diretoria-Executiva e unidades centrais, responsáveis por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da EMBRAPA, além de formular suas políticas;

III - unidades descentralizadas, responsáveis por, em suas áreas de atuação, coordenar, programar e executar atividades-fim da EMBRAPA;

IV - unidades internacionais, responsáveis pela busca dos objetivos estabelecidos no art. 5º; e

V - Conselho Fiscal.

Parágrafo único. A estrutura detalhada da EMBRAPA e as funções dos órgãos que a compõem serão definidas em regimento interno, elaborado pela Diretoria-Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 14. A EMBRAPA será administrada pelo Conselho de Administração, órgão de deliberação superior, e pela Diretoria-Executiva.

§ 1º O Presidente da EMBRAPA é membro nato do Conselho de Administração, no qual permanecerá enquanto ocupar o cargo.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração, o Presidente da EMBRAPA e os diretores-executivos serão nomeados pelo Presidente da República, para prazo de gestão de três anos, e poderão ser reconduzidos por igual período.

§ 3º Os diretores-executivos atuarão nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, administração e finanças, com atribuições previstas nos atos normativos da EMBRAPA.

Art. 15. Não poderão participar dos órgãos estatutários, além dos impedidos por lei:

I - os que detenham controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com a EMBRAPA ou que lhe tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, os que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação, no exercício social imediatamente anterior à data da eleição ou nomeação;

II - os que foram condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra a fé pública, contra a propriedade ou que tiverem sido condenados a pena criminal que veda, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

III - os declarados inabilitados para cargos de administração em empresas sujeitas a autorização, controle e fiscalização de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta;

IV - os declarados falidos ou insolventes;

V - os que detiveram o controle ou participaram da administração de pessoa jurídica concordatária, falida ou insolvente, no período de cinco anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

VI - os que sejam sócio, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração, da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal, e das Chefias das Unidades Centrais, Descentralizadas e Internacionais da Empresa;

VII - os que ocuparem cargos em sociedades consideradas concorrentes no mercado, em especial em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, salvo dispensa do Conselho de Administração; e

VIII - os que tiverem interesse conflitante com a EMBRAPA, salvo dispensa do Conselho de Administração.

§ 1º Aos integrantes dos órgãos de administração é vedado intervir em operação em que, direta ou indiretamente, sejam interessadas sociedades de que detenham o controle ou participação superior a cinco por cento do capital social.

§ 2º A vedação a que se refere o § 1º também se aplica quando se tratar de empresa em que ocupem ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na EMBRAPA.

Seção II Do Conselho de Administração

Art. 16. O Conselho de Administração, com oito membros, terá a seguinte composição:

I - dois membros indicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo um membro proposto por entidades civis ou governamentais ligadas à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento técnico-científico, de representações de profissionais e entidades vinculadas à atividade agropecuária ou agroindustrial, e outro por organizações que congreguem produtores, empresas ou trabalhadores que atuem nos setores agropecuário ou agroindustrial;

II - um membro indicado pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - o Presidente da EMBRAPA;

IV - um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V - um membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda;

VI - um membro indicado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; e

VII - um membro representante dos empregados da EMBRAPA, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.

§ 1º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indicará o Presidente do Conselho de Administração, que escolherá seu substituto, excluído o Presidente da EMBRAPA em ambos os casos.

§ 2º As indicações do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de que trata o inciso I do **caput** serão feitas em listas triplas para cada vaga.

§ 3º Para fins de indicação e exercício da gestão, os membros do Conselho de Administração referidos nos incisos IV a VI do **caput** devem ser subordinados aos Ministérios e serão substituídos quando perderem essa condição.

§ 4º Os membros do Conselho de Administração referidos no inciso I do **caput** deverão ser brasileiros, com título de mestre ou doutor, comprovada experiência gerencial e notórios conhecimentos das atividades de ciência e tecnologia, política de desenvolvimento do setor agrícola ou administração.

§ 5º No processo de escolha dos membros referidos no inciso I do **caput** do Conselho de Administração, indicados pelas entidades civis ou governamentais, o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá ser assessorado por um grupo de seleção **ad hoc**, composto por pessoas de notório saber na área de ciência e tecnologia.

§ 6º A investidura dos membros do Conselho de Administração ocorrerá mediante assinatura de termo de posse.

§ 7º Na hipótese de recondução, o novo prazo de gestão será contado a partir da data do término da gestão anterior.

§ 8º Com exceção do membro nato, perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, no período de sua gestão, faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa.

§ 9º A perda do cargo não elide a responsabilidade civil e penal a que estão sujeitos os membros do Conselho de Administração em virtude do descumprimento de suas obrigações.

§ 10. Findos os prazos de gestão, os membros do Conselho de Administração permanecerão em exercício até a posse dos novos Conselheiros.

§ 11. Em caso de vacância no curso do prazo de gestão, será nomeado novo conselheiro, que completará o prazo de gestão do substituído.

§ 12. Os membros do Conselho de Administração ficam impedidos, pelo período de quatro meses, contados do término de sua gestão, de:

I - exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades ou entidades concorrentes da EMBRAPA;

II - assumir cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado no regimento interno do Conselho; e

III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da administração pública federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado no regimento interno do Conselho.

§ 13. Incluem-se no período de impedimento a que se refere o § 12 eventuais períodos de férias anuais remuneradas não gozadas.

Art. 17. Ao Conselho de Administração caberá organizar, controlar e avaliar atividades da empresa, e especificamente:

I - fixar as políticas de ação da empresa;

II - aprovar o Plano Diretor da EMBRAPA, os Planos Anuais e Plurianuais de Trabalho e os Orçamentos-Programa;

III - aprovar a política de pessoal da empresa, o quadro de pessoal e a tabela de remuneração e demais vantagens;

IV - fixar as políticas de articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento nacionais, estrangeiras e internacionais;

V - fixar as políticas de articulação com as entidades de assistência técnica e extensão rural e com outros serviços do poder público e do setor privado, para efeitos de difusão de tecnologia e de obtenção de apoio às atividades de pesquisa;

VI - autorizar a alienação e a oneração de bens imóveis da EMBRAPA;

VII - autorizar a contratação de serviços de auditoria externa;

VIII - aprovar a prestação de contas e propor aumentos do capital social da EMBRAPA;

IX - indicar, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para nomeação pelo Presidente da República, nomes para os cargos de Presidente da EMBRAPA e de diretores-executivos;

X - aprovar a política de escolha dos chefes das unidades descentralizadas e das unidades internacionais;

XI - aprovar o modelo institucional e a estrutura organizacional da EMBRAPA;

XII - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIII - conceder licença e férias aos titulares da Diretoria-Executiva e designar substituto para quaisquer deles, em caso de licença ou vacância, nesta hipótese até nomeação do novo ocupante do cargo;

XIV - deliberar sobre a participação da EMBRAPA no capital social de empresas estaduais de pesquisa agropecuária, observada a legislação vigente;

XV - aprovar o regulamento de licitações;

XVI - propor alteração do Estatuto; e

XVII - implementar avaliação formal de desempenho anual da Diretoria-Executiva e do próprio Conselho de Administração, segundo critérios previstos no regimento interno.

§ 1º O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário, em qualquer dos casos, por convocação do seu Presidente, da maioria dos seus membros ou do Presidente da EMBRAPA, com presença mínima de dois terços, e deliberará por maioria de votos dos membros presentes, cujas decisões serão registradas em ata, cabendo ao Presidente da reunião o voto de qualidade no caso de empate.

§ 2º O representante dos empregados, de que trata o inciso VII do caput do art. 16, não participará das reuniões, discussões e deliberações sobre assuntos que envolvem relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, matérias de previdência complementar e assistenciais, hipótese em que fica configurado conflito de interesse.

§ 3º O Conselho de Administração se reunirá, ao menos uma vez por ano, sem a presença do Presidente da EMBRAPA, para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAIN.T.

Seção III Da Diretoria-Executiva

Art. 18. À Diretoria-Executiva, composta pelo Presidente da EMBRAPA e por três diretores-executivos, caberá a gestão administrativa da EMBRAPA, e especificamente:

I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as normas em vigor e as decisões emanadas do Conselho de Administração;

II - autorizar a oneração dos bens móveis da EMBRAPA;

III - apreciar e oferecer sugestões para a elaboração dos regimentos internos das unidades centrais, descentralizadas e internacionais; e

IV - analisar e aprovar todos os assuntos e propostas a serem submetidos pelo Presidente da EMBRAPA à decisão do Conselho de Administração.

§ 1º A investidura dos membros da Diretoria-Executiva será feita mediante assinatura de termo de posse.

§ 2º Na hipótese de recondução, o novo prazo de gestão será contado a partir da data do término da gestão anterior.

§ 3º Findos os prazos de gestão, os membros da Diretoria-Executiva permanecerão em exercício até a posse dos novos diretores.

§ 4º Em caso de vacância no curso do período de gestão, será nomeado novo Diretor, que completará o prazo de gestão do substituído.

§ 5º Aplicam-se aos membros da Diretoria-Executiva o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 16.

Art. 19. A Diretoria-Executiva se reunirá ordinariamente uma vez por semana ou extraordinariamente por convocação do Presidente.

§ 1º A Diretoria-Executiva deliberará por maioria de votos, e caberá ao Presidente o voto de desempate.

§ 2º A Diretoria-Executiva se reunirá com a presença do Presidente e de dois diretores-executivos, no mínimo.

Art. 20. O titulares da Diretoria-Executiva serão escolhidos entre profissionais brasileiros com diploma de ensino superior, de comprovada experiência administrativa e notório conhecimento das atividades da EMBRAPA, devendo pelo menos dois deles possuir título de doutor em Ciências Agrônomicas, Veterinárias, Florestais, Sociologia, Economia Rural, Meio Ambiente ou áreas afins.

Art. 21. Caberá ao Presidente da EMBRAPA:

I - representar a EMBRAPA em juízo ou fora dele, receber as citações judiciais e constituir procuradores;

II - dirigir, coordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Empresa, dentro e fora do território nacional, para consecução dos objetivos da EMBRAPA;

III - nomear os chefes das unidades centrais, descentralizadas e internacionais;

IV - atribuir responsabilidades específicas aos diretores-executivos e supervisionar seu trabalho, especialmente nas atividades para organização técnico-administrativa da EMBRAPA;

V - designar o Diretor-Executivo que o substituirá durante suas viagens ao exterior ou em seus impedimentos ocasionais de duração máxima de quinze dias, e o substituto eventual de qualquer outro diretor-executivo nas mesmas condições;

VI - promover a contratação, promoção, licenciamento, transferência, remoção e dispensa de empregados, e a aplicação de penalidades disciplinares;

VII - assinar ou delegar poderes para assinatura de convênios, ajustes e contratos;

VIII - submeter ao Conselho de Administração os relatórios, documentos e informações que devam ser apresentados, para efeito de acompanhamento das atividades da EMBRAPA; e

IX - submeter anualmente ao Conselho de Administração o relatório de administração, o balanço geral e a prestação de contas do exercício findo.

Art. 22. Os diretores-executivos deverão elaborar e submeter ao Presidente da EMBRAPA projetos de atos administrativos e normativos cujo exame e aprovação sejam da sua atribuição.

Art. 23. A abertura de contas bancárias em nome da EMBRAPA, sua movimentação mediante assinatura de cheques, endossos e ordens de pagamento, e a emissão, aceitação e endosso de títulos de crédito constituem atos de responsabilidade privativa do Presidente da EMBRAPA, delegáveis, total ou parcialmente, a quaisquer dos diretores-executivos ou a procuradores constituídos para esse fim específico.

§ 1º A delegação prevista no caput, quando não recair em titulares da Diretoria-Executiva, deverá ser exercida, em conjunto, por dois empregados da EMBRAPA, sendo um deles, preferencialmente, dirigente de unidade central, descentralizada ou internacional.

§ 2º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, equiparam-se aos empregados da EMBRAPA os servidores públicos a seu serviço.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 24. O Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos, de reputação ilibada e reconhecida capacidade técnica, sendo um indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda como representante da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e dois indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que os designará, por ato específico, para mandato de um ano, admitida a recondução.

§ 1º Cada membro do Conselho Fiscal terá um suplente, indicado e designado nas mesmas condições do titular.

§ 2º Na hipótese de recondução, o prazo do novo mandato será contado a partir da data do término do mandato anterior.

§ 3º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será de dez por cento da remuneração mensal média dos diretores-executivos.

§ 4º Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões.

§ 5º A perda do cargo não elide a responsabilidade civil e penal a que estejam sujeitos os membros do Conselho Fiscal em virtude do descumprimento de suas obrigações.

§ 6º Findos os mandatos, os membros do Conselho Fiscal permanecerão em exercício até a posse dos novos Conselheiros.

§ 7º Em caso de vacância no curso do mandato, será nomeado novo conselheiro, que completará o mandato do substituído.

§ 8º Os membros do Conselho Fiscal elegerão entre si, na primeira reunião, seu Presidente.

§ 9º O Conselho Fiscal se reunirá mensalmente ou extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, pelo Presidente da EMBRAPA ou pelo Presidente do Conselho de Administração, e registrará suas decisões em ata.

Art. 25. Ao Conselho Fiscal compete:

I - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria-Executiva;

II - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, com poderes para examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III - elaborar e aprovar seu regimento interno;

IV - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V - opinar sobre o relatório anual de administração;

VI - opinar sobre as propostas de alteração do capital social;

VII - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, erros, fraudes ou outras irregularidades de que tiver conhecimento, e sugerir-lhes as providências cabíveis;

VIII - analisar, mensalmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaborados pela EMBRAPA;

IX - opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício social;

X - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria-Executiva, na forma do § 3º do art. 163 da Lei nº 6.404, de 1976;

XI - opinar sobre a destinação do lucro líquido e a constituição de reservas de lucros acompanhada de orçamento de capital, caso cabível;

XII - acompanhar o procedimento licitatório para contratação de auditoria independente, e formular recomendações à administração da EMBRAPA quanto à elaboração dos editais e à seleção da entidade; e

XIII - exercer demais atribuições referentes ao seu poder de fiscalização.

§ 1º Mediante comunicação por escrito, os órgãos de administração são obrigados a fornecer ao Conselho Fiscal, no prazo de dez dias a partir de seu recebimento, cópia das atas de suas reuniões e, no prazo de quinze dias a partir de seu recebimento, cópia dos balancetes, demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, e relatórios da execução de orçamentos.



§ 2º O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

CAPÍTULO VII
DO PESSOAL

Art. 26. O regime jurídico do pessoal da EMBRAPA será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º Enquanto no exercício do cargo, aos titulares da Diretoria-Executiva serão estendidos os deveres e direitos inerentes ao regime jurídico de que trata este artigo, nos termos da legislação específica.

§ 2º A admissão de pessoal em cargo de provimento efetivo ocorrerá mediante seleção pública de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

Art. 27. A remuneração do pessoal da EMBRAPA procurará acompanhar os níveis do mercado de trabalho.

Art. 28. A remuneração e as demais vantagens dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva serão fixadas de acordo com as normas editadas pelo Poder Executivo.

Art. 29. O pessoal técnico e administrativo da EMBRAPA será submetido a periódica avaliação de desempenho, para aferir a melhoria alcançada pelo empregado, os impactos gerados em benefício da empresa, e para subsidiar a operacionalização de Sistema de Gratificação por Resultados, buscando estimular o aumento da produtividade do trabalho, o aperfeiçoamento e a eficiência da EMBRAPA.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho será realizada através de critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 30. Em todos os contratos de trabalho firmados pela EMBRAPA será consignado que o empregado poderá ser transferido para qualquer unidade, de acordo com as necessidades do serviço, e que sua produção técnico-científica será de propriedade da empresa, em consonância com as normas da EMBRAPA.

CAPÍTULO VIII
DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 31. O exercício social corresponderá ao ano civil.

Art. 32. A EMBRAPA levantará seu balanço geral em 31 de dezembro de cada ano, que será auditado por empresa de auditoria externa.

Art. 33. Do resultado do exercício, feita a dedução para atender aos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, o Conselho de Administração fixará a sua destinação, observadas as parcelas de:

I - cinco por cento para a constituição da Reserva Legal, até que alcance vinte por cento do capital social; e

II - vinte e cinco por cento, no mínimo, para o pagamento de dividendos.

§ 1º Os prejuízos acumulados, observado o art. 189 da Lei nº 6.404, de 1976, poderão ser deduzidos do capital social, na forma prevista no art. 173 da referida lei.

§ 2º A proposta de destinação do saldo, se houver, será apresentada ao Conselho de Administração pela Diretoria-Executiva, de acordo com o disposto nos arts. 195 a 199 da Lei nº 6.404, de 1976, para deliberação e submissão à aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, nos termos do Decreto nº 2.673, de 1998.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o Presidente da EMBRAPA e os diretores-executivos, ao assumirem e ao deixarem as funções ou cargos, prestarão declaração de bens.

Art. 35. Em caso de extinção da EMBRAPA, seus bens e direitos, atendidos os encargos e responsabilidades assumidos, serão revertidos ao patrimônio da União e ao das pessoas jurídicas que participarem do capital, proporcionalmente à respectiva integralização.

Art. 36. Os administradores e os membros do Conselho Fiscal serão individualmente responsabilizados pelos atos praticados no âmbito de suas respectivas atribuições quando agirem em desconformidade com a lei e com este Estatuto.

Art. 37. Casos omissos neste Estatuto serão decididos pelo Conselho de Administração, ou, nos termos expressos em lei, pela Diretoria-Executiva.

Art. 38. A EMBRAPA assegurará, aos integrantes e ex-integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria-Executiva, a defesa em processos judiciais e administrativos pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa, na forma definida pelo Conselho de Administração.

Art. 39. A EMBRAPA rege-se pela Lei nº 5.851, de 1972, por este Estatuto e, subsidiariamente, pela Lei nº 6.404, de 1976.

DECRETO DE 25 DE JUNHO DE 2012

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.919.942,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "b" e "e", da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.919.942,00 (quatro milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, no valor de R\$ 2.891.000,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e um mil reais), relativo a Recursos Ordinários; e

II - anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 2.028.942,00 (dois milhões, vinte e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura									
UNIDADE: 42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO-DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2027									Cultura: Preservação, Promoção e Acesso
									1.996.000
									ATIVIDADES
13 392									Funcionamento de Bibliotecas da União
13 392									Funcionamento de Bibliotecas da União - Nacional
									1.996.000
									1.996.000
									1.996.000
2107									Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura
									895.000
									ATIVIDADES
13 122									Administração da Unidade
13 122									Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro
									895.000
									895.000
									895.000
TOTAL - FISCAL									2.891.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.891.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012062600013

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura									
UNIDADE: 42902 - Fundo Nacional de Cultura									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO-DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2027									Cultura: Preservação, Promoção e Acesso
									2.028.942
									ATIVIDADES
13 392									Fomento e Promoção a Projetos em Arte e Cultura
13 392									Fomento e Promoção a Projetos em Arte e Cultura - Nacional
									2.028.942
									2.028.942
									2.028.942
TOTAL - FISCAL									2.028.942
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.028.942

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura									
UNIDADE: 42902 - Fundo Nacional de Cultura									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO-DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0999									Reserva de Contingência
									2.028.942
									OPERÇÕES ESPECIAIS
99 999									Reserva de Contingência - Financeira
99 999									Reserva de Contingência - Financeira - Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas
									2.028.942
									2.028.942
									2.028.942
TOTAL - FISCAL									2.028.942
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.028.942

DECRETO DE 25 DE JUNHO DE 2012

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 8.016.995,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, incisos IV, alínea "c", e VI, alínea "a", da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 8.016.995,00 (oito milhões, dezesseis mil, novecentos e noventa e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO I										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.077.147	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.026.327		
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.026.327		
28 846	0901 00H2	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	100	50.820		
28 846	0901 00H2 0001	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional - Nacional	F	1	1	90	0	100	50.820		
TOTAL - FISCAL									1.077.147		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									1.077.147		

ANEXO I										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO-DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.234.076		
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							234.076		
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							234.076		
28 846	0901 00H2	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	100	3.000.000		
28 846	0901 00H2 0001	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional - Nacional							3.000.000		
			F	1	1	90	0	100	3.000.000		
TOTAL - FISCAL									3.234.076		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									3.234.076		

ANEXO I										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00	
FUNCI- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	PTE	VALOR		
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.115.772		
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							3.115.772		
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							3.115.772		
			F	1	1	90	0	100	3.115.772		
TOTAL - FISCAL									3.115.772		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									3.115.772		

ANEXO I								Crédito Suplementar		
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							190.000	
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis							190.000	
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Distrito Federal							190.000	
			S	1	1	90	0	100	190.000	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									190.000	
TOTAL - GERAL									190.000	

TRENSURB										Crédito Suplementar	
ANEXO I										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										VALOR	
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE			
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							400.000		
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0901 00H2	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional							400.000		
28 846	0901 00H2 0001	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional - Nacional							400.000		
			F	1	1	90	0	100	400.000		
TOTAL - FISCAL									400.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									400.000		

ANEXO II									Crédito Suplementar					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR					
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							190.000					
		OPERAÇÕES ESPECIAIS												
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Ser- vidores Cíveis							190.000					

09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional	S	1	1	90	0	100	190.000
									190.000
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.826.995
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							7.826.995
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							7.826.995
			F	1	1	90	0	100	7.826.995
TOTAL - FISCAL									7.826.995
TOTAL - SEGURIDADE									190.000
TOTAL - GERAL									8.016.995

DECRETO DE 25 DE JUNHO DE 2012

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 69.801.309,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos I, alíneas "c" e "e", VIII e XI, alínea "a", da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 69.801.309,00 (sessenta e nove milhões, oitocentos e um mil, trezentos e nove reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, no valor de R\$ 1.693.138,00 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, cento e trinta e oito reais), sendo:

a) R\$ 308.840,00 (trezentos e oito mil, oitocentos e quarenta reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

b) R\$ 1.384.298,00 (um milhão, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia; e

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 68.108.171,00 (sessenta e oito milhões, cento e oito mil, cento e setenta e um reais), dos quais:

a) R\$ 13.284.222,00 (treze milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 54.137.868,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais) de Recursos de Convênios; e

c) R\$ 686.081,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e oitenta e um reais) de Doações de Entidades Internacionais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

ANEXO										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0553		Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados							580.451		
ATIVIDADES											
01 031	0553 4061	Processo Legislativo							295.992		
01 031	0553 4061 0001	Processo Legislativo - Nacional							295.992		
			F	3	2	90	5	195	98.800		
			F	4	2	90	5	195	197.192		
01 128	0553 4091	Capacitação de Recursos Humanos							284.459		
01 128	0553 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional							284.459		
			F	3	2	90	5	195	284.459		
TOTAL - FISCAL									580.451		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									580.451		

ANEXO							Crédito Suplementar				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)							Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00				
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0550		Controle Externo								105.630	
		PROJETOS									
01 122	0550 5455	Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União							105.630		
01 122	0550 5455 0001	Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União - Nacional							105.630		
			F	3	2	90	0	195	105.630		
TOTAL - FISCAL									105.630		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									105.630		



ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							3.460.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administra- tiva na Justiça Eleitoral							3.460.000
02 122	0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Ge- rais							3.460.000
			F	3	2	90	0	150	3.460.000
TOTAL - FISCAL									3.460.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.460.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral										
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná										
ANEXO										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Crédito Suplementar										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00										
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
0570		Gestão do Processo Eleitoral							1.508.840	
		ATIVIDADES								
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administra- tiva na Justiça Eleitoral							1.508.840	
02 122	0570 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná							1.508.840	
			F	3	2	90	0	350	308.840	
			F	4	2	90	0	181	1.200.000	
TOTAL - FISCAL									1.508.840	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									1.508.840	

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral											
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro											
ANEXO											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
										Crédito Suplementar	
										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00	
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0570		Gestão do Processo Eleitoral								2.673.805	
		ATIVIDADES									
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administra- tiva na Justiça Eleitoral								2.673.805	
02 122	0570 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Ja- neiro								2.673.805	
			F	3	2	90	0	150	2.673.805		
TOTAL - FISCAL									2.673.805		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									2.673.805		

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral										
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima										
ANEXO										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
0570		Gestão do Processo Eleitoral								447.000
		ATIVIDADES								
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administra- tiva na Justiça Eleitoral								447.000
02 122	0570 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima								447.000
			F	3	2	90	0	150		447.000
TOTAL - FISCAL										447.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										447.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral										
UNIDADE: 14901 - Fundo Partidário										
ANEXO										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Crédito Suplementar										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00										
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								1.384.298
		OPERACÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 0413	Manutenção e Operação dos Partidos Polí- ticos								1.384.298
28 846	0909 0413 0001	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos - Nacional								1.384.298
			F	3	1	50	0	374		1.384.298
TOTAL - FISCAL										1.384.298
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.384.298

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho											
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais											
ANEXO											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
Crédito Suplementar											
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00											
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista								1.983.082	
		ATIVIDADES									
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Traba- lho							1.983.082		
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							1.983.082		
			F	3	2	90	0	150	381.139		
			F	3	2	90	0	181	1.601.943		
TOTAL - FISCAL									1.983.082		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									1.983.082		

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.953.019
		ATIVIDADES							
02 128	0571 4091	Capacitação de Recursos Humanos							300.000
02 128	0571 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional	F	3	2	90	0	181	300.000
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Traba- lho							2.853.019
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	F	3	2	90	0	150	496.345
			F	3	2	90	0	181	1.606.674
			F	4	2	90	0	150	250.000
			F	4	2	90	0	181	500.000
		PROJETOS							
02 122	0571 13GP	Construção do Edifício-Sede do Fórum Tra- balhista de Alagoínhas - BA							800.000
02 122	0571 13GP 0101	Construção do Edifício-Sede do Fórum Traba- lhista de Alagoínhas - BA - No Município de Alagoínhas - BA							800.000
			F	4	2	90	0	181	800.000
TOTAL - FISCAL									3.953.019
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.953.019

ORGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.350.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Traba- lho							6.350.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							6.350.000
			F	3	2	90	0	150	3.350.000
			F	3	2	90	0	181	391.000
			F	4	2	90	0	181	2.609.000
TOTAL - FISCAL									6.350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.350.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho										
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará										
ANEXO										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Credito Suplementar										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00										
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.893.103	
		ATIVIDADES								
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.893.103	
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							2.893.103	
			F	3	2	90	0	181	1.000.000	
			F	4	2	90	0	181	1.893.103	
TOTAL - FISCAL									2.893.103	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									2.893.103	



ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ORGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre									
ANEXO								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							60.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							60.000
			F	3	2	90	0	150	25.000
			F	4	2	90	0	150	35.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ORÇÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00									
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.414.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Traba- lho							1.414.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							1.414.000
			F	3	2	90	0	150	64.000
			F	3	2	90	0	181	1.350.000
TOTAL - FISCAL									1.414.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.414.000

ORGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho										
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás										
ANEXO										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista								1.314,038
		ATIVIDADES								
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Traba- lho								1.314,038
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional								1.314,038
			F	4	2	90	0	150		1.145,119
			F	4	2	90	0	181		168,919
TOTAL - FISCAL										1.314,038
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.314,038

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							225.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Traba- lho							225.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							225.000
			F	3	2	90	0	150	225.000
TOTAL - FISCAL									225.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									225.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe										
ANEXO										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes										R\$ 1,00
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								570.505
		ATIVIDADES								
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho								570.505

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							125.900		
		ATIVIDADES									
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Traba- lho							125.900		
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							125.900		
			F	4	2	90	0	150	125.900		
TOTAL - FISCAL									125.900		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									125.900		

ORGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00	
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							18.428.000
		ATIVIDADES							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							18.428.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							18.428.000
			F	4	2	90	0	181	18.428.000
TOTAL - FISCAL									18.428.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.428.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios										Crédito Suplementar	
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00	
ANEXO											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR		
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal								9.000.000	
		PROJETOS									
02 122	0567 19BG	Construção do Anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal								9.000.000	
02 122	0567 19BG 0053	Construção do Anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal - No Distrito Federal								9.000.000	
			F	4	2	90	0	181		9.000.000	
TOTAL - FISCAL									9.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									9.000.000		

DECRETO DE 25 DE JUNHO DE 2012

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 207.688.315,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, V, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos V, alíneas "a" em 1, e IX, da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério do Meio Ambiente, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 207.688.315,00 (duzentos e sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e quinze reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, no valor de R\$ 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa mil reais), relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 206.498.315,00 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e quinze reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente									
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0906			Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						1.190.000
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							1.190.000
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							1.190.000
			F	2	0	90	0	388	370.000
			F	6	0	90	0	388	820.000
TOTAL - FISCAL									1.190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.190.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União									
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0906			Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						81.498.315
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 844	0906 0419	Dívida Externa da União decorrente de Empréstimos e Financiamentos							81.498.315
28 844	0906 0419 0001	Dívida Externa da União decorrente de Empréstimos e Financiamentos - Nacional							81.498.315
			F	2	0	90	0	144	20.819.351
			F	6	0	90	0	143	60.678.964
TOTAL - FISCAL									81.498.315
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									81.498.315

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito									
UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2014			Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização						125.000.000
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
20 605	2014 0299	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)							125.000.000
20 605	2014 0299 0001	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							125.000.000
			F	3	1	90	0	100	125.000.000
TOTAL - FISCAL									125.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									125.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda									
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0906			Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						4.255.806
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							4.255.806
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							4.255.806
			F	2	0	90	0	144	398.187
			F	6	0	90	0	143	3.857.619
TOTAL - FISCAL									4.255.806
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.255.806

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0906			Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						32.635.603
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							32.635.603
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							32.635.603
			F	2	0	90	0	144	7.630.615
			F	6	0	90	0	143	25.004.988
TOTAL - FISCAL									32.635.603
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.635.603

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia									
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0906			Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						2.250.206
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							2.250.206
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							2.250.206
			F	2	0	90	0	144	835.203
			F	6	0	90	0	143	1.415.003
TOTAL - FISCAL									2.250.206
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.250.206

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social									
UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0906			Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						3.347.946
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							3.347.946
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							3.347.946
			S	2	0	90	0	144	1.255.004
			S	6	0	90	0	143	2.092.942
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.347.946
TOTAL - GERAL									3.347.946

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde									
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0906			Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)						14.445.052
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							14.445.052
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							14.445.052
			S	2	0	90	0	144	316.156
			S	6	0	90	0	143	14.128.896
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.445.052
TOTAL - GERAL									14.445.052

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura		
--------------------------------------	--	--

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCI- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2014		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							125.000.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
20 605	2014 0300	Garantia e Sustentação de Preços na Comer- cialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)							125.000.000
20 605	2014 0300 0001	Garantia e Sustentação de Preços na Comercia- lização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							125.000.000
			F	3	1	90	0	100	125.000.000
TOTAL - FISCAL									125.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									125.000.000

DECRETO DE 25 DE JUNHO DE 2012

Autoriza aumento do capital social da Companhia Docas do Pará - CDP, Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA, Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Companhia Docas do Ceará - CDC e Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado aumento do capital social com a emissão de novas ações, mediante créditos da União consignados no Orçamento Geral aprovado pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, das seguintes companhias:

I - Companhia Docas do Pará - CDP, até o montante de R\$31.760.000,00 (trinta e um milhões setecentos e sessenta mil reais);

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 278, de 25 de junho de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.673, de 25 de junho de 2012.

Nº 279, de 25 de junho de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.674, de 25 de junho de 2012

Nº 280, de 25 de junho de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.675, de 25 de junho de 2012.

Nº 281, de 25 de junho de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.676, de 25 de junho de 2012.

Nº 282, de 25 de junho de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.

Nº 283, de 25 de junho de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012.

Nº 284, de 25 de junho de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.679, de 25 de junho de 2012.

Nº 285, de 25 de junho de 2012. Comunica ao Congresso Nacional que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda., exploradora de serviço de radiodifusão, no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Nº 286, de 25 de junho de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional dos atos constantes dos Decretos de 22 de junho de 2012, publicados no Diário Oficial da União do dia 25 de junho de 2012, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

1 - Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Macapá - AP;

2 - Rádio e Televisão Século 21 Ltda., no município de Campanha - MG;

3 - Empresa de Comunicação Piemonte Ltda., no município de Campina Grande - PB;

4 - Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda., no município de Santo Ângelo - RS; e

5 - TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., no município de Cubatão-SP.

Nº 287, de 25 de junho de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional das autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos do Ministério das Comunicações:

1 - Portaria nº 775, de 20 de novembro de 2008 - Associação da Rádio Comunitária Shalon FM, no município de Goiânia - GO;

2 - Portaria nº 513, de 10 de junho de 2010 - ACAR - Associação Cultural dos Amigos Rochedenses, no município de Rochedo de Minas - MG;

3 - Portaria nº 526, de 14 de junho de 2010 - Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros-MG, no município de Medeiros - MG;

4 - Portaria nº 662, de 21 de julho de 2010 - Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Campina das Missões, no município de Campina das Missões - RS;

5 - Portaria nº 703, de 29 de julho de 2010 - Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado, no município de Tangará - RN;

6 - Portaria nº 744, de 24 de agosto de 2010 - Sociedade Luiza Távora, no município de Potengi - CE;

7 - Portaria nº 751, de 24 de agosto de 2010 - Associação Assistencial e Cultural Baraunense, no município de Baraúna - RN;

8 - Portaria nº 752, de 24 de agosto de 2010 - Associação dos Filhos e Amigos de São Marcos, no município de Major Isidoro - AL;

9 - Portaria nº 754, de 24 de agosto de 2010 - Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região, no município de Campos do Jordão - SP;

10 - Portaria nº 787, de 26 de agosto de 2010 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga, no município de Astorga - PR;

11 - Portaria nº 921, de 14 de outubro de 2010 - Associação de Radiodifusão Cultural e Ambiental de Heitorai, no município de Heitorai - GO;

12 - Portaria nº 931, de 14 de outubro de 2010 - Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Pindorama, no município de Pindorama - SP;

13 - Portaria nº 938, de 14 de outubro de 2010 - Associação Radiodifusão Cultural de Triunfo, no município de Triunfo - RS;

14 - Portaria nº 939, de 14 de outubro de 2010 - Associação Radiodifusão Comunitária Independência, no município de Tutóia - MA;

II - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, até o montante de R\$45.150.425,00 (quarenta e cinco milhões cento e cinquenta mil quatrocentos e vinte e cinco reais);

III - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, até o montante de R\$31.550.000,00 (trinta e um milhões quinhentos e cinquenta mil reais);

IV - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, até o montante de R\$59.958.131,00 (cinquenta e nove milhões novecentos e cinquenta e oito mil cento e trinta e um reais);

V - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, até o montante de R\$228.801.444,00 (duzentos e vinte e oito milhões oitocentos e um mil quatrocentos e quarenta e quatro reais);

VI - Companhia Docas do Ceará - CDC, até o montante de R\$107.100.000,00 (cento e sete milhões e cem mil reais); e

VII - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, até o montante de R\$129.990.000,00 (cento e vinte e nove milhões novecentos e noventa mil reais).

§ 1º O aumento de capital referido no **caput** será aprovado por assembleia geral de acionistas, observadas as transferências de recursos aprovadas e liberadas pela Secretaria de Portos da Presidência da República, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

§ 2º O aumento de capital referido no **caput** poderá ser realizado sem emissão de ações nas empresas de capital pertencente exclusivamente à União.

Art. 2º Fica a União autorizada a subscrever ações, na proporção de sua participação no capital social das companhias referidas no art. 1º, depois de aprovado o aumento de capital pelas assembleias gerais de acionistas.

Art. 3º Fica a União autorizada a subscrever ações, na proporção da participação dos acionistas minoritários, caso eles não exerçam seu direito de preferência dentro do prazo legal, depois de aprovado o aumento de capital pelas assembleias gerais de acionistas.

Art. 4º Os recursos recebidos até 31 de dezembro de 2012, na forma do art. 1º, deverão ser atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, e capitalizados em assembleia geral de acionistas até 30 de junho de 2013.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guído Mantega
Leônidas Cristino

15 - Portaria nº 941, de 14 de outubro de 2010 - Associação Rádio Comunitária de Marataízes, no município de Marataízes - ES;

16 - Portaria nº 1.041, de 8 de novembro de 2010 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên, no município de Piên - PR;

17 - Portaria nº 1.048, de 8 de novembro de 2010 - Associação de Radiodifusão Domingos Martins, no município de Domingos Martins - ES;

18 - Portaria nº 1.050, de 8 de novembro de 2010 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Quilombola de Formigueiro, no município de Formigueiro - RS;

19 - Portaria nº 1.055, de 8 de novembro de 2010 - Associação Latino Americana de Combate à Miséria e à Violência - Projeto Sol Para Todos - Organização Não Governamental, no município de Recife - PE;

20 - Portaria nº 1.083, de 16 de novembro de 2010 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Pedro, no município de Ubarana - SP;

21 - Portaria nº 1.092, de 16 de novembro de 2010 - Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Doutor Ulysses - Paraná, no município de Doutor Ulysses - PR;

22 - Portaria nº 1.101, de 16 de novembro de 2010 - Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania, no município de Caibaté - RS;

23 - Portaria nº 1.168, de 24 de novembro de 2010 - Associação Comunitária Victoreense de Comunicação, no município de Victor Graeff - RS;

24 - Portaria nº 1.169, de 24 de novembro de 2010 - Associação de Difusão Comunitária de Barão, no município de Barão - RS;

25 - Portaria nº 1.170, de 24 de novembro de 2010 - Sociedade Beneficente Glória In Excelsis, no município de Boa Vista do Cadeado - RS;

26 - Portaria nº 1.173, de 24 de novembro de 2010 - Associação Movimento Comunitário Canoas, no município de Paribuna - SP;

27 - Portaria nº 1.179, de 24 de novembro de 2010 - Sociedade Civil Acauã, no município de Salvador - BA; e

28 - Portaria nº 1.279, de 6 de dezembro de 2010 - Associação Comunitária de Radiodifusão do Primeiro de Maio, no município de Belo Horizonte - MG.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Exposição de Motivos Interministerial

Nº 219, de 14 de junho de 2012 (em conjunto com o Ministério da Defesa). Autorizo. Em 25 de junho de 2012.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Exposição de Motivos Interministerial

Nº 133, de 20 de junho de 2012 (em conjunto com o Ministério da Saúde). Provimento, vinculado à dispensa de igual número de terceiros, dos seguintes cargos, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 2003, para exercício no Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva:

- da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;
- setenta e quatro cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia; e
- treze cargos de Analista em Ciência e Tecnologia; e
- da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;
- cento e trinta e nove cargos de Técnico; e
- cento e vinte e quatro cargos de Tecnologista.

Autorizo. Em 25 de junho de 2012.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA
DE CHAVES PÚBLICAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3,
DE 25 DE JUNHO DE 2012

Divulga o resultado do Processo 00100.000138/2012-22 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, de Módulo de Segurança Criptográfico - Modelo nShield Connect 500

O DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO ITI, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 36 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, declara:

Art. 1º - Este Ato Declaratório se refere ao Processo 00100.000138/2012-22, relativo à homologação de dispositivo do tipo Módulo de Segurança Criptográfico - Modelo "nShield Connect 500", Produto nh2033, Versão de Firmware 2.50.16, Algoritmos Criptográficos Suportados DES, 3DES, SHA-1, SHA-256, SHA-224, SHA-384, SHA-512, RSA, AES, DSA, ECDSA, HMAC, da empresa Thales e-Security Inc.

Art. 2º - O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA, com relação aos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 7 - Volume I - versão 1.0, considerando o Nível de Segurança de Homologação 2, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, conforme Laudo de Conformidade emitido por aquele Laboratório em 01 de fevereiro de 2012.

Art. 3º - O ITI analisou o Laudo apresentado pelo LEA, considerando o emprego do equipamento em modo de operação FIPS.

Art. 4º - Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 2, restringindo-se seu uso para operações em modo FIPS, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.2.0 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução 36 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 21.10.2004;

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 02-2007 do ITI, em 11.12.2007;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de Módulos de Segurança Criptográfica (MSC) no âmbito da ICP-Brasil - v.1.0 (DOC-ICP-10.05) - aprovado pela Instrução Normativa 05-2007 do ITI, em 11.12.2007;

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 7 (MCT-7) - Volume I - v.1.0 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art. 5º Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0003-12-0005-07.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11,
DE 25 DE JUNHO DE 2012.

Divulga o resultado do Processo 00100.000203/2012-10 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, de Token Criptográfico - Modelo WatchKey USB

O DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO ITI, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 36 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, declara:

Art. 1º - Este Ato Declaratório se refere ao Processo 00100.000203/2012-10, relativo à homologação de dispositivo do tipo Token Criptográfico - Modelo "WatchKey USB", Versão COS "TimeCOS/PK v0.82", Chipset CIU96S192UFB, Provedor de Serviço Criptográfico CryptoAPI "WatchData Cryptographic Provider v3.2", Provedor de Serviço Criptográfico PKCS#11 "PKCS#11 Interface Library v3.1", da empresa Watchdata Technologies Pte Ltd.

Art. 2º - O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA, com relação aos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 3 - Volume I - versão 3.0, considerando o Nível de Segurança de Homologação 1, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, conforme Laudos de Conformidade emitidos por aquele Laboratório em 28 de fevereiro de 2012 e 03 de maio de 2012.

Art. 3º - O ITI analisou os Laudos apresentados pelo LEA, considerando o emprego dos Provedores de Serviços Criptográficos (CSP) acima.

Art. 4º - Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 1, restrito à utilização dos Provedores de Serviços Criptográficos (CSP) quando da alteração de PIN e PUK, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.2.0 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução 36 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 21.10.2004;

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 02-2007 do ITI, em 11.12.2007;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de cartões inteligentes (smart cards), leitoras de cartões inteligentes e tokens criptográficos no âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10.03) - aprovado pela Instrução Normativa 03-2007 do ITI, em 11.12.2007;

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 3 (MCT-3) - Volume I - v.3.0 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art. 5º Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0011-12-0003-07.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 40, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 1º, § 1º, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 7.411, de 29 de dezembro de 2010, e

Considerando a assunção por este Gabinete de Segurança Institucional das competências relacionadas ao exercício das atividades de Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009;

Considerando a criação do Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Resende - COPREN/RES, por intermédio da Portaria nº 68, de 18 de fevereiro de 2005, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, publicada no Diário Oficial da União nº 36, de 23 de fevereiro de 2005; e

Considerando a necessidade de expedição de instrumentos normativos para dar continuidade à execução das atividades do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON, resolve:

Art. 1º Disciplinar as atividades do Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Resende - COPREN/RES.

Parágrafo único. Ficam mantidos os efeitos dos atos praticados no âmbito do COPREN-RES, no período anterior à publicação desta Portaria.

Art. 2º O COPREN/RES tem a atribuição específica de prestar assessoria à Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON), nos assuntos relacionados à resposta a situações de emergência nuclear na Fábrica de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (FCN/INB).

Art. 3º O COPREN/RES é constituído por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), órgão coordenador, por intermédio da:

- a) Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI); e
- b) Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);

II - Ministério da Defesa (MD), por intermédio do:

- a) Comando da Marinha; e
- b) Comando do Exército;

III - Ministério da Integração Nacional (MI), por intermédio da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC);

IV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por intermédio das seguintes entidades vinculadas:

- a) Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); e
- b) Indústrias Nucleares do Brasil (INB);

V - Ministério da Justiça (MJ), por intermédio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);

VI - Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio dos seguintes órgãos:

- a) Departamento Geral de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (DGDEC/RJ);
- b) Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA/RJ);
- c) Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ); e
- d) Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ);

VII - Prefeitura Municipal de Resende, por intermédio da Diretoria Geral de Defesa Civil de Resende (DGDC/RES);

§ 1º Caberá a cada órgão e entidade participante do COPREN/RES a indicação de seus representantes, titular e suplente.

§ 2º A função de representante no COPREN/RES não será remunerada, cabendo aos órgãos e entidades representadas a responsabilidade pelas eventuais despesas de transporte, diárias ou de outra natureza geradas em consequência da convocação do Comitê.

§ 3º O Coordenador do COPREN/RES poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, que não possuem representação no Comitê, para a participação nas reuniões que tratem de assuntos das respectivas áreas de atuação desses órgãos e entidades.

Art. 4º O COPREN/RES reunir-se-á, sempre que necessário, mediante convocação de seu Coordenador.

Art. 5º Cabe ao COPREN/RES, na forma de assessoramento, as seguintes atribuições:

I - examinar as propostas de alterações nas normas e diretrizes de regulamentação das atividades do SIPRON e de seus planos decorrentes, relacionados à FCN/INB, emitindo parecer à COPRON;

II - elaborar estudos, pareceres e sugestões, de competência da COPRON, nos assuntos diretamente relacionados às atividades do SIPRON para a FCN/INB;

III - elaborar as propostas para a atualização da legislação referente aos assuntos diretamente relacionados às atividades do SIPRON na FCN/INB;

IV - planejar e propor à COPRON o Programa Geral de Atividades (PGA) do SIPRON referente à FCN/INB;

V - planejar os exercícios de resposta a situações de emergência nuclear na FCN/INB programados no PGA;

VI - elaborar e coordenar um programa de verificação da qualidade de planejamento de resposta a uma situação de emergência nuclear na FCN/INB;

VII - avaliar o desenvolvimento dos exercícios de resposta a situações de emergência nuclear realizados, de acordo com o previsto no programa mencionado no inciso V, e propor a adoção de medidas e procedimentos necessários ao aperfeiçoamento e à complementação de tais exercícios;

VIII - acompanhar, avaliar o planejamento e a execução das campanhas de esclarecimento e das atividades de notificação pública relativas à resposta a situações de emergência nuclear na FCN/INB, e propor alterações para aperfeiçoamento de tais campanhas e notificações; e

IX - propor os programas de treinamento de recursos humanos para a execução das ações de resposta a situações de emergência nuclear na FCN/INB.

Parágrafo único - A atuação do COPREN/RES, no que se refere ao planejamento, avaliação e acompanhamento de exercícios de resposta a situações de emergência nuclear, aplica-se às situações que

exijam mobilização de agentes externos nas esferas municipal, estadual e federal em apoio às ações de resposta das instituições integrantes do Grupo de Apoio Externo, estrutura constituinte do Plano de Emergência Local da FCN/INB.

Art. 6º O COPREN/RES, no exercício de suas atribuições, pode propor grupos de trabalhos para atender tarefas específicas de que trata esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 238, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Aprova a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI e XXX, da referida Lei, e considerando o que consta do processo nº 60800.042619/2011-69, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 12 de junho de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154 (RBAC nº 154), intitulado "Projeto de Aeródromos".

Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os dispositivos alterados pela Emenda ora aprovada encontram-se elencados na tabela a seguir:

	Dispositivo	Modificação		Dispositivo	Modificação
I.	154.5(c)(i) e (ii)	Renumerado	XXIV.	154.305(dd)(3)(iii)	Alterado
II.	154.111(h)	Alterado	XXV.	Figura E-26	Renumerada
III.	154.207(f)(5) a (8)	Renumerado	XXVI.	154.307(a)(2)(i)	Alterado
IV.	154.223(b)(4)	Alterado	XXVII.	Tabela D-5	Renumerada
V.	154.303(d)(5) - Nota 2	Alterado	XXVIII.	154.307(b)(1)(ii) - Nota	Alterado
VI.	154.303(f)(2)(ii)	Alterado	XXIX.	154.307(b)(3)(vii) - B2 Exemplo	Alterado
VII.	Figura D-5	Alterada	XXX.	154.307(c)(1)(v)	Alterado
VIII.	154.303(h)(2)(iii)	Alterado	XXXI.	154.307(c)(2)(vii)	Alterado
IX.	Figura D-5 - pág. 67	Renumerada	XXXII.	154.307(c)(3)(v)	Alterado
X.	154.303(j)(1) - Nota	Alterada	XXXIII.	154.501(a)(4)	Nota excluída
XI.	154.303(j)(2)(ii)	Alterada	XXXIV.	154.501(a)(4)	Incluído
XII.	154.303(m)(2)(i)	Alterada	XXXV.	Tabela F-1	Alterada
XIII.	154.303(p)(2)	Renumerado	XXXVI.	154.501(b)(1)(iv)	Alterado
XIV.	154.305(a)(5)	Excluído	XXXVII.	Figura AB-12	Alterada
XV.	154.305(p)(3)(ii)	Alterado	XXXVIII.	Apêndice C - Nota 1	Alterado
XVI.	154.305(p)(3)(iii)	Alterado	XXXIX.	Apêndice D - 1ª. Nota	Alterado
XVII.	Figura D-22 - título	Alterado	XL.	Apêndice D - D.1 - Nota	Alterado
XVIII.	154.305(w)	Alterado	XLI.	Tabela AD-1	Alterada
XIX.	154.305(x)	Renumerado	XLII.	Apêndice G - G.9(b)(7)	Alterado
XX.	154.305(y)	Renumerado	XLIII.	Apêndice G - G.10(a)(2)	Alterado
XXI.	154.305(z)	Renumerado	XLIV.	Apêndice G - G.11(b)	Alterado
XXII.	154.305(aa)	Renumerado	XLV.	Apêndice H - coluna 2	Alterado
XXIII.	154.305(dd)(2)			Alterado	

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE
CONTINUADA
GERÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
DE TRANSPORTE AÉREO

PORTARIA Nº 1.261, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O GERENTE DE AERONAVEGABILIDADE DE TRANSPORTE AÉREO, no uso das atribuições outorgadas pela Portaria nº 1249, de 29 de junho de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 145, e, com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Ratificar a revogação da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de nº 1006-61/ANAC, emitido em favor da Oficina de Manutenção Aeronáutica IAM - ILTON ROMUALDO DA SILVA JÚNIOR LTDA, nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 00058.043086/2012-41, comunicada à interessada por meio do Ofício nº 459/2012/DAR/SAR/BRASÍLIA-ANAC, de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Ratificar a suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de nº 1003-02, emitido em favor da Oficina de Manutenção Aeronáutica SOL LINHAS AÉREAS LTDA, nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 00065.014365/2012-17, comunicada à interessada por meio do Ofício nº 1330/2012/DAR/SAR/RIO DE JANEIRO-ANAC, de 05 de junho de 2012.

Art. 3º - Informações atualizadas dos certificados das empresas de manutenção aeronáutica, assim como seu escopo, podem ser consultadas no sítio eletrônico da ANAC, pelo endereço: <http://www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp>.

SÉRGIO VALENTE PEREIRA LIMA

PORTARIA Nº 1.266, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O GERENTE DE AERONAVEGABILIDADE DE TRANSPORTE AÉREO, no uso das atribuições outorgadas pela Portaria nº 1249, de 29 de junho de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 145, e, com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Ratificar a suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de nº 0405-03/DAC, emitido em favor da Oficina de Manutenção Aeronáutica TEAM - TRANSPORTES ESPECIAIS AÉREOS E MALOTES LTDA nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 00065.025931/2012-16, comunicada à interessada por meio do Ofício nº 1487/2012/DAR/SAR/UR/RIO DE JANEIRO-ANAC, de 20 de junho de 2012.

Art. 2º - Informações atualizadas dos certificados das empresas de manutenção aeronáutica, assim como seu escopo, podem ser consultadas no sítio eletrônico da ANAC, pelo endereço: <http://www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp>.

SÉRGIO VALENTE PEREIRA LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.263, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Altera a inscrição do Aeródromo Público de Camocim (CE) no cadastro de aeródromos.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 41,



incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e tendo em vista as informações que constam nos autos do Processo nº 60800.030292/2010-00, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC, mantendo-o aberto ao tráfego aéreo:

I - denominação: Aeródromo Público de Camocim;

II - código OACI: SNWC;

III - município (UF): Camocim (CE);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 02° 53' 48" S / 040° 51' 25" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria DAC nº 1630/SIE, de 25 de outubro de 2000.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.267, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Suspender o Certificado de Empresa de Transporte Aéreo - Certificado ETA - da empresa Varig Logística LTDA.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 38, aprovado pela Resolução nº 114, de 29 de setembro de 2009 e o artigo 43, incisos I e IV, do Regimento Interno da ANAC, aprovado pela resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Suspender o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo nº 2010-10-0VLO-01-04 de 18 de Outubro de 2010, do Operador Aéreo Varig Logística LTDA., como medida imediata e acauteladora de prevenção de segurança de voo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MF Nº 578, DE 25 DE JUNHO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3ºA da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, tendo em vista a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.711, de 16 de abril de 2009, o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e o que consta no Processo nº 21000.003744/2012-06, resolvem:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para o lançamento de Contrato de Opção de Venda público (COV), para milho em grãos, das safras 2011/2012 e 2012, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab:

I - participantes: produtores rurais, diretamente ou por meio de suas cooperativas;

II - vencimento do contrato: 15 de dezembro de 2012;

III - preços de exercícios:

a) para os Estados do Mato Grosso (MT) e Rondônia (RO): R\$ 14,60/60 kg;

b) para os Estados do Paraná (PR), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e Minas Gerais (MG): R\$ 19,46/60 KG;

IV - unidade de medida do COV: 27 toneladas;

V - antecipação do exercício do contrato: admite-se, por decisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), antecipação do exercício do contrato, deduzindo-se R\$ 0,40/60 kg para cada mês de antecipação;

VI - antecipação do vencimento do COV: o critério constante do inciso V poderá ser obedecido a partir do mês de setembro;

VII - volume de recursos: até R\$ 675.000.000,00 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais), limitado ao orçamento das Operações Oficiais de Crédito - OOC, na rubrica Formação de Estoques Públicos;

VIII - na data da realização do leilão, os participantes deverão possuir cadastro em situação regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) e, na data do exercício da opção, estejam adimplentes junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin);

IX - o MAPA poderá estabelecer limite de aquisição de contrato por leilão, para cada produtor rural, diretamente ou por meio de suas cooperativas;

X - a Conab deverá disponibilizar no seu sítio na Internet, até o:

a) 5º (quinto) dia útil após a data de realização do leilão, a relação dos titulares dos contratos de opção, com os respectivos números do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP), quando for o caso, as quantidades de contratos adquiridos por tonelada, municípios e Unidade da Federação (UF) de produção do produto amparado;

b) 5º (quinto) dia útil após a data do exercício da opção, a quantidade de contrato exercida por titular do contrato junto ao sistema de registro e de liquidação financeira de títulos administrado por entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil e que tenha firmado contrato com a Conab; e

c) 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente a data limite de pagamento do produto, as quantidades efetivamente vendidas por titular do contrato, com os respectivos valores recebidos e a data do pagamento, devendo ser informado também quando o titular do contrato for cooperativa, para cada cooperado beneficiário da operação, o nome com o respectivo número do CPF ou do CNPJ e da DAP, quando for o caso, a quantidade vendida, o município e a UF de produção do produto; e

XI - a Conab, por meio do Aviso específico, divulgará as condições complementares necessárias para a realização dos leilões.

Art. 2º As operações de COV deverão, adicionalmente, observar as condições previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.711, de 16 de abril de 2009.

Art. 3º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GUIDO MANTEGA

Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 577, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, na Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e o que consta do Processo nº 21000.010389/2006-75, resolve:

Art. 1º Instalar, no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima, a Unidade de Vigilância Agropecuária - Aeroporto de Boa Vista, UVA-GRO/BVB/DDA/SFA-RR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 27, DE 13 DE JUNHO DE 2012

T01. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Du Pont Austrália Limited - Girraween Plant 179, Magowar Road - Girraween, NSW - Austrália no produto Smart registro nº 1458704.

02. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos registrantes a alteração da composição quali-quantitativa do produto Vexter registro nº 00398.

03. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Dow Agrosiences Índia Pvt Ltd - A-1, Lote Parshuram Industrial Área Khed Ratnagiri District - Maharashtra, 415722 - Índia no produto Vexter registro nº 00398.

04. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos registrantes a alteração da composição quali-quantitativa do produto Lorsban 480 BR registro nº 2298596.

05. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Basf Argentina S.A - Ruta Provincial nº 21, Km 15 (S2127 AYF) General Lagos, Província de Santa Fé - Argentina, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG e Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP no produto Opus SC registro nº01102.

06. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos registrantes a alteração da composição quali-quantitativa do produto Du Dim 80 WG registro nº 12408.

07. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Milenia Agrociências S.A. - Londrina/PR no produto Propanil Milenia registro nº 0528806.

08. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Ofício nº 0401/2012-ANVISA de 02.04.2012, indeferimos o pleito de registro do produto Carbofurano Técnico Ouro Fino proc. nº 21000.004086/2009-66.

09. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Ofício nº 0519/2012-ANVISA de 15.05.2012, indeferimos o pleito de registro do produto Imidacloprido Técnico Prentiss proc. nº 21000.007393/2008-18.

10. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002 e Ofício nº0176/2012-ANVISA de 10.02.2012, indeferimos o pleito de registro do produto Diafenthiuron Técnico DVA proc. Nº 21000.009946/2008-77.

11. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Ofício nº0520/2012-ANVISA de 15.05.2012, indeferimos o pleito de registro do produto Imidacloprido Técnico BRA proc. Nº 21000.007259/2008-17.

12. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da

empresa proprietária e Ofício 0502/2012-ANVISA cancelamos o pleito de registro do produto Imidacloprid Técnico Bies-terfeld proc. Nº 21000.009930/2008-64.

13. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Ofício 0500/2012-ANVISA de 07.05.2012, indeferimos o pleito de registro do produto Agrothiazox Técnico proc. Nº 21000.000133/2009-01.

14. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Ofício nº 1696/2012-ANVISA de 08.12.2012, indeferimos o pleito de registro do produto 2,4 D Técnico Ouro Fino proc. 21000.001417/2009-14.

15. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú - CE, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda no produto Sumirody 300 registro nº 03700.

16. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Dow Agrosiences Industrial Ltda - Franco da Rocha/SP no produto Aterbane BR registro nº 03668204.

17. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de formulador Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química Ltda - Salto de Pirapora/SP e DVA Agro do Brasil - Com. Import. Exp. De Insumos Agropecuários Ltda - Ituverava/SP no produto Kraft 36 EC registro nº 07703.

ÁLVARO ÁVILA DO N. INÁCIO
Coordenador
Substituto

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 464, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.004748/2011-59, de 23 de dezembro de 2011, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa V2 Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 06.967.175/0001-59, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho automático digital para monitoramento, controle, detecção e envio de dados de medidores de energia elétrica via rede de telefonia celular.

Modelos: NEURON GT 650; TERMINAL GT650M; GT650 SEM ANTENA; GT650 SEM CABO ACESSÓRIO; GT650 S/CABO E S/ANTENA; GT650 S/FONTE; GT650 PARA PAINEL ELÉTRICO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 465, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.003996/2011-82, de 8 de novembro de 2011, que o produto e os respectivos modelos, descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Fiberwork Comunicações Ópticas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.254.681/0001-02, atendem à condição de bem de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País, conforme regulamentado pela Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, para fins do disposto no art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010:

Produto: Aparelho para teste de comunicacao de voz e dados em enlace de fibras óticas.

Modelos: FWL211-13M; FWL211-15L; FWL211-15E; FWL212.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.289/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto

5.591/05, torna público que na 153ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de junho de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001780/2008-87

Requerente: Fibria Celulose S.A.

CNPJ: 60.643.228/0001-21

Endereço: Rod. Aracruz Barra do Riacho, km 25, 29197-900, Aracruz/ES

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 3174/2012, publicado em 10/05/12

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação de Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Fibria Celulose S.A., detentora do CQB nº 261/08, solicitou à CTNBio a alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio. O Presidente e CEO da Fibria Celulose, Marcelo Strufaldi Castelli nomeou o membro Fernando de Lellis Garcia Bertolucci como o novo presidente da Comissão Interna de Biossegurança, com a saída do membro Ergilio Claudio-da-Silva Jr. desta comissão.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a composição de CIBio proposta atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 25 de junho de 2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 153ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 21/06/2012, que ficam cancelados os processos: 01200.003955/2010-71, Parecer Técnico e Extrato de Parecer Técnico 2315/2010, publicado no D.O.U. 34, Seção 1, Página 13 de 22/02/2010; 01200.002529/2011-52, Parecer Técnico e Extrato de Parecer Técnico 3153/2011, publicado no D.O.U. 240, Seção 1, Página 49 de 15/12/2011; 01200.003531/2011-21, Parecer Técnico e Extrato de Parecer Técnico 3136/2011, publicado no D.O.U. 237, Seção 1, Página 150 de 12/12/2011; 01200.001264/2011-58, Parecer Técnico e Extrato de Parecer Técnico 3005/2011, publicado no D.O.U. 157, Seção 1, Página 09 de 16/08/2011.

FLÁVIO FINARDI FILHO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

Em 21 de junho de 2012

399ª Relação de Credenciamento - Lei 8.010/90

ENTIDADE	CREENCIAMENTO	CNPJ
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	900.1170/2012	05.497.968/0001-99

ERNESTO COSTA DE PAULA

Uma viagem no tempo!

MUSEU DA IMPRENSA

Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.

VISITAÇÃO:
de segunda a sexta-feira,
das 8h às 17h;
SIG - Quadra 6 - Lote 800,
Brasília-DF.



Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 85, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 66ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso, a que se refere o Processo nº 1.542-T-07 (01450.003851/2007-53).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 104, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "20 Homens Num Só e Uma Mulher de 20" para "Muitos Homens Num Só".

06-0367 - Muitos Homens Num Só
Processo: 01580.042119/2006-32
Proponente: Tambellini Filmes e Produções Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 29.269.719/0001-04

Art. 2º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "O Caminho do Meio" para "Amazônia Desconhecida".

08-0217 - Amazônia Desconhecida
Processo: 01580.020694/2008-46
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12

Art. 3º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "Na Noite de Halley" para "Halley".

09-0288 - Halley
Processo: 01580.027126/2009-57
Proponente: F. F. Fraiha Produções - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.362.735/0001-04

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 366, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

12 3623 - Circulação do espetáculo teatral Abram-se os históricos no Rio de Janeiro e Belo Horizonte
CURTO CIRCUITO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 13.307.209/0001-44
Processo: 01400.010580/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R\$: 139.300,00
Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

O projeto consiste em novas temporadas da peça "Abram-se os históricos!" após a primeira temporada no Rio de Janeiro no Centro Cultural Justiça Federal. As novas temporadas serão em Belo Horizonte e Rio de Janeiro TOTALIZANDO 14 APRESENTAÇÕES. O projeto foi inicialmente patrocinado pela CEMIG, LIGHT e pela TBE - Transmissoras Brasileiras de Energia, realizando temporada de 6 semanas no CCJF no Centro do Rio de Janeiro.

12 3314 - Projeto Tour Cultural Pela Ásia (Yi-Lan/Taiwan)
Centro de Tradições Gaúchas Recordando os Pagos

CNPJ/CPF: 00.964.593/0001-06

Processo: 01400.010207/20-12

MT - Sorriso

Valor do Apoio R\$: 521.820,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 30/11/2012

Resumo do Projeto:

O CTG foi convidado a participar do Festival Yi-lan International Children's Foklore & Folkgames, sendo o maior festival Infanto-juvenil do gênero no mundo, com um público estimado de 700.000 mil espectadores, o que nos mostra a capacidade que o povo gaúcho tem de influenciar regiões inteiras do país, e transcender as fronteiras do Rio Grande do Sul, cultuando e difundindo esta cultura.

12 3617 - UMA NOITE NO ARMÁRIO

Arthur Lott Murta

CNPJ/CPF: 785.018.306-15

Processo: 01400.010574/20-12

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 392.630,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O projeto visa à montagem e temporada do espetáculo "UMA NOITE NO ARMARIO de Arthur Lott" no Estado do Rio de Janeiro. O texto faz uma crítica social sobre a diferença de classes social numa comédia leve e divertida, que com seu texto e releituras de antigos hits entretém o público e lança um pergunta duas pessoas de classe social diferente se suportaria por quanto tempo trancados num final de semana?

12 3330 - APAE LIMEIRA - PROJETO APAE

CULTURAL

Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Limeira -

APAE

CNPJ/CPF: 44.759.074/0001-81

Processo: 01400.010223/20-12

SP - Limeira

Valor do Apoio R\$: 490.800,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O projeto visa, através de oficinas, continuar e incentivar o desenvolvimento artístico do Deficiente Intelectual, garantindo-lhe o direito ao aprendizado cultural. As ações das Oficinas Culturais serão desenvolvidas em diversas áreas culturais (Dança, Música, Teatro, Artes Plásticas). O Projeto APAE CULTURAL pretende ser, um impulsor, no sentido de abrir novos horizontes ao Deficiente Intelectual possibilitando-lhe, por meio da cultura, a sua inclusão social.

12 2520 - TEATRO NOS PARQUES - edição nacional

Cooperativa Paulista de Teatro

CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69

Processo: 01400.009328/20-12

SP - São Paulo

Valor do Apoio R\$: 1.087.970,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Realizar 4 (quatro) temporadas teatrais gratuitas em parques públicos urbanos, localizados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Conforme abrangência do patrocinador, o projeto poderá incluir as cidades do interior e litoral dos respectivos estados. As temporadas terão duração de 01 (um) mês e contarão com 24 (vinte e quatro) apresentações em cada cidade, totalizando 96 (noventa e seis) apresentações.

12 2415 - Atrações Lúdicas - Sul

Paulo Roberto Drummond

CNPJ/CPF: 376.435.687-15

Processo: 01400.008832/20-12

SP - São Paulo

Valor do Apoio R\$: 242.200,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Realizar nas cidades de Sorocaba, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre apresentações de seis espetáculos do repertório da Cia. Lúdica de São Paulo, capital. Serão três espetáculos para crianças e três espetáculos para adolescentes e adultos. Em cada cidade será realizada uma apresentação de cada espetáculo, totalizando seis apresentações por cidade e vinte e quatro apresentações no total do projeto.

12 3532 - CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULO III - O

SEGREDO INCORPÓREO: FERRAMENTAS DO SER

Rosane Ballmann

CNPJ/CPF: 593.294.089-15

Processo: 01400.010461/20-12

SC - Blumenau

Valor do Apoio R\$: 583.000,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O projeto pretende possibilitar a circulação do espetáculo teatral denominado O SEGREDO INCORPÓREO (monólogo) por seis meses. Fundamentado em textos e no pensamento de grandes filósofos do mundo ocidental e oriental, O Segredo Incorpóreo é um espetáculo de interpretação cênica, repleto de efeitos especiais de iluminação, som e imagem. Serão realizadas apresentações públicas e gratuitas nas cidades de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Santo André e São Paulo.

12 2501 - SOLNESS, O CONSTRUTOR.

Associação Cultural Talu Produções e Marketing

CNPJ/CPF: 06.147.361/0001-41

Processo: 01400.009298/20-12

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 988.670,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O Solness, o Construtor é uma peça teatral escrita pelo renomado dramaturgo norueguês Henrik Ibsen em 1892 e o texto já é de domínio público. A peça apresenta um drama em três atos, onde Ibsen utiliza nas palavras dos diálogos realistas a simbologia que traduz a dramaticidade da vida humana. É um texto filosófico, com ironias, metáforas, pensamentos e recheado de descobertas sobre as relações. Dirigida por Moacyr Góes e com grande elenco, serão realizados 40 apresentações do espetáculo.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA -

(ART.18, §1º)

12 3572 - "Santa Helena - Cultura Paranaense em

Movimento"

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE

SANTA HELENA

CNPJ/CPF: 78.101.656/0001-98

Processo: 01400.010513/20-12

PR - Santa Helena

Valor do Apoio R\$: 99.213,40

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Implantar no município de Santa Helena, o Projeto "Santa Helena - Cultura Paranaense em Movimento" que consiste em performances de Espetáculos Cênicos e Música Instrumental, abertos à sociedade como um todo, privilegiando artistas paranaenses atuantes nos segmentos a que se propõe o Projeto. Total de 06 performances durante o ano, em espaços culturais alternativos do Município. Serão realizadas 09 apresentações conforme disposto no orçamento.

12 1791 - BRASIL INSTRUMENTAL - UMA MISTURA

DE SONS E RITMOS

Flávio Macedo Brandão

CNPJ/CPF: 680.330.796-49

Processo: 01400.008031/20-12

MG - Belo Horizonte

Valor do Apoio R\$: 459.570,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O projeto pretende realizar uma programação diferenciada de dez shows pelo Brasil, levando a produção da música mineira instrumental em uma série de grandes shows GRATUITOS em diferentes regiões do país. O Monte Pascoal receberá em cada show, uma participação especial de artista local e de amigos e parceiros de trajetória musical. Nesta edição, o projeto prevê apresentações nas seguintes cidades: Belém, Teresina, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

12 2428 - Óperas do Mundo Festival

Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara

FUNDART

CNPJ/CPF: 50.505.049/0001-74

Processo: 01400.008846/20-12

SP - Araraquara

Valor do Apoio R\$: 306.246,80

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 30/11/2012

Resumo do Projeto:

Óperas do Mundo Festival pretende gerar, para a população de Araraquara e região, acesso a música clássica e difusão do gênero musical, em parceria com a Secretaria de Cultura do Município (Fundart). O Festival irá proporcionar espetáculos musicais de Ópera a preços populares e promete ser uma experiência única na vida dos Araraquarenses. Além disso, o projeto contempla outras ações artísticas inerentes à música clássica como palestras, oficinas e workshops gratuitos.

12 2149 - Semana Farroupilha 2012

mateus staniscuaski

CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12

Processo: 01400.008516/20-12

RS - Porto Alegre

Valor do Apoio R\$: 403.450,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 30/11/2012

Resumo do Projeto:

Promover a Semana Farroupilha 2012 na cidade de Porto Alegre -RS tendo um publico estimado de 100.000 pessoas, com entrada gratuita, tendo 14 apresentações de internadas artísticas dos CTGs, 10 apresentações com grupos instrumentais tocando nossa música tradicional folclórica, teremos um museu com a nossa história, exposição fotográfica, apresentando nossas vestimentas e culinárias de tocas as épocas e apresentações de Poesia de escritores Gaúchos.

12 2656 - Sala de Música BNDES 2012- 2013

Associação dos Amigos da Sala Cecília Meirelles

CNPJ/CPF: 31.931.009/0001-40

Processo: 01400.009486/20-12

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 420.996,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O programa Sala de Música BNDES realizará 14 concertos didáticos de orquestras, corais e bandas destinados a alunos da rede pública de ensino de todo o estado Rio de Janeiro, alunos das escolas particulares e público e geral. O projeto oferece palestras aos professores das escolas participantes, elaboração e distribuição prévia de material didático para os alunos, transporte municipal e intermunicipal e lanche antes dos concertos.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

12 3538 - O Dia do Brasil - Exposição de Artes

PARCERIA ILIMITADA

CNPJ/CPF: 07.462.866/0001-63

Processo: 01400.010467/20-12

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 635.972,42

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 30/11/2012

Resumo do Projeto:

O Projeto "O Dia do Brasil" prevê a realização da Exposição de Artes "Palavra & Imagem" no Centre de Cultura Contemporânea de Barcelona, com textos, poemas e ilustrações resultantes do encontro de escritores e artistas plásticos brasileiros, produzidas em serigrafia, litografia em séries assinadas e numeradas. A exposição será gratuita e o Projeto terá a duração de 02 meses, na cidade de Barcelona, Espanha.

11 13200 - Nature Capitale - Rio de Janeiro

Playcorp Organização de Eventos Ltda.

CNPJ/CPF: 03.754.435/0001-10

Processo: 01400.040506/20-11

SP - São Paulo

Valor do Apoio R\$: 6.019.905,76

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 30/11/2012

Resumo do Projeto:

O projeto "Nature Capitale" tem por objetivo realizar um grande evento artístico-cultural, no Rio de Janeiro. Sua instalação ocupará parte de uma importante avenida carioca, e contará com 08 mil canteiros de plantas e árvores das mais diversas espécies, formando uma grande exposição natural. O evento é inteiramente gratuito e democrático, a fim de levar, a partir do olhar do renomado artista urbano francês Gad Weil, cultura, arte e informação à população.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

12 1562 - A Maior Quadrilha Junina do Mundo!

GRUPO CULTURAL E QUADRILHA JUNINA

AQUARELA

NORDESTINA

CNPJ/CPF: 11.529.502/0001-20

Processo: 01400.005835/20-12

PE - Olinda

Valor do Apoio R\$: 440.560,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Serão convidados 50 grupos juninos do estado de Pernambuco para a montagem da maior quadrilha junina do mundo, que fará uma homenagem ao Rei Luiz Gonzaga. O Evento acontecerá no Estádio do Arruda, no bairro do Arruda no Recife e terá muita visibilidade, a medida que cada grupo junino tem em média 100 integrantes. Haverá oficinas de danças populares e arrecadação de alimentos. Logo após o feito inédito, haverá shows com artistas de cultura popular que enriquecem a cultura pernambucana.

12 3564 - ESPAÇO DE REFERÊNCIA DA ARTE SA-

CRA

NO MARANHÃO

Instituto para o Desenvolvimento Humano - IDH

CNPJ/CPF: 05.629.161/0001-62

Processo: 01400.010505/20-12

PE - Recife

Valor do Apoio R\$: 6.565.077,21

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA CONSERVAÇÃO, RESTAUR E ADAPTAÇÃO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DA VITÓRIA E DO PALÁCIO ARQUIEPISCOPAL DA CIDADE DE SÃO LUÍS, MA, PARA IMPLANTAÇÃO DE UM ESPAÇO DE REFERÊNCIA DA ARTE SACRA NO MARANHÃO.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR

ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO

(ART. 18)

11 8680 - ITAMONTE EM MEMÓRIAS

Ofício Produção e Comunicação Ltda.

CNPJ/CPF: 07.669.320/0001-88

Processo: 01400.028539/20-11

RJ - Niterói

Valor do Apoio R\$: 195.805,50

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Publicação de arte do livro ITAMONTE EM MEMÓRIAS com curadoria e textos do professor e pesquisador Mauro Bendito, resgatando a história da cidade de Itamonte, MG, com referências históricas desde o Ciclo do Ouro quando era Rota dos Bandeirantes, depois o seu povoamento, sua emancipação política em 1938, até os dias atuais. O livro será distribuído gratuitamente e composto por textos, documentos, fotos, e aborda a formação cultural da cidade e seu turismo, economia, política e religiosidade.

12 3702 - PLACO 2012

Clóvis Costa e Silva Junior

CNPJ/CPF: 055.141.167-86

Processo: 01400.010669/20-12

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 175.516,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O PLACO 2012 é um evento que incentiva e premia as melhores obras literárias de 2012 através da análise de jurados com base na opinião dos leitores (blogs, resenhas, internet, etc) independente das obras terem sido publicadas por pequenas ou grandes editoras ou através de auto-publicação. Ao todo são 17 prêmios distribuídos entre 4 grandes categorias. O evento irá ocorrer no Rio de Janeiro e será transmitido ao vivo pela internet gratuitamente.

12 2074 - Guerra em Surdina

Guilherme Caldas dos Santos

CNPJ/CPF: 025.657.019-18

Processo: 01400.008427/20-12

PR - Curitiba

Valor do Apoio R\$: 142.175,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Adaptação do livro Guerra em Surdina de Boris Schnaiderman para o formato de histórias em quadrinhos, pelo roteirista Olavo Rocha e pelo ilustrador Guilherme Caldas a ser publicado em volume único.

12 2492 - 1.º Litercultura

M LEO SERVIÇOS LTDA

CNPJ/CPF: 06.905.827/0001-20

Processo: 01400.009287/20-12

PE - Recife

Valor do Apoio R\$: 886.708,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 30/10/2012

Resumo do Projeto:

Festival literário com duração de três dias, tendo como foco primário a discussão da leitura sob suas diversas possibilidades. Mesas onde escritores de renome internacional compartilharão com o público presente seus hábitos e métodos de leitura, serão apresentados espetáculos que integrarão a leitura de textos de poesia e prosa com intervenções cênicas, de dança e música.

12 4045 - Na costa da mão

VERUSKA G. DE OLIVEIRA FOTOGRAFIA - ME

CNPJ/CPF: 09.157.221/0001-42

Processo: 01400.011083/20-12

MA - São Luís

Valor do Apoio R\$: 264.037,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O projeto irá gerar 2.000 livros, com imagens e textos bilingües, juntamente com um DVD com um curta-metragem, de aproximadamente 5 minutos, e um CD de áudio com 10 faixas, com toadas dos grupos de bumba-meu-boi sotaque de costa de mão que forem retratados no livro, visando ser acessível e atender a vários públicos.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)

12 2521 - FESTA JUNINA DE TRADIÇÃO

ANDRE HABIB BAPTISTA DO VAL 80790976587

CNPJ/CPF: 12.183.123/0001-94

Processo: 01400.009329/20-12

BA - Alagoinhas

Valor do Apoio R\$: 646.025,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Realização de mostra da FESTA JUNINA DE TRADIÇÃO, com a apresentando 12 shows musicais do forró, sendo 09 de Bandas Local e Regional e 03 com Bandas de repercussão Nacional, onde, através de toda estrutura aí instalada, serviços prestados, presença destes atrativos musicais e do plano de divulgação, estaremos oportunizando e viabilizando a promoção e participação espontânea de apresentações das Manifestações Culturais Juninas locais e regional, de em Aramari - Bahia.

12 3612 - Nanah e Massa

TLPV PESQUISAS E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

CNPJ/CPF: 08.318.340/0001-77

Processo: 01400.010569/20-12

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 138.936,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

Registro fonográfico em CD, das músicas da banda Nanah e Massa, em ritmo de SKA/Rock somados a percussão de ritmos brasileiros. Serão gravadas de 12 a 14 músicas autorais da banda e dois vídeo cliques. Projeto com duração aproximada de 6 meses.

12 2460 - Festival Norte e Nordeste do Brasil

ASSOCIACAO CULTURAL DO PARA WJ PRODUCOES

ARTISTICAS

CNPJ/CPF: 15.279.114/0001-90

Processo: 01400.008936/20-12

PA - Belém

Valor do Apoio R\$: 282.700,00

Prazo de Captação: 26/06/2012 a 31/12/2012

Resumo do Projeto:

O projeto prevê a realização de uma festa popular que homenageará e reunirá grandes nomes da musica das regiões Norte e Nordeste do Brasil, um intercâmbios de Bandas, cantores e artistas

Nacionais e Regionais, entre elas: Limão com Mel, Mastruz com Leite, Magníficos, companhia de calypso, Viviane Batidao, banda Batidão e outros. O evento terá duração de duas noites, num total de 12 atrações, dividida em dois palcos, gerando uma grande democratização cultural.

PORTARIA Nº 367, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR

ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO

(ART. 18)

11 3590 - Coleção Bibliográfica de Entre Rios

Fundação Cultural Suábio-Brasileira

CNPJ/CPF: 04.641.558/0001-07

PR - Guarapuava

Valor Complementar em R\$: 5.000,00

PORTARIA Nº 368, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

09 7036 - LEO

Caravana Produções Culturais Ltda.

CNPJ/CPF: 06.696.051/0001-86

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 25/06/2012 a 31/12/2012

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

08 7082 - Exposição " Eliseu Visconti - Retrospectiva"

Hólos Consultores Associados Ltda.

CNPJ/CPF: 68.573.765/0001-54

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 20/06/2012 a 31/12/2012

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

11 2410 - A festa da congada

Anauá - Cultura e Comunicação

CNPJ/CPF: 11.027.598/0001-29

SP - São Paulo

Período de captação: 27/04/2012 a 31/12/2012

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

09 0803 - Título: Nômade-Rastros de Percurso em Curso

Mário Márcio da Silva

CNPJ/CPF: 07.601.422/0001-61

MG - Belo Horizonte

Período de captação: 25/06/2012 a 31/12/2012

RETIFICAÇÃO

Na portaria de aprovação Nº 0697/11 de 02 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U. em 05 de dezembro de 2011, Seção 1, página 36, referente ao Processo: 01400.033443/2011-06, Projeto "Apresentação dos Bois Garantido e Caprichoso em Parintins 2012" - Pronac:11 9195.

Onde se lê: ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

Leia-se: ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)



Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de pos-síveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de Ar-quivamento:

Nº do Processo: 26916/2012
Acidente / Fato:
INCÊNDIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: DIVA / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: NM PETROLEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO RIO DE JA-NEIRO / RJ
Data do Acidente: 18/09/2011
Hora: 20:30
Data Distribuição: 27/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: LUIZ GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26296/2011
Acidente / Fato:
RUPTURA DE CABOS
MORTE DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: GREEN SEAS / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: LANCH
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: MARINA DE TAMANDARÉ / TAMANDARÉ - PE
Data do Acidente: 30/11/2010
Hora:
Data Distribuição: 20/09/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26474/2011
Acidente / Fato:
ENCALHE
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
MORTE DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MÃE DE DEUS / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: JANGADA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DA TABUBA / CAUCAIA-CE
Data do Acidente: 18/03/2011
Hora: 15:00
Data Distribuição: 22/11/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26499/2011
Acidente / Fato:
ÁGUA ABERTA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: REINO UNIDO / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: PESQUEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DA CAJAÍBA / PARATY - RJ
Data do Acidente: 16/11/2010
Hora: 12:15
Data Distribuição: 29/11/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26747/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BOTE / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO NEGRO / MANAUS-AM
Data do Acidente: 25/12/2010
Hora: 11:30
Data Distribuição: 06/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26825/2012
Acidente / Fato:
ÁGUA ABERTA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: IGT / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: CATAMARÁ
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: MARINA PIRATA'S / PRAIA DA CHÁCARA - BAÍA DA ILHA GRANDE - ANGRA DOS REIS-RJ

Data do Acidente: 28/07/2011
Hora: 12:00
Data Distribuição: 20/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26848/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SÃO PEDRO III / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DA PINHEIRA / PALHOÇA-SC
Data do Acidente: 05/09/2011
Hora:
Data Distribuição: 20/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26875/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PAVAROTTI I / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: ESCUNA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: BAIA DA ILHA GRANDE / ENSEADA DO ABRAÃO - ANGRA DOS REIS - RJ
Data do Acidente: 21/06/2011
Hora: 12:00
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Nº do Processo: 26887/2012
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: NETO TRIGÃO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: JET-SKI
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: LAGOA DO BANANA / CAUCAIA-CE
Data do Acidente: 23/10/2011
Hora: 20:20
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26930/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: TS SOBERANO / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: REBOCADOR DE ALTO MAR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: CANAL DE ACESSO AO PORTO DE VITÓRIA / VI-TÓRIA-ES
Data do Acidente: 03/05/2011
Hora: 10:00
Data Distribuição: 27/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26952/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: 100 DESTINO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: LANCH
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: CANAL DE CAMBURI / CAMBURI-ES
Data do Acidente: 28/10/2011
Hora: 17:40
Data Distribuição: 02/04/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26877/2012
Acidente / Fato:
INCÊNDIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BONIX / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: LANCH
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ENSEADA DAS ESTRELAS / BAÍA DA ILHA GRAN-DE - ANGRA DOS REIS-RJ
Data do Acidente: 04/09/2011
Hora:
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26899/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BOTE / EMB. DE INTERIOR FLUVIAL E LACÚSTRE
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional

Local do Acidente: RIO CANOAS / MUNICÍPIO DE RIO RUFINO-SC
Data do Acidente: 15/08/2011
Hora:
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: LUIZ GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26917/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SEM NOME - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO
Tipo: BARCO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: BAIA DE GUANABARA / ILHA REDONDA - RIO DE JANEIRO-RJ
Data do Acidente: 08/10/2011
Hora: 15:00
Data Distribuição: 27/03/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: MONICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Nº do Processo: 26961/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CLARA COSTA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO JUBA / MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA
Data do Acidente: 13/06/1998
Hora: 13:00
Data Distribuição: 02/04/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: MONICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Nº do Processo: 26419/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMEN-TO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SÓ PELA FÉ / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO DOS MACACOS / BREVES-PA
Data do Acidente: 27/03/2004
Hora: 11:30
Data Distribuição: 26/10/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26546/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMEN-TO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SALMO 91 / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO JURUAÇÚ / SÃO SEBASTIÃO DE BOA VISTA-PA
Data do Acidente: 10/05/2002
Hora: 06:00
Data Distribuição: 07/12/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: ALINE GONZALEZ ROCHA

Nº do Processo: 26827/2012
Acidente / Fato:
INCÊNDIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PETROBRAS XVI / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: PLATAFORMA
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPO DE GAROPINHA - CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
Data do Acidente: 20/09/2011
Hora: 10:44
Data Distribuição: 20/03/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26845/2012
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO NÃO IDENTIFICADA / EMBARCAÇÃO DE IN-TERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BALSA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: EM VIAGEM DE GUARATUBA X CAIOBA - PR / BAÍA DE GUARATUBA-PR
Data do Acidente: 09/01/2011
Hora: 10:00
Data Distribuição: 20/03/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO



Nº do Processo: 26850/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MATHEUS I / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DA PINHEIRA / PALHOÇA-SC
Data do Acidente: 05/09/2011
Hora: 07:00
Data Distribuição: 20/03/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: LUIÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26872/2012
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: VIEIRA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: BAIJA DE GUANABARA / NAS PROXIMIDADES DA ILHA DE MOCANGUÊ - NITERÓI-RJ
Data do Acidente: 08/10/2011
Hora: 12:00
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: LUIÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26892/2012
Acidente / Fato:
ENCALHE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EQUINOX SEAS / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / MACAPÁ-AP
Data do Acidente: 29/09/2011
Hora: 04:00
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Nº do Processo: 26962/2012
Acidente / Fato:
ATO DE PIRATARIA / ASSALTO / FURTO / ROUBO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BELUGA FORESIGHT / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: CARGUEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: FUNDEADOURO DO PORTO DE VILA DE CONDE / MARAJÓ-PA
Data do Acidente: 22/06/2010
Hora: 23:50
Data Distribuição: 02/04/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Nº do Processo: 26312/2011
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
MORTE DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: FERREIRA V / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: PESQUEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: EM VIAGEM PARA O PORTO DE ITAJAÍ / PRÓXIMO À SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
Data do Acidente: 13/03/2011
Hora: 10:00
Data Distribuição: 20/09/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Nº do Processo: 26394/2011
Acidente / Fato:
MORTE DE PESSOA

Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: OCEAN AMBASSADOR / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: PLAT FIXA HABITADA
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
Data do Acidente: 06/06/2011
Hora: 21:15
Data Distribuição: 26/10/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26398/2011
Acidente / Fato:
COLISÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: KOHJU / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: PORTO DE TUBARÃO / PÍER 01 N - TUBARÃO-ES
Data do Acidente: 03/05/2011
Hora:
Data Distribuição: 26/10/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: ALINE GONÇALVES ROCHA

Nº do Processo: 26478/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMEN-TO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO GUAMÁ / BELÉM-PA
Data do Acidente: 05/05/1996
Hora: 09:00
Data Distribuição: 22/11/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: ALINE GONÇALVES ROCHA

Nº do Processo: 26540/2011
Acidente / Fato:
EMBORCAMENTO
NAUFRAGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MARINA V / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: LANCHÁ
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DO MORRO / GUARAPARI-ES
Data do Acidente: 08/01/2011
Hora: 13:30
Data Distribuição: 07/12/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: ALINE GONÇALVES ROCHA

Nº do Processo: 26856/2012
Acidente / Fato:
ÁGUA ABERTA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: ESTRELA DE NAZARÉ / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: PESQUEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DA PAZ / SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
Data do Acidente: 30/10/2011
Hora: 13:55
Data Distribuição: 20/03/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26876/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BUBU / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: ESCUNA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: CAIS DE SANTA LUZIA / BAÍA DA ILHA GRANDE-ANGRA DOS REIS-RJ

Data do Acidente: 08/08/2011
Hora: 06:00
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26898/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CRISTIANO E CRISTIELI / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DA PINHEIRA / PALHOÇA-SC
Data do Acidente: 04/09/2011
Hora: 07:25
Data Distribuição: 23/03/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Nº do Processo: 26928/2012
Acidente / Fato:
ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MAERSK HELPER / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: SUPRIDOR
Bandeira: Estrangeira
Nome: BORGNY DOLPHIN / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: PLATAFORMA MÓVEL
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
Data do Acidente: 18/05/2011
Hora: 09:00
Data Distribuição: 27/03/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Nº do Processo: 26965/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SEM NOME / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO XINGU / MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU-PA
Data do Acidente: 07/09/1993
Hora: 09:00
Data Distribuição: 02/04/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Em 20 de junho de 2012.
JOSÉ CARLOS PIMENTEL GUSMÃO
Diretor

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO
E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 1.685/MD, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XVI do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, e considerando o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 3.485/SEORI-MD, de 10 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O disposto no caput deste artigo inclui a transferência para a CGPCN dos saldos decorrentes da atuação do PCN, dispostos nos demonstrativos contábeis da Unidade Gestora (UG): 110404-DEADI/SEORI-MD, bem como as competências institucionais dos acervos técnicos, documentais, patrimoniais e das obrigações e direitos conferidos ao PCN.

§ 2º A delegação de competência de que trata o caput deste artigo não abrange as atividades de celebração e prorrogação de convênios, as quais permanecem a cargo do Diretor do Departamento de Administração Interna (DEADI), nos termos do inciso IV do art. 1º da Portaria nº 802/SEORI-MD, de 18 de agosto de 2003". (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARI MATOS CARDOSO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 813, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e considerando o disposto nos arts. 11, 12 e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e no Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º Os Anexos I, II e III da Portaria Ministerial nº 1.609, de 17 de novembro de 2011, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO I

TÉRMINO DE MANDATO DE REITOR

INSTITUIÇÃO FEDERAL	TÉRMINO DO MANDATO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	23/05/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	03/03/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	18/07/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	05/08/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência do Maranhão	07/08/2012

ANEXO II

TÉRMINO DE MANDATO DE DIRETOR-GERAL

INSTITUIÇÃO	CAMPUS	TÉRMINO DO MANDATO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	Camboriú	29/07/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Santa Teresa (*)	21/05/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	São Vicente do Sul	23/05/2012
	Alegrete	23/05/2012



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	São Luís Maracanã São Luís Monte Castelo Imperatriz Codó	26/08/2012 07/08/2012 07/08/2012 07/08/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência do Norte de Minas Gerais	Januária Salinas (*)	18/07/2012 11/01/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Vitória de Santo Antão	23/05/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Floriano	12/08/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	Boa Vista	05/08/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Natal Central Mossoró	13/03/2012 13/03/2012

(*) Para esses Câmpus aplica-se o art. 3º desta Portaria.

ANEXO III

CAMPUS COM CINCO ANOS DE EFETIVO FUNCIONAMENTO		
INSTITUIÇÃO	CAMPUS	DATA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Coari	19/12/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Santo Amaro	26/06/2006
	Simões Filho	19/12/2006
	Porto Seguro	19/12/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Inhumas	19/12/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	Buritcupu	19/12/2006
	Zé Doca	19/12/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	Cuiabá - Bela Vista	18/09/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Picos	19/12/2006
	Parnaíba	19/12/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Zona Norte de Natal	30/06/2006
	Currais Novos	30/06/2006
	Ipangaçu	30/06/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	Novo Paraíso	19/12/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Continente	25/08/2006
	Joinville	25/08/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Bragança Paulista	23/10/2006
	Salto	23/10/2006
	Caraguatatuba	23/10/2006
	São João da Boa Vista	23/10/2006
	Guarulhos	17/06/2005
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	Congonhas	29/12/2006

PORTARIA Nº 815, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso X, do art. 2º, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, bem como o contido na Portaria Interministerial nº 149, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e da Educação - MEC, e considerando, ainda, o que consta do Processo nº 23000.007586/2012-81, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação, por 1 (um) ano, do prazo dos contratos temporários, conforme os quantitativos distribuídos para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com fundamento na Lei nº 8.745, de 1993 e na Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 149, de 2011.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.703, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, no exercício do cargo de Reitor, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

I- Homologar o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira do Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital nº. 019, de 03/04/2012 publicado no DOU de 04/04/2012, retificado no DOU de 26/04/2012, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS DE ITACOATIARA

Área de Conhecimento: EDUCAÇÃO: PRÁTICA CURRICULAR

Classe/Padrão: Professor Assistente MS-B, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
THELMA LIMA DA CUNHA MARREIRO
ESTER FIGUEIREDO ARAUJO

Área de Conhecimento: MECATRÔNICA: AUTOMAÇÃO MECÂNICA

Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Área de Conhecimento: ÁLGEBRA
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
JOÃO RAIMUNDO SILVA FERREIRA

Área de Conhecimento: ENGENHARIA MECÂNICA
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Área de Conhecimento: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

II - Estabelecer o prazo de validade do concurso em 01 (um) ano, especificamente para as áreas com candidatos aprovados, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

HEDINALDO NARCISO LIMA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL

PORTARIA Nº 26, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e considerando o Edital Nº. 06/2012 - CAFS de 19

de maio de 2012, publicado no DOU de 22 de maio de 2012, Processo Nº. 23111.002537/12-41 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, Regime de Tempo Parcial TP-20 (20 horas semanais) do Campus Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Floriano-PI, na área de Pedagogia, habilitando e classificando para contratação a seguinte candidata: MARIA DO SOCORRO DE MORAIS MOURA (1º lugar).

MAURO SÉRGIO CRUZ SOUZA LIMA

PORTARIA Nº 28, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e considerando o Edital Nº. 05/2012 - CAFS de 09 de maio de 2012, publicado no DOU de 09 de maio de 2012, Processo Nº. 23111.006113/12-41 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Temporário, Regime de Tempo Parcial TP-20 (20 horas semanais) do Campus Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Floriano-PI, na área de História, habilitando os seguintes candidatos: JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA (1º lugar), FRANCISCO ARISTIDES DE OLIVEIRA SANTOS FILHO (2º lugar), EGMAR OLIVEIRA SOUSA JÚNIOR (3º lugar), ROSÁLIA SANTANA NUNES (4º lugar) e DAVID COSTA DA SILVA (5º lugar) e classificando para contratação o primeiro colocado.

MAURO SÉRGIO CRUZ SOUZA LIMA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.647, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando; O que consta no artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e Clausula Décima Terceira do Contrato 1366.1157/2010-UFS; A não conclusão do objeto do contrato acima referido pela empresa BRACOM CONSTRUTORA LTDA EPP; Os autos do processo nº 23113.000705/12-90; O parecer do Procurador Geral à folha 486 do referido processo, resolve:

Art. 1º - Aplicar a empresa BRACOM CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ nº 07.930.105/0001-99, pena de multa no valor de R\$: 324.031,92 (Trezentos e vinte e quatro mil e trinta e um reais e noventa e dois centavos) por descumprimento do contrato nº 1366.157/2010-UFS, conforme preconiza a Clausula Décima Terceira do citado contrato.

Art. 2º O quantitativo autorizado para cada instituição deverá ser observado, respeitados os Termos de Acordos de Metas, firmados entre o Ministério da Educação e os institutos federais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG, bem como com o Colégio Pedro II, e o cumprimento das metas pactuadas e os prazos para cada contrato, na forma do disposto na Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 149, de 2011.

Art. 3º As despesas com as contratações autorizadas por esta portaria correrão à conta das dotações orçamentárias de cada instituto federal, e deverão ser atestadas pelo respectivo ordenador de despesa, quanto à sua adequação orçamentária e financeira, de acordo com a Lei Orçamentária Anual e a sua compatibilidade com o Plano Plurianual, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme previsto no art. 3º, § 3º, do Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003, e no art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 816, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria Interministerial nº 149, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e da Educação - MEC, de 10 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido, na forma do Anexo desta portaria, o quantitativo de professores contratados por prazo determinado pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e pelo Colégio Pedro II, com fundamento no art. 2º da Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 149, de 2011, bem como no inciso X do art. 2º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Os quantitativos de que trata esta portaria seguem as demandas do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como as demandas do Colégio Pedro II, e deverão ser somados aos quantitativos anteriores, obedecido o limite disposto no art. 1º, da Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 149, de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

CÓDIGO DO ORGÃO	INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
26201	Colégio Pedro II	60
26413	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	25
26415	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	20
26431	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	5
TOTAL		110

Art. 2º - O valor da multa deverá ser recolhido à conta única do Tesouro Nacional, através de GRU no prazo de cinco dias úteis;

Art. 3º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

PORTARIA Nº 1.648, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando; O que consta no artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e Clausula Décima Terceira do Contrato 1355.146/2010-UFS; A não conclusão do objeto do contrato acima referido pela empresa BRACOM CONSTRUTORA LTDA EPP; Os autos do processo nº 23113.012025/10-11; O parecer do Procurador Geral à folha 1857 do referido processo, resolve:

Art. 1º - Aplicar a empresa BRACOM CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ nº 07.930.105/0001-99, pena de multa no valor de R\$: 1.675.432,40 (Um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) por descumprimento do contrato nº 1355.146/2010-UFS, conforme preconiza a Clausula Décima Terceira do citado contrato.

Art. 2º - O valor da multa deverá ser recolhido à conta única do Tesouro Nacional, através de GRU no prazo de cinco dias úteis;

Art. 3º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PORTARIA Nº 826, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, nomeado pela Portaria MEC nº 627, publicada no Diário Oficial da União de 29/06/2009, no uso de atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no Processo nº 23375.000349/2012-31, resolve:

I. Aplicar à empresa JAMBO COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 11.104.598/0001-85, a penalidade prevista no item 20 do Edital da Licitação do Pregão Eletrônico nº 10/2011 celebrado com o IFG, de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de item empenhado que representa o valor de R\$ 99,15 (Noventa e nove reais e quinze centavos) .

II. Aplicar a mesma empresa a sanção temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IFG e impedimento de licitar e contratar com o IFG pelo prazo de 2 (dois) anos

PAULO CÉSAR PEREIRA

PORTARIA Nº 827, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, nomeado pela Portaria MEC nº 627, publicada no Diário Oficial da União de 29/06/2009, no uso de atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no Processo nº 23375.000339/2012-03, resolve:

I. Aplicar à empresa GM ELETRÔNICO 1000 POR HORA LTDA, CNPJ nº 33.503475/000150, a penalidade prevista no item 20 do Edital da Licitação do Pregão Eletrônico nº 10/2011 celebrado com o IFG, de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de item empenhado que representa o valor de R\$ 63,00 (Sessenta e três reais) .

II. Aplicar a mesma empresa a sanção temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IFG e impedimento de licitar e contratar com o IFG pelo prazo de 2 (dois) anos

PAULO CÉSAR PEREIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 684, DE 18 DE JUNHO DE 2012

O REITOR "PRO TEMPORE" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria Ministerial nº 37, de 07.01.2009, publicada no D.O.U. de 08.01.2009, e considerando:

- Que a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EG-TI), aprovada pela Resolução MP nº 7, de 22/12/2010, é o instrumento base para que os Órgãos do Sistema de Administração dos

Recursos de Informação e Informática (SISP) elaborem os seus Planos Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em atendimento ao que determina o art. 3º da IN SLTI nº 04, de 12/11/2010;

- O que estabelece a Ação 15.6 do Plano de Execução da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI, resolve:

I - Divulgar, na forma desta Portaria, a Resolução CON-SUP/IFMT Nº 021 de 27 de abril de 2012, que aprovou o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI 2012-2014 e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2012-2014, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

II - A íntegra do PETI e PDTI do IFMT, citados no Inciso I desta Portaria encontra-se disponível no sítio do Comitê de Tecnologia da Informação do IFMT <http://www.cti.ifmt.edu.br>.

III - Cientifiquem-se e cumpram-se.

JOSÉ BISPO BARBOSA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 106, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando o Despacho nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC nº 23000.009999/2010-38), publicado no DOU em 02/05/2011, e a Nota Técnica nº 297/2012-CGSO/DISUP/SERES/MEC, resolve:

PORTARIA Nº 107, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Autorização de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201111019	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM PEDRO II DE TECNOLOGIA	INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Praça da Inglaterra, 6, Comércio, Salvador/BA
2.	201107015	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM PEDRO II DE TECNOLOGIA	INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Praça da Inglaterra, 6, Comércio, Salvador/BA
3.	200907941	ENGENHARIA AGRÔNOMICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE DE COROMANDEL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE COROMANDEL AEC	Avenida Adolfo Timóteo da Silva, 433, Brasil Novo, Coromandel/MG
4.	201113491	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS	RUA ADALBERTO CARVALHO DE ARAUJO, FINAL DA RUA TOMAZINA, PRINCESA, Ponta Grossa/PR
5.	201107207	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM PEDRO II DE TECNOLOGIA	INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Praça da Inglaterra, 6, Comércio, Salvador/BA
6.	201201658	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	ESTÁCIO ATUAL - FACULDADE ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA	Rua Jornalista Humberto Silva, 308, União, Boa Vista/RR
7.	201013142	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE BOM DESPACHO	INSTITUTO BONDESPACHENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	BR 262 - KM 480, S/N, Zona Rural, Bom Despacho/MG
8.	201014640	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE PROCESSUS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES DE BRASILIA	Avenida das Araucárias, 4.400, Região Administrativa XX, Águas Claras, Brasília/DF

PORTARIA Nº 108, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As renovações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ANEXO

Renovação de Reconhecimento de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200906275	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA (Bacharelado)	460 (quatrocentas e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	Avenida Francisco Manoel, s/nº, Vila Mathias, Santos/SP
2.	200904911	HOTELARIA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 823 - Bairro Jurubatuba, 823, Jurubatuba, São Paulo/SP
3.	201014935	MÚSICA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA	Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, 80, Terreo, Rio Branco, Porto Alegre/RS



4.	201000856	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CAMPO GRANDE	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE MATO GROSSO DO SUL	Avenida Afonso Pena, 275, Amambai, Campo Grande/MS
5.	201102320	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DO LITORAL CATARINENSE	SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	Avenida Santa Catarina, 151, Bairro dos Estados, Balneário Camboriú/SC
6.	200809227	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DE ANDRADINA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE ANDRADINA	Rua Amazonas, 571, Sttela Maris, Andradina/SP
7.	200906082	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	Avenida Carlos Consoni, 10, Jardim Canadá, Ribeirão Preto/SP
8.	200912050	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO GRANDE ABC	UNIFEC - UNIAO PARA FORMACAO, EDUCACAO E CULTURA DO ABC LTDA.	Avenida Industrial, 3330, Campestre, Santo André/SP
9.	200809790	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANÁ	CAEDRHS - ASSOCIACAO DE ENSINO	Rua Coronel José Lobo, 800, Costeira, Paranaguá/PR
10.	200902187	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE CATAGUASES	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS	Rua Romualdo Menezes, 701, Menezes, Cataguases/MG
11.	200802423	MECATRÔNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	64 (sessenta e quatro)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TERMOMECÂNICA	FUNDACAO SALVADOR ARENA	Estrada dos Alvarengas, 4001, Alvarenga, São Bernardo do Campo/SP
12.	200904902	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO SUPERIOR TUPY - IST	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	r. Gothard Kaesemodel, 833, Anita Garibaldi, Joinville/SC
13.	200911319	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE CENECISTA DE VARGINHA	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	Rua Professor Felipe Tiago Gomes, 173, Vila Bueno, Varginha/MG
14.	200711729	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Campus Universitário, s/n, Trindade, Florianópolis/SC
15.	200906070	ENFERMAGEM (Bacharelado)	460 (quatrocentas e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	Av. Armando Glassetti, 557, Trevo Itu/Itatiba, Vila Hortolândia, Jundiaí/SP
16.	200905780	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE MONTES BELOS	CENTRO EDUCACIONAL MONTES BELOS LTDA	Avenida Hermógenes Coelho, 340, Setor Universitário, São Luís de Montes Belos/GO
17.	200813807	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	680 (seiscentas e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAPITAL	ILBEC-INSTITUICAO LUSO-BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA S/S LTDA.	Ibipetuba, 130, Parque da Mooca, São Paulo/SP
18.	201101167	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE UNIÃO BANDEIRANTE	CESAG-COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR ANITA GARIBALDI LTDA	Rua Luiz Fagundes, 1.680, Picadas do Sul, São José/SC
19.	200903469	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA	CEUMA-ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	AV. JERONIMO DE ALBUQUERQUE, 500, COHAMA, São Luís/MA
20.	200905975	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	Avenida Francisco Manoel, s/nº, Vila Mathias, Santos/SP
21.	201103549	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTERAMERICANA DE PORTO VELHO	UNIRON - UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDONIA LTDA.	Avenida Mamoré, 1.520, Cascalheira, Porto Velho/RO
22.	201009572	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE CATÓLICA RAINHA DA PAZ DE ARAPUTANGA	FUNDACAO ARCO IRIS DE ARAPUTANGA	AV. 23 DE MAIO, 02, CENTRO, Araputanga/MT
23.	201010272	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	Av. Presidente Vargas, 592-914, 642 - lado par, Centro, Rio de Janeiro/RJ
24.	201101295	TURISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS FACITEC	IESST - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLÓGICO	CSG 09, Lotes 15/16, Taguatinga, Brasília/DF
25.	201010720	TURISMO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	Estrada Doutor Plínio Casado, 1466, Centro, Nova Iguaçu/RJ
26.	200815152	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	AVENIDA EXPEDICIONÁRIO OSWALDO DE ALMEIDA RAMOS, 280, BLOCO 7, CENTRO, Vassouras/RJ
27.	200812447	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	CENTRO DE EDUCACAO TECNICA E CULTURAL	Rua do Príncipe, 526, Campus Universitário-UNICAP, Boa Vista, Recife/PE
28.	201102629	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	Av. Juscelino Kubitschek, 229, Centro, Betim/MG
29.	201101394	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE JUAZEIRO DO NORTE	COLEGIO CULTURAL MODULO LTDA	Rua São Francisco, 1.224, A, São Miguel, Juazeiro do Norte/CE
30.	200800899	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	300 (trezentas)	Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	Rua Xingu, 179, Jardim Atalaia, STIEP, Salvador/BA
31.	200813101	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CAPIXABA DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO	INSTITUTO SUPERIOR DE CULTURA CAPIXABA	Avenida Vitória, 800, Forte São João, Vitória/ES
32.	200904948	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	Rua Dom Bosco, 265, Centro, Lins/SP
33.	200813768	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	650 (seiscentas e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FUNDACAO EDUCACIONAL ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE	Avenida Oscar Martins Rangel, 4500, Fogão Gaúcho, Taquara/RS
34.	201000788	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA OBJETIVO	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBS	ACSU-SE, 40, Conjunto 02 - Lote 07, Centro, Palmas/TO
35.	200800943	MATEMÁTICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	CAAO EDUCACIONAL CLARETIANA	Rua Dom Bosco, 466, Castelo, Batatais/SP
36.	200809908	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS	ASSOCIACAO GOIANA DE ENSINO	Rua Professor Lázaro Costa, 456, Cidade Jardim, Goiânia/GO
37.	201010000	GESTÃO EMPREENDEDORA (Tecnológico)	360 (trezentas e sessenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA S.A	Rua João da Escócia, S/N. Nova Betânia., 1.561, Nova Betânia, Mossoró/RN
38.	200910868	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCACAO	BR 230 - KM 22, S/N, Campus do UNIPÊ, Água Fria, João Pessoa/PB



39.	201103079	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.	Rua Guilherme Pinto, 114, Graças, Recife/PE
40.	200813088	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	350 (trezentas e cinquenta)	FACULDADE EDUCACIONAL DE MEDIANEIRA	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA	Rua Rio Branco, 1820, Centro, Medianeira/PR
41.	201101953	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	Rua Jequitibá, 401, Horto, Ipatinga/MG
42.	200712617	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE DE UBERABA	SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE	Av. Nene Sabino, 1801, Santa Marta., 1.801, Campus Universitário II, Universitário, Uberaba/MG
43.	200908163	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DINÂMICA DAS CATARATAS	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA	Rua Castelo Branco, 349, Centro, Foz do Iguaçu/PR
44.	200911186	TURISMO (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE	UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA VALE DO JAGUARIBE LTDA	Rodovia CE-040 S/N Km 138, Aeroporto, Aracati/CE
45.	200913716	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	Avenida Joaquim Nabuco, 1232, Centro, Manaus/AM
46.	200914553	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS	E. DE L. E LIMA & CIA LTDA	Rua Leonor Teles, 153, Conjunto Abilio Nery, Adrianopolis, Manaus/AM
47.	200812169	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DOM BOSCO	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CASCAVEL LTDA	Avenida das Torres, 500, Loteamento FAG, Cascavel/PR
48.	200804908	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	220 (duzentas e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL SAO PAULO APOSTOLO-ASSESPA	Avenida Rio Branco, S/N, Estação Metrô Carioca próximo ao nº 156, Centro, Rio de Janeiro/RJ
49.	200800692	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	Avenida Alcindo Cacela, 287, Bloco C - Térreo, Umarizal, Belém/PA
50.	200908229	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS SANTA RITA DE CÁSSIA	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SANTA RITA DE CASSIA	Avenida Jaçanã, 648, Jaçanã, São Paulo/SP

PORTARIA Nº 109, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As renovações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ANEXO

Renovação de Reconhecimento de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200902361	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	FUNDACAO PERCIVAL FARQUHAR	Rua Moreira Sales, 850, Campus Armando Vieira, Vila Bretas, Governador Valadares/MG
2.	201100547	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE CACOAL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA	Rua dos Esportes, 1038, Incra, Cacoal/RO
3.	201014693	PSICOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE FEIRA DE SANTANA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	Rua Artemia Pires Freitas, S/N, SIM, Feira de Santana/BA
4.	201101763	DESIGN DE MODA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA	Rodovia BR-470, 1040, KM 71, Benedito, Indaial/SC
5.	200801409	PEDAGOGIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAÍ E DAS MISSÕES	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA	Av. Universidade das Missões, 464, Universitário, Santo Ângelo/RS
6.	20075448	TERAPIA OCUPACIONAL (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA	Rua Dom Bosco, 466, Castelo, Batatais/SP
7.	200711356	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	280 (duzentas e oitenta)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	Av. Cardeal da Silva, 132/747, Federação, Salvador/BA
8.	200812075	TURISMO (Bacharelado)	360 (trezentas e sessenta)	FACULDADE ALVES FARIA	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	Avenida Perimetral Norte, 4.129, Vila João Vaz, Goiânia/GO
9.	200913041	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADES SPEI	SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 256, Centro, Curitiba/PR
10.	200814779	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	Rua Professor Pedreira de Freitas, 401/415, Tatuapé, São Paulo/SP
11.	201101981	QUÍMICA (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA AUGUSTO CORREA, 01, GUAMÁ, Belém/PA
12.	200812744	DIREITO (Bacharelado)	370 (trezentas e setenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA	ASSOCIACAO SAO BENTO DE ENSINO	Rua Voluntários da Pátria, 1309, Centro, Araraquara/SP
13.	200903741	DIREITO (Bacharelado)	340 (trezentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL TOLEDO	Praça Raul Furquim, 09, Vila Furquim, Presidente Prudente/SP
14.	201000941	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	124 (cento e vinte e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	Av. Rodrigo Otávio, 6200, Campus Universitário, Coroado II, Manaus/AM
15.	200805539	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	Rua Universitária, 1900, Parque do Balonismo, Torres/RS
16.	200813280	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS APLICADAS - ISCA	ASSOCIACAO LIMEIRENSE DE EDUCACAO ALIE	VIA 147 LIMEIRA-PIRACICABA, KM 4, CAIXA POSTAL 98, CRUZ DO PADRE, Limeira/SP



17.	201009569	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO EURÍPEDES SOARES DA ROCHA	Avenida Higyno Muzzy Filho, 529, Campus Universitário, Marília/SP
18.	200711512	FILOSOFIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	IMP de Ensino Superior - IMP	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO OESTE	CSG 09 Setor Sul, 15/16, Taguatinga, Brasília/DF
19.	200812120	GEOGRAFIA (Licenciatura)	360 (trezentas e sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIFICADA CAMPO-GRANDENSE	Estrada da Caroba, 685, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ
20.	201103061	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA	Avenida Universitária, s/n, Km 3,5, Cidade Universitária, Anápolis/GO
21.	201003234	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO SUDESTE GOIANO	FACULDADE DO SUDESTE GOIANO LTDA.	Avenida Lino Sampaio, 79, Centro, Pires do Rio/GO
22.	200911893	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	480 (quatrocentas e oitenta)	UNIVERSIDADE TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES S/S LTDA	Avenida Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju/SE
23.	200712834	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES S/S LTDA	Avenida Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju/SE
24.	200813692	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - MACEIÓ	SEUNE - SOC DE ENSINO UNIVERSITARIO DO NORDESTE LTDA	Avenida Dom Antônio Brandão, 204, FAROL, Maceió/AL
25.	200913093	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ENGENHARIA DE MINAS GERAIS - FEAMIG	INSTITUTO EDUCACIONAL CANDIDA DE SOUZA	Rua Gastão Bráulio dos Santos, 837, Nova Gameleira, Belo Horizonte/MG
26.	200810592	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORAÇÃO DE JESUS	Av. Almeida Garret, 267, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, Campinas/SP
27.	200902495	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL COMUNITARIA FORMIGUENSE	Avenida Doutor Arnaldo de Senna, 328, Água Vermelha, Formiga/MG
28.	200900718	PSICOLOGIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	Rua Eduardo Luiz Gomes, 134, Centro, Niterói/RJ
29.	200806855	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA	UNIAO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-UNECE	Rod. Br 367, Km 14, s/n, Eunápolis/Porto Seguro, Zona Rural, Eunápolis/BA
30.	200811161	HOTELARIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA, GASTRONOMIA E TURISMO DE SÃO PAULO	SOCIEDADE EDUCACIONAL PINTO E MENEZES LTDA.	Rua das Palmeiras, 117, Santa Cecília, São Paulo/SP
31.	200904681	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO	Av. Victor Barreto, 2288, Centro, Canoas/RS
32.	200905941	TURISMO (Bacharelado)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RE-NOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	Rodovia Presidente Dutra, Km 157,5, Pista Sul, Jardim Limeiro, São José dos Campos/SP
33.	201101704	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	420 (quatrocentas e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA	UNIAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA -UNIPPEC	Rua Afife Mansur, 565, Térreo, Novo Mundo, Curitiba/PR
34.	201014277	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE RONDONÓPOLIS	IUNI EDUCACIONAL - UNIC RONDONOPOLIS FLORIANO PEIXOTO LTDA.	Rua Floriano Peixoto, 597, Centro, Rondonópolis/MT
35.	201101630	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	Rua Pedro Gianfrancisco, 301, Parque Via Norte, Campinas/SP
36.	200911966	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D'ÁVILA	INSTITUTO SANTA TERESA	Avenida Peixoto de Castro, 539, Vila Celeste, Lorena/SP
37.	200910523	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIALISMO (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO	ORGANIZAÇÃO HELIO ALONSO DE EDUCAÇÃO E CULTURA OHAEC	Rua Muniz Barreto, 51, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ
38.	200712356	ENGENHARIA ELETRÔNICA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS	FUNDAÇÃO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	Avenida Nicolau Zarvos, 1925, Jardim Aeroporto, Lins/SP
39.	200815219	GASTRONOMIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA	Rua Doutor Pedro Zimmermann, 385, Salto do Norte, Blumenau/SC
40.	200813920	PSICOLOGIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo/SP
41.	201001000	DESIGN GRÁFICO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO	FEBASP ASSOCIAÇÃO CIVIL	Rua José Antonio Coelho, 879, Vila Mariana, São Paulo/SP
42.	200811407	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	360 (trezentas e sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIAÇÃO RECIFENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Rua Almeida Cunha, 100, Santo Amaro, Recife/PE
43.	201103350	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE DE GUANAMBI	CESG - CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI LTDA	Rua Vasco da Gama, 317, Centro, Guanambi/BA
44.	200900382	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO	FUNDAÇÃO COMUNITARIA EDUCACIONAL E CULTURAL PATROCÍNIO	Avenida Lúcia Terezinha Lassi Capuano, 455, Chácara das Rosas, Patrocínio/MG
45.	200911878	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DE OURINHOS	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MIGUEL MOFARREJ	BR 153, Km 339 + 420 m, s/n, Água do Cateto, Ourinhos/SP
46.	200905331	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	480 (quatrocentas e oitenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A	Av. Floriano Peixoto, 295, Petrópolis, Natal/RN
47.	200903627	TEOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA	Av. Ipiranga, 6681 , 6681, Partenon, Porto Alegre/RS
48.	200812313	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	SOCIEDADE ACREANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	Estrada Dias Martins, 894, Jardim Primavera, Rio Branco/AC
49.	200911125	MATEMÁTICA (Licenciatura)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE JALES	Avenida Francisco Jalles, 1851, Centro, Jales/SP
50.	201101633	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE POLITÉCNICA DE CAMPINAS	IBCT - INSTITUTO BANDEIRANTES DE CIENCIA E TECNOLOGIA	Rua Luiz Otávio, 1.281, Taquaral, Campinas/SP

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE**

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 77, DE 19 DE JUNHO DE 2012

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos do Edital nº 018/2011-PRH, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor da carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
INSTITUTO DO CÉREBRO	Neuroengenharia	Adjunto/DE		NÃO HOUVE APROVAÇÃO	

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS MACAÉ**

PORTARIA Nº 4.875, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Farmácia
Setor: Assistência Farmacêutica
1º Thaísa Amorim Nogueira
2º Ana Clara Santuchi Lopes

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.876, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Enfermagem
Setor: Enfermagem Médico-Cirúrgica
1º Luciana Maria Capurro de Queiroz Oberg
2º Adriana Bispo Alvarez
3º Priscilla Valladares Broca

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.877, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Enfermagem
Setor: Enfermagem Materno-Infantil
1º Lígia Santana Rosa

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.878, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Nutrição
Setor: Nutrição Básica / Materno-Infantil
Não houve candidatos aprovados.

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.879, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Nutrição
Setor: Nutrição Clínica - ES Terapia Nutricional em Obstetrícia e Pediatria Terapia Nutricional
1º Wania Guimarães Damaceno Bastos

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.880, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Enfermagem
Setor: Enfermagem Pediátrica
Não houve candidatos aprovados

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.881, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Nutrição
Setor: Nutrição Social - Políticas e Programas em Saúde Pública/Saúde Coletiva
1º Camilla Medeiros Macedo da Rocha
2º Elliz Celestrini Mangabeira
3º Milla Cabral dos Santos

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.884, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Nutrição
Setor: Nutrição Básica / Nutrição e Dietética
Não houve candidatos aprovados

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.885, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Nutrição
Setor: ES em Alimentação Coletiva / Alimentação Coletiva
1º Juliana Furtado Dias
2º Mariana Fernandes Brito de Oliveira
3º Yone da Silva
4º Samara Pinto Custódio Bernardo

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

PORTARIA Nº 4.886, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Diretor do Campus Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Gilberto Dolejal Zanetti, nomeado pela Portaria nº 8.740, de 18/11/2011, publicada no BUFRJ nº 46, de 21/11/2011, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado, homologando o processo seletivo para contratação de Professor Temporário, referente ao Edital nº 63, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU nº 101, de 25 de maio de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Farmácia
Setor: Microbiologia e Virologia Clínica
1º Alexandre dos Santos da Silva
2º Cristina dos Santos Ferreira
3º Fernanda Santos Nascimento

GILBERTO DOLEJAL ZANETTI

Ministério da Fazenda

**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA
NACIONAL**

**PORTARIA CONJUNTA Nº 3,
DE 25 DE JUNHO DE 2012**

Disciplina a competência e a forma do repasse dos honorários decorrentes de arbitramento judicial aos advogados descredenciados pelo Instituto Nacional do Seguro Social que o representaram nas ações de execução fiscal e nas ações e incidentes processuais em que atuaram, correlatos à cobrança das contribuições sociais.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, o PROCURADOR-GERAL FEDERAL, o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem respectivamente o inciso I do art. 10 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, o inciso I do art. 26 do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e o inciso II do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei n. 11.457, de 16 de março de 2007, resolvem:

Art. 1º A União, por meio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN - efetuará a análise dos pedidos de repasse dos honorários devidos aos advogados descredenciados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em decorrência de arbitramento judicial fixado nas execuções fiscais de contribuições sociais e nas ações e incidentes processuais em que atuaram, relacionados com a cobrança da dívida, nos termos desta Portaria Conjunta.

Parágrafo único. O direito aos honorários de que trata o caput está amparado nos contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados com o INSS.

Art. 2º A responsabilidade da União pelo repasse dos honorários remanescentes se restringirá às seguintes hipóteses:

I - verbas honorárias depositadas em juízo, verbas que tenham sido recolhidas pela parte adversa por Guia da Previdência Social - GPS - em data posterior a 31 de março de 2008 ou que tenham sido recolhidas, a qualquer tempo, por Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF - e Guia de Recolhimento da União - GRU; e

II - parcelamentos de débitos em que estejam incluídos honorários advocatícios devidos ao advogado credenciado que atuava regularmente no processo judicial à época da concessão ou dos recolhimentos relativos ao parcelamento, caso em que serão repassados ao causídico os valores mensais que lhe cabem até a extinção do parcelamento pelo pagamento integral, pela rescisão ou pela migração dos créditos para outro regime de parcelamento.

§ 1º Nas situações a que se refere o caput e seus incisos, somente serão repassados os honorários advocatícios arbitrados judicialmente e recolhidos pela parte adversa quando o advogado descredenciado tenha atuado nas execuções fiscais ou nas ações e incidentes processuais em que atuaram, relacionados com a cobrança da dívida, desde que tenha havido decisão favorável à Fazenda Pública.

§ 2º Os honorários proporcionais serão repassados aos advogados descredenciados, assim entendidos aqueles recolhidos após o descredenciamento ou substituição do advogado no processo judicial, desde que constatada contribuição do causídico para a obtenção de decisão favorável à Fazenda Pública.

§ 3º Os honorários advocatícios por atos praticados nos processos não serão pagos.

§ 4º As parcelas de honorários referentes aos parcelamentos que são devidas pela União referem-se apenas àquelas recolhidas após o dia 31 de março de 2008.



§ 5º Na hipótese do inciso II do caput, os honorários serão pagos em igual número de parcelas até a extinção do parcelamento, desde que estas já tenham sido ou venham a ser recolhidas pelo devedor.

§ 6º Nas hipóteses em que a responsabilidade pelo repasse dos honorários não seja da União, nos termos dos incisos I e II do caput, o processo será encaminhado para análise e providências da autarquia previdenciária.

Art. 3º O repasse dos honorários deverá observar, além das regras previstas na legislação, o seguinte:

I - o advogado descredenciado deverá requerer na unidade descentralizada da PGFN responsável pelo respectivo processo judicial o repasse da verba honorária, indicar o tipo de ação, o número do processo, a vara judicial, apresentar cópia dos autos, bem como outros documentos que comprovem o direito à percepção dos honorários advocatícios recolhidos;

II - para instrução do processo, a unidade descentralizada da PGFN deverá verificar no Cadastro de Advogados Autônomos - CAA - a regular contratação do advogado e a data do seu descredenciamento, para confirmar se o advogado estava credenciado à época em que surgiu o direito à percepção da verba honorária;

III - a unidade descentralizada da PGFN deverá verificar a existência de repasses realizados anteriormente ao advogado mediante consulta à área de Orçamento, Finanças e Contabilidade das Gerências-Executivas do INSS responsáveis, à época, pelo repasse dos valores referentes aos serviços prestados pelo advogado descredenciado, com vistas a evitar duplicidade de pagamento; e

IV - a unidade da PGFN responsável pelo processo judicial deverá efetivar análise da ocorrência de prescrição da pretensão do advogado descredenciado de receber valores referentes aos honorários advocatícios que lhes eram devidos.

§ 1º Na hipótese do inciso II do art. 2º, caso se verifique indício de que o advogado descredenciado vinha recebendo indevidamente o repasse de honorários pelo INSS, a unidade da PGFN suscitará prévio esclarecimento à autarquia previdenciária.

§ 2º Caso verificada a existência de indícios de irregularidade nos repasses feitos pelo INSS, a unidade da PGFN deverá remeter os autos à autarquia previdenciária.

§ 3º Na hipótese de o advogado descredenciado ter efetivado o requerimento a que se refere o inciso I do caput antes da entrada em vigor desta Portaria Conjunta, a unidade da PGFN deverá intimar o causídico para que se cumpram as exigências dispostas nesta norma.

§ 4º Caso a unidade verifique a existência de verbas honorárias depositadas em juízo, deverá requerer ao juiz competente a transformação em pagamento definitivo e, se confirmada a satisfação integral do crédito, a extinção do processo.

Art. 4º Constatada a procedência do pedido de que trata o art. 1º os valores devidos a título de honorários deverão ser atualizados pela unidade da PGFN e os autos do procedimento deverão ser encaminhados à unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB - da mesma localidade da unidade da PGFN.

Parágrafo único. Caso a verba honorária esteja depositada em juízo, apenas haverá procedência do pedido referido no caput após ter a unidade adotado o procedimento descrito no § 4º do art. 3º.

Art. 5º A RFB operacionalizará o pagamento dos valores devidos a título de honorários advocatícios aos advogados descredenciados.

Parágrafo único. Na hipótese de honorários advocatícios recolhidos por engano pela parte adversa por GPS em data posterior a 31 de março de 2008, o valor da ordem bancária será sacado do Fundo Geral de Previdência Social.

Art. 6º Aplica-se subsidiariamente a esta Portaria Conjunta a Ordem de Serviço INSS/PG nº 14, de 03 de novembro de 1993.

Art. 7º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Procurador-Geral Federal

MAURO LUCIANO HAUSCHILD
Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
NO MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 3, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de maio de 2003.

A PROCURADORA-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL EM MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso "II" artigo 79 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257 de 23 de junho de 2009, publicada no DOU em 25 de junho de 2009; considerando que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do artigo 1º e o artigo 7º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003; nos termos do artigo

12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, dos artigos 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, EXCLUI do PAES - Parcelamento Especial Lei n. 10.684/2003 - os contribuintes listados no ANEXO ÚNICO.

Para maiores detalhes acerca do motivo da sua exclusão do programa de parcelamento, o contribuinte pode acessar o sítio oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet (www.receita.fazenda.gov.br), e utilizar a senha correspondente.

O contribuinte pode, ainda, no prazo de 10 dias, contados da publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido à Procuradora-Chefe da Fazenda Nacional em Mato Grosso do Sul, com endereço à rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 03, Jardim Veraneio, CEP 79.037-901, Campo Grande-MS.

RONILDE LANGHI PELLIN

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Inadimplência de três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º, do artigo 1º, da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003:

CNPJ/CPF	NOME
00.206.995/0001-41	BICICLETARIA DUAS RODAS LTDA-ME

ATO Nº 4, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

A PROCURADORA-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL EM MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso "II" artigo 79 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257 de 23 de junho de 2009, publicada no DOU em 25 de junho de 2009; considerando que foi verificada a inadimplência por dois meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do artigo 1º da Medida Provisória nº 303/2006, de 29 de junho de 2006, inclusive de débitos com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003; e, nos termos dos incisos I e II do artigo 7º da mesma Medida Provisória nº 303; do artigo 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e dos artigos 6º ao 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, EXCLUI do Paex- Parcelamento Excepcional MP 303/2006 os contribuintes listados no ANEXO ÚNICO.

Para maiores detalhes acerca do motivo da sua exclusão do programa de parcelamento, o contribuinte pode acessar o sítio oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet (www.receita.fazenda.gov.br), e utilizar a senha correspondente.

O contribuinte pode, ainda, no prazo de 10 dias, contados da publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido à Procuradora-Chefe da Fazenda Nacional em Mato Grosso do Sul, com endereço à rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 03, Jardim Veraneio, CEP 79.037-901, Campo Grande-MS.

RONILDE LANGHI PELLIN

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex), por motivo de inadimplência do sujeito passivo por dois meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do artigo 3º, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003, nos termos da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006:

CNPJ/CPF	NOME
01.071.149/0001-24	GIANFRNCO SCOTTI - ME
33.101.528/0001-06	ITAOCA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.602, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Institui o Censo Anual de Capitais Estrangeiros no País.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 20 de junho de 2012, com base no disposto nos arts. 55, 56 e 57 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e tendo em vista o art. 58 da citada lei, o art. 3º da Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e a Resolução nº 2.883, de 30 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Censo Anual de Capitais Estrangeiros no País.

Art. 2º As informações relativas ao Censo de que trata o art. 1º serão prestadas ao Banco Central do Brasil por meio de declaração, que terá como data-base o dia 31 de dezembro do ano anterior.

§ 1º Devem prestar a declaração:

I - as pessoas jurídicas sediadas no País com participação direta de não residentes em seu capital em qualquer montante e com patrimônio líquido igual ou superior a US\$100 milhões (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América); e

II - as pessoas jurídicas sediadas no País com saldo devedor total de créditos comerciais de curto prazo (exigíveis em até 360 dias) igual ou superior a US\$10 milhões (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

§ 2º Os fundos de investimento deverão informar, por meio de seus administradores, o total de suas aplicações e a respectiva participação de não residentes no patrimônio do fundo, discriminando os não residentes que possuam, individualmente, participação igual ou superior a 10% do patrimônio do fundo, respeitado o montante mínimo de US\$100 milhões (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) investidos no país na data-base.

§ 3º Estão dispensados de prestar a declaração:

a) as pessoas físicas;

b) os órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

c) as pessoas jurídicas devedoras de repasses de créditos externos concedidos por instituições sediadas no País; e

d) as entidades sem fins lucrativos mantidas por contribuição de não residentes.

Art. 3º Os responsáveis pela prestação de informações devem manter, pelo prazo de cinco anos contados a partir da data-base da declaração, a documentação comprobatória das informações prestadas para apresentação ao Banco Central do Brasil, quando solicitada.

Art. 4º O Banco Central do Brasil resguardará a confidencialidade dos dados obtidos pela declaração e os divulgará de forma consolidada, de maneira a não identificar situações individuais.

Art. 5º Fica o Departamento Econômico (Depec) autorizado a solicitar informações adicionais necessárias à complementação do Censo Anual, a divulgar o Manual do Declarante, a fixar os prazos e a forma de entrega da declaração e a adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento desta Circular.

Art. 6º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO
Diretor de Política Econômica

ALTAMIR LOPES
Diretor de Administração

DIRETORIA DE POLÍTICA ECONÔMICA
DEPARTAMENTO ECONÔMICO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.559, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Divulga a realização do Censo Anual de Capitais Estrangeiros no País 2012.

O Chefe do DEPARTAMENTO ECONÔMICO do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria 29.971, de 4 de março de 2005, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Circular 3.602, de 25 de junho de 2012, resolve:

Art. 1º - Esta Carta-Circular fixa os prazos e a forma de entrega, ao Banco Central do Brasil, da declaração referente ao Censo Anual de Capitais Estrangeiros no País 2012;

Art. 2º - Fica estabelecido o período compreendido entre as 9 horas do dia 30 de julho de 2012 e as 19 horas do dia 6 de setembro de 2012 para entrega da declaração, que estará disponível na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço www.bcb.gov.br.

Art. 3º - O Manual do Declarante será divulgado no endereço eletrônico referido no art. 2º, a partir das 9 horas do dia 30 de julho de 2012.

Art. 4º - Esta Carta-Circular entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO JOSÉ LENTI MACIEL

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.388,
DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a Sra. FERNANDA BAPTISTA PEREIRA FISCHETTI, C.P.F. nº 295.165.968-78, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.389,
DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LUIZ CARLOS BUENÓ FERREIRA JUNIOR, C.P.F. nº 166.478.268-07, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.390,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. PEDRO LOPES ASPRINO, C.P.F. nº 276.276.698-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.391,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. GUILHERME CALTABIANO MONTEIRO, C.P.F. nº 323.839.128-32, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.392,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a BRL TRUST ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. nº 14.962.214, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.393,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a MARAU GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA, C.N.P.J. nº 15.400.216, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.394,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MARCELO BEZERRA GONZALES, C.P.F. nº 116.020.968-56, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.395,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. EDUARDO WARTCHOW, C.P.F. nº 885.954.630-34, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.396,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a TIMING CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. nº 14.906.885, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.397,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. ROBERTO LOMBARDI DE BARROS, C.P.F. nº 083.885.308-01, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.398,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida a UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., C.N.P.J. nº 33.700.394, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 12.399,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida a BANCO PANAMERICANO S.A., C.N.P.J. nº 59.285.411, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS
SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS**

**DESPACHO DO DIRETOR
Em 21 de junho de 2012**

PAS n. 13/2005

Trata-se de pedido de adiamento de sessão de julgamento formulado pelo acusado Carlos Eduardo Carneiro Lemos em 19.6.2012 e juntado aos autos em 21.6.2012.

NEGO o pedido de adiamento da sessão de julgamento do PAS n.º 13/2005, que continua agendada para ocorrer no dia 25.6.2012.

A íntegra do despacho, com a indicação das razões do indeferimento do pedido, encontra-se disponível nos autos do PAS em referência bem como na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

OTAVIO YAZBEK

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL
COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a disponibilização do Sistema ContÁgil da Secretaria da Receita Federal do Brasil para uso das Administrações Tributárias dos estados e do Distrito Federal.

O COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das competências que lhe conferem a Portaria RFB nº 2.744, de 13 de maio de 2011, e o seu Regimento Interno aprovado pela Portaria RFB nº 3.231, de 10 de agosto de 2011, e considerando a deliberação ocorrida na reunião de 16 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a disponibilização do Sistema ContÁgil da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) para uso das Administrações Tributárias dos estados e do Distrito Federal, ocorrerá em versões periódicas e somente de módulos que não contenham regras de negócios, não disponibilizando o código fonte.

Art. 2º A disponibilização deve ser precedida das seguintes etapas:

- a) modularização do código fonte;
- b) levantamento e análise dos objetos do ContÁgil, resultando em nota técnica, visando identificar as regras de negócios e outras informações que devem ser restritas à RFB; e
- c) garantia de propriedade do sistema.

Parágrafo único. A disponibilização do ContÁgil será efetivada por meio de cessão de uso de sistemas informatizados.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Comitê

**SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADUANEIRA**

**SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 4,
DE 17 DE MAIO DE 2012**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias
EMENTA: Reforma a Solução de Consulta Diana/SRRF/9º RF nº 176, de 4 de julho de 2008. Mercadoria: "Sulfato básico de cromo, contendo sulfato de sódio resultante exclusivamente do pro-

cesso de fabricação, com basicidade de 33%, próprio para uso em curtimento de couro, comercialmente denominado 'Chromosol B-A"', classifica-se no código 2833.29.60 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (Notas 1 "a" do Capítulo 28 e 1 "a" do Capítulo 32 e texto da posição 28.33) e 6 (textos das subposições 2833.2 e 2833.29), e RGC-1 (texto do item 2833.29.60), da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 94, 8 de dezembro de 2011, com os subsídios fornecidos pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto nº 435/92, com a versão atual aprovada pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO
Coordenador-Geral

**SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM ANÁPOLIS**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

Cancela, de ofício, a inscrição nº 560.385.931-87 no Cadastro de Pessoas Físicas.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no art. 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto no art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010 e, considerando o que consta do processo administrativo 13116.721113/2012-39, declara:

Art.1º- CANCELADA, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 560.385.931-87, em nome de MILTON ALVES MENDONÇA, em razão de ter sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física, nos termos do disposto no art. 26 inciso II combinado com o art. 30 inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

Art 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO HENRIQUE SALES PARADA

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM BRASÍLIA**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64,
DE 22 DE JUNHO DE 2012**

Cancela, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, em virtude de atribuição de mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso da competência que lhe conferem o art. 243 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e o art. 31, da IN SRF nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e fundamentado no art. 30, inciso I, da IN SRF nº 1.042/10, declara:

Art. 1º. Cancelada, de ofício, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, dos nºs CPF 624.485.602-34, 250.657.692-49 em nome de Almir Geraldo de Queirós, em virtude de atribuição de mais de um número para a mesma pessoa física, conforme consta no processo nº 11853.000355/2010-64.

JOEL MIYAZAKI

**2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
NO PORTO DE MANAUS**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23,
DE 25 DE JUNHO DE 2012**

Inscribe petionários no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010; em conformidade com a Instrução Normativa nº 1209 - RFB, de 07 de novembro de 2011; e Instrução Normativa nº 1.273 - RFB, de 06 de junho de 2012; bem como, atendendo ao que consta nos autos dos processos administrativos em referência, declara que:

Com fundamento nos §§ 4º e 5º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, ficam inscritos no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, os petionários abaixo identificados:



NOME	CPF	N.º DO PROCESSO
JAE SANG WON	063.823.168-06	12266.721210/2012-45
JOSEANE ALVES TO	474.662.862-91	12266.721536/2012-72

Estes atos entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FÉLIX DE CARVALHO

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12,
DE 23 DE MAIO DE 2012

Concede cancelamento da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS - MA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentados pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, e considerando ainda, o contido no processo administrativo n.º 10320.720962/2012-61, declara:

Art. 1º Concedido o cancelamento a pedido da habilitação ao Regime Especial para Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, da empresa GERADORA DE ENERGIA DO NORTE S.A., inscrita no CNPJ nº. 09.110.880/0001-23, concedida pelo ADE nº nº 59/2008, DOU de 11/12/2008, relativa ao projeto da UTE Tocantinópolis, construída no município de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, aprovado pela Portaria MME Nº 360, de 22 de outubro de 2008 e seu anexo I, e publicada no DOU em 23 de outubro de 2008.

Art. 2º Com o cancelamento da habilitação, a pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação cancelada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO SIMAS NETO

5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25,
DE 22 DE JUNHO DE 2012

Anula ato praticado perante o CNPJ.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela

Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no art. 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Anulada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 07.679.867/0001-64, em nome da pessoa jurídica ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRO-PASTORIL DE TOMÉ, com fundamento no disposto no art. 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, observado o que consta do processo administrativo nº 10530.724324/2011-63.

Art. 2º São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir de 6 de setembro de 2005.

ARISTON MATOS ROCHA

7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 153,
DE 25 DE JUNHO DE 2012

Anulação de ato administrativo que autorizou o credenciamento para operação de regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 241, de 06 de novembro de 2002, com suas alterações, e tendo ainda em vista o que consta do processo MF nº 10711.002955/2009-85, declara:

Art. 1º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 189, de 26 de julho de 2010, publicado no Diário oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2010, que revogou, o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 110, de 06 de agosto de 2009, publicado no DOU de 07 de julho de 2009, o qual autorizara o credenciamento de Companhia Docas do Rio de Janeiro, CNPJ 42.266.890/0001-28, para operar o regime especial de entreposto aduaneiro, na importação e na exportação, relativamente às operações de manutenção e reparo da Plataforma Transocean Driller SS-50, de responsabilidade da beneficiária SERNAMAN SERVIÇOS NAVAIS E MANUTENÇÃO LTDA., CNPJ 27.699.891/0001-72.

Art. 2º NULO o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 110, de 06 de agosto de 2009, publicado no DOU de 07 de julho de 2009, pelos motivos aduzidos no processo administrativo em tela.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ELIANA POLO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75,
DE 25 DE JUNHO DE 2012

Declara inapta a inscrição da entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme IN RFB 1.183/2011.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, no uso da competência prevista no art. 295, Inciso II, da Portaria MF nº 587/2010 e tendo em vista o exposto no artigo 81 § 5º da Lei nº

9.430/96, com redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no art. 37, inciso II, combinado com o art. 39, inciso II, ambos da IN RFB nº 1.183, de 2011, bem como a Representação Fiscal lavrada em 11/06/2012, no Processo Administrativo nº 10783.721461/2012-55, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ: nº 03.900.637/0001-96, da pessoa jurídica PHONECLUB BRASIL LTDA, uma vez que o contribuinte não foi localizado no endereço informado no CNPJ.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica PHONECLUB BRASIL LTDA., CNPJ: 03.900.673/0001-96, a partir da publicação deste ADE.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11,
DE 25 DE JUNHO DE 2012

Suspensão da imunidade tributária de que trata o Artigo 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, considerando os elementos contidos no Processo nº 10073.720.691/2012-11, declara:

Art. 1º- Suspensa a imunidade dos tributos Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, pela não observância dos requisitos previstos no artigo 14, inciso III, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que se reporta ao artigo 9º, inciso IV, alínea C, da mesma lei, correspondente ao ano calendário de 2007, da entidade FUNDAÇÃO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, inscrita no CNPJ sob nº 19.690.999/0001-76, com sede na Rua 62, 90 P, no MUNICÍPIO VOLTA REDONDA/RJ.

Art.2º- A instituição poderá no prazo de 30(trinta) dias da ciência deste ato, apresentar impugnação ao ato declaratório, a qual será objeto de decisão pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento, competente.

Art.3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CORREIA LISBÔA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070 de 13 de setembro de 2010 e IN/RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa OGX PETRÓLEO E GÁS LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 126, de 22 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 24 de maio de 2012.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.003806/2009-88				
Processo nº 10768.006895/2009-14				
Processo nº 10768.002740/2010-42				
Processo nº 10768.002733/2011-21(*)				
Processo nº 10768.000801/2012-07 (**)				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.926.302/0001-05 08.926.302/0002-88 08.926.302/0003-69 08.926.302/0004-40 (*) 08.926.302/0005-20 (*) 08.926.302/0006-01 (**)	ANP	Campos em Exploração: Bacia de Santos		
		Bloco S-M-226	48610.001373/2008-10	14.12.2012
		Bloco S-M-268	48610.001374/2008-56	12.03.2013
		Bloco S-M-270	48610.001375/2008-09	12.03.2013
		Bloco S-M-314	48610.001376/2008-45	12.03.2013
		Bacia de Campos		
		Bloco C-M-466	48610.001367/2008-54	12.03.2013
		Bloco C-M-499	48610.001368/2008-07	12.03.2013
		Bloco C-M-592	48610.001369/2008-43	06.12.2012
		Bloco C-M-620	48610.001352/2008-96	12.03.2013
		Bloco C-M-621	48610.001370/2008-78	12.03.2013
		Bacia Pará-Maranhão		
		Bloco PAMA-M-407,	48610.001407/2008-68	12.03.2014
		Bloco PAMA-M 408	48610.001453/2008-67	12.03.2014
		Bloco PAMA-M 443	48610.001408/2008-11	12.03.2014
		Bloco PAMA-M 591	48610.001450/2008-23	12.03.2014
		Bloco PAMA-M 624	48610.001409/2008-57	12.03.2014

Processo nº 10768.002733/2011-21				
Processo nº 10768.002733/2011-21(*)				
Processo nº 10768.000801/2012-07 (**)				
Nº CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.926.302/0001-05 08.926.302/0002-88(*) 08.926.302/0003-69(*) 08.926.302/0004-40 08.926.302/0005-20 08.926.302/0006-01(**)	ANP	Campo em Exploração Bacia de Santos		
		Bloco BM-S-29	48610.009220/2002	01.09.2012

Processo nº 10768.000801/2012-07				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
08.926.302/0001-05 08.926.302/0002-88 08.926.302/0003-69 08.926.302/0004-40 08.926.302/0005-20 08.926.302/0006-01	ANP	Campos em Exploração: Bacia de Campos		
		Bloco C-M-560	48610.001366/2008-18	12.03.2013
		Bloco C-M-591	48610.001353/2008-31	12.03.2013

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo relacionado no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro nos artigos 5º e 6º da IN RFB nº 844/2008, a empresa OGX MARANHÃO PETRÓLEO E GÁS SA., na execução do contrato especificado no Anexo, até o termo final fixado no mesmo, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 70, de 02 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 04 de março de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processos nº 10768.005076/2010-93, 10768.000174/2011-15 (a), 10768.000765/2012-73 (b)			
Nº NO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
11.230.122/0001-90 11.230.122/0002-71 11.230.122/0003-52 (a) 11.230.122/0004-33 (b) 11.230.122/0005-14 (b)	Campo em Exploração Bacia Sedimentar de Parnaíba	48610.001413/2008-15 (b)	12.03.2014
	Bloco PN-T-102 (b)	BT-PN-1	
	Bloco PN-T-48	48610.001414/2008-04 BT-PN-4	
	Bloco PN-T-49	48610.001415/2008-12 BT-PN-5	
	Bloco PN-T-50	48610.001416/2008-59 BT-PN-6	
	Bloco PN-T-67	48610.001417/2008-01 BT-PN-7	
	Bloco PN-T-68	48610.001418/2008-48 BT-PN-8	
	Bloco PN-T-84	48610.001419/2008-92 BT-PN-9	
	Bloco PN-T-85	48610.001420/2008-10 BT-PN-10	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MARÉ ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 138, de 1º de junho de 2012, publicado no DOU, em 05 de junho de 2012.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processos nº 10768.000393/2002-11 e Proc. 10768.000288/2010-84				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0030637.07-2 2050.0030638.07-2 AHTS 1800 TS CE Laborde JR	16.01.2012

Processo nº 10768.002939/2009-37, nº 10768.000405/2012-71(*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0049558.09.2 2050.0049559.09.2 Embarcação Marathon Runner II	(*) 10.11.2012

Processos nºs 10768.007063/2009-15, 10768.002327/2011-69 e 10768.001122/2012-47(*)				
Processo nº 10768.000288/2012-46 (**)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0052533.09.2 2050.0052534.09.2 CarlineTide PSV 3000(**)	12/05/2013 (*)

Processo nº 10768.007620/2009-06				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0050399.09-2 2050.0050401.09-2 AHTS 1000-OIL VIBRANT	 11.10.2013

Processo nº 10768.001706/2011-31, Processo nº 10768.003497/2011-61				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0039003.08.2 2050.0039005.08.2 Embarcação Kehoe Tide	02/09/2012
Processo nº 10768.001245/2010-16				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0055754.09.2 Embarcação Davidson Tide	01/02/2013

Processo nº 10768.001246/2010-61				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0055755.09.2 Embarcação Luanda Tide	01/02/2013

Processo nº 10768.007065/2010-48				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0061914.10.2 Embarcação ED KYLE	10/10/2014

Processo nº 10768.000152/2012-36				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0054417.09.2 Afretamento Embarcação AMADON TIDE II 2050.0069629.11.2 Prestação de Serviços	01º/02/2013



Processo nº 10768.006300/2010-64				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0031379.07.2 2050.0031381.07.2 Embarcação OIL TRACER	18/09/2011

Processo nº 10768.007537/2010-62				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0054415.09.2 e Aditivo nº 01, de 04/10/2010 Embarcação BRUTE TIDE	16/09/2011

Processo nº 10768.007538/2010-15, Processo 10768.002665/2011-09 (*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0054416.09.2 e Aditivo nº 01, de 04/10/2010 Embarcação MAJESTIC TIDE	(*) 27/04/2012

Processo nº 10768.002222/2011-18				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0052522.09.2 2050.0052523.09.2 Embarcação CABINESS TIDE	29/02/2012

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 151, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro nos artigos 5º e 6º da IN RFB nº 844/2008, a empresa ASTRO INTERNACIONAL S/A, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seu estabelecimento habilitado, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processos nº 10768.000423/2012-53 e nº 10768.000232/2012-91				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.360.244/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997.	2050.0072402.11.2 (Prestação de Serviços) 2050.0072401.11.2 (Afretamento) LEWEK FULMAR (AHTS21000)	26.01.2016

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art.1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa FAROL APOIO MARÍTIMO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 128 de 23 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2012.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.000828/2012-91				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
12.981.187/0001-30	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9478/97.	2050.0073525.12.2 (serviços) e 2050.0073524.12.2 (afretamento) EM-BARCAÇÃO KERI CANDIES	24.02.2016

Processo nº 10768.000984/2012-52				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
12.981.187/0001-30	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9478/97.	2050.0073548.12.2 (serviços) e 2050.0073545.12.2 (afretamento) EM-BARCAÇÃO AMY CANDIES do Tipo PSV 1500	20.03.2016

8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL AEROPORTO
INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/ GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3,
DE 15 DE JUNHO DE 2012

Desabilitação no Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS - GOVERNADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 295, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, e da competência prevista no art. 7º da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19 de março de 2004, e em vista do constante nos autos do Processo MF nº 10814.006251/2010-67 declara:

Art. 1º Fica desabilitada a empresa EL AL Israel Airlines Limited., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.871.534/0001-42, a operar o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado.

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 13, de 25 de agosto de 2010, de habilitação da empresa, sem interrupção de sua força executiva.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDISON JORGE TAKESHI KANEKO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30,
DE 21 DE JUNHO DE 2012

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1º da Portaria DRF/OSA nº 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.721403/2012-11 e com fundamento no artigo 82 da Lei 9.430/96; no inc. II do art. 37, no inc. I e § 3º do art. 39, da IN-RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa DESIGN METALTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EM METAIS LTDA - ME, CNPJ nº 12.327.150/0001-93, desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro, sujeitando-se a empresa aos efeitos previstos no artigo 42 da IN-RFB nº 1.183/2011; e

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, acima referida, a partir da data da publicação deste Ato, nos termos do art. 43 da IN-RFB nº 1.183/2011.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

PORTARIA Nº 63, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, a pessoa jurídica MULT TINTAS LTDA., CNPJ: 50.174.325/0001-69, com efeitos a partir de 01 de julho de 2012, conforme o despacho decisório DRF/SBC/REFIS nº 06/2012, exarado no processo administrativo nº 10558.000416/2011-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária de São Paulo, nos Centro de Atendimento do Contribuinte da cidade de São Paulo, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01, de 2007.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.010.919/0001-66
00.352.512/0001-17
02.103.038/0001-15
44.852.820/0001-87
51.747.038/0001-63
62.584.784/0001-08
67.015.511/0001-58

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 147, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Inscribe contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número GP 08190/00569 o estabelecimento da empresa RETTGRAF IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 14.582.240/0001-56, localizado na Rua Agostinho Gomes, 1615 - Ipiranga - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 13807.720650/2012-83.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 121, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CRÉDITOS. JUROS DE EMPRÉSTIMOS. O valor de juros pagos em razão da tomada de empréstimos, isto é, o "custo do dinheiro", constitui despesa financeira da pessoa jurídica tomadora, seja qual for a atividade a que esta se dedique.

Despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, por expressa disposição dos arts. 21 e 27 da Lei nº 10.865, de 2004, não mais ensejam apuração de créditos de Cofins, desde 01/08/2004. A partir daquela data, existe apenas permissão legal para que o Poder Executivo, caso entenda cabível, autorize a apuração de créditos em razão da incursão nas referidas despesas financeiras. Os Decretos nº 5.164, de 2004, e nº 5.442, de 2005, que tratam das disposições do art. 27 da Lei nº 10.865, de 2004, não trouxeram tal autorização.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 14, VI; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 21, 27 e 46; Decreto nº 4.524, de 2002, art. 10, § 3º; Decreto nº 5.164, de 2004; Decreto nº 5.442, de 2005.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CRÉDITOS. JUROS DE EMPRÉSTIMOS. O valor de juros pagos em razão da tomada de empréstimos, isto é, o "custo do dinheiro", constitui despesa financeira da pessoa jurídica tomadora, seja qual for a atividade a que esta se dedique.

Despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, por expressa disposição dos arts. 37 e 27 da Lei nº 10.865, de 2004, não mais ensejam apuração de créditos de contribuição para o PIS/Pasep, desde 01/08/2004. A partir daquela data, existe apenas permissão legal para que o Poder Executivo, caso entenda cabível, autorize a apuração de créditos em razão da incursão nas referidas despesas financeiras. Os Decretos nº 5.164, de 2004, e nº 5.442, de 2005, que tratam das disposições do art. 27 da Lei nº 10.865, de 2004, não trouxeram tal autorização.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 14, VI; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 27, 37 e 46; Decreto nº 4.524, de 2002, art. 10, § 3º; Decreto nº 5.164, de 2004; Decreto nº 5.442, de 2005.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 124, DE 2 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

Todos os beneficiários de rendimentos de previdência privada e de planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência - Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), pagos durante o ano-calendário, devem constar em Dirf, ainda que não tenham sofrido retenção do Imposto sobre a Renda. Esses rendimentos são aqueles que não sofreram retenção do imposto de renda por situar-se abaixo do limite tributável da tabela progressiva.

Dispositivos Legais: Arts. 11, IV e 13, VII, i), da Instrução Normativa RFB nº 1.216, de 15.12.2011; e Ato Declaratório PGFN nº 4, de 16.11.2006.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 125, DE 2 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

IMUNIDADE. TEMPLOS DE QUALQUER CULTO. A imunidade concedida aos templos de qualquer culto pelo art. 150, VI, letra "b", da Constituição Federal não abrange o IPI incidente nas saídas de produtos industrializados dos estabelecimentos industriais ou equiparados. Nessas saídas, o imposto é devido mesmo quando os produtos são adquiridos por aquelas entidades, ainda que destinados a integrar seu patrimônio e estejam relacionados ao desempenho de suas finalidades essenciais.

Dispositivos Legais: Constituição Federal de 1988, art. 150, inciso VI, letra "b", e § 4º.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 126, DE 2 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

SUSPENSÃO. ADQUIRENTE. INÍCIO DE ATIVIDADE.

Para fins de fruição da suspensão do IPI prevista no art. 29, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 10.637, de 2002, o estabelecimento adquirente de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem deverá atender aos requisitos da preponderância previstos na legislação, ou seja, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, deverá ter auferido receita bruta decorrente dos produtos beneficiados em percentual superior a 60% da receita bruta total do mesmo período.

O adquirente que no ano-calendário anterior não tenha iniciado suas atividades e, por consequência, não auferiu receitas, não atende às exigências da legislação para gozo da suspensão do IPI. Desse modo, não pode se beneficiar da suspensão do IPI em pauta no mesmo ano-calendário em que deu início às suas atividades.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111, inciso I; Lei nº 10.637, de 2002, art. 29, § 1º, inciso I, alínea "a", e § 2º; Decreto nº 7.212, de 2010, art. 136, inciso V, e §§ 6º e 7º.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 127, DE 10 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DECORRENTES DE EXPORTAÇÕES - O pagamento de dividendos a sócios domiciliados no exterior é modalidade de quitação de obrigação própria da pessoa jurídica, estando assim tal operação inserta no conceito de pagamento de obrigação própria do exportador constante do § 2º do art. 1º da Lei nº 11.371, de 2006, desde que a pessoa jurídica realize operações de exportação. Entende-se também que inexistem, no caso de quitação de obrigações próprias da pessoa jurídica exportadora com recursos oriundos de exportação mantidos no exterior, vedações legais outras que não a impossibilidade de realização de operações por parte deste exportador de empréstimo e mútuo com tais recursos, com fulcro no disposto no mesmo parágrafo. IOF - CÂMBIO - no caso de remessa de recursos dos Estados Unidos para quotistas no Japão há a necessidade de realização de operação de câmbio no exterior, a qual, todavia, não se caracteriza em fato gerador do IOF, uma vez que se requer, na forma prevista pelo art. 11 do Decreto 6.306, de 2007, que a operação de câmbio necessariamente envolva moeda estrangeira entregue ou posta a disposição em contrapartida à moeda nacional, o que não ocorre na remessa EUA-Japão (troca de moedas estrangeiras USD/JPY). Todavia, caracteriza-se plenamente, na forma do mesmo art. 11, a ocorrência do fato gerador do IOF na modalidade câmbio quando da remessa de recursos dos Estados Unidos para sócios quotistas no Brasil (troca USD / R\$).



Dispositivos Legais: Arts 1º., § 2º., 3º. e 8º. da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006; Resolução CMN nº. 3.548, de 12 de março de 2008.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 128, DE 3 DE MAIO DE 2012

Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

BENEFÍCIOS FISCAIS. DOAÇÕES. DEDUTIBILIDADE.

As doações efetuadas por pessoas físicas às entidades civis de utilidade pública não são dedutíveis do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual, por falta de previsão legal.

Dispositivo Legal: Art. 12, inciso I, da Lei nº 9.250, de 26.12.1995.

Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

BENEFÍCIOS FISCAIS. DOAÇÕES. DEDUTIBILIDADE.

Poderão ser deduzidas as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício da comunidade onde atuem, observado as demais condições regulamentares.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, § 2º, inciso III; RIR/1999, art. 365, inciso II.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

BENEFÍCIOS FISCAIS. DOAÇÕES. DEDUTIBILIDADE.

Poderão ser deduzidas as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício da comunidade onde atuem, observado as demais condições regulamentares.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso VI e § 2º, inciso III; RIR/1999, art. 365, inciso II; IN SRF nº 390, de 2004, arts. 3º e 62, inciso II, "c" e § 4º.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 129, DE 3 DE MAIO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
NÃO CUMULATIVIDADE. INSUMOS. DIREITO DE CRÉDITO. DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E DESPESAS COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

As despesas efetivadas na aquisição de partes e peças de reposição, desde que sofram desgaste, dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, não estejam incluídas no ativo imobilizado e sejam utilizadas em máquinas e equipamentos que efetivamente respondam diretamente pelo processo produtivo de fabricação de bens ou produtos destinados a venda, geram direito à apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep, obedecidos os demais requisitos legais e normativos referentes à espécie..

As despesas efetivadas na aquisição de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, que respondam diretamente pelo processo produtivo na fabricação e produção de bens destinados à venda, desde que tais valores cumpram os requisitos legais e normativos para conceituação de insumos, geram direito à apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep, obedecidos os demais requisitos legais e normativos referentes à espécie.

Os produtos intermediários que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida na fabricação de produto destinado à venda, são considerados insumos e podem compor a base de cálculo dos créditos a serem descontados na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep não-cumulativa.

Dispositivos Legais: Artigo 3º Lei nº 10.637, de 2002, Artigo 15 da Lei nº 10.865, de 2004, Artigo 346 do Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda), letra "a", Inciso I do § 5º do Artigo 66 da IN SRF nº 247, de 2002 (com a redação dada pela IN SRF 358, de 2003).

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. INSUMOS. DIREITO DE CRÉDITO. DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E DESPESAS COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

As despesas efetivadas na aquisição de partes e peças de reposição, desde que sofram desgaste, dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, não estejam incluídas no ativo imobilizado e sejam utilizadas em máquinas e equipamentos que efetivamente respondam diretamente pelo processo produtivo de fabricação de bens ou produtos destinados a venda, geram direito à apuração de créditos da Cofins, obedecidos os demais requisitos legais e normativos referentes à espécie..

As despesas efetivadas na aquisição de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, que respondam diretamente pelo processo produtivo na fabricação e produção de bens destinados à venda, desde que tais valores cumpram os requisitos legais e normativos para conceituação de insumos, geram direito à apuração de créditos da Cofins, obedecidos os demais requisitos legais e normativos referentes à espécie.

Os produtos intermediários, que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida na fabricação do produto destinado à venda, são considerados insumos e podem compor a base de cálculo dos créditos a serem descontados na apuração da Cofins não cumulativa.

Dispositivos Legais: Artigo 3º Lei nº 10.833, de 2003, Artigo 15 da Lei nº 10.865, de 2004, Artigo 346 do Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda), letra "a" do Inciso I do § 4º do Artigo 8º da IN SRF nº 404, de 2004.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 130, DE 3 DE MAIO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS VINCULADAS A OPERAÇÃO DE VENDA.

As bonificações em mercadorias, quando vinculadas à operação de venda, concedidas na própria Nota Fiscal que ampara a venda, e não estiverem vinculadas à operação futura, por se caracterizarem como redutoras do valor da operação, constituem-se em descontos incondicionais, previstos na legislação de regência do tributo como valores que não integram a sua base de cálculo e, portanto, para sua apuração, podem ser excluídos da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep.

BASE DE CÁLCULO. BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS A TÍTULO GRATUITO, DESVINCULADAS DE OPERAÇÃO DE VENDA.

A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e definida legalmente como o valor do faturamento, entendido este como o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

Nos casos em que a bonificação em mercadoria é concedida por liberalidade da empresa vendedora, sem vinculação a operação de venda e tampouco vinculada a operação futura, não há como caracterizá-la como desconto incondicional, pois não existe valor de operação de venda a ser reduzido. Por não haver atribuição de valor, pois que a Nota Fiscal que acompanha a operação tem natureza de gratuidade, natureza jurídica de doação, não há receita e, portanto, não há que se falar em fato gerador do tributo, pois a receita bruta não será auferida.

Dessa forma, a bonificação em mercadorias, de forma gratuita, não integra a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep.

Dispositivos Legais: Artigo 195 da CF/88; Artigo 1º Lei nº 10.637, de 2002 e Parecer CST/SIPR nº 1.386, de 1982.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS VINCULADAS A OPERAÇÃO DE VENDA.

As bonificações em mercadorias, quando vinculadas à operação de venda, concedidas na própria Nota Fiscal que ampara a venda, e não estiverem vinculadas à operação futura, por se caracterizarem como redutoras do valor da operação, constituem-se em descontos incondicionais, previstos na legislação de regência do tributo como valores que não integram a sua base de cálculo e, portanto, para sua apuração, podem ser excluídos da base de cálculo da Cofins.

BASE DE CÁLCULO. BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS A TÍTULO GRATUITO, DESVINCULADAS DE OPERAÇÃO DE VENDA..

A base de cálculo da Cofins é definida legalmente como o valor do faturamento, entendido este como o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

Nos casos em que a bonificação em mercadoria é concedida por liberalidade da empresa vendedora, sem vinculação a operação de venda e tampouco vinculada a operação futura, não há como caracterizá-la como desconto incondicional, pois não existe valor de operação de venda a ser reduzido. Por não haver atribuição de valor, pois que a Nota Fiscal que acompanha a operação tem natureza de gratuidade, natureza jurídica de doação, não há receita e, portanto, não há que se falar em fato gerador do tributo, pois a receita bruta não será auferida.

Dessa forma, a bonificação em mercadorias, de forma gratuita, não integra a base de cálculo da Cofins.

Dispositivos Legais: Artigo 195 da CF/88; Artigo 1º Lei nº 10.833, de 2003 e Parecer CST/SIPR nº 1.386, de 1982.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131, DE 17 DE MAIO DE 2012

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

BASE DE CÁLCULO. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS. A receita decorrente da atividade de locação de bens imóveis próprios compõe o faturamento sujeito à incidência da Cofins.

Dispositivos Legais: Arts 150, §6º e 195, I, 'b', da Constituição Federal; arts 97, VI, 108, 111, II e 176 da Lei nº 5.172, de 1966, CTN; arts 2º e 3º da Lei nº 9.715, de 1998; arts 2º e 3º da Lei nº 9.718, de 1998; art. 79, XII, da Lei nº 11.941, de 2009.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
BASE DE CÁLCULO. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS. A receita decorrente da atividade de locação de bens imóveis próprios compõe o faturamento sujeito à incidência da contribuição para o PIS/Pasep.

Dispositivos Legais: Art. 239, da Constituição Federal; art.3º da Lei Complementar nº07, de 1970; arts 97, VI, 108, 111, II e 176 da Lei nº 5.172, de 1966, CTN; arts 2º e 3º da Lei nº 9.715, de 1998; arts 2º e 3º da Lei nº 9.718, de 1998; art. 79, XII, da Lei nº 11.941, de 2009.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 132, DE 11 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
SUSPENSÃO. ADQUIRENTE. INÍCIO DE ATIVIDADE.

Para fins de fruição da suspensão do IPI prevista no art. 29, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 10.637, de 2002, o estabelecimento adquirente de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem deverá atender aos requisitos da preponderância previstos na legislação, ou seja, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, deverá ter auferido receita bruta decorrente dos produtos beneficiados em percentual superior a 60% da receita bruta total do mesmo período.

O adquirente que no ano-calendário anterior não tenha iniciado suas atividades e, por consequência, não auferiu receitas, não atende às exigências da legislação para gozo da suspensão do IPI. Desse modo, não pode se beneficiar da suspensão do IPI em pauta no mesmo ano-calendário em que deu início às suas atividades.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111, inciso I; Lei nº 10.637, de 2002, , art. 29, § 1º, inciso I, alínea "a," e §2º, Decreto nº 7.212, de 2010, art. 136, inciso V , e §§ 6º e 7º.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 133, DE 18 DE MAIO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. AQUISIÇÃO DE DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS OU APARAS. A vedação à utilização do crédito apurado nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas, de que trata o art. 47 da Lei nº 11.196, de 2005, diz respeito aos bens mencionados nesse artigo quando adquiridos para utilização como insumos, ou seja, a vedação se aplica à apuração de créditos com fundamento no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002. Essa vedação não prejudica o desconto de crédito calculado em relação a esses mesmos bens quando adquiridos para revenda, hipótese de que trata o inciso I do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002.

Dispositivos Legais: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 47 e 48; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, incisos I e II.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. AQUISIÇÃO DE DESPÊNDIOS, RESÍDUOS OU APARAS. A vedação à utilização do crédito apurado nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas, de que trata o art. 47 da Lei nº 11.196, de 2005, diz respeito aos bens mencionados nesse artigo quando adquiridos para utilização como insumos, ou seja, a vedação se aplica à apuração de créditos com fundamento no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003. Essa vedação não prejudica o desconto de crédito calculado em relação a esses mesmos bens quando adquiridos para revenda, hipótese de que trata o inciso I do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002.

Dispositivos Legais: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 47 e 48; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, incisos I e II.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

É ineficaz a consulta, não produzindo efeitos, quando a matéria sobre a qual versar estiver definida ou declarada em disposição literal de lei.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 740, de 2007, art. 15, inciso IX.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 134, DE 18 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
IMPRESSÃO GRÁFICA. INDUSTRIALIZAÇÃO. EMBALAGENS.

A impressão gráfica, sob encomenda de terceiros, em papel cartão, micro ondulado e duplex, resultando em embalagens personalizadas, caracteriza-se como industrialização, salvo se se tratar de impressão por encomenda direta do consumidor ou usuário, na residência do preparador ou em oficina, desde que, em qualquer caso, seja preponderante o trabalho profissional. O fato de operações caracterizadas como industrialização, pela legislação do IPI, se identificarem com quaisquer dos serviços relacionados na lista anexa à LC nº 116, de 2003, sujeitos ao ISS, não impede a incidência do IPI sobre os produtos resultantes dessas industrializações.

Dispositivos Legais: LC nº 116, de 2003; Decreto nº 7.212, de 2010 (Ripi/2010), art. 4º, art. 5º, inciso V, art. 7º, inciso II, PN CST nº 127, de 1971, PN CST nº 450, de 1971 e PN CST nº 83, de 1977.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 135, DE 28 DE MAIO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. O termo insumo não pode ser interpretado como todo e qualquer bem ou serviço que gera despesa necessária para a atividade da empresa, mas, sim, tão somente, como aqueles, adquiridos de pessoa jurídica, que efetivamente sejam aplicados ou consumidos diretamente na prestação do serviço que constitua a atividade-fim da empresa. Na prestação de serviços de pesquisa de mercado não podem, portanto, ser descontados créditos relativos a gastos com telefone e serviços de voz; com combustíveis e lubrificantes; com despesas de hospedagem e com passagens terrestres e aéreas pagas a pessoas jurídicas, uma vez que não configuram pagamento por bens ou serviços enquadrados no conceito de insumos dessa prestação.

As despesas com alugueis de veículos para transporte de empregados e funcionários não dão direito ao crédito da Contribuição para o PIS/Pasep, por total falta de previsão legal.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, incisos I e IV; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, incisos I, b, II, b, e § 5º, II.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. O termo insumo não pode ser interpretado como todo e qualquer bem ou serviço que gera despesa necessária para a atividade da empresa, mas, sim, tão somente, como aqueles, adquiridos de pessoa jurídica, que efetivamente sejam aplicados ou consumidos diretamente na prestação do serviço que constitua a atividade-fim da empresa. Na prestação de serviços de pesquisa de mercado não podem, portanto, ser descontados créditos relativos a gastos com telefone e serviços de voz; com combustíveis e lubrificantes; com despesas de hospedagem e com passagens terrestres e aéreas pagas a pessoas jurídicas, uma vez que não configuram pagamento por bens ou serviços enquadrados no conceito de insumos dessa prestação.

As despesas com alugueis de veículos para transporte de empregados e funcionários não dão direito ao crédito da Contribuição para o PIS/Pasep, por total falta de previsão legal.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, incisos II e IV; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, incisos I, b, II, b, e § 4º, inciso II.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 136, DE 28 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
AQUISIÇÃO COM SUSPENSÃO DO IMPOSTO. NÃO GERA CRÉDITO.

As aquisições com suspensão de IPI, de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, não geram direito ao crédito do IPI na escrita fiscal do adquirente, por não haver pagamento do imposto por parte do estabelecimento industrial (fornecedor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem) nessas operações.

SETOR AUTOMOTIVO. CRÉDITO.

As disposições relativas ao aproveitamento dos créditos de IPI constantes do §5º do art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002, bem como do §3º do art. 5º da Lei nº 9.826, de 1999, dizem respeito, tão somente, às operações industriais em que tenham sido empregados matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens tributados pelo IPI, mas cujo produto final, na saída do estabelecimento que o fabricou, se beneficia com a suspensão do imposto.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 153, inciso IV, c/c §3º, inciso II; Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 49; Lei nº 9.826, de 1999, art. 5º, §3º; Lei nº 10.637, de 2002 (na redação dada pela Lei nº 10.684, de 2003), art.29, §5º; Decreto nº 7.212, de 2010 (Ripi/2010), art. 225 e 226; e IN RFB nº 948, de 2009, art.25.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 137, DE 28 DE MAIO DE 2012

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
TRANSFORMAÇÃO SUJEITA À AUTORIZAÇÃO BACEN - EFEITOS. No caso de plena obediência aos trâmites legais previstos no art. 1.131 da Lei nº. 10.406, de 2002, os efeitos do ato deliberativo de transformação em instituição sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil retroagem à data da publicação em Diário Oficial da autorização para funcionamento pelo mesmo BACEN, devendo esta ser considerada a data da transformação para fins tributários. Ou seja, a data de início da sujeição passiva da empresa resultante da transformação como instituição financeira (banco comercial), seja para fins de cumprimento de obrigações principais ou acessórias é a data de publicação em Diário Oficial da autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil.

Todavia, na hipótese de não observância ao disposto no art. 1.131 da Lei nº. 10.406, de 2002, após a publicação da autorização por parte do BACEN em Diário Oficial, a transformação só passa a produzir efeitos quando do despacho de arquivamento junto ao Registro de Comércio competente devendo, aqui, a data do referido despacho ser considerada como marco inicial da sujeição passiva como instituição financeira da consultante, tanto no que diz respeito a obrigações principais como a obrigações acessórias.

Dispositivos Legais: Arts. 32 e 36 da Lei nº. 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 4º, inciso VIII e 9º. da Lei nº. 4.595 de 31 de dezembro de 1964 e art. 1.131 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 138, DE 28 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

IOF/DERIVATIVOS - DATA DE REFERÊNCIA. Quando da apuração da base de cálculo do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações com contratos de derivativos de que trata o art. 32-C do Decreto nº. 6.306, de 2007, podem ser consolidadas as datas de 29 e 30 de dezembro de 2011.

Dispositivos Legais: Art. 1º., §§ 1º e 2º. da Lei nº. 8.894, de 21 de junho de 1994, art. 32-C, caput e § 4º., inciso VIII do Decreto nº. 6.306, de 14 de dezembro de 2007, arts. 2º. e 7º. da IN RFB nº. 1.207, de 03 de novembro de 2011 e Ato Declaratório Interpretativo RFB nº. 03, de 19 de abril de 2012.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 139, DE 28 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

IOF/DERIVATIVOS - DATA DE REFERÊNCIA. Quando da apuração da base de cálculo do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações com contratos de derivativos de que trata o art. 32-C do Decreto nº. 6.306, de 2007, podem ser consolidadas as datas de 29 e 30 de dezembro de 2011.

Dispositivos Legais: Art. 1º., §§ 1º e 2º. da Lei nº. 8.894, de 21 de junho de 1994, art. 32-C, caput e § 4º., inciso VIII do Decreto nº. 6.306, de 14 de dezembro de 2007, arts. 2º. e 7º. da IN RFB nº. 1.207, de 03 de novembro de 2011 e Ato Declaratório Interpretativo RFB nº. 03, de 19 de abril de 2012.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 140, DE 29 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

IOF/DERIVATIVOS - DATA DE REFERÊNCIA. Quando da apuração da base de cálculo do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações com contratos de derivativos de que trata o art. 32-C do Decreto nº. 6.306, de 2007, podem ser consolidadas as datas de 29 e 30 de dezembro de 2011.

Dispositivos Legais: Art. 1º., §§ 1º e 2º. da Lei nº. 8.894, de 21 de junho de 1994, art. 32-C, caput e § 4º., inciso VIII do Decreto nº. 6.306, de 14 de dezembro de 2007, arts. 2º. e 7º. da IN RFB nº. 1.207, de 03 de novembro de 2011 e Ato Declaratório Interpretativo RFB nº. 03, de 19 de abril de 2012.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 141, DE 29 DE MAIO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

IOF/DERIVATIVOS - DATA DE REFERÊNCIA. Quando da apuração da base de cálculo do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações com contratos de derivativos de que trata o art. 32-C do Decreto nº. 6.306, de 2007, podem ser consolidadas as datas de 29 e 30 de dezembro de 2011.

Dispositivos Legais: Art. 1º., §§ 1º e 2º. da Lei nº. 8.894, de 21 de junho de 1994, art. 32-C, caput e § 4º., inciso VIII do Decreto nº. 6.306, de 14 de dezembro de 2007, arts. 2º. e 7º. da IN RFB nº. 1.207, de 03 de novembro de 2011 e Ato Declaratório Interpretativo RFB nº. 03, de 19 de abril de 2012.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 123, DE 6 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CTA nº 195, de 17 de novembro de 2009 (publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2009), e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a pessoa jurídica TV CONTROLE PARANAENSE LTDA, cadastrada no CNPJ sob o nº 76.615.277/0001-90, tendo em vista a constatação de ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados de inadiplência no recolhimento de tributos e de contribuições referidos no art. 5º da mesma Lei, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão consta nos autos do processo (PAES) nº 18042.000120/2012-28.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data do recebimento deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Curitiba, na Rua João Negrão, 246 - 4º Andar, nos dias úteis.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua ciência/publicação.

MARCOS VINÍCIUS RINALDI



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 4 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONDES WITT

ANEXO ÚNICO

enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMER- CIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
03.408.722/0001-78	VDK	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
03.408.722/0001-78	VDK FLAVOR	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17,
DE 20 DE JUNHO DE 2012

Registro Especial Obrigatório de estabelecimento produtores, engarrafadores, comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Londrina-PR, no uso de suas atribuições que lhe foi conferida pelo Inciso IX do artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria MF nº. 587, de 21/12/2010), tendo em vista o disposto no artigo 331 do Decreto nº. 7.212, de 15/06/2010, que regulamenta a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI e face ao que consta do Processo Administrativo nº. 10930.721098/2012-37, declara:

Art.1º. INSCRITA NO REGISTRO ESPECIAL OBRIGATÓRIO, dos estabelecimentos produtores, engarrafadores, comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, específico para: "IMPORTADOR", de que trata o artigo 2º, inciso IV da IN SRFnº. 504/2005, sob nº. 0910200/020, estabelecimento da empresa:

TMT- INDUSTRIA E COMERCIO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA.- CNPJ Nº. 05.451.512/0001-98.
Avenida Dez de Dezembro, nº. 6339 - Jardim Piza
LONDRINA - PR. CEP- 86046-140.

Art.2º. A presente inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art.3º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4,
DE 22 DE JUNHO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Delegado da Receita Federal do Brasil em Maringá -Pr, no endereço: Av. XV de Novembro, 527, em Maringá-Pr, CEP. 87013-909.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO SEGÓVIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

79.331.823/0001-50

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 126, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Inscribe no Registro Especial e autoriza o engarrafamento dos produtos que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso II, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo nº 11020.722533/2012-76, declara:

Art. 1º. O estabelecimento da empresa Vinícola Meneguzzo Ltda ME, CNPJ nº 14.675.213/0001-28, situado na Rodv. BR 116, km 108, s/n, Linha Rosita, no município de São Marcos - RS, está inscrito no Registro Especial nº 10106/331, como engarrafador de bebidas.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco Seco Niágara	Ridente	2204.29.11	retornável	4.550 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Ridente	2204.21.00	retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Ridente	2204.29.11	retornável	4.550 ml
Vinho Branco Suave	Ridente	2204.21.00	retornável	750 ml
Vinho Rosado Seco	Ridente	2204.29.11	retornável	4.550 ml
Vinho Rosado Seco	Ridente	2204.21.00	retornável	750 ml
Vinho Rosado Suave	Ridente	2204.29.11	retornável	4.550 ml
Vinho Rosado Suave	Ridente	2204.21.00	retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Ridente	2204.29.11	retornável	4.550 ml
Vinho Tinto Seco	Ridente	2204.21.00	retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Ridente	2204.29.11	retornável	4.550 ml
Vinho Tinto Suave	Ridente	2204.21.00	retornável	750 ml

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 127, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo nº 11020.003323/2010-13, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/332 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Granja de Vinhos São Marquense Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 93.178.382/0001-29, situado na Linha Diogo dos Santos, nº 1, Interior, no município de São Marcos - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21,
DE 15 DE JUNHO DE 2012

Concede Registro Especial, na atividade de importador de bebidas alcoólicas, ao estabelecimento que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO/RS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 220 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria RFB nº 2.156, de 21 de fevereiro de 2011 e considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, de acordo com o art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado nas fls. 49 e 50 do processo digital nº 11065.722544/2012-30, declara:

Art. 1º Concedido Registro Especial, na atividade de importador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa (IN) SRF nº 504/2005, sob o nº 10107/0077, ao estabelecimento de CNPJ nº 05.505.919/0001-50 da empresa AWS EXPORTACAO & IMPORTACAO LTDA, situada na R JULIO DE CASTILHOS, Nº 679, Conj 171, Bairro Centro - no município de Novo Hamburgo/RS.

Art. 2º O presente registro poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida IN, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ FERNANDO LORENZI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56,
DE 22 DE JUNHO DE 2012

Declara baixada de ofício a inscrição no CPF

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e tendo em vista o disposto no art. 31 da IN RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Baixada de ofício a inscrição no CPF por determinação judicial, de acordo com o disposto no art. 30, inciso IV da IN RFB nº 1.042/2010, de:

CPF 971.808.400-25

EDSON DE OLIVEIRA SILVA

LEOMAR WAYERBACHER

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 401, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 11.549.654 (onze milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E - CFT-E, no valor de R\$ 30.494.424,39 (trinta milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/6/2012	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
1º/1/2008	1º/1/2038	2.640289	683.584	1.804.859,31
1º/1/2009	1º/1/2039	2.640289	54.932	145.036,35
1º/1/2010	1º/1/2040	2.640289	10.811.138	28.544.528,73
TOTAL			11.549.654	30.494.424,39

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 399, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOIRO NACIONAL - SUBSTITUTO -, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 25 do ANEXO I do Decreto nº 7.386, de 8 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de JUNHO de 2012, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar nº 115, de 2002.

R\$ 1,00

UF	COEF (%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.218, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º ANULAR a Portaria Ministerial nº 540, de 6 de fevereiro de 2004, que declarou Landulfo Silva Santos anistiado político, com fundamento no Voto nº 27/2012/GTI, decorrente do procedimento de revisão pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial nº 134, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.219, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º ANULAR a Portaria Ministerial nº 2475, de 17 de dezembro de 2002, que declarou Fernandes Avelino Pereira anistiado político, com fundamento no Voto nº 161/2012/GTI, decorrente do procedimento de revisão pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial nº 134, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.220, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

ES	4.26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1.33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,67880	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,28750	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00 000	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO GIACOMAZZO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 4.684, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 68 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 229, de 27 de dezembro de 2010, considerando o disposto no Edital de Concurso Público ESAF nº 3, de 19 de janeiro de 2010, publicado no DOU de 20 de janeiro de 2010, no Edital ESAF nº 56, de 22 de junho de 2010, publicado no DOU de 23 de junho de 2010, e no Edital Susep nº 1, de 28 de junho de 2010, publicado no DOU de 29 de junho de 2010, e as autorizações concedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 357, de 21 de outubro de 2009, publicada no DOU de 22 de outubro de 2009, e da Portaria nº 263, de 20 de junho de 2012, publicada no DOU de 21 de junho de 2012, resolve:

Art.1º Ficam excluídos do concurso, em razão de desistência, os candidatos a seguir relacionados por área, nome, número de inscrição e número de classificação final:

Área: Administração e Finanças - UF de Vaga: RJ

CLAS.	NOME	INSCRIÇÃO	NOTA FINAL
30	Felipe Quitete Curi	9185410	246,00
31	Rafael Quintana Rua	9028692	245,75

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO AMORELLI DE FREITAS

PORTARIA Nº 1.223, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º ANULAR a Portaria Ministerial nº 2894, de 14 de outubro de 2004, que declarou Pedro Malazarte da Silva anistiado político, com fundamento no Voto nº 207/2012/GTI, decorrente do procedimento de revisão pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial nº 134, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.224, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º ANULAR a Portaria Ministerial nº 418, de 5 de fevereiro de 2004, que declarou Arith Marques de Oliveira anistiado político, com fundamento no Voto nº 208/2012/GTI, decorrente do procedimento de revisão pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial nº 134, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.225, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º ANULAR a Portaria Ministerial nº 0867, de 13 de maio de 2005, que declarou José Antonio de Jesus anistiado político, com fundamento no Voto nº 209/2012/GTI, decorrente do procedimento de revisão pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial nº 134, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

**PORTARIA Nº 1.226, DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º ANULAR a Portaria Ministerial nº 0307, de 8 de março de 2005, que declarou Carlos Alberto Niederauer Lampert anistiado político, com fundamento no Voto nº 210/2012/GTI, decorrente do procedimento de revisão pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial nº 134, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 22 de junho de 2012

Nº 942 - Processos nº 08802.010211/2011-98 e 08802.001804/2002-72. Interessado: Carlos Alberto Coelho Gomes.

Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3.795, de 20 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA Nº 379/2012 do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Nº 943 - Processo nº 08802.011366/2011-41. Interessado: Carlos Krauthen.

Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 516, de 5 de abril de 2005, nos termos da NOTA Nº 377/2012 do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Nº 944 - Processo nº 08802.010709/2011-51. Interessado: Claudionor de Oliveira Baia.

Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2.031, de 28 de novembro de 2003, nos termos da NOTA Nº 381/2012 do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Nº 945 - Processo nº 08802.010223/2011-12. Interessado: Carlos Cesar Paura.

Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3.153, de 21 de outubro de 2004, nos termos da NOTA Nº 380/2012 do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Nº 946 - Processo nº 08802.010494/2011-78. Interessado: Carlos Gilberto Diniz Bezerra de Lima.

Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 740, de 28 de abril de 2010, nos termos da NOTA Nº 378/2012 do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA**ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 682 REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2012**

Hora: 14:30h

Presidente: Vinícius Marques de Carvalho

Secretário do Plenário: Clovis Manzoni dos Santos Lores

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.

Foram redistribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.006466/2011-52

Requerentes: CONFIDENCIAL

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.008447/2011-61

Requerentes: Delta FM&B Fundo de Investimento em Participações, Diagnolabor Exames Clínicos S.A.

Advogado(s): José Carlos da Matta Berardo, Barbara Rosenberg

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.002853/2012-09

Requerentes: Dell Inc.; Wyse International, Inc.

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Carolina Maria Matos Vieira

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08012.002949/2012-69

Requerentes: TE Connectivity Ltd., The Gores Group LLC

Advogado(s): Paola Regina Petrozziello Pugliese, Marina de Santana Souza

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.003129/2012-94

Requerentes: BOPP Brasil Participações Ltda., Vitopel do Brasil Ltda.

Advogado(s): Larissa K. Toyomoto, Enrico Spini Romanie-lo

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.003279/2012-06

Requerentes: GMI Holdings Corporation, Lear Corporation

Advogado(s): José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Pro-

cópio Calliari

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes fei-

tos:

Ato de Concentração nº 08000.008184/2012-18

Requerentes: Hidro Jet Equipamentos Hidráulicos Ltda., Lu-

patech S.A.

Advogado(s): Fabio Dal Pont Branchi

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.006072/2012-85

Requerentes: A Geradora Aluguel de Máquinas Ltda., Mebo Participações Ltda.

Advogado(s): Cecília Vidigal Monteiro de Barros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.006115/2012-22

Requerentes: Caterpillar Logistics Services LLC, SPL Logistics JV Holding Parent, LLC

Advogado(s): Francisco Ribeiro Todorov, Helena de Sá

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.006119/2012-19

Requerentes: CONFIDENCIAL

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.006121/2012-80

Requerentes: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda, Cristália - Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Eurofarma Laboratórios Ltda., Libbs Farmacêutica Ltda.

Advogado(s): Roberto Hugo Lima Pessoa, José Maria Mar-

condes do Amaral-Gurcel, Roberto Hugo Lima Pessoa

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08012.006122/2012-24

Requerentes: Delphi Holding Luxembourg SARL, FCI Automotive Holding S.A.S

Advogado(s): Leonardo Peres da Rocha e Silva, Cristiane Saccab Zarzur

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.006130/2012-71

Requerentes: Aluminium Pechiney S.A.S, H.I.G Capital France FCPR

Advogado(s): Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu,

Rafael Flesch

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.006131/2012-15

Requerentes: Ecopart Investimentos S.A., Gargaú Energética S.A., Omega Energia Renovável S.A..

Advogado(s): Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu,

Joyce Midori Honda

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08012.006135/2012-01

Requerentes: Cytec Industries Inc., Henkel AG & Co. KGaA

Advogado(s): Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Márcio Dias Soa-

res

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.006136/2012-48

Requerentes: Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A. (EEP), Kawasaki Heavy Industries Ltd.

Advogado(s): Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Ama-

deu Carvalhaes Ribeiro, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Lauro Celidonio Neto

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.006143/2012-40

Requerentes: Clemenceau Investments Pte Ltd, NS2.COM S.A.

Advogado(s): Tiago Machado Cortez, Eloy Rizzo Neto

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.006144/2012-94

Requerentes: AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda., Newinco Comércio e Participações Ltda.

Advogado(s): João Dácio Rolim, Elisa Silva Ribeiro

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08012.006440/2012-95

Requerentes: Sistema de Alimentos e Bebidas do Brasil Ltda., Trop Frutas do Brasil S.A.

Advogado(s): Lia Esposito Roston, Renata Junqueira Mo-

relli

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.006676/2012-21

Requerentes: Aribas, Inc., SAP AG

Advogado(s): Flávio Lemos Belliboni, Leonardo Peres da Rocha e Silva

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.006763/2012-89

Requerentes: Invest Unternehmensbeteiligungs Aktiengesellschaft, Speech Processing Solutions GmbH

Advogado(s): Francisco Ribeiro Todorov

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.006812/2012-83

Requerentes: Goldman Sachs Group, Inc, Plastipak Holdings Inc

Advogado(s): José Augusto Regazzini, Marcelo Calliari

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08012.006814/2012-72

Requerentes: Companhia Energética de Minas Gerais, Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis

de Oliveira

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.006866/2012-49

Requerentes: IHI Corporation, Voith Paper GmbH & Co., KG

Advogado(s): Daniel Oliveira Andreoli, Isabela Braga Pom-

pilio, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Alessandro Pezzolo Giacaglia

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.006867/2012-93

Requerentes: M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, Moinho Santa Lúcia Ltda.

Advogado(s): Joana Temudo Cianfarani, Denis Alves Gui-

marães, Isabela Braga Pompilio

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08012.006869/2012-82

Requerentes: Heliotek Máquinas e Equipamentos Ltda., Robert Bosch GmbH

Advogado(s): José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio M.

Barbosa

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08700.003582/2012-42

Requerentes: JIGC Industria e Comercio de Materiais Dentários S.A. (Neodent), Manohay Participações S.A.

Advogado(s): Paulo Leonardo Casagrande

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08700.003841/2012-35

Requerentes: General Electric Company, USA; Industrea Limited

Advogado(s): Barbara Rosenberg, André Previato

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08700.003874/2012-85

Requerentes: Companhia Hispano Brasileira de Pelotização, Vale S.A.

Advogado(s): Aurélio Marchini Santos, Camila Castanho Gi-

rardi

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08700.003897/2012-90

Requerentes: Cooperativa Central Gaúcha Ltda., Monsanto do Brasil Ltda.

Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane

Helena Lopes Ferrero

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08700.003898/2012-34

Requerentes: Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, Monsanto do Brasil Ltda.

Advogado(s): Cristhiane Helena Lopes Ferrero, José Inácio

Gonzaga Franceschini

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08700.003909/2012-86

Requerentes: Aspen Global Incorporated, Novartis AG

Advogado(s): Erika Vieira Sang, Tito Amaral de Andrade

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Ato de Concentração nº 08700.003910/2012-19

Requerentes: Aspen Global Incorporated, Novartis AG

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Erika Vieira Sang

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08700.003931/2012-26

Requerentes: Fundo de Investimento em Participações Quarto, Real Estate Pernambuco S.A.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Be-

rardo, Luis Bernardo Coelho Cascão

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08700.003937/2012-01

Requerentes: Don Mario Sementes Ltda., Monsanto do Brasil Ltda.

Advogado(s): Maria Eugenia Del Nero Poletti, José Inácio

Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração nº 08700.003945/2012-40

Requerentes: CP Eletrônica S.A., Schneider Electric Brasil Ltda

Advogado(s): Joyce Midori Honda, Fabíola Carolina Lisboa

Cammarota de Abreu

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração nº 08700.003946/2012-94

Requerentes: Technip S.A., The Shaw Group

Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Leonardo Peres da

Rocha e Silva, Lilian Barreira

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08700.003951/2012-05

Requerentes: Brasa Inc., FC Holdings Inc.

Advogado(s): Leonardo Peres da Rocha e Silva, Cristianne

Saccab Zarzur, Leda Batista da Silva

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.003952/2012-41
Requerentes: Rolls-Royce Holding plc, United Technologies Corporation

Advogado(s): José Alexandre Buaz Neto, Tito Amaral de Andrade, Marco Aurélio M. Barbosa, Érica Sumie Yamashita, Carolina Maria Matos Vieira

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.003963/2012-21
Requerentes: Cooper Industries PLC, Eaton Corporation

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Carolina Maria Matos Vieira

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.003965/2012-11
Requerentes: Clarion Biotecnologia Ltda., Laboratórios Pfizer Ltda.

Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Renata Semin Tormin, Maria Eugenia Del Nero Poletti

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.003966/2012-65
Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda., Precision Planting, Inc.

Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Maria Eugenia Del Nero Poletti, Cristhiane Helena Lopes Ferrero

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.003967/2012-18
Requerentes: Continental AG, Day Brasil S.A.

Advogado(s): Tercio Sampaio Ferraz Junior, Tamara Dumoncel Hoff, Murilo Machado Sampaio Ferraz, Francisco Ribeiro Todorov, Helena de Sá, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Glenda Sadocco Haas, Adriana Franco Giannini, Cynthia Ruas Vieira

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.003978/2012-90
Requerentes: Hospital Regional de Franca S.A., Unimed Franca

Advogado(s): Fábio Alessandro dos Santos, Carolina Saito da Costa, Leonor Cordovil

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.003979/2012-34
Requerentes: Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico Hospitalares Ltda., XPRO Sistemas Ltda.

Advogado(s): Francisco Ribeiro Todorov, Natália de Lima Figueiredo, Helena de Sá

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.003989/2012-70
Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda.

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004000/2012-45
Requerentes: Copainima, Inc., GS Engineering & Construction Corporation, OHL Medio Ambiente Inima, S.A.

Advogado(s): Bruno de Luca Drago, Marco Antonio Fonseca Júnior

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.004011/2012-25
Requerentes: Fox Film do Brasil Ltda., Warner Bros (South) Inc.

Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Francisco Ribeiro Todorov, Marcos Pajolla Garrido

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004012/2012-70
Requerentes: Dana Indústrias Ltda., Metalúrgica Ática Ltda.

Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Leda Batista da Silva, Lilian Barreira

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.004013/2012-14
Requerentes: Brasil Online Holdings Coöperatief U.A., Seek International Investments II Cooperative U.A.

Advogado(s): Fábio Amaral Figueira, Vitor Luís P. Jorge, Daniel Vieira Bogéa Soares, Cristianne Saccab Zarzur, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Lilian Barreira

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.004014/2012-69
Requerentes: FIP Terra Viva - Fundo de Investimentos em Participações, Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda.

Advogado(s): Cecília Vidigal Monteiro de Barros, Edson Tarkeshi Nakamura, Marina Akemi Suzuki

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.004015/2012-11
Requerentes: Diageo Brasil Ltda., Ypióca Agroindustrial de Bebidas S.A.

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Victor Borges Cherulli

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004017/2012-01
Requerentes: Caixa Participações S.A. - Caixapar, CPM Braxis S.A.

Advogado(s): Marcel Medon Santos, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Ana Cláudia Lobo Barreira, Jackson de Freitas Ferreira, Victor Borges Cherulli

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.004018/2012-47
Requerentes: CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, GPA Construção Pesada e Mineração Ltda.

Advogado(s): Tercio Sampaio Ferraz Junior, Luciano Inácio de Souza, Murilo Machado Sampaio Ferraz

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.004020/2012-16
Requerentes: Accentiv Serviços Tecnologia da Informação Ltda., Incentive House S.A.

Advogado(s): Eduardo Caminati Anders, André Alencar Porto

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.004021/2012-61
Requerentes: Amaggi Exportação e Importação Ltda., Bunge Alimentos S.A.

Advogado(s): Eduardo Caminati Anders, André Alencar Porto

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.004022/2012-13
Requerentes: Sumitomo Rubber Industries, Ltd., The Goodyear Tire & Rubber Company

Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Maria Eugenia Del Nero Poletti, Renata Semin Tormin

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.004028/2012-82
Requerentes: Mircal Brésil, MSL Minerais S.A.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, Camilla Paoletti, José Carlos da Matta Berardo

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.004030/2012-51
Requerentes: Fedex Corporation, Rapidão Cometa Logística e Transporte S.A.

Advogado(s): Cynthia Ruas Vieira, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda, Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini, Helena de Sá

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.004042/2012-86
Requerentes: Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda., Laboratório Sanobio Ltda.

Advogado(s): Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Joyce Ruiz Rodrigues Alves

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004043/2012-21
Requerentes: Embraer Defesa e Segurança Participações S.A., Telecomunicações Brasileira S.A. - TELEBRAS

Advogado(s): Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Márcio Dias Soares

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.004047/2012-17
Requerentes: Indústria Brasileira de Reciclagem de Alumínio Ltda., Latasa Reciclagem Ltda., Novelis do Brasil Ltda.

Advogado(s): Ricardo Noronha Inglez de Sousa, Stefanie Schmitt

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.004048/2012-53
Requerentes: Continental AG, Freudenberg PSPE S.A.S

Advogado(s): Ricardo Noronha Inglez de Sousa, Stefanie Schmitt

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.004049/2012-06
Requerentes: Auto Posto Duque Conde Alphaville Ltda., Construtora Duque Ltda., Duque Comércio e Participações Ltda., Posto de Serviços Duque 35 Ltda., Vancouver Empreendimentos e Participações Ltda.

Advogado(s): Tiago Machado Cortez, Cristiane Saccab Zarzur, Marcos Pajolla Garrido, Eloy Rizzo Neto

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.004053/2012-66
Requerentes: Cabeceira Agroindustrial Ltda., Vetorial Siderurgia Ltda.

Advogado(s): Juliano Battella Gotlib, André Lucenti Estevam, Gabriel Nascimento Pinto

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.004054/2012-19
Requerentes: ARMCO Staco S.A. Indústria Metalúrgica, Mangels Industrial S.A.

Advogado(s): Juliano Battella Gotlib, André Lucenti Estevam, Gabriel Nascimento Pinto

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004059/2012-33
Requerentes: Orbeat Som & Imagem Ltda., W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

Advogado(s): Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luís Cláudio Nagalli G. Camargo

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.004060/2012-68
Requerentes: Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., UB União Luís Educacional S.A.

Advogado(s): Luís Cláudio Nagalli G. Camargo, Marcio de Carvalho Silveira Bueno

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.004061/2012-11
Requerentes: Petra Energia S.A., Santa Marta Participações S.A.

Advogado(s): Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luís Cláudio Nagalli G. Camargo

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.004065/2012-91
Requerentes: Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda., GA Consultoria, Administração e Serviços Ltda., Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, Bruno de Luca Drago, André Prevato, Marco Antonio Fonseca Júnior

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004069/2012-79
Requerentes: Terminal Marítimo do Maranhão S.A., Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Advogado(s): Barbara Rosenberg, Jose Inácio F. de Almeida Prado Filho, Marília Cruz Ávila

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.004070/2012-01
Requerentes: Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, Santarena Eventos S.A.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, Marília Cruz Ávila, Jose Inácio F. de Almeida Prado Filho

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.004075/2012-26
Requerentes: Holcim (Brasil) S.A., Topmix Engenharia e Tecnologia de Concreto S.A.

Advogado(s): Ubiratan Mattos, Maria Cecília Andrade, Paulo Renato Lorenzetti Tirol

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004076/2012-71
Requerentes: Brasmix Engenharia de Concreto S.A., Holcim S.A.

Advogado(s): Maria Cecília Andrade, Paulo Renato Lorenzetti Tirol, Ubiratan Mattos

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.004077/2012-15
Requerentes: Holcim (Brasil) S.A., Riomix Ltda.

Advogado(s): Maria Cecília Andrade, Ubiratan Mattos

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08700.004079/2012-12
Requerentes: Ambev - Companhia de Bebidas das Américas, Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A.

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.004083/2012-72
Requerentes: American Chemical I.C.S.A., Oxiten S.A.. Indústria e Comércio

Advogado(s): Yi Shin Tang, Thaís de Sousa Guerra, Patrícia Pitaluga Peret, Raquel Cândido

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08700.004101/2012-16
Requerentes: Atman Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., CHS do Brasil - Grãos e Fertilizantes Ltda

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Erika Vieira Sang, Carolina Maria Matos Vieira

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08700.004199/2012-10
Requerentes: Flogentrack Commercial S.A., Greeneden U.S. Holdings II, LLC

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Carolina Maria Matos Vieira, Erika Vieira Sang

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08700.004201/2012-42
Requerentes: CONFIDENCIAL

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08700.004227/2012-91
Requerentes: CONFIDENCIAL

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.634, DE 21 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1597/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUCSIM HOTELS LTDA, CNPJ nº 10.476.828/0001-74, para atuar em PERNAMBUCO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.109, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2360 / DPF/SJE/SP, resolve: CONCEBER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.564.814/0001-72, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
48800 (quarenta e oito mil e oitocentos) Espoletas para Munição calibre 38,
49800 (quarenta e nove mil e oitocentos) Projéteis para Munição calibre 38,
2000 (dois mil) Estojos para Munição calibre 38,
6800 (seis mil e oitocentos) Espoletas para Munição calibre .380,



3900 (três mil e novecentos) Projéteis para Munição calibre .380,
1000 (um mil) Estojos para Munição calibre .380,
1500 (um mil e quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 12,
18000 (dezoito mil) Gramas de Pólvora.
O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.122, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/675/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.445.414/0002-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar no RIO DE JANEIRO, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2891/12 (CNPJ nº 02.445.414/0002-30); e nº 3626/12 (CNPJ nº 02.445.414/0005-83).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.126, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1446/DPF/IVE/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A., CNPJ nº 07.175.725/0001-60, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança nº 3321/12, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.135, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1226 / DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: CONCEDER autorização à empresa MASTER MAGNUM SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 04.958.249/0001-65, sediada no DISTRITO FEDERAL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
2 (dois) Espingarda(s) calibre 12,
8750 (oito mil, setecentos e cinquenta) Cartuchos de Munição Treina calibre .380,
3500 (três mil e quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.140, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1218/DPF/IVE/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.532.208/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança nº 3576/12, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.142, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1459 / DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve: CONCEDER autorização à empresa APOLO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.035.059/0001-90, sediada no MATO GROSSO DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
7 (sete) Revólver(es) calibre 38,
126 (cento e vinte e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.145, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1394 / DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: CONCEDER autorização à empresa FORTESUL - SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIG. E SEG. LTDA, CNPJ nº 02.576.238/0004-38, sediada em RONDÔNIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
7 (sete) Revólver(es) calibre 38,
78 (setenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.148, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2376/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização, à empresa VERZANI & SANDRINI SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0003-99, especializada em segurança privada, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no RIO DE JANEIRO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.150, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2551 / DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa LUMAR SECURITY VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 59.646.950/0001-30, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
10 (dez) Revólver(es) calibre 38,
180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.151, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2473 / DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa SPARTTA FORMACAO PROFISIONAL EM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 01.556.478/0001-65, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
35000 (trinta e cinco mil) Espoletas para Munição calibre 38,
35000 (trinta e cinco mil) Projéteis para Munição calibre 38,

9150 (nove mil, cento e cinquenta) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.154, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2557 / DPF/BRU/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa STAFF- CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.577.491/0001-63, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2 (dois) Pistola(s) calibre 380,
1 (um) Espingarda(s) calibre 12,
90900 (noventa mil e novecentos) Espoletas para Munição calibre 38,

90900 (noventa mil e novecentos) Projéteis para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Estojos para Munição calibre 38,
6200 (seis mil e duzentos) Espoletas para Munição calibre .380,

6200 (seis mil e duzentos) Projéteis para Munição calibre .380,

2000 (dois mil) Estojos para Munição calibre .380,
2800 (dois mil e oitocentos) Cartuchos de Munição calibre 12,

26000 (vinte e seis mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 11.549, DE 19 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000871/2012-17 CGCSP/DIREX e 2012/710 -SR/DPF/SP, resolve:

RETIFICAR o Alvará nº 1.719, de 24 de maio de 2012, publicado no DOU em 29 de maio de 2012, página 76, Seção 1, de modo que onde se lê: da empresa cedente com CPNJ nº 02.826.851/0001-13

Leia-se: Da empresa cedente com CPNJ nº 02.035.992/0001-18.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 11.533, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.000965/2012-86 - DELESP/SR/SP, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa EDITORA GRÁFICOS BURTI LTDA., CNPJ/MF nº 43.150.499/0010-17, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 11.534, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.001728/2012-32 - DELESP/SR/SP, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa HELSTEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FACAS E FERRAMENTAS LTDA., CNPJ/MF nº 54.760.111/0001-25, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 11.535, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08350.041527/2011-97 - DELESP/SR/DPF/MG, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio da Portaria nº 72, de 17/02/2003, publicada no D.O.U. de 17/02/2003, à empresa JDT LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA., CNPJ/MF nº 00.933.263/0001-53, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 11.536, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08502.003477/2011-69 - CV/DPF/SJE/SP, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa INDÚSTRIA FARMACÊUTICA RIOQUÍMICA LTDA., CNPJ/MF nº 55.643.555/0001-43, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 11.537, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08350.001527/2012-35 - DELESP/SR/DPF/MG, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio da Portaria nº 64, de 20/02/2002, publicada no D.O.U. de 20/02/2002, à empresa TREVISOL BETIM VEÍCULOS LTDA., CNPJ/MF nº 21.014.220/0001-44, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 11.538, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08096.000890/2012-91 - DPF/CAC/PR, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa GLOBOAVES AGROAVICOLA LTDA., CNPJ/MF nº 02.983.230/0001-43, localizada no Estado do PARANÁ.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 11.539, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08360.000210/2012-62 - DELESP/SR/DPF/PA, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa CENTENOR EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ/MF nº 04.200.572/0001-75, localizada no Estado do PARÁ.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

**SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS**

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cômputo, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08212.013256/2011-64 - JOAQUIM LUIS GAMBOA XAMUZÉBA
Processo Nº 08270.002334/2011-19 - WILLIAM CASSANDRA ROSAMONTE BARBOSA
Processo Nº 08296.000128/2012-59 - TYRONE PATRICK FAHEY
Processo Nº 08296.000578/2012-41 - LUIS CARLOS SILVA DA CUNHA
Processo Nº 08296.000601/2012-06 - ANTONIO GILI SAMPERA
Processo Nº 08310.002285/2012-73 - JOSEPH DI LORENZO
Processo Nº 08310.002435/2012-49 - EMILIO ALBERTO QUINTANILLA GARZA
Processo Nº 08351.008335/2011-69 - CARLOS MANUEL DA SILVA HENRIQUES
Processo Nº 08354.002772/2011-49 - JOHN PATRICK CUSACK
Processo Nº 08354.003425/2011-33 - LAURENS THOMAS SIMON SIMONS
Processo Nº 08354.004205/2011-27 - KAROLINA EWA MATUSZEWSKA
Processo Nº 08354.005454/2011-30 - GIOMAR XIMENA MEJIA ORTIZ
Processo Nº 08354.006239/2011-56 - TATSIANA DE PAULO
Processo Nº 08354.006308/2011-21 - CLAUDIA MARY PORCELLI MULLER
Processo Nº 08420.022505/2011-57 - NIEVES CAROLINA MATEOS MARQUEZ
Processo Nº 08420.034718/2011-21 - CARLO SARDA
Processo Nº 08457.011257/2011-00 - VITOR MANUEL ROSA PEREIRA
Processo Nº 08457.014861/2011-80 - NICHOLAS WILLIAM SISSONS
Processo Nº 08458.012732/2010-66 - JORGE MANUEL MAGALHÃES DOS SANTOS

Processo Nº 08475.002884/2012-12 - RICARDO MONTEIRO MARQUES
Processo Nº 08475.002885/2012-59 - JOSE ORLANDO MEJIA MAIJA
Processo Nº 08495.001691/2008-11 - MARIA DEL ROCIO CHIOLA BENITEZ BORGES
Processo Nº 08495.003857/2011-30 - LUIS ALEXANDRE FERREIRA ROSARIO DA SILVA
Processo Nº 08506.012785/2011-45 - JOAO DA CONCEICAO GOMES
Processo Nº 08506.012941/2011-78 - FERNANDA PATRICIA FUENTES CORZO DA SILVA
Processo Nº 08507.002555/2011-68 - KEITH SHELDON SMITH
Processo Nº 08701.000322/2012-13 - RAUL VILLANUEVA CARRION
Processo Nº 08354.000606/2012-99 - GERRIT MORREN
Processo Nº 08354.001443/2012-61 - SOFIA ALEXANDRA ROMBA GUERRA DA CRUZ e DAVID MIGUEL ROMBA LEO GUERRA CARRELO
Processo Nº 08354.005726/2011-00 - GAYLORD OUBRIER
Processo Nº 08451.005517/2007-73 - HOROSNEL LARROSA NIZ
Processo Nº 08460.034044/2009-74 - JULIO CESAR CESPEDES PAZ
Processo Nº 08508.002266/2012-30 - JOSE CARLOS ALMEIDA PINTO, JOANA MARGARIDA DA SILVA PINTO e JOAO PEDRO DA SILVA PINTO
Processo Nº 08508.002675/2012-36 - STEVEN CHRISTOPHER BRETZ
Processo Nº 08710.000130/2012-90 - DAVIDE DALLE VEDOVE
Processo Nº 08795.000881/2012-13 - JOSE DOMINGOS CARVALHO MACHADO
Processo Nº 08795.001322/2011-40 - NAOKO ICHIO
Processo Nº 08795.001616/2011-71 - LUCIANO COLLADOS GARCIA
Processo Nº 08795.001841/2011-16 - JEAN PIERRE MARIE JOSEPH SERRA
Processo Nº 08065.004619/2011-10 - JOSE PEDRO JEREMIAS PEREIRA
Processo Nº 08102.011951/2011-39 - ALVARO GALEANO BLANES
Processo Nº 08107.000992/2012-31 - MANUEL LUIS GUERREIRO VIEGAS
Processo Nº 08107.002732/2011-19 - GISELLE MARILU DE SOUZA
Processo Nº 08107.003677/2011-84 - JORGE MIGUEL FAUSTINO RODRIGUES
Processo Nº 08107.004463/2011-25 - IVAN CROCE
Processo Nº 08212.012429/2011-27 - KELLY ANN PENNINGTON
Processo Nº 08280.001256/2012-99 - ELIZABETH ANGELINE ROSEMBACH DE OLIVEIRA
Processo Nº 08280.009380/2012-01 - OLGA DMITRIEVNA VELICHKINA
Processo Nº 08296.000548/2012-35 - JEAN-POL ROLAND HANSE
Processo Nº 08297.000314/2011-05 - JOSE ANGEL MARTIN TEJADA
Processo Nº 08297.007734/2011-12 - IAN ROBERT FORSTER LAMB
Processo Nº 08320.004690/2011-26 - RICARDO ROJAS VARGAS
Processo Nº 08354.002333/2011-36 - CARLOS MANUEL DOS SANTOS RAPOSO
Processo Nº 08354.003807/2011-67 - MARCO ANDREE MOREL TELIZ
Processo Nº 08354.004479/2011-16 - PAULO FERNANDO ANDRADE TEIXEIRA
Processo Nº 08354.004959/2011-87 - RAUL OSCAR PALACIOS
Processo Nº 08354.006273/2011-21 - PEDRO MIGUEL BAPTISTA DS SANTOS
Processo Nº 08390.000508/2012-15 - JUAN PELAYO BENITEZ ALONSO
Processo Nº 08410.013437/2011-54 - CHERGUI ABDELHAK
Processo Nº 08420.007804/2011-61 - HELDER JOSE TEIXEIRA LOPES
Processo Nº 08458.006318/2011-07 - FELIX REYES IV
Processo Nº 08458.008406/2011-35 - ARTUR MARECOS PARREIRA E MOREIRA GONCALVES
Processo Nº 08458.011286/2011-53 - VICTOR HUGO LOPES RAMOS
Processo Nº 08505.071196/2011-17 - JULIAN TACUMA MONTGOMERY
Processo Nº 08506.012715/2011-97 - LEONARDO ANDRES FRANCO GIL
Processo Nº 08506.013452/2011-33 - ELISENDA BALLESTE BUENO
Processo Nº 08506.016324/2011-41 - NORA TAKACS DA SILVA
Processo Nº 08706.000101/2012-97 - PAULO JORGE GONCALVES DE ALMEIDA
Processo Nº 08709.012927/2011-98 - MICHAEL PIERRE CHRISTIAN MATHIASOS
Processo Nº 08220.011236/2011-50 - JHON MILLER PENA FERREIRA
Processo Nº 08256.003340/2011-63 - JOSE MIGUEL JUAREZ SALAZAR
Processo Nº 08280.050634/2011-87 - BRIAN ANTHONY LAMIA
Processo Nº 08296.000595/2012-89 - ERNESTO BAPTISTA FERREIRA
Processo Nº 08310.000474/2012-10 - TAOUFIK YAFI
Processo Nº 08451.003280/2010-91 - ELIANA VICTORIA VARGAS CAMPO POLGA
Processo Nº 08491.001148/2012-31 - MARZIA PEGORARO

Processo Nº 08504.019357/2011-63 - ANTONIO GERBASI
Processo Nº 08506.009361/2011-01 - ELDY LOZANO RAMOS
Processo Nº 08709.001307/2012-12 - MAGDALENA ANNA WALICKA
DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.
Processo Nº 08311.000384/2010-49 - MIRTHA CAROLINA CANO GONZALEZ
Processo Nº 08505.098618/2011-93 - MICHAEL THOMAS LYNN e BRID CHRISTINA MURPHY
Processo Nº 08295.016669/2011-28 - LUCA VALENTINO ALFIERI
Processo Nº 08335.018151/2011-13 - MARIA FRANCISCA FLEITAS ROJAS
Processo Nº 08339.005478/2011-87 - CHIN FANG TAI
Processo Nº 08444.0007261/2011-12 - FAUSTO RODRIGO MONTALVO
Processo Nº 08505.030187/2011-68 - DEBORA NOEMI ACOSTA
Processo Nº 08389.041170/2011-18 - FATME HASSAN MELHEM
Processo Nº 08390.005239/2011-01 - WENLI WANG e JINDUAN LIN
Processo Nº 08444.002592/2011-58 - ISIDRO IGNACIO BENITEZ, EDISON IGNACIO BENITEZ RIVAS e JULIA RIVAS AREVALOS
Processo Nº 08444.006680/2011-29 - JEONG YEE MOON
Processo Nº 08505.076052/2011-49 - JUAN GABRIEL NINA CHAMBI e LIZET CATERIN ILLANES HUANCA
Processo Nº 08390.005840/2011-95 - GIOVANNI D'ADDATO
Processo Nº 08494.007297/2009-88 - WING CHEUNG LAW
Processo Nº 08505.055155/2010-94 - LUIS OLIVA TELLEZ, MONICA LIMACHI CANIVA e LUIS EDUARDO OLIVA LIMACHI
Processo Nº 08505.085276/2011-41 - LUIS REYES APAZA ARAPA e FELICITAS AROCUTIPA CAHUAPA
Processo Nº 08505.017215/2011-51 - LISBEY VARGAS RODRIGUEZ e ADA CECILIA RAMOS DE ARMAS
Processo Nº 08390.007030/2011-73 - SONIA ELIZABETH LOPEZ MALDONADO
Processo Nº 08240.027704/2011-70 - BRADLEY BRICE MILLER, VERONICA JOY MILLER e ANDREA DAWN MILLER
Processo Nº 08390.000223/2012-84 - IGNACIO RAMIREZ PENA
DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário VII, em permanente, nos termos da legislação vigente.
Processo Nº 08505.112076/2011-79 - SUZANA TCHILOMBO
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da Residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo Requerente, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08354.001278/2012-48 - ERNESTO ANDRES ANZALONE VAZQUEZ
Processo Nº 08354.000476/2012-94 - ERNESTO ANTONNIO FARIAS
Processo Nº 08460.035619/2011-91 - LUIS ALBERTO CAMPOS ALSINA, VIVIAN CAROLINA SALGUEIRO TOLEDO e RODRIGO LUIS CAMPOS SALGUEIRO
Processo Nº 08505.005332/2012-53 - VANIA ENRIQUEZ VELA
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08495.001310/2012-81 - DIEGO ANTONINO VISCARDI Y ORTELLI
Processo Nº 08505.039098/2012-68 - PABLO MARTIN BRINGA
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para a implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08390.007020/2011-38 - ANIBAL ANDRES SOSA GARCIA
Processo Nº 08451.002334/2012-63 - NATALIA VERONICA SEVERO MENEZES
Processo Nº 08495.001296/2012-15 - RAQUEL ISBARBO QUINTANA
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08495.001628/2012-61 - CARLOS MARIA GARCIA
Processo Nº 08508.013675/2011-81 - TRANQUILINO HUMBERTO VELASCO
DEFIRO o pedido de permanência na forma do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80 para ALEJANDRO SEBASTIAN BOBBIO ABENTE e VERONICA NOEMI BENITEZ, bem assim para GONZALO BOBBIO BENITEZ, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n. 36/99. Processo Nº 08505.056694/2011-21 - ALEJANDRO SEBASTIAN BOBBIO ABENTE, VERONICA NOEMI BENITEZ e GONZALO BOBBIO BENITEZ.
Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 09/09/11, Seção 1, pág. 43, para conceder a permanência na forma do art. 75, II, a, da Lei 6.815/80.
Processo Nº 08504.012769/2011-72 - ANTONIO ISABELLA
Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/03/2010, Seção 1, pág. 77, para conceder a permanência na forma do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80.
Processo Nº 08505.013407/2009-74 - PEDRO CARLOS MINUTH
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 09/05/11, Seção 1, pág. 22, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.
Processo Nº 08505.071447/2010-74 - MARIA JULIANA GIRALDO DOMINGUEZ



INDEFIRO o pedido de Republicação formulado pelo nacional italiano STEFANO CASABURI, tendo em vista que não mais persiste as condições do art. 75, II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08354.006366/2010-74 - STEFANO CASABURI
INDEFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional venezuelana ALEJANDRA NAHIR CURBELO GONZALEZ CAMADINI AQUINO, tendo em vista que a Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08506.013919/2011-45 - ALEJANDRA NAHIR CURBELO GONZALEZ CAMADINI AQUINO

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional português VITOR HUGO TEIXEIRA BARROS, tendo em vista que o Requerente não foi localizada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08240.009483/2011-58 - VITOR HUGO TEIXEIRA BARROS

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional sueca PETRA MARIANNE OLSSON, tendo em vista que a Requerente não foi localizada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08354.006731/2010-41 - PETRA MARIANNE OLSSON

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional espanhola, tendo em vista que não foi encontrada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08460.027947/2009-07 - ANA MONTES GIMENEZ

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional português CARLOS FILIPE BRAGA DA SILVA PEREIRA, tendo em vista que o Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "b", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08286.001336/2010-22 - CARLOS FILIPE BRAGA DA SILVA PEREIRA

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional libanês FADI BACHIR ABBAS, tendo em vista que o Requerente não foi localizada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08505.009475/2011-53 - FADI BACHIR ABBAS
INDEFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional mexicana CINTIA GUADALUPE ROMERO RAMIREZ, tendo em vista que a Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08102.004314/2010-25 - CINTIA GUADALUPE ROMERO RAMIREZ

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional suíço SILVAN CLEMENS KALIN, tendo em vista que o Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08102.003526/2011-76 - SILVAN CLEMENS KALIN
INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional inglês JAMES JOSEPH TRIMMER, tendo em vista que o Requerente não foi localizada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08504.019504/2011-03 - JAMES JOSEPH TRIMMER
INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional italiano LUCIO ISIDE, tendo em vista que o Requerente não foi localizada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08504.001294/2012-70 - LUCIO ISIDE

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estado no País, temporários(s) item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000327/2012-35 - AGOSTINO PASTA, até 25/03/2013

Processo Nº 08000.000328/2012-80 - TIZIANA MAZZOLI, até 15/03/2013

Processo Nº 08000.000589/2012-08 - SEBASTIAN HELMUT HINSEN, até 21/05/2013

Processo Nº 08000.002502/2012-29 - HANS JACOBSEN, até 02/03/2014

Processo Nº 08000.002813/2012-98 - JOHN BONDURANT ARMS-TRONG JR, até 22/04/2013

Processo Nº 08000.003134/2012-36 - THOMAS RAY DYKES, até 28/04/2013

Processo Nº 08000.003188/2012-00 - MICHAEL JASPER LARS WESSELS, até 22/08/2014

Processo Nº 08000.003625/2012-87 - TU TRAN, até 23/02/2014

Processo Nº 08000.003662/2012-95 - OLE JACOB EID, até 24/11/2012

Processo Nº 08000.003666/2012-73 - GEIR STRAND OLSEN, até 24/11/2012

Processo Nº 08000.004017/2012-90 - ANDREAS EDER, até 05/04/2013

Processo Nº 08000.005206/2012-80 - ILIAS TSEPELAS, até 18/07/2014

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação de estado no País, temporários(s) item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.007367/2012-16 - DIOSDADO JR HERERA RE-BANCOS

Processo Nº 08000.019272/2011-56 - GARY LEE CULLEN

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo de estado no País, temporários(s) item V, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo superior ao da estado solicitada,

Processo Nº 08212.013909/2011-13 - JIN SU KIM

Processo Nº 08212.013915/2011-62 - HOONJAE KO

Processo Nº 08212.013920/2011-75 - JAEWOO LEE

Determino o ARQUIVAMENTO, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda dos estrangeiros ao país, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.017362/2011-11 - MINGPU DU

Processo Nº 08000.017280/2011-68 - LUJUN CHEN

Processo Nº 08000.017271/2011-77 - YANFEI ZAN

Processo Nº 08000.017277/2011-44 - JUN TANG

Processo Nº 08000.017266/2011-64 - FUMING DING

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/chefe de Divisão
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.022090/2007-87 - MARIA LINARES LELIEBRE

Processo Nº 08220.008933/2011-23 - CLARA ALICIA BALLIVIAN VDA DE ROCHA

Processo Nº 08494.001511/2011-15 - GONZALO MELANJO ALAYO VERDE e CORITA HIDALGO GONZALES DE ALAYO

Processo Nº 08458.008139/2009-81 - ELZA DE ARAUJO PACHECO NUNES

Processo Nº 08337.000037/2007-22 - ALBINA MARTINEZ LIMA

Processo Nº 08492.000662/2012-49 - JOAQUIM MANUEL VARELA FREIXO

Processo Nº 08505.008998/2012-63 - ROUDAYNA CHEHAB

Processo Nº 08505.115269/2011-81 - CARLOS ALBERTO FERREIRA MENDES

Processo Nº 08505.113901/2011-52 - CARMEN ROAS CASTANEDA CARBO, YANISEL FLORES CASTANEDA e RODOLFO SAMUEL ESPINOZA CASTANEDA.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/08/2011, pág. 107, para conceder a permanência a título de Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08505.006498/2011-14 - JIAWEN LI

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 21/03/2011, pág. 48, para conceder a permanência a título de Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08352.000351/2010-12 - CHRISTOPHE MARIE GHISLAIN PIRMEZ

Determino o arquivamento do pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista o falecimento do requerente.

Processo Nº 08505.099068/2011-20 - CONCEICAO DE JESUS FARIA

Determino o arquivamento do pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente entrou com pedido de anistia.

Processo Nº 08794.002510/2007-19 - RAFAEL ANDRE BUELVAS BLANCO e DANIEL ALEJANDRO BUELVA BLANCO

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente não foi encontrado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08458.006252/2007-61 - ZOLTAN INCZE

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente retornou ao país de origem.

Processo Nº 08705.007788/2011-11 - NANAMI HATTORI

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente retornou ao país de origem.

Processo Nº 08444.003412/2010-74 - MARIEL BERAIS GOYCOE-CHEA

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente retornou ao país de origem.

Processo Nº 08270.034792/2009-94 - ANGELA BONORA

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente retornou ao país de origem.

Processo Nº 08458.002121/2007-12 - JORGE LUIS ESCOBAR PEREZ

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente não foi encontrado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08375.002345/2011-12 - RODION KOTELEVETS

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente não foi encontrado no endereço

fornecido nos autos, restando impossível verificar os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08505.052729/2011-53 - MASTER AWOUDA EL-NOUR SALIH AWOUDA

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

Processo Nº 08420.004351/2011-11 - BARBARA SOLANGE HENRIQUES FERREIRA e DILIA MARIA HENRIQUES DAS NEVES

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente não foi encontrado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08505.048052/2011-59 - CHAN BAIK PARK e KEUM SOON CHANG

INDEFIRO o pedido de permanência a título de reunião familiar, tendo em vista que o requerente retornou ao país de origem.

Processo Nº 08794.002468/2008-17 - MARIA VILCA VDA DE NO-RIEGA.

CASIMIRO PEDRO DA SILVA JR.
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 30/03/2012, Seção I, Pág. 102, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s): Processo Nº 08091.002842/2011-05 - KATLIN SHARON-MARIE EDWARDS

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s): Processo Nº 08091.002842/2011-05 - KATLYN SHARON-MARIE EDWARDS.

No Diário Oficial da União de 29/05/2012, Seção I, Pág. 79, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08260.000073/2011-11 - FABRICE MACEL DENYS THEVENY

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08260.000073/2011-11 - FABRICE MARCEL DENYS THEVENY.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 131, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: JACÓ (JACOB, Alemanha / Estados Unidos da América / Itália - 1994)
Produtor(es): Lorenzo Minoli
Diretor(es): Peter Hall
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Contém: Violência
Tema: Bíblico
Processo: 08017.001114/2011-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MAC BETH (MACBETH, Reino Unido - 2011)
Produtor(es):
Diretor(es): Phyllida Lloyd
Distribuidor(es): Cinemark Brasil S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Ópera
Processo: 08017.001923/2012-53
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES



Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 25 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I

alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.003225/94-38, sob o comando nº 353173809 e juntada nº 353914159, resolve:

Nº 335 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Odebrecht Engenharia de Projetos Ltda., na condição de patrocinadora do Plano Odeprev de Renda Mensal, CNPB nº 1994.0040-29, e a ODEPREV - Odebrecht Previdência.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art.

5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.001503/88-14, sob o comando nº 352729933 e juntada nº 353839449, resolve:

Nº 336 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Estatuto da Fundação Enersul, nos termos do supracitado processo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.293, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Habilita Municípios e os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios e os Estados descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816.630000/1120-64	26270019	994.320,00	10.302.2015.8535.0029
BA	ANDARAÍ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANDARAÍ	11690.819000/1120-01	28790016	100.000,00	10.302.2015.8535.0029
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1120-04	24370001	200.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1120-05	24370001	200.000,00	10.302.2015.8535.0023
MG	VAZANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE	18278.069000/1120-01	24730012	250.000,00	10.302.2015.8535.0031
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO MATO GROSSO DO SUL	03517.102000/1120-21	28370012	98.000,00	10.302.2015.8535.0054
RS	SÃO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO	12625.868000/1120-01	28590004	844.800,00	10.302.2015.8535.0684

PORTARIA Nº 1.297, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Estabelece o Regime Especial de Execução para a concessão e aplicação de suprimento de fundos no âmbito do Ministério da Saúde, com a finalidade de atender às especificidades decorrentes da assistência à saúde indígena.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas realizadas nos termos da legislação vigente, e dá outras providências;

Considerando o caput do art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no sentido de que a concessão e aplicação de suprimento de fundos, ou adiantamentos, para atender a peculiaridades de diversos órgãos federais, inclusive do Ministério da Saúde, obedecerão ao Regime Especial de Execução estabelecido em instruções aprovadas pelos respectivos Ministros de Estado, vedada a delegação de competência; e

Considerando o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no sentido de que a concessão e aplicação de suprimento de fundos de que trata o caput desse artigo, no âmbito do Ministério da Saúde, restringe-se a atender às especificidades decorrentes da assistência à saúde indígena, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece o Regime Especial de Execução para a concessão e aplicação de suprimento de fundos no âmbito do Ministério da Saúde, com a finalidade de atender às especificidades decorrentes da assistência à saúde indígena.

Parágrafo único. Considera-se suprimento de fundos especial o suprimento de fundos a ser concedido e aplicado por meio do Regime Especial de Execução de que trata esta Portaria.

Art. 2º Para o cumprimento do Regime Especial de Execução, ficam a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI/SESAI/MS) autorizados a realizar despesas com suprimento de fundos especial, por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

§ 1º Nas situações em que, comprovadamente, não for possível sua utilização na modalidade crédito, fica autorizada a utilização do CPGF na modalidade saque com o objetivo de atender às necessidades específicas decorrentes da assistência à saúde indígena.

§ 2º A utilização do CPGF na modalidade saque depende de prévia autorização do Secretário Especial de Saúde Indígena, no âmbito da SESA/MS, e do respectivo Chefe de DSEI/SESAI/MS, em se tratando dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, e deverá atender aos limites de crédito fixados.

Art. 3º Ao Secretário Especial de Saúde Indígena e aos Chefes dos DSEI/SESAI/MS compete ordenar despesas relativas à concessão do CPGF, bem como controlar o atendimento dos limites de crédito fixados para cada aquisição ou pagamento e o uso do referido cartão por parte dos supridos.

Art. 4º O suprimento de fundos especial será utilizado para aquisição ou pagamento de produtos ou serviços estritamente vinculados à necessidade do serviço de assistência à saúde indígena, a saber:

- I - alimentação;
- II - hospedagem;
- III - combustível;
- IV - transporte;
- V - medicamentos;
- VI - procedimentos médico-hospitalares de urgência;
- VII - embalsamento, traslado e sepultamento;
- VIII - recuperação e manutenção de instalações civis, elétricas e hidro-sanitárias;
- IX - recuperação e manutenção de veículos, máquinas e equipamentos.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, o suprimento de fundos especial:

- I - deverá ser utilizado para atendimento das despesas de caráter emergencial ou que não possam submeter-se ao processo normal de licitação em face das peculiaridades da atenção à saúde indígena; e
- II - deverá conter justificativa acerca da emergência ou da impossibilidade de submissão ao regular processo licitatório.

§ 2º A realização de despesas não incluídas nos incisos do caput deverá ser previamente autorizada, pelo Secretário Especial de Saúde Indígena.

Art. 5º Para os fins do disposto no inciso I do art. 4º, fica autorizado o uso do suprimento de fundos especial para custeio de alimentação a indígenas em trânsito, por via aérea, terrestre ou fluvial, para tratamento de saúde.

§ 1º O suprimento de fundos especial de que trata este artigo é extensível ao acompanhante indígena do assistido, mediante devida justificativa do suprido, desde que aponte:

- I - ser esse o costume da comunidade a que pertence o indígena assistido; ou
- II - que a permanência do acompanhante indígena junto ao assistido pode contribuir efetivamente para celeridade na sua recuperação.

§ 2º O suprimento de fundos especial para custeio de alimentação é nominal e intransferível e será concedido apenas quando o percurso a ser realizado for superior a 5 (cinco) horas de trânsito.



§ 3º Ato do Secretário Especial de Saúde Indígena definirá os valores financeiros relativos ao suprimento de fundos especial de que trata este artigo.

Art. 6º Compete ao Secretário Especial de Saúde Indígena definir os limites de crédito da SESA/MS e de cada DSEI/SESA/MS, para uso durante o exercício financeiro, a serem observados na aplicação e concessão de suprimento de fundos especial, obedecendo-se os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) do valor estabelecido na alínea "a" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para execução de obras e serviços de engenharia; e

II - 10% (dez por cento) do valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, para outros serviços e compras em geral.

§ 1º A despesa efetuada por documento de comprovação de gastos observará os seguintes limites:

I - 1% (um por cento) do valor estabelecido na alínea "a" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, para execução de obras e serviços de engenharia; e

II - 1% (um por cento) do valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, para outros serviços e compras em geral.

§ 2º O limite a que se refere o § 1º é o de cada despesa, vedado o fracionamento de despesa ou do documento comprobatório para adequação a esse valor.

Art. 7º É vedada a concessão de suprimento de fundos para aquisição de material permanente.

Parágrafo único. Em casos excepcionais e devidamente justificados em processo específico, o Secretário Especial de Saúde Indígena, no âmbito da SESA/MS, e os Chefes dos DSEI/SESA/MS, no âmbito dos DSEI/SESA/MS, poderão autorizar a aquisição, por suprimento de fundos, de material permanente de pequeno vulto, assim entendido aquele cujo valor esteja compreendido nos limites previstos no art. 6º.

Art. 8º O suprimento de fundos especial será concedido a servidor do Ministério da Saúde em exercício na SESA/MS e no DSEI/SESA/MS, mediante a abertura, em seu nome, de conta individual específica para a movimentação dos recursos.

Art. 9º É vedada a concessão do suprimento de fundos especial:

I - a servidor declarado em alcance ou que esteja respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar;

II - para aplicação em período superior a 60 (sessenta) dias e prazo de comprovação superior a 30 (trinta) dias;

III - para aplicação após 31 de dezembro do exercício financeiro de fundos de concessão;

IV - a pessoa suprida em atraso com a prestação de contas; e

V - ao concedente do suprimento de fundos especial.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso I, considera-se servidor declarado em alcance aquele que não prestou contas no prazo regulamentar ou o que teve suas contas recusadas ou impugnadas em virtude de desvio, desfalque, falta ou má aplicação dos recursos recebidos.

Art. 10. A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO/SESA/MS) e o Serviço de Orçamento e Finanças (SOF/DSEI/SESA/MS) prepararão processo administrativo específico para cada concessão de suprimento de fundos especial, que deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - justificativa para a concessão;

II - ato de concessão;

III - nota de empenho da despesa;

IV - demonstrativo de receitas e despesas;

V - documentação da prestação de contas do suprimento de fundos especial;

VI - manifestação, quando for o caso, acerca da pertinência da despesa; e

VII - cópia da baixa do agente suprido no SIAFI.

Art. 11. O prazo de aplicação do suprimento de fundos especial é de até 90 (noventa) dias, contado a partir do ato de concessão.

Art. 12. A realização de despesas deverá obedecer rigorosamente às especificações estabelecidas no ato de concessão, respeitada a natureza da despesa, o valor fixado pelo ordenador de despesa e os prazos de aplicação e comprovação constantes da autorização de suprimento de fundos especial.

Parágrafo único. Na aplicação do suprimento de fundos especial, deve o suprido observar os preços e condições mais vantajosas para o Ministério da Saúde.

Art. 13. A SESA/MS e aos DSEI/SESA/MS compete, antes da concessão do suprimento de fundos especial, habilitar-se perante a Agência do Banco do Brasil para o Setor Público situada na sede da respectiva Unidade da Federação.

§ 1º Para a habilitação, é necessário o preenchimento de Proposta de Adesão, Cadastro de Centro de Custo e Cadastro do Portador, disponíveis no sítio eletrônico do Banco do Brasil.

§ 2º A concessão do suprimento de fundos especial para uso por meio do CPFS será efetuada mediante o preenchimento do formulário Proposta de Concessão de Suprimento de Fundo (PCSF), nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 14. A prestação de contas deverá ser instruída dos seguintes documentos:

I - comprovantes das despesas realizadas, com data de emissão dentro do prazo de aplicação e devidamente atestados;

II - comprovante da Guia de Recolhimento da União (GRU), no caso de recolhimento de saldo;

III - cópia da ordem bancária, quando tiver sido efetuado saque; e

IV - anulação do saldo do empenho não utilizado, se for o caso.

§ 1º Os comprovantes das despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos ou emendas e serão emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, constando necessariamente:

I - emissão em nome da SESA/MS ou do respectivo DSEI/SESA/MS;

II - discriminação clara do objeto, não se admitindo a generalização ou abreviaturas que impossibilitem a identificação das despesas efetivamente realizadas;

II - data da emissão;

III - certificação de que o material foi recebido ou de que os serviços foram prestados; e

IV - no recibo de pagamento a autônomo, a assinatura do prestador do serviço, o endereço e o número do registro de identificação nacional e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

§ 2º Nos documentos comprobatórios das despesas deverão constar:

I - local e a data;

II - quitação (autenticação) da nota fiscal ou quando for emitido recibo, este deverá conter: o serviço prestado e ou material adquirido, assinatura e nome legível do emitente/fornecedor ou seu representante legal e seu endereço completo; e

III - "atesto" emitido pelo servidor requisitante relativo à execução dos serviços prestados e/ou do material adquirido, devendo apor data, assinatura, nome legível e cargo ou função.

Art. 15. O prazo da prestação de contas do suprimento de fundos especial é de até 30 (trinta) dias, contado a partir do término do prazo de aplicação, não podendo ultrapassar o último dia útil do mês de dezembro do exercício financeiro em que foi concedido.

§ 1º A análise e aprovação das prestações de contas serão efetivadas pelo Diretor do Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGESI/SESA/MS), em relação à SESA/MS, e pelo Chefe do DSEI/SESA/MS, em relação ao respectivo DSEI/SESA/MS, no âmbito do processo de concessão do suprimento de fundos especial, a partir da análise dos documentos previstos no art. 10.

§ 2º O Diretor do DGESI/SESA/MS poderá solicitar manifestação técnica das unidades administrativas da SESA/MS para a aprovação ou não da prestação de contas.

§ 3º O Chefe do DSEI/SESA/MS poderá solicitar manifestação técnica das unidades administrativas sob sua gerência para a aprovação ou não da prestação de contas.

Art. 16. O suprido deverá informar o saldo em seu poder em 31 de dezembro, devendo a importância aplicada até esta data ser comprovada até 15 (quinze) dias após o encerramento do exercício fiscal.

Art. 17. Os saldos, decorrentes do uso do CPGF na modalidade saque e não utilizados no período de aplicação do suprimento, constituem anulação de despesa e deverão ser recolhidos na Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Art. 18. No caso de impugnação de despesa, a SESA/MS e o DSEI/SESA/MS deverão adotar as providências para o ressarcimento, pelo suprido, dos valores devidos ao Ministério da Saúde, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial e demais medidas legais.

Art. 19. A CGPO/SESA/MS e o SOF/DSEI/SESA/MS prestarão orientações aos supridos quanto à regular utilização dos recursos financeiros oriundos de suprimento de fundos e, especialmente, do CPGF, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, por meio da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde, efetuará suporte técnico à SESA/MS e aos DSEI/SESA/MS para a execução das atividades previstas neste artigo.

Art. 20. Os casos omissos e dúvidas a respeito da aplicação do disposto nesta Portaria serão dirimidos pelo Secretário Especial de Saúde Indígena.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MINISTÉRIO DA SAÚDE		
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA		
DISTRITO SANITÁRIO DE SAÚDE INDÍGENA EM: _____		
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - PCSF		
Nº		
PROPONENTE		
NOME:		CPF:
TEL:		
ÓRGÃO:	UNIDADE:	CARGO/FUNÇÃO:
SUPRIDO		
NOME:		CPF:
TEL:		



ÓRGÃO:		UNIDADE:		CARGO/FUNÇÃO:	
SUPRIMENTO DE FUNDOS					
MAT. DE CONSUMO:		PREST. DE SERVIÇOS:		OUTROS:	
NAT. DESP.: 339030		NAT. DESP.: 339039		NAT. DESP.: 3390	
VALOR: R\$		VALOR: R\$		VALOR: R\$	
		NAT. DESP.: 3390			
		VALOR: R\$			
DESCRIÇÃO DA FINALIDADE: Despesas miúdas de pronto-pagamento.					
JUSTIFICATIVA:					
FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 5.355/2005 e IN/STN/MF nº 4/2004					
CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL:					
TOTAL: R\$		SAQUE: R\$		FATURA: R\$	
DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE:		BANCO: AGÊNCIA: CONTA-CORRENTE:			
(Somente aplicável nos casos de impossibilidade de utilização do CPGF)					
PERÍODO DE APLICAÇÃO:				PRESTAÇÃO DE CONTAS: até	
LOCAL E DATA:					
(Assinatura e carimbo do Proponente)			(Assinatura e carimbo do Suprido)		
O Suprido declara estar ciente da legislação aplicável à concessão de Suprimento de Fundos, em especial aos dispositivos que regulam a sua finalidade, prazos de utilização e prestação de contas.					
ORDENADOR DE DESPESAS					
Na qualidade de Ordenador de Despesas autorizo a concessão de Suprimento de Fundos na forma proposta.					
(Assinatura de carimbo)					
OBSERVAÇÃO					
O prazo para prestação de contas do presente Suprimento de Fundos será de, no máximo, 30 dias contados do término do período de aplicação.					

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÕES DE 20 DE JUNHO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
25779.000361/2010-66	COOPTASIM-ES - COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS NA ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS EVANGÉLICOS DO EST DO ESPÍRITO SANTO	310581.	02.146.566/0001-51	Reduzir rede hospitalar s/ autorização expressa da ANS ao deix. solicitar autorização p/redimensionamento por exclusão atendimentos a partir 04/05/09 pelo Hosp. Praia da Costa CNPJ 39.298.922/0001-62 em Vila Velha/ES. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	800.000,31 (OITOCENTOS MIL REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS)

DECISÕES DE 21 DE JUNHO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
25779.011064/2011-27	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Utilizar mecanismo de regulação, qual seja, autorização previa que dificultou atendimento benef. N.M.P.F.A. em situação emergência, no dia 03/03/11, Hosp. Mater Dei, ao solicitar informações complementares relação ao pedido de autorização proced. Ureterorrenolitriptisia Rígida Unilateral e Colocação Ureteroscopia de Duplo Unilateral. (Art.1º, §1º, d, da Lei 9.656 c/c Art.2º, V da CONSU 08).	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)



25779.005732/2010-04	ADMINISTRADORA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA	413305.	04.043.452/0001-01	Adotar mecanismo regulação de porta entrada consistente no direcionamento solicitações de consulta na especialidade ortopedia p/ rede própria, que implique na impossibilidade de acesso atendimento de consulta p/ benef. L.S.X. no prazo 10 dias. (Art.1o § 1o, d, da Lei 9.656 c/c Art.4º, I, b, CONSU 08).	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
25779.011116/2009-41	HELPMEDICA ASSISTENCIA MEDICA LTDA.	408221.	03.359.672/0001-86	Adotar mecanismo porta entrada através de direcionamento, de forma diversa prev. contrato, benef. C.M.N.S. ao estabelecer em 02/02/09 exigência marcação de consultas/exames raios-X e laboratoriais através do telefone da CAC. (Art.1o § 1o, d, da Lei 9.656 c/c Art.4º, I, b, CONSU 08).	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25779.007645/2010-83	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	357391.	27.578.434/0001-20	Negar em 22/01/10 cobertura de 01 parafuso transfix e 01 fio maleável, necessários p/ realização do procedimento artroscopia e reconstrução LCA, benef. A.F.M. (Art.12, II da Lei 9.656).	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

DECISÕES DE 22 DE JUNHO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
25779.000666/2011-59	UNIMED NORTE CAPIXABA- CO-OPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	371777.	35.988.963/0001-20	Deix. assegurar à V.L.G.Z. condição de benef., em plano coletivo como empregadora, nas mesmas condições cob. que possuía em virtude vínculo empregatício, após dispensa por iniciativa do empregador sem justa causa. (Art.30, caput da Lei 9.656).	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
25779.016760/2011-20	VIDA SAUDÁVEL S/C LTDA	411213.	03.694.039/0001-44	Deixar garantir em 04/07/11 cobertura de consulta médica para os beneficiários C.H.S.M e L.F.S.M. (Art.12, I da Lei 9.656).	96.000,00 (NOVENTA E SEIS MIL REAIS)
25779.001395/2011-59	UNIMED NORTE CAPIXABA- CO-OPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	371777.	35.988.963/0001-20	Deix. assegurar à J.G.C. condição de benef., em plano coletivo como empregadora, nas mesmas condições cob. que possuía em virtude vínculo empregatício, após dispensa por iniciativa do empregador sem justa causa. (Art.30, caput da Lei 9.656).	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
25779.001394/2011-12	UNIMED NORTE CAPIXABA- CO-OPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	371777.	35.988.963/0001-20	Deix. assegurar à B.S.S. condição de benef., plano coletivo como empregadora, nas mesmas condições cob. que possuía em virtude vínculo empregatício, após dispensa por iniciativa do empregador sem justa causa. (Art.30, caput da Lei 9.656).	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
25779.005308/2011-32	VIDA SAUDÁVEL S/C LTDA	411213.	03.694.039/0001-44	Deix. gar. em 01/11 cob. de consulta especialidade neurologia ao benef. M.P.R. (Art.12, I da Lei 9.656).	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25779.000657/2011-68	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Redução capacidade rede hospitalar a partir 07/06/10 sem solicitar ANS descredenciamento do Hosp. São Camilo CNPJ 21.108.380/0001-39 localizado Aracruz-ES. (Art.17, §4º da Lei 9.656).	1.000.000,00 (UM MILHÃO, REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NUCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÕES DE 25 DE JUNHO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
25785.004502/2009-05	SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A	416428	02.866.602/0001-51	Deix. de cumprir as obrigs. prevs. nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656).	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTE

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 19 DE JUNHO DE 2012

A Especialista em Regulação - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
33902.494613/2011-52	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	339679.	02.812.468/0001-06	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II "a" da Lei 9.656).	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

DOMINIC BIGATE LOURENÇO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÕES DE 13 DE JUNHO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
33902.093369/2008-17	SANATORINHOS AÇÃO COMUNITÁRIA DE SAÚDE	365351.	60.740.719/0001-90	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

DECISÕES DE 19 DE JUNHO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
33902.096956/2008-50	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO	321826.	86.159.340/0001-85	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

DESPACHOS DO GERENTE Em 25 de junho de 2012

O(A) Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições conferidas pela Portaria da ANS nº 5.016, de 15/05/2012, publicada no DOU de 16/05/2012, seção 2, fl. 59, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.281 - PROCESSO 33902.219683/2008-28

Ao representante legal da empresa DENTPREV ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.324.123/0001-76, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 45144 na data de 12/06/2012, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2º trimestre de 2008, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução - RE DIOPE 01, de 13/02/01, art. 3º, c/c IN DIOPE 08, de 28/12/2006, alterada pela IN DIOPE 09, de 15/02/2007, c/c IN DIOPE 12, de 31/12/2007, c/c RN 173/08 podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições conferidas pela Portaria da ANS nº 5.016, de 15/05/2012, publicada no DOU de 16/05/2012, seção 2, fl. 59, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.282 - PROCESSO 33902.220109/2008-12

Ao representante legal da empresa DENTAL MED ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.594.031/0001-06, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 45105 na data de 11/06/2012, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2º trimestre de 2008, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução - RE DIOPE 01, de 13/02/01, art. 3º, c/c IN DIOPE 08, de 28/12/2006, alterada pela IN DIOPE 09, de 15/02/2007, c/c IN DIOPE 12, de 31/12/2007, c/c RN 173/08, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições conferidas pela Portaria da ANS nº 5.016, de 15/05/2012, publicada no DOU de 16/05/2012, seção 2, fl. 59, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.283 - PROCESSO 33902.220205/2008-61

Ao representante legal da empresa MEDCENTER - CENTRO DE SERVIÇOS MÉDICOS S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.826.258/0001-30, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 45121 na data de 11/06/2012, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2º trimestre de 2008, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução - RE DIOPE 01, de 13/02/01, art. 3º, c/c IN DIOPE 08, de 28/12/2006, alterada pela IN DIOPE 09, de 15/02/2007, c/c IN DIOPE 12, de 31/12/2007, c/c RN 173/08, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições conferidas pela Portaria da ANS nº 5.016, de 15/05/2012, publicada no DOU de 16/05/2012, seção 2, fl. 59, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.284 - PROCESSO 33902.220132/2008-15

Ao representante legal da empresa FUNDAÇÃO RAUL CLEMENTE PEREIRA inscrita no CNPJ sob o nº 00.920.528/0001-89, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 45104 na data de 11/06/2012, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2º tri-

mestre de 2008, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução - RE DIOPE 01, de 13/02/01, art. 3º, c/c IN DIOPE 08, de 28/12/2006, alterada pela IN DIOPE 09, de 15/02/2007, c/c IN DIOPE 12, de 31/12/2007, c/c RN 173/08, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições conferidas pela Portaria da ANS nº 5.016, de 15/05/2012, publicada no DOU de 16/05/2012, seção 2, fl. 59, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.285 - PROCESSO 33902.215171/2008-92

Ao representante legal da empresa NACIONAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 00.694.028/0001-76, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 45106 na data de 11/06/2012, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2º trimestre de 2008, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução - RE DIOPE 01, de 13/02/01, art. 3º, c/c IN DIOPE 08, de 28/12/2006, alterada pela IN DIOPE 09, de 15/02/2007, c/c IN DIOPE 12, de 31/12/2007, c/c RN 173/08, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO- RE Nº 2.798, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e a Portaria nº 498, publicada no DOU de 2 de abril de 2012, com fundamento no art. 52 e no § 1º do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso I, do art. 55 do Regimento Interno, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Reconsiderar os termos da decisão recorrida a fim de tornar insubsistente a Resolução-RE, a seguir relacionada, no tocante à petição especificada, determinando o retorno da análise correspondente e a extinção do respectivo recurso por exaurida sua finalidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Resolução: nº 787 de 24 de fevereiro de 2012, publicado no D.O.U nº 39 de 27 de fevereiro de 2012 seção 1, pág. 43 e em Suplemento pág. 50.
Expediente do Pedido de Reconsideração: 0201178/12-6
Processo: 25351.298772/2009-51
Empresa: IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA
8014 - REVALIDAÇÃO DE REGISTRO de Produtos para Diagnóstico de uso in vitro

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 25 de junho de 2012

Nº 54 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No-3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art 63 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, EXTINGUIR os recursos a seguir especificados, por perda de objeto.

ANEXO

Empresa: Top Med Importadora e Distribuidora de Materiais Cirúrgicos Ltda.- ME
CNPJ: 11.172.836/0001-90
Processo nº: 25351.307688/2010-75
Expediente Recurso nº: 864618/10-0
Expediente Indeferido nº: 402124/10-0
Empresa: BRAZIL IMPORT LTDA
CNPJ: 04.967.408/0001-98
Processo nº: 25351.089707/2011-51
Expediente Recurso nº: 318069/11-7
Expediente Indeferido nº: 123945/11-7
Empresa: STRAUMANN BRASIL LTDA
CNPJ: 04.184.175/0001-57
Processo nº: 25351.311065/2005-41
Expediente Recurso nº: 946426/11-3
Expediente Indeferido nº: 571002/11-2

Nº 55 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No-3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art 63 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, NÃO CONHECE DOS RECURSOS a seguir especificados, determinando a extinção do recurso, sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: LABORDENTAL LTDA
CNPJ: 48.767.834/0001-53
Processo nº: 25351.327081/2010-11
Expediente Recurso nº: 191274/11-7
Expediente Indeferido nº: 425542/10-9
Empresa: LABORDENTAL LTDA
CNPJ: 48.767.834/0001-53
Processo nº: 25351.327081/2010-11
Expediente Recurso nº: 189468/11-4
Expediente Indeferido nº: 425542/10-9
Empresa: EMFILS - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 02.551.718/0001-00
Processo nº: 25351.167845/2002-03
Expediente Recurso nº: 377090/11-7
Expediente Indeferido nº: 452439/08-0
Empresa: FLEX LAB COMERCIO DEMATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 02.620.178/0001-60
Processo nº: 25351.504126/2010-27
Expediente Recurso nº: 0034861/12-9
Expediente Indeferido nº: 881615/11-8
Empresa: GLOBALTEK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA
CNPJ: 03.905.063/0001-85
Processo nº: 25351.475177/2011-68
Expediente Recurso nº: 0044894/12-0
Expediente Indeferido nº: 665437/11-1
Empresa: FLEXICOTTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HASTES FLEXÍVEIS S/A
CNPJ: 02.003.095/0001-22
Processo nº: 25351.197083/2011-01
Expediente Recurso nº: 0041887/12-1
Expediente Indeferido nº: 275002/11-3
Empresa: FLEXICOTTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HASTES FLEXÍVEIS S/A
CNPJ: 02.003.095/0001-22
Processo nº: 25351.197065/2011-10
Expediente Recurso nº: 0041923/12-1
Expediente Indeferido nº: 274968/11-8
Empresa: INDUSBELLO INDÚSTRIA DE INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 74.017.708/0001-91
Processo nº: 25351.283814/2006-14
Expediente Recurso nº: 0211500/12-0
Expediente Indeferido nº: 949077/11-9
Empresa: CIRURGICA BRASIL COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 47.193.115/0001-03
Processo nº: 25351.039660/01-31
Expediente Recurso nº: 0220546/12-7
Expediente Indeferido nº: 883966/11-2

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 25 de junho de 2012

Nº 56 - O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31, de março de 2011 da Presidente da Re-



pública, os incisos I, V e VII do art. 12 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999 e a Portaria nº 497 da ANVISA, de 29 de março de 2012, com fundamento no inciso VI do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art. 63 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, não conhece dos recursos a seguir especificados, por intempestividade, mantendo os termos da decisão recorrida.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
ANEXO

EMPRESA: DROGARIA VASCONCELLOS DO SERRO LTDA.
CNPJ: 03.644.842/0001-74
PROCESSO: 25351.001824/2003-07
EXPEDIENTE: 573417/10-7
EMPRESA: COMERCIAL VITALMED LTDA.
CNPJ: 03.071.109/0001-08
PROCESSO: 25351.673749/2011-89
EXPEDIENTE: 946189/11-2
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 322/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140824/12-2
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 323/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140842/12-9
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 312/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140851/12-8
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 316/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140822/12-4
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 321/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140895/12-0
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 317/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140882/12-8
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 311/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140877/12-1
EMPRESA: DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LT-
DA.
CNPJ: 44.015.477/0001-16
Comunicado: 320/2011-CPCON
EXPEDIENTE: 0140798/12-8
EMPRESA: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTI-
COS LTDA.
CNPJ: 33.009.945/0023-39
Comunicado: 043/2012-CPCON
EXPEDIENTE: 0093853/12-0
EMPRESA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Comunicado: 016/2012-CPCON
PROCESSO: 25351.675472/2011-11
EXPEDIENTE: 0113914/12-2
EMPRESA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Comunicado: 013/2012-CPCON
PROCESSO: 25351.675448/2011-21
EXPEDIENTE: 0113959/12-2
EMPRESA: APSEN FARMACÊUTICA S. A.
CNPJ: 62.462.015/0001-29
Comunicado: 049/2012-CPCON
PROCESSO: 25351.661030/2011-69
EXPEDIENTE: 0122847/12-1
EMPRESA: LUXURY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 10.912.906/0001-36
PROCESSO: 25351.104783/2011-45
EXPEDIENTE: 643059/11-7
EMPRESA: MARIA RAQUEL BEBI IMPORTADORA-ME
CNPJ: 12.818.146/0001-28
PROCESSO: 25351.456013/2011-53
EXPEDIENTE: 1021953/11-6
EMPRESA: TKTCRONOCARGO TRANSPORTES COMÉRCIO E
REMOÇÕES LTDA.
CNPJ: 45.886.546/0001-20
PROCESSO: 25351.369613/2011-10
EXPEDIENTE: 965008/11-3
EMPRESA: JJ GUIMARÃES PRODUTOS DE LIMPEZA E
TRANSPORTES LTDA.-ME
CNPJ: 11.496.141/0001-63

PROCESSO: 25351.158805/2011-12
EXPEDIENTE: 0035383/12-3
EMPRESA: HEALTH SOLUTION - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LT-
DA.
CNPJ: 08.221.876/0001-70
PROCESSO: 25351.626874/2011-55
EXPEDIENTES: 0044627/12-1 e 0044673/12-4

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO,
MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE
E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS,
PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.646, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O Gerente-Geral da Gerência de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a Resolução RDC nº 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

- Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.
Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

Fabricante: WILLY RUSCH GMBH	
Endereço: PRÉDIO Nº 59 - WILLY-RUSCH-STRASSE 4-10, KERNEN I.R D-71394 - ALEMANHA	
País: ALEMANHA	
Importador: BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA	CNPJ: 01.513.946/0001-14
Autorização de Funcionamento Comum n.: 103.413-5	
Expediente da Petição: 553823/10-8	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos: Produtos médicos fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC n. 185, de 22 de outubro de 2001.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.647, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O Gerente-Geral da Gerência de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a Resolução RDC nº 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

- Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.
Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

Fabricante: WUXI YUSHOU APLLIANCES CO. LTD	
Endereço: 215, XIGUANG RD, DONGBEITANG TOWN, WUXI CITY, JIANGSU - CHINA	
País: CHINA	
Importador: DESCARPACK DESCARTÁVEIS DO NOR- DESTE LTDA	CNPJ: 09.614.278/0001-23
Autorização de Funcionamento Comum n.: 805.183-1	
Expediente da Petição: 038893/11-9	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos: Produtos médicos fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco II, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC n. 185, de 22 de outubro de 2001.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.733, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Gerente-Geral da Gerência de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ nº 68.132.950/0001-03 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.543-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

- Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.
Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Pharmachemie B. V.	
ENDEREÇO: Swensweg 5, 2031 GA, Haarlem	
PAÍS: Holanda	
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/ Forma Farmacêutica: Injetáveis oncológicos: soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização terminal).	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.789, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Gerente-Geral da Gerência de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A., CNPJ nº 33.009.945/0001-23, Autorização de Funcionamento nº 1.00.100-4 e Autorização Especial nº 1.20.378-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

- Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.
Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: F. Hoffmann - La Roche Ltd	
ENDEREÇO: Grenzacherstrasse 124, CH-4070, Basileia	
PAÍS: Suíça	
Certificado de Boas Práticas para Insumo/ Linhas de Produção: Insumo: Bevacizumabe. Sólidos: Cápsulas. Injetáveis: Pós liofilizados, soluções parenterais de pequeno volume (com preparação asséptica) e soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização terminal). Formulação e envase de injetáveis: Alfapeginterferona 2a (soluções parenterais de pequeno volume com preparação asséptica), betaepoetina (soluções parenterais de pequeno volume com preparação asséptica), betaepoetina - metoxipoliitlenoglicol (soluções parenterais de pequeno volume com preparação asséptica), bevacizumabe (soluções parenterais de pequeno volume com preparação asséptica), filgrastim (soluções parenterais de pequeno volume com preparação asséptica), pegfilgrastim (soluções parenterais de pequeno volume com preparação asséptica), rituximabe (soluções parenterais de pequeno volume com preparação asséptica). Incluindo, ainda: Produtos sujeitos a controle especial: Pós liofilizados, cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos e pós. Oncológicos: Comprimidos revestidos.	

DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 21 de junho de 2012

A Gerência-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

SENHOR: ALESSANDRO DE LIMA MATTIELLO
25351.201956/2009-21 - AIS: 260590/09-2 (170/2009) - GFIMP/AN-VISA-PR
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
SENHOR: DANILO OLIVEIRA BATISTA
25351.227584/2004-41 - AIS: 335149/04-1 (449/2004) - GFIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
EMPRESA: ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.479216/2008-19 - AIS:628229/08-6 (076/2008) - GFIMP/GGIMP
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
EMPRESA: BELFACE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA ME
25351.434718/2009-21 - AIS:563066/09-5 (180-DF/2009) - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
EMPRESA: DROGARIA AMERICANA SA
25351.108377/2010-32 - AIS:142830/10-6 (55/2010) - GFIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS)
EMPRESA: DROGARIA ARAUJO S/A
25351.232913/2010-02 - AIS:306457/10-3 (030/2010) - GGIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS)
EMPRESA: DROGARIA MIYAMOTO LTDA-ME
25351.100970/2010-04 - AIS:133265/10-1 (059/2010) - GFIMP/AN-VISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
EMPRESA: EVERALDO FERREIRA LOPES
25351.160903/2009-15 - AIS:209489/09-4 (55/2009) - PLN/GO
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
EMPRESA: FARMOQUIMICA S/A
25351.365829/2009-71 - AIS:471877/09-1 (070/2009) - GFIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)
EMPRESA: FISIOQUANTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA
25351.087235/2010-42 - AIS:114866/10-4 (015/2010) - GFIMP/AN-VISA-PR
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
EMPRESA: HERBORISA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
25351.410709/2005-83 - AIS:491097/05-4 (432/2005) - PM/UF-CE/GGPRO/DIFRA/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
EMPRESA: IRMÃOS GUIMARÃES LTDA
25351.100789/2010-42 - AIS:133011/10-0 (056/2010) - GFIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
EMPRESA: LOREN INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
25351.107827/2010-99 - AIS:142133/10-6 (065/2009) - GFIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
EMPRESA: NATUREZA NATIVA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS MEDICAMENTOS COSMÉTICOS LTDA

25351.396785/2009-38 - AIS:512934/09-6 (075/2009) - GFIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
EMPRESA: NOVA AMERICA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
25351.073286/2009-94 - AIS:091395/09-2 (160/2009) - GFIMP/AN-VISA-PR
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
EMPRESA: PRODUTOS OFICINAIS AVANTE LTDA
25351.490835/2009-32 - AIS:636719/09-4 (095/2009) - GFIMP/AN-VISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 5.036, de 05/11/2010, publicada no DOU nº 213, de 08/11/2010, pág. 77 e Suplemento Pag. 41.
Onde se lê:
MDCPHARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
1.04493-8
PANAX GINSENG C. A. MEY.
FITOTERAPICO SIMPLES
VIGOR NATUS 25351.025814/2003-59 01/2009
Leia-se:
MDCPHARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
1.04493-8
PANAX GINSENG C. A. MEY.
FITOTERAPICO SIMPLES
VIGOR NATUS 25351.025814/2003-59 01/2014

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 299, DE 6 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000173/2001, e, em especial, da Nota Técnica nº 663/2012/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV Esplanada do Paraná Ltda., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, canal 7 (sete), a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, por meio do canal 51- (cinquenta e um decalado para menos), visando à retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 305, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.007741/2012, e, em especial, da Nota Técnica nº 2072/2012/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TVCI - TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em Paranaguá, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, por meio do canal 52- (cinquenta e dois decalado para menos), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A entidade autorizada somente poderá retransmitir a programação da geradora cedente dos sinais, não podendo retransmitir a programação disponível na localidade, à exceção da cobertura de áreas de sombra.

Parágrafo único. É vedada a inserção de programação própria ou de publicidade, inclusive as relativas a apoio institucional de qualquer natureza.

Art. 3º A alteração da geradora cedente dos sinais de televisão que implique na repetição ou retransmissão de programação básica diversa daquela autorizada depende de anuência prévia do Ministério das Comunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Determinar que no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade apresente ao Ministério das Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 306, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.007729/2012, e, em especial, da Nota Técnica nº 2071/2012/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TVCI - TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em Paranaguá, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Salvador, estado da Bahia, por meio do canal 50 (cinquenta), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A entidade autorizada somente poderá retransmitir a programação da geradora cedente dos sinais, não podendo retransmitir a programação disponível na localidade, à exceção da cobertura de áreas de sombra.

Parágrafo único. É vedada a inserção de programação própria ou de publicidade, inclusive as relativas a apoio institucional de qualquer natureza.

Art. 3º A alteração da geradora cedente dos sinais de televisão que implique na repetição ou retransmissão de programação básica diversa daquela autorizada depende de anuência prévia do Ministério das Comunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Determinar que no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade apresente ao Ministério das Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 307, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.007740/2012, e, em especial, da Nota Técnica nº 2070/2012/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TVCI - TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em Paranaguá, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, em Brasília, no Distrito Federal, por meio do canal 22 (vinte e dois), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A entidade autorizada somente poderá retransmitir a programação da geradora cedente dos sinais, não podendo retransmitir a programação disponível na localidade, à exceção da cobertura de áreas de sombra.

Parágrafo único. É vedada a inserção de programação própria ou de publicidade, inclusive as relativas a apoio institucional de qualquer natureza.

Art. 3º A alteração da geradora cedente dos sinais de televisão que implique na repetição ou retransmissão de programação básica diversa daquela autorizada depende de anuência prévia do Ministério das Comunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Determinar que no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade apresente ao Ministério das Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 21 de junho de 2012

Tendo em vista os recursos interpostos contra a decisão da Comissão de Licitação na fase de habilitação na Concorrência nº 045/2010-SSR/MC, para a localidade de Penalva, no Estado do Maranhão, acolho o PARECER nº 0939/2012/CVS/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a ANULAR o ato que habilitou a Proponente 3D COMUNICAÇÕES DIGITAIS LTDA, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA Nº 045/2010-CEL/MC

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	Nº DO PROCESSO	RESULTADO
045/2010	MA	PENALVA	FM	3D COMUNICAÇÕES DIGITAIS LTDA	INABILITADA

Em razão da existência de erro material verificado no despacho publicado no Diário Oficial da União no dia 06 de fevereiro de 2012, fl. 49, Seção 1, onde se lê "decisão que habilitou VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA" leia-se "decisão que inabilitou VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA"; passando o ato a vigor com a seguinte redação:

Tendo em vista o recurso interposto contra a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., na Concorrência nº 045/2010-SSR/MC, para a localidade de Penalva, no Estado do Maranhão, acolho o PARECER. Nº 1238/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a NÃO CONHECER do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital



ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA Nº 045/2010-CEL/MC
RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
0 45 /2010	MA	PENALVA	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LT-DA

Acolho o PARECER Nº 820/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO DO ATO DE HABILITAÇÃO de RADIO ONDAS MEDIAS DE PARAMBU LTDA na Concorrência nº 088/2001-SSR/MC, para as localidades constantes do Anexo Único, ressalte-se que já foi assegurado aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE S	SERVIÇO	LICITANTE	Nº DO PROCESSO
088/2001	CE	PEREIRO	FM	RÁDIO ONDAS MÉDIAS DE PARAMBU LTDA	53650.000357/2002

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 9 de dezembro de 2011

Nº 10.448 - Processo nº 53500.028524/2005.
O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela BRASIL TELECOM S.A., inscrita sob o CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43,

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R\$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.022384/2012	VIVO S.A	SOROCABA/SP	02.449.992/0001-64	6.156,00	Art. 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	18/05/2011
53504.002473/2006 53504.002475/2006 53504.002477/2006 53504.005649/2006	TNL PCS S.A - OI	GUARATINGUETA/SP TAUBATE/SP SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP SÃO CARLOS/SP	33.000.118/0001-79	13.920,00	Art. 30 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e Art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	11/04/2011
53504..001117/2011	ARISTIDES MARTINS DA PAIXAO	CAMPINAS/SP	134.342.408-96	4.235,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 a Art. 55, Inciso V, Alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	20/04/2011
53504.023914/2009	REIS - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	SERTÃOZINHO/SP	07.923.134/0001-23	3.010,08	Art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 c/c Art. 131 da Lei nº 9.472/1997, com fundamento no Art. 173, II da mesma Lei	11/08/2011
53504.022280/2007	RF - TELECOMUNICAÇÕES LTDA	SÃO PAULO/SP	01.010.502/0001-66	7.200,00	Art. 55, Inciso IV, Alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	09/08/2011
53504.003603/2011	NET SAO PAULO LTDA	SÃO PAULO/SP	65.697.161/0001-21	5.520,00	Art. 54 do Decreto nº 2.206/1997	09/08/2011

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R\$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.027950/2008	NIVALDO JOSÉ RODRIGUES ALVES	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	055.610.408-04	4.850,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 e Art. 4º c/c Art. 55, Inciso V, Alínea b do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000.	21/12/2011
53504.007304/2011	TV ÔMEGA LTDA	ÁGUAS DA PRATA/SP	02.131.538/0001-60	2.327,25	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997, com fundamento no Art. 173, II, da mesma Lei.	21/12/2011
53504.005993/2009	INFOCLIQUE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	DOBRADA/SP	07.070.166/0001-23	3.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997 c/c Art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 c/c Art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998.	05/03/2012
53504.024795/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LEAO DE JUDÁ	RIBEIRÃO PRETO/SP	07.848.053/0001-06	800,00	Art. 18 do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequência entre 9 KHz e 300 GHz, aprovado pela Resolução nº 303/2002 c/c com o Inciso II do Art. 173 da Lei nº 9.472/1997 e o Art. 62 da Lei nº 4117/1962	12/01/2012

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE-GERAL

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R\$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.011129/2004	THIAGO ANDRE RACHETTI	SANTA ROSA DO VITERBO/SP	273.099.368-17	250,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997	08/06/2010
53504.008014/2011	DELTA WHITE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	SÃO PAULO/SP	55.863.757/0001-09	339.450,00	Art. 55, Inciso IV, Alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000.	01/11/2011

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 3.482, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 53000.019556/11. TELEVISÃO CACHOEIRO LTDA - TVD - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 25 de junho de 2012

Nº 4.337 - Processo nº 53500.012477/2012

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, ao examinar o pedido da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT de prorrogação do prazo da Consulta Pública nº 23, de 6 de junho de 2012, sobre a "Manifestação sobre informações necessárias para aplicação do art. 52, §2º do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado, aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012 (Regulamento do SeAC)", constante do processo em epígrafe, decidiu prorrogar o prazo da referida consulta pública por (30) trinta dias, pelas razões e fundamentos contidos no Informe nº 07/2012-CMROR/SCM, de 25 de junho de 2011.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.333, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 53500.000263/2002 - Declara extinta, por casação, a partir de 09/03/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a CIC CENTRO DE INVESTIGAÇÕES CARDIOCLÍNICAS LTDA - CNPJ 28.252.013/0002-58, por meio do Ato nº 23.514, de 06/03/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 08/03/2002, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 3.437, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 53500.004938/2012 - Expede autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à VALE S.A., CNPJ nº 33.592.510/0055-47, sem exclusividade, por prazo indeterminado, para o município de Mangaratiba/RJ, e outorga autorização do uso de 15 (quinze) canais de radiofrequência (375 kHz) da Tabela do Anexo C da Resolução nº 558, de 20/12/2010, (canais 03, 07, 11, 15, 23, 27, 31, 35, 43, 47, 51, 55, 63, 67 e 71) associados ao SLMP, sem exclusividade, por 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, e a título oneroso, para o referido município.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 3.446, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 53500.028761/2008 - Expede autorização do uso de 20 (vinte) canais de radiofrequência (1 MHz) da Tabela A.2, do Anexo a Resolução nº 455, de 18 de dezembro de 2006 (canais 501, 502, 511, 512, 521, 522, 531, 532, 541, 542, 551, 552, 561, 562, 571, 572, 581, 582, 591 e 592), associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, à PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0108-40, sem exclusividade, até 4 de junho de 2019, prorrogável uma única vez, por 10 (dez) anos, e a título oneroso, para o município de Cubatão/SP.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 3.447, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 53000.015985/1994 - Expede autorização do uso de 10 (dez) canais de radiofrequência (500 kHz) da Tabela A.2, do Anexo a Resolução nº 455, de 18 de dezembro de 2006 (canais 501, 511, 521, 531, 541, 551, 561, 571, 581 e 591), associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, à PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, sem exclusividade, por 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, e a título oneroso, para o município de Betim/MG.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 22 de junho de 2012

Nº 4305/2012-PVCPA/PVCP/SPV

Processo n. 53000.015985/1994 - O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o processo administrativo indicado em epígrafe, no qual figura como parte interessada PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, inscrita no CNPJ nº 33.000.167/0001-01, decidiu indeferir o pedido de prorrogação do prazo de vigência das radiofrequências associadas à execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, por meio do Ato nº 32.648, de 03 de janeiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 13 de janeiro de 2003, tendo em vista o descumprimento do prazo previsto no artigo 167, § 1º, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, seguindo o Informe nº 592/2012-PVCPA/PVCP/SPV, de 22 de junho de 2012.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Ato nº 2.564, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 72 do dia 14 de junho de 2012, retifica-se conforme abaixo: Onde se lê: "Processo nº 53500.022269/2008"; Leia-se: "Processo nº 53504.011869/2011".

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 2.873, DE 22 DE MAIO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário, à VIVO S.A., CNPJ nº 02.449.992/0001-64 para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem
no tempo,
registrando a
informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618



Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.535, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Revoga a Resolução nº 123, de 25 de março de 2003, a qual autoriza "a ENERSAN - Empresa Energética Santa Marta Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central geradora eólica denominada Santa Marta, e do respectivo sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina".

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta no Processo n. 48500.002075/2003-28, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução nº 123, de 25 de março de 2003.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 5 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no artigo 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 3.522 - Processo nº 48500.006022/2011-30. Interessado: Energisa Nova Friburgo - ENF. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos da área de concessão da Energisa Nova Friburgo - ENF, para o período de 2013 a 2016, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013.

Nº 3.523 - Processo nº 48500.006021/2011-95. Interessado: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Autoriza a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelece os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos da área de concessão da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. - EMG, para o período de 2013 a 2016.

Nº 3.526 - Processo nº 48500.005414/2010-09. Interessado: Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Serra de Santana II, outorgada à Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A., por meio da Portaria nº 468, de 1º de agosto de 2011.

Nº 3.527 - Processo nº 48500.005410/2010-12. Interessado: Gestamp Eólica Seridó S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Serra de Santana III, outorgada à Gestamp Eólica Seridó S.A., por meio da Portaria nº 475, de 09 de agosto de 2011.

Nº 3.531 - Processo nº 48500.001706/2012-26. Interessada: Itafós Mineração Ltda. Objeto: Autorizar a Itafós Mineração Ltda. a estabelecer-se como autoprodutora de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Usina Termelétrica - UTE - Itafós 1 - e de seu sistema de transmissão de interesse restrito -, com 8.020 kW de potência instalada e 5.615 kW de potência líquida, movida a calor recuperado de processo de queima de enxofre, situada no Município de Arraías, no Estado do Tocantins, bem como registrar para a UTE Itafós 1 a instalação de 3 (três) unidades geradoras de contingência, com 240 kW, 160 kW e 80 kW cada uma, utilizando óleo diesel como combustível, as quais não integram a capacidade instalada do empreendimento.

A íntegra destas Resoluções e seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 12 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no artigo 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 3.537 - Processo nº 48100.002427/1995-11. Interessado: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. Objeto: Transferir para a Votorantim Cimentos S.A., inscrita no CNPJ sob o n. 01.637.895/0001-32, com sede na Praça Professor José Lannes, nº 40, 9º andar, município de São Paulo, estado de São Paulo, a Usina Hidrelétrica Salto das Nuvens, localizada no município de Tangará da Serra, estado do Mato Grosso, objeto do Decreto nº 96.350 de 15 de julho de 1988, e alterar o cronograma de implantação desse empreendimento. Alterar, de 14.662,5 kW para 20.000 kW, a potência instalada da UHE Salto das Nuvens. A Votorantim Cimentos S.A. deverá apresentar garantia de fiel cumprimento, no valor de R\$ 4.000.000,00, relativa às obras

vinculadas à concessão, conforme dispõe o inciso II, do parágrafo único, do artigo 23, da Lei nº 8.987/1995. A interessada sub-rosa-se em todos os direitos e obrigações fixados no mencionado Decreto, o qual vigorará pelo prazo remanescente aludido no seu artigo 4º.

Nº 3.540 - Processo nº 48500.002553/2012-34. Interessada: CPFL Energias Renováveis S.A. Objeto: Anuir à transferência de controle societário direto da Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., da Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., da Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. e da CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., atualmente detido pela Interessada, para a SPE Turbina 15 Energia S.A.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e estará disponível no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.539, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Estabelece os valores das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP - referente à transferência dos ativos de transmissão que específica, de propriedade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, para a Centrais Elétricas do Sul S.A. - ELETROSUL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, tendo em vista o disposto no artigo 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no artigo 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no artigo 12 do Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995, nos artigos 6º, §§ 1º e 7º, inciso II, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nas Resoluções Normativas nº 67 e 68, ambas de 8 de junho de 2004, no artigo 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, bem como o que consta no Processo nº 48500.006911/2010-16, resolve:

Art. 1º Estabelecer, conforme o Anexo I, os valores de receita a serem acrescidos à Receita Anual Permitida - RAP - da Centrais Elétricas do Sul S.A. - ELETROSUL - e reduzidos da RAP da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, a preços do 1º dia do mês de junho de 2011, pela transferência de seis chaves seccionadoras 230 kV, na Subestação Assis, localizada no estado de São Paulo, chaves essas que compõem os seguintes módulos de conexão:

I - módulo de conexão 230 kV do banco de transformadores TR-1 440/230 kV, 336 MVA;

II - módulo de entrada de linha da linha de transmissão 230 kV Assis - Maringá, atual LT 230 kV Assis - Londrina (Eletrosul); e

III - módulo de entrada de linha da linha de transmissão 230 kV Assis - Londrina, interligação com a COPEL.

Art. 2º O recebimento das parcelas da RAP pela ELETROSUL e a redução da RAP da CTEEP de que trata o caput dar-se-ão a partir do dia 1º de julho de 2012.

Art. 3º Estabelecer, conforme o Anexo II, os valores a serem pagos à CTEEP pela ELETROSUL, a preços do 1º dia do mês de junho de 2011, pela transferência dos ativos de transmissão de energia elétrica de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A CTEEP e a ELETROSUL deverão efetivar a transferência das seis chaves seccionadoras 230 kV em até 6 (seis) meses após a publicação desta Resolução.

Art. 4º Na operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, a ELETROSUL deverá observar os Procedimentos de Rede e a normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 5º A ELETROSUL e a CTEEP deverão atualizar os respectivos Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST, junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contemplando as instalações de transmissão de energia elétrica objeto desta Resolução.

Art. 6º Os Anexos desta Resolução estão disponíveis no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, com os respectivos valores das parcelas da RAP pela disponibilização das novas instalações de transmissão de energia elétrica.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.298, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs, fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - CERTEL, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora AES Sul e RGE para a CERTEL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, e na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Permissão de Distribuição n. 33/2010, bem como o que consta do Processo n. 48500.005118/2011-81, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2012 da Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - CERTEL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da CERTEL ficam, em média, reajustadas em 8,75% (oito vírgula setenta e cinco por cento), sendo 7,07% (sete vírgula zero sete por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 1,68% (um vírgula sessenta e oito por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 26 de junho de 2012 a 25 de junho de 2013.

Art. 4º As tarifas constantes do Anexo II contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5º Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDs da CERTEL constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste, estarão em vigor no período de 26 de junho de 2012 a 25 de junho de 2013; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 6º Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CERTEL, referente ao período de junho de 2012 a maio de 2013, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7º Fixar o valor das quotas anuais da Conta de Consumo de combustíveis - CCC, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA da CERTEL, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8º Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES Sul e Rio Grande Energia S.A. - RGE para a CERTEL, constante do Anexo V, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário e estarão em vigor no período de 26 de junho de 2012 a 25 de junho de 2013, devendo constituir a base de cálculos tarifários subsequentes, conforme definido pela Resolução Normativa n. 205, de 22 de dezembro de 2005, e pela Resolução Normativa n. 243, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9º Conforme estabelecido na Resolução Normativa n. 472, de 24 de janeiro de 2012, a Diferença Mensal de Receita - DMR da CERTEL, decorrente da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE aos consumidores integrantes das Subclasses Residencial Baixa Renda, no período de junho de 2012 a maio de 2013, será custeada com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no que exceder o valor mensal de R\$ 36.402,90 (trinta e seis mil, quatrocentos e dois reais e noventa centavos), que corresponde ao duodécimo do montante anual equivalente a 0,5% (meio por cento) da receita econômica apurada no atual processo de reajuste tarifário da distribuidora.

Parágrafo único. O limite mensal estabelecido no caput não se aplica aos descontos concedidos às famílias indígenas e quilombolas, de que trata o § 4º do art. 2º da Lei n. 12.212 de 20 de janeiro de 2010, que serão necessariamente custeados pela CDE.

Art. 10. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, a exemplo do ICMS, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CERTEL poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/>.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 29 de maio de 2012

Nº 1.972 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n. 48500.001029/2012-46, decide determinar que seja aditado o Contrato de Concessão de Transmissão n. 12/2011, celebrado com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, a fim de incluir no seu objeto a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV, de 150 MVA, na Subestação Miramar II.

Em 12 de junho de 2012

Nº 1.956 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n. 48500.002237/2007-51, decide (i) declarar a perda de objeto do Despacho nº 3.859, de 13 de outubro de 2009, mediante o qual a Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH - concedeu aceite ao primeiro estudo de inventário apresentado pela QBEC Projetos e Consultoria Ltda. - QBEC - e pela ESTELAR Engenheiros Associados Ltda. - Estelar - para o rio Quebra Dentes e seus

afluentes, os rios Refugiado e Arroio Esteira; (ii) conhecer e dar parcial provimento ao recurso interposto pela QBEC e pela Estelar, a fim de reformar o Despacho nº 551, de 14 de fevereiro de 2012, para transferir para a condição de ativo o registro das recorrentes; e (iii) declarar que qualquer interessado pode requerer registro ativo para o desenvolvimento de estudo de inventário para o rio Quebra Dentes e/ou seus afluentes, os rios Refugiado e Arroio Esteira.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Autorizativa nº 2.827, de 22/3/2011, constante do Processo nº 48500.000686/2011-95, publicado no D.O.U. nº 61, de 30/3/2011, Seção 1, pág. 120, onde se lê: "Parágrafo único. ...consta do desenho de referência "Jandira/Itapevi - SP", folhas 1 e 2, inseridas no Anexo 2 deste Processo", leia-se: "Parágrafo único. ...consta dos desenhos denominados LTA Jandira - Itapevi de 138 kV - Planta de Caminhamento, folhas 1 e 2, ambos inseridos no Processo nº 48500.000686/2011-95".

Na Resolução Homologatória n. 1.227, de 25 de outubro de 2011, publicada no D.O. n. 210, de 1º de novembro de 2011 e retificado no D. O nº 222, de 21 de novembro de 2012, Seção 1 pág. 115, constante do Processo n. 48500.001989/2011-25, alterar os valores publicados nos Anexos I, II, disponível no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/>.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 25 de junho de 2012

Nº 2.091. Processo nº: 48500.001850/2012-62. Interessadas: Borges Pereira & Cia Ltda. e a Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura celebrado em 1º de junho de 2011, entre a Borges Pereira & Cia Ltda. e a Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB.

Nº 2.092. Processo nº: 48500.001847/2012-49. Interessadas: Caiuá Distribuição de Energia S.A. e a empresa Microdata de Lucélia Serviços de Provedores Ltda. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura celebrado em 1º de julho de 2011, entre a Caiuá Distribuição de Energia S.A. e a empresa Microdata de Lucélia Serviços de Provedores Ltda.

Nº 2.093. Processo nº: 48500.001224/2012-76. Interessadas: Companhia Nacional de Energia Elétrica e Ajaxtel Telecomunicações Ltda. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que, entre si, celebraram Companhia Nacional de Energia Elétrica e Ajaxtel Telecomunicações Ltda.

Nº 2.094. Processo nº: 48500.001730/2010-01. Interessada: Empresa Greenenergy Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: revogar o Despacho do Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição nº 943, de 9 de abril de 2010, publicado no D.O.U. de 12 de abril de 2010, que autorizou a Empresa Greenergy Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.199.567/0001-55, a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 25 de junho de 2012

Nº 2.095 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005060/2006-18, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG2 de 38.500 kW de capacidade instalada da UHE Passo São João, localizada no Rio Ijuí, nos Municípios de Dezesseis de Novembro e Roque Gonzáles, estado do Rio Grande do Sul, concedida à empresa ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., para início da operação em teste a partir do dia 26 de junho de 2012; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 25 de junho de 2012

Nº 2.096 - Processo: 48500.004895/2010-27. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 3.480, de 17 de novembro de 2010 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Arroio dos Antunes, da nascente até a foz no remanso do reservatório da UHE Campos Novos, no Rio Canoas, localizado na sub-bacia 71, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Antunes Energia Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98.

Nº 2.097. Processo: 48500.007672/2009-88. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 1.764, de 17 de junho de 2010 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Ribeirão Invernadinha, localizado na sub-bacia 60, no Estado de Goiás, concedido à empresa HP Energética S.A., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98.

Nº 2.098. Processo nº 48500.003411/2012-94. Decisão: não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Aureliano Chaves, situada no rio Suaçuí Grande, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa SPE Aureliano Chaves Energia Ltda., devido ao disposto no artigo 2º, Parágrafo Único, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 2.099. Processo nº 48500.003152/2011-11. Decisão: (i) autorizar a alteração da denominação do empreendimento PCH Rio do Peixe, situada no rio do Peixe, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, para PCH Mocambo; (ii) homologar a referida alteração nos seguintes despachos: no Despacho nº 2.416, de 6 de junho de 2011, publicado no DO de 9/6/2011, seção I, página nº 149, onde se lê:

Aproveitamento
Rio do Peixe

leia-se:

Aproveitamento
Mocambo

No Despacho nº 3.184, de 5 de Agosto de 2011, publicado no DO de 8/8/2011, seção I, página nº 93, onde se lê "...PCH Rio do Peixe..." leia-se "...PCH Mocambo..."

Nº 2.100. Processo nº 48500.003410/2012-40. Decisão: não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Palmital, situada no Ribeirão Ponte Grande, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa SPE Palmital Energia Ltda., devido ao não atendimento ao disposto no artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 2.101. Processo nº 48500.002936/2011-11. Decisão: não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Cinco Cachoeiras, situada no rio Ituí, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela Calgaro e Gosenheimer Advogados Associados, em virtude do que dispõe o artigo 16 da Lei nº 8.906/1996.

Nº 2.102. Processo nº 48500.002933/2012-79. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Parque, com potência estimada de 2,90 MW, às coordenadas 25°26' de Latitude Sul e 51°27' de Longitude Oeste, situada no rio Jordão, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 11/5/2012 pela empresa Hidrelétrica Vale do Jordão Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.867.538/0001-02, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 25/8/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 25 de junho de 2012

Nº 2.103 - O Superintendente de PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 249, de 30 de janeiro de 2007, e o que consta da Resolução Normativa nº 219, de 11 de abril de 2006, e do Processo nº 48500.001393/2010-44, resolve: I - Aprovar o valor do saldo na Conta de P&D da AES Uruguiana no valor credor de R\$ 74.046,34 (setenta e quatro mil, quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos) na data de 31 de dezembro de 2011; II - Retificar o entendimento constante da Nota Técnica nº 0172/2011-SPE/ANEEL, de 30 de setembro de 2011, reputando como regular a situação da AES Uruguiana diante dos valores apresentados na Carta U/VP/DRSE 0003/12, de 23 de abril de 2012, conforme Nota Técnica nº 0195/2012-SPE/ANEEL, de 25 de junho de 2012.

MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA III SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 25 de junho de 2012

Nº 818 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PE0180984	ABILIO CESÁRIO DE LIMA FILHO-ME	01.153.263/0001-01	RECIFE	PE	48610.013230/2009-23
001/GLP/RS0013633	ADEMIR RODRIGUES ALVES	07.727.870/0001-06	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	48610.004517/2007-17
GLP/PE0175333	ALCIONE MARQUES DA CUNHA - ME	07.241.668/0001-70	AFOGADOS DA INGAZEIRA	PE	48610.013278/2008-51
GLP/MG0180337	ANDERSON PEREIRA CARVALHAIS ME	09.652.842/0001-00	GUANHAES	MG	48610.012045/2009-11
001/GLP/PR0002547	ARACI TERESINHA FARIA VAZ - ME	72.238.983/0001-00	COLOMBO	PR	48610.010238/2004-23
GLP/MG0180743	ATL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA.	09.014.163/0004-40	POUSO ALEGRE	MG	48610.012938/2009-67
001/GLP/CE0016825	BERNARDINO DA SILVA	05.766.675/0001-60	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.010305/2007-52
001/GLP/SP0009378	D. DOS S SOUZA BRAGANÇA PAULISTA ME	04.805.292/0001-90	BRAGANÇA PAULISTA	SP	48610.010209/2006-23
001/GLP/SP0014723	DAITIGAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	02.959.205/0001-24	ITAQUAQUECETUBA	SP	48610.006423/2007-66
GLP/MG0184582	DELTA GAZ LTDA.	02.540.215/0001-20	BELO HORIZONTE	MG	48610.003073/2010-81
GLP/MG0201917	DILCE MARIA DE DEUS VALADARES	22.661.946/0001-31	PARACATU	MG	48610.013661/2010-23
001/GLP/RS0020020	ELIANE GODOI GÁS	08.918.471/0001-95	PASSO FUNDO	RS	48610.002348/2008-45
001/GLP/PE0021972	FELIZ DE MELO RODRIGUES	05.901.664/0001-45	RECIFE	PE	48610.006805/2008-71
GLP/PR0209161	F.W.C. DE OLIVEIRA & CARDOSO LTDA - ME.	08.934.072/0001-18	NOVA ESPERANCA	PR	48610.009408/2011-56
GLP/SP0177059	GARDINO & TOZETTI MATÃO LTDA - ME	09.447.575/0001-21	MATAO	SP	48610.002535/2009-18



GLP/SE0188296	GUSTAVO UBIRAJARA CUNHA SANTOS	10.772.152/0002-47	CRISTINAPOLIS	SE	48610.011028/2010-09
001/GLP/RS0018828	ILVO KRONBAUER	88.531.967/0001-40	PLANALTO	RS	48610.014402/2007-14
001/GLP/RS0021986	JANETE SOARES NEUENFELDT	04.299.388/0001-24	NOVA PALMA	RS	48610.006818/2008-40
GLP/RS0206420	JOSÉ PEDRO DOS SANTOS BORGES	02.557.779/0001-76	FONTOURA XAVIER	RS	48610.003829/2011-73
001/GLP/SP0010694	JOSÉ RUBENS DA SILVA GÁS - ME.	07.922.579/0001-99	ARACATUBA	SP	48610.000306/2007-99
001/GLP/RS0008099	K.L. COMERCIAL DE GAS LTDA	05.342.151/0001-41	SAPIRANGA	RS	48610.006319/2006-91
001/GLP/MG0002583	LINDRACI ALVES MOREIRA	06.955.407/0001-59	PEDRA AZUL	MG	48610.010341/2004-73
GLP/RS0209600	LUIS GONZAGA SILVEIRA FAGUNDES	13.317.206/0001-91	BAGE	RS	48610.010043/2011-11
001/GLP/MG0017490	MARIA INEZ CARNEIRO MOREIRA	02.747.569/0001-40	CORONEL FABRICIANO	MG	48610.011205/2007-43
001/GLP/MG0020450	MARIA LOURDES DANTAS	07.647.813/0001-17	UBERLANDIA	MG	48610.003816/2008-07
001/GLP/SP0010125	MICHIGAN AUTO POSTO LTDA	02.668.596/0001-28	PRAIA GRANDE	SP	48610.001748/2006-71
001/GLP/MG0020823	MONICA SILVA RAMOS	07.274.544/0001-90	PIRAPORA	MG	48610.004655/2008-61
GLP/TO0207479	OSMARINA CRUZ CABRAL ME	26.889.634/0006-45	PALMAS	TO	48610.005806/2011-01
GLP/PA0177644	OTAVIO PIRES BITTENCOURT & CIA LTDA - ME	10.316.171/0001-88	ANANINDEUA	PA	48610.004577/2009-85
GLP/RO0181285	PEREIRA & PEREIRA DA SILVA LTDA. - ME.	05.461.687/0001-86	PORTO VELHO	RO	48610.014072/2009-29
GLP/RS0186974	POSTO DE GÁS ORFANATROFIO LTDA.	10.474.679/0001-04	PORTO ALEGRE	RS	48610.007880/2010-73
001/GLP/PA0003568	R. A. R. SEABRA - ME	84.258.938/0001-04	BENEVIDES	PA	48610.001246/2005-61
GLP/PA0173781	R. A. R. SEABRA - ME	84.258.938/0002-87	BENEVIDES	PA	48610.011345/2008-01
GLP/PA0203572	R. A. R. SEABRA - ME	84.258.938/0004-49	BENEVIDES	PA	48610.016950/2010-84
GLP/PA0204784	R. A. R. SEABRA - ME	84.258.938/0005-20	BENEVIDES	PA	48610.018020/2010-65
001/GLP/SP0018775	ROCHA & VIEIRA COMÉRCIO DE GÁS LIQUEFEITO DE PET. LTDA.	06.097.839/0001-76	PRAIA GRANDE	SP	48610.014416/2007-38
GLP/SE0177616	SAMAM DIESEL LTDA.	13.149.760/0007-00	PROPRIA	SE	48610.004579/2009-74
001/GLP/SE0009206	SAMAM DIESEL LTDA.	13.149.760/0001-89	NOSSA SENHORA DA GLORIA	SE	48610.008268/2005-51
001/GLP/SE0016414	SAMAM DIESEL LTDA.	13.149.760/0016-93	ESTANCIA	SE	48610.009618/2007-68
GLP/MA0181147	SAMPAIO E GERIS LTDA	10.676.974/0001-43	PORTO FRANCO	MA	48610.013548/2009-12
001/GLP/MS0007082	SERAPIÃO DE SOUZA - ME.	01.287.211/0001-10	NAVIRAI	MS	48610.003944/2006-81
001/GLP/SP0017542	SUPERMERCADO CARDOSO LTDA.	61.694.014/0001-47	PEDREGULHO	SP	48610.011470/2007-21
001/GLP/RS0009924	TATIANA CLARINDA ALBINO	05.042.507/0001-21	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.010981/2006-45
GLP/PR0204354	VALDECI PIDPALA	12.516.518/0001-61	IRATI	PR	48610.018724/2010-38
GLP/RS0184938	VINICIUS FARIAS VANDAME - ME	09.538.379/0002-43	SAO GABRIEL	RS	48610.003913/2010-14
GLP/TO0207589	WAGNER MACIEL AMORIM	13.252.053/0001-41	PALMAS	TO	48610.006208/2011-41

Nº 819 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PR0115222	ANI ELISA SECCO	05.511.929/0001-07	SAO JORGE D'OESTE	PR	48610.007061/2012-98
PR/SP0115482	AUTO POSTO AUTOMIX	10.838.481/0001-62	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	48610.007149/2012-18
PR/SP0114162	AUTO POSTO AVENIDA ZELIA LTDA.	14.412.870/0001-82	BARUERI	SP	48610.005848/2012-15
PR/RS0115182	AUTO POSTO BRAZMANN LTDA	13.298.937/0001-37	TRAMANDAI	RS	48610.006798/2012-93
PR/PA0109282	AUTO POSTO CANAA LTDA.	14.140.639/0001-87	CANAA DOS CARAJAS	PA	48610.002859/2012-43
PR/SP0109702	AUTO POSTO F & F 2012 LTDA.	15.070.116/0001-74	SAO PAULO	SP	48610.003405/2012-90
PR/PR0115463	AUTO POSTO PETRO KENNEDY LTDA	15.119.679/0001-00	CURITIBA	PR	48610.007145/2012-21
PR/MG0115183	AUTO POSTO RABELLO COMBUSTIVEIS LTDA	11.699.586/0001-40	BURITIS	MG	48610.006829/2012-14
PR/PR0111022	AUTO POSTO REAL CENTER LTDA.	10.401.514/0001-02	PIEN	PR	48610.003953/2012-10
PR/SP0101563	AUTO POSTO RESERVA PALMITAL LTDA.	13.955.791/0001-55	MARILIA	SP	48610.012121/2011-11
PR/PR0110862	AUTO POSTO VERDÃO LTDA - ME	13.674.094/0001-26	CAMPINA DA LAGOA	PR	48610.003617/2012-77
PR/GO0111922	CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.	39.346.861/0250-75	CATALAO	GO	48610.004279/2012-91
PR/PA0109142	CITY POSTO LTDA. - EPP	14.842.763/0001-94	TUCUMA	PA	48610.002639/2012-10
PR/PR0115224	CLAUDINO DE COSTA E CIA LTDA	75.042.887/0001-80	FLOR DA SERRA DO SUL	PR	48610.007095/2012-82
PR/RS0114182	COMERCIAL BUFFON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.	93.489.243/0057-70	SAO LEOPOLDO	RS	48610.005850/2012-94
PR/RS0112882	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS DOTTO LTDA	14.743.974/0001-70	TORRES	RS	48610.004700/2012-63
PR/CE0108783	D E Z COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.742.285/0001-88	FORTALEZA	CE	48610.002565/2012-11
PR/PR0115443	DANILO J. ARISI E CIA. LTDA.	75.664.573/0001-19	FLOR DA SERRA DO SUL	PR	48610.007140/2012-07
PR/TO0115225	DECIO AUTO POSTO L. 8 LTDA	14.058.826/0003-88	GURUPI	TO	48610.007048/2012-39
PR/RS0115462	DITRENT0 POSTOS E LOGISTICA LTDA	07.473.735/0066-27	NOVO HAMBURGO	RS	48610.007137/2012-85
PR/BA0114742	DOMINGOS DE ANDRADE DE ANTAS E CIA LTDA	04.991.911/0004-21	CICERO DANTAS	BA	48610.006369/2012-16
PR/BA0115223	JACANÁ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	14.797.143/0001-80	ITABUNA	BA	48610.007097/2012-71
PR/MT0107785	M. DE MARCHI - ME	13.857.027/0001-47	CURVELANDIA	MT	48610.001421/2012-48
PR/PR0113343	M ESTELA VERENKA & CIA LTDA	14.970.295/0002-14	SAO JOAO DO IVAI	PR	48610.005433/2012-41
PR/BA0111302	POSTO DE COMBUSTÍVEL SANTA RITA LTDA. - ME	15.126.103/0001-70	IPECAETA	BA	48610.003966/2012-99
PR/SP0115502	POSTO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS E COMERCIO DE COMBUSTIVEL LISBOA LT-DA	15.584.756/0001-00	GUARULHOS	SP	48610.007150/2012-34
PR/SP0115262	POSTO DOM PEDRO DE GUARATINGUETÁ LTDA	15.491.709/0001-04	GUARATINGUETA	SP	48610.007074/2012-67
PR/PR0105885	POSTO FELICITÁ LTDA	14.205.988/0001-30	CURITIBA	PR	48610.015628/2011-19
PR/BA0103764	POSTO MAR AZUL LTDA.	12.058.092/0001-40	LAURO DE FREITAS	BA	48610.014106/2011-08
PR/PR0115162	POSTO VIA ESTRELA LTDA.	09.305.043/0001-50	CURITIBA	PR	48610.007065/2012-76
PR/BA0103082	RPMP COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	06.041.306/0004-15	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.013701/2011-18
PR/BA0106842	RPMP COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	06.041.306/0005-04	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.000146/2012-45
PR/RO0114484	SANTIAGO & SANTIAGO DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.286.573/0001-09	BURITIS	RO	48610.006152/2012-14
PR/SP0115522	SERVICE DE AUTO ASSTOR LTDA	14.763.982/0001-88	SAO PAULO	SP	48610.007151/2012-89
PR/PR0115184	SUCESO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.151.795/0001-06	PONTA GROSSA	PR	48610.006810/2012-60

Nº 820 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado que as instalações foram vistoriadas pelo corpo de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, assim como se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente.

Fica condicionada à manutenção da presente autorização o atendimento aos requisitos constantes no certificado do corpo de bombeiros competente e na Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Área de Armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ou não à comercialização - Critérios de segurança, nos termos da Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0215750	ADEMIR STEL	79.326.211/0001-79	XAMBRE	PR	48610.005771/2012-83
GLP/GO0215751	AGNALDO DE OLIVEIRA MIGUEL	13.252.830/0001-58	TRES RANCHOS	GO	48610.006972/2012-06
GLP/MG0215752	ALVORADA GÁS LTDA - ME	15.219.765/0001-94	IPATINGA	MG	48610.006961/2012-18
GLP/GO0215753	AMAZONAS COMERCIO DE GAS LTDA.	13.931.940/0001-46	GOIANIA	GO	48610.005658/2012-06
GLP/MG0215754	ANA CAROLINA SOUTO FRANCA 01585191671	14.750.189/0001-44	TEOFILO OTONI	MG	48610.003011/2012-31
GLP/MG0215755	ANDRADE & GONZAGA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	13.937.763/0001-05	DURANDE	MG	48610.006939/2012-78
GLP/BA0215756	ANGELO CEZAR SANTOS GUERREIRO ME	04.446.838/0002-45	LENCOIS	BA	48610.006967/2012-95
GLP/MG0215757	ANTONIO MARCOS CASSIMIRO	12.550.793/0001-00	PATOS DE MINAS	MG	48610.004479/2012-43
GLP/PR0215758	BARROZO PERAZOLO GÁS LTDA	15.461.934/0001-06	CURITIBA	PR	48610.007028/2012-68
GLP/SP0215759	BASE DISTRIBUIDORA REDENÇÃO LTDA ME	14.127.317/0001-06	REDENCAO DA SERRA	SP	48610.016479/2011-13
GLP/MT0215760	BLAIR LOPES 40122824091	13.293.255/0001-31	TERRA NOVA DO NORTE	MT	48610.005774/2012-17
GLP/PI0215761	CENTER GAS LTDA ME.	14.719.547/0001-56	TERESINA	PI	48610.006007/2012-25
GLP/SC0215762	COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO TIMBO LTDA	83.446.955/0001-02	PORTO UNIAO	SC	48610.008962/2011-16
GLP/RS0215763	CORDEIRO & BARUFFI LTDA.	11.169.678/0001-19	IPIRANGA DO SUL	RS	48610.005240/2012-91
GLP/MA0215764	DANIEL ALVES BRANDÃO	69.417.749/0002-16	COROATA	MA	48610.004662/2012-49
GLP/SP0215765	DE PAULA MEDEIROS & MEDEIROS COMERCIO DE GAS LTDA - ME	14.811.455/0001-00	CACAPAVA	SP	48610.006985/2012-77
GLP/MG0215766	DEPOSITO DE GAS XAVIER & XAVIER LTDA ME	14.072.523/0001-58	SANTANA DO RIACHO	MG	48610.007002/2012-10
GLP/PR0215767	DG-GÁS SERVIÇOS DE ENTREGAS LTDA	00.502.801/0001-55	CASCAREL	PR	48610.006856/2012-89
GLP/BA0215768	DILMA ROSA DE SOUZA - ME	09.044.797/0002-84	MULUNGU DO MORRO	BA	48610.002730/2012-35
GLP/MG0215769	DISTRIBUIDORA REGIONAL DE GÁS TRINTA TRINTA LTDA.	02.989.789/0003-57	BONFINOPOLIS DE MINAS	MG	48610.007042/2012-61
GLP/PE0215770	EDIMILSON LEITE SILVA GÁS - ME	02.515.363/0000-57	ARACOIABA	PE	48610.007031/2012-81



GLP/SE0215771	ELIANE VIEIRA DE ASSUNCAO 95266003553	12.830.542/0001-70	NOSSA SENHORA DE LOURDES	SE	48610.006948/2012-69
GLP/MG0215772	ELISEU CAMARÁ CAMPOS - ME	65.103.780/0001-40	PORTO FIRME	MG	48610.006968/2012-30
GLP/MT0215773	EVANDRO BIER - ME	09.110.067/0001-53	TERRA NOVA DO NORTE	MT	48610.005634/2012-49
GLP/SE0215774	EVERTON DA SILVA SANTANA 04280841500	12.830.371/0001-80	CAPELA	SE	48610.006881/2012-62
GLP/MG0215775	EZAQUIEL DE SOUZA FERREIRA ME	15.008.219/0001-04	AGUANIL	MG	48610.006917/2012-16
GLP/RN0215776	FABIO MAURICIO FERREIRA 03464567460	15.459.784/0001-98	NATAL	RN	48610.007010/2012-66
GLP/CE0215777	F.HAROLDO DE VASCONCELOS & CIA LTDA	07.900.111/0004-46	VICOSA DO CEARA	CE	48610.006974/2012-97
GLP/GO0215778	FRANCIELE ALBONO DE SOUSA - ME	14.055.787/0001-01	GOIATUBA	GO	48610.006924/2012-18
GLP/SE0215779	GELSON DE OLIVEIRA 01906467560	14.997.509/0001-65	ITABI	SE	48610.007001/2012-75
GLP/SP0215780	GERALDO DA SILVA MOURA ME.	96.553.748/0001-90	SUMARE	SP	48610.003544/2012-13
GLP/MG0215781	GERALDO PEDRO DE OLIVEIRA 719.396.286-87 ME	65.362.352/0001-32	PERDIZES	MG	48610.006877/2012-02
GLP/AC0215782	GLAUCIANE LIMA DA SILVA 00580354270	13.063.141/0001-03	RIO BRANCO	AC	48610.006946/2012-70
GLP/RN0215783	HILDA FERREIRA NETA ME	15.369.050/0001-18	GROSSOS	RN	48610.007036/2012-12
GLP/SC0215784	INES MACHADO FONTOURA COMERCIANTE ME	08.380.642/0001-75	BARRA VELHA	SC	48610.006851/2012-56
GLP/SP0215785	IVONILDE FAVERO 08763742837	15.305.151/0001-25	MENDONCA	SP	48610.006022/2012-73
GLP/DF0215786	J. R. G DOS SANTOS GÁS ME	15.285.622/0001-80	BRASILIA	DF	48610.007019/2012-77
GLP/TO0215787	JAMES PEREIRA DE MIRANDA	10.820.596/0002-00	CACHOEIRINHA	TO	48610.005484/2011-92
GLP/RS0215788	JOAO EMILIO SE SOUZA BARCELOS ME	14.357.689/0001-10	TERRA DE AREIA	RS	48610.006937/2012-89
GLP/MG0215789	JOÃO PAULO AMORIM	19.994.474/0002-05	AUGUSTO DE LIMA	MG	48610.003306/2012-16
GLP/RN0215790	JONICLECIO DOS SANTOS VIANA 05288579407	15.459.755/0001-26	NATAL	RN	48610.006980/2012-44
GLP/MG0215791	JOSE CARLOS LIME MENDES 58478990259 ME	13.438.865/0001-86	UBERLANDIA	MG	48610.006962/2012-62
GLP/MS0215792	JOSE FRANCISCO RIBEIRO DUO - EPP.	02.484.816/0001-63	INOCENCIA	MS	48610.005676/2012-80
GLP/MT0215793	JOSE LIMA COMERCIO	03.761.856/0001-78	NOVA CANAA DO NORTE	MT	48610.007041/2012-17
GLP/GO0215794	JP MERCADO DE ALIMENTOS E GAS LTDA ME.	14.805.494/0001-96	ABADIANIA	GO	48610.006916/2012-63
GLP/MG0215795	JULIANA MEDEIROS GUERSON 06633468601	14.779.455/0001-61	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	MG	48610.005775/2012-61
GLP/ES0215796	JULIO CEZAR COUTO DE OLIVEIRA - ME	13.670.563/0001-39	VILA VELHA	ES	48610.006987/2012-66
GLP/MG0215797	JUSCIMAR XAVIER DE ALMEIDA - ME	14.990.796/0001-81	ITACARAMBI	MG	48610.006953/2012-71
GLP/MT0215798	LEMOS & TIBURSKI LTDA	13.361.064/0001-60	TANGARA DA SERRA	MT	48610.006990/2012-80
GLP/MA0215799	LEV GAS LTDA.	01.118.593/0001-58	MATINHA	MA	48610.001177/2011-32
GLP/SP0215800	LIMA & DIB LTDA.	43.668.763/0001-18	TATUI	SP	48610.005196/2012-19
GLP/MT0215801	LINO DA CRUZ DE ALVARENGA 00188690174	12.774.641/0001-82	CUIABA	MT	48610.005636/2012-38
GLP/BA0215802	LUIZ ROBERTO BRITO ROCHA ME.	14.946.700/0001-88	MORRO DO CHAPEU	BA	48610.002966/2012-71
GLP/ES0215803	MARCOS HUMBERTO BARBOSA DA COSTA ME	14.923.253/0001-41	PANCAS	ES	48610.007009/2012-31
GLP/MG0215804	MARIA APARECIDA ALVES - ME	00.677.408/0001-00	PARAOPEBA	MG	48610.007038/2012-01
GLP/PA0215805	MARIA VALCILENE A. FREITAS ME	14.265.133/0001-02	RUROPOLIS	PA	48610.005772/2012-28
GLP/RS0215806	MAURO KOSBY BRIÃO ME	10.875.229/0001-23	RIO GRANDE	RS	48610.006950/2012-38
GLP/MT0215807	MERCEARIA DA GOSTO LTDA	09.552.239/0001-09	NOVA MARINGA	MT	48610.006537/2012-73
GLP/SP0215808	MERCEARIA RICCI DE AVENCAS LTDA - EPP.	52.097.987/0001-08	MARILIA	SP	48610.003657/2012-19
GLP/SC0215809	MIG SUPERMERCADOS LTDA.	85.244.168/0001-03	MAFRA	SC	48610.006995/2012-11
GLP/SP0215810	MILENA SANTOS DE ARAUJO 32561872858	14.317.033/0001-74	FRANCISCO MORATO	SP	48610.001670/2012-33
GLP/RS0215811	MINCATO & BOZ COMERCIO DE GAS LTDA ME.	14.969.073/0001-09	CAXIAS DO SUL	RS	48610.005832/2012-11
GLP/MG0215812	MOREIRA GAS E ÁGUA MINERAL LTDA ME	15.119.429/0001-70	CORONEL FABRICIANO	MG	48610.006992/2012-79
GLP/MG0215813	OLIVEIRA & CUNHA LTDA	15.362.456/0001-79	POUSO ALEGRE	MG	48610.007026/2012-79
GLP/SP0215814	ONOFRE LEONARDO DE GOES - ME	13.828.852/0001-13	MIRANTE DO PARANAPANEMA	SP	48610.007027/2012-13
GLP/GO0215815	ORLANDO DA SILVA DANTAS ODALIO GÁS ME	14.961.822/0001-43	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.006957/2012-50
GLP/ES0215816	P S DIAS SOUZA ME.	10.677.622/0001-02	SAO MATEUS	ES	48610.005225/2012-42
GLP/MG0215817	PACELLI E SILVA COMÉRCIO DE GLP LTDA - ME.	14.219.103/0001-51	SANTOS DUMONT	MG	48610.002144/2012-91
GLP/SP0215818	PAULO SERGIO CERMINARO FILHO - ME	15.350.776/0001-09	GUATAPARA	SP	48610.006941/2012-47
GLP/MS0215819	PAULO SERGIO CORREA	07.691.695/0001-44	CAMPO GRANDE	MS	48610.006964/2012-51
GLP/SC0215820	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0001-03	JARAGUA DO SUL	SC	48610.006940/2012-01
GLP/SC0215821	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0012-66	GUARAMIRIM	SC	48610.007015/2012-99
GLP/SC0215822	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0028-23	JARAGUA DO SUL	SC	48610.007016/2012-33
GLP/SC0215823	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0030-48	JARAGUA DO SUL	SC	48610.006969/2012-84
GLP/SP0215824	POSTO PANTANAL CRUZEIRO DO SUL LTDA.	02.845.415/0001-91	SAO CARLOS	SP	48610.004250/2012-17
GLP/RN0215825	RAFAEL MESSIAS DA SILVA 08815168486	15.365.493/0001-30	EXTREMOZ	RN	48610.006988/2012-19
GLP/PE0215826	REGINALDO DA SILVA NERES ME	10.709.240/0001-13	OLINDA	PE	48610.007008/2012-97
GLP/SP0215827	RENATO DOS SANTOS S.RESENDE GAS	40.746.419/0001-40	GUARATINGUETA	SP	48610.007034/2012-15
GLP/SC0215828	REVENDEDORA DE GAS BIBO LTDA	09.181.641/0001-64	TURVO	SC	48610.005158/2012-66
GLP/MA0215829	REVENDEDORA DE GÁS N V LTDA.	11.297.504/0002-12	SAO LUIS	MA	48610.005761/2012-48
GLP/MA0215830	REVENDEDORA DE PETROLEO SILVA LTDA.	10.580.683/0001-57	SAO LUIS	MA	48610.003847/2011-55
GLP/PB0215831	RI COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	03.562.340/0002-85	PRINCESA ISABEL	PB	48610.006966/2012-41
GLP/PE0215832	RITA REJANE DOS SANTOS	13.733.306/0001-07	OLINDA	PE	48610.004418/2012-86
GLP/PR0215833	RJR COMÉRCIO DE GÁS LTDA	14.674.183/0001-35	PONTA GROSSA	PR	48610.006975/2012-31
GLP/SE0215834	RODRIGO DE OLIVEIRA SANTANA 72330481500	12.685.000/0001-51	SAO DOMINGOS	SE	48610.006978/2012-75
GLP/GO0215835	RODRIGO SILVEIRA PEIXOTO - GOIANO - ME.	13.987.476/0001-00	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	GO	48610.003870/2012-21
GLP/MG0215836	ROSA HELENA DE ABREU	14.025.149/0001-30	PEDRA DO ANTA	MG	48610.006965/2012-04
GLP/SC0215837	ROSEMAR MARIA DA SILVA 99124483915	14.935.188/0001-74	PAPANDUVA	SC	48610.006976/2012-86
GLP/MS0215838	ROZELI NUNES MARCAL - ME	14.748.241/0001-28	CAMPO GRANDE	MS	48610.005967/2012-78
GLP/AL0215839	S. VITORINO DA SILVA DIESEL	04.439.462/0001-60	MAJOR ISIDORO	AL	48610.006110/2012-75
GLP/RJ0215840	SÃO FIDELIS COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA ME	14.032.792/0001-90	SAO FIDELIS	RJ	48610.006956/2012-13
GLP/RN0215841	SERGIO LUIS GOMES DA SILVA	14.316.076/0001-35	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.007004/2012-17
GLP/GO0215842	SERGIO MATOS NETO ME	15.116.077/0001-07	LUZIANIA	GO	48610.007017/2012-88
GLP/SP0215843	SHEIK COMERCIO DE GAS LTDA - ME	09.651.628/0001-21	SANTO ANDRE	SP	48610.007005/2012-53
GLP/MT0215844	SHOPPING COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	07.856.943/0001-60	RONDONOPOLIS	MT	48610.006977/2012-21
GLP/SC0215845	SIDEMIR MONDINI	14.797.164/0001-04	RIO DO SUL	SC	48610.006869/2012-58
GLP/BA0215846	SILVIA NOVAIS BRITO ME	12.386.005/0001-83	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.007040/2012-72
GLP/RS0215847	SOELI CHAGA DE LIMA	04.512.636/0001-73	CARLOS BARBOSA	RS	48610.007037/2012-59
GLP/GO0215848	SUPERMERCADO PADRA LTDA	37.247.426/0001-54	NOVA VENEZA	GO	48610.007012/2012-55
GLP/SC0215849	SUPERMERCADO PETRONI LTDA EPP	11.804.711/0001-35	PALMA SOLA	SC	48610.007039/2012-48
GLP/BA0215850	T D DE MELO OLIVEIRA & CIA LTDA - ME	14.133.568/0001-95	ARATACA	BA	48610.007022/2012-91
GLP/RJ0215851	TALITA CUMI COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LTDA ME	14.398.973/0001-35	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.006982/2012-33
GLP/MG0215852	TERRA GÁS E ÁGUA LTDA - ME	14.760.374/0001-10	POCOS DE CALDAS	MG	48610.006963/2012-15
GLP/PR0215853	TURVO COMERCIO DE GAS LTDA ME	15.414.876/0001-51	TURVO	PR	48610.006960/2012-73
GLP/CE0215854	V. R. DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS LTDA.	05.954.825/0004-01	PINDORETAMA	CE	48610.006026/2012-51
GLP/MG0215855	VAGNER APARECIDO FREIRE 09658892620	13.652.575/0001-30	DIAMANTINA	MG	48610.006947/2012-14
GLP/SC0215856	VALFRIDO GREIN ME.	85.209.096/0001-55	MONTE CASTELO	SC	48610.005189/2012-17
GLP/GO0215857	VANIA DE FREITAS ARAUJO - ME	12.495.882/0001-92	ANAPOLIS	GO	48610.006951/2012-82
GLP/PI0215858	W & L ARAUJO LTDA - ME	14.158.079/0001-98	TERESINA	PI	48610.006954/2012-16
GLP/PR0215859	XAVIER E MUNCINELLI COM. VAR. E TRANSPORTE DE GAS LTDA ME	11.119.895/0001-02	UNIAO DA VITORIA	PR	48610.002998/2012-77
GLP/MS0215860	ZIRONDI & CIA LTDA	02.964.252/0001-66	RIO BRILHANTE	MS	48610.006850/2012-10

Nº 821 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MT0215653	ADEZIL BARNABE TEIXEIRA - ME	14.308.024/0001-17	JUSCIMEIRA	MT	48610.003491/2012-31
GLP/MS0215654	ANDERSON DE SOUZA ME	12.086.144/0001-91	CAMPO GRANDE	MS	48610.007011/2012-19
GLP/SP0215655	ANGELA M. RODRIGUES ME	04.509.877/0001-63	NOVA LUZITANIA	SP	48610.006849/2012-87
GLP/CE0215656	ANTONIO ELIESO COSTA 42741130353	14.203.628/0001-07	PACAJUS	CE	48610.005817/2012-64



GLP/MG0215657	ARIANE DE CASTRO BORGES AGUILAR 07487184609	14.803.140/0001-02	GOVERNADOR VALADARES	MG	48610.006907/2012-72
GLP/SE0215658	ARMAZEM BONEGOCIOS LTDA ME	32.893.109/0001-91	AQUIDABA	SE	48610.006904/2012-39
GLP/SC0215659	AUTO POSTO N & F LTDA	75.404.921/0001-19	PLANALTO ALEGRE	SC	48610.002482/2012-22
GLP/SC0215660	AUTO POSTO PETROVARGEM LTDA ME.	03.455.531/0001-67	VARGEM	SC	48610.002218/2012-99
GLP/MS0215661	BENATTO & VIEIRA LTDA ME	15.919.442/0003-75	NAVIRAI	MS	48610.006879/2012-93
GLP/PR0215662	BENEDITO ANGELO MARSARI ME	15.562.250/0001-92	CURITIBA	PR	48610.006952/2012-27
GLP/MT0215663	BENEDITO B. LEAO ME	15.033.889/0001-80	CUIABA	MT	48610.006855/2012-34
GLP/MS0215664	BIA GÁS E ÁGUA LTDA ME	15.070.084/0001-07	CAMPO GRANDE	MS	48610.006895/2012-86
GLP/SP0215665	C. DE OLIVEIRA DISTRIBUIDORA - ME	11.689.653/0001-46	SAO CARLOS	SP	48610.006910/2012-96
GLP/MT0215666	CARLOS VIEIRA PAES 34385177104	12.735.964/0001-67	CUIABA	MT	48610.006098/2012-07
GLP/MG0215667	CHIRLEY SOARES DA C. GOMES ME	07.271.891/0001-60	BRASILANDIA DE MINAS	MG	48610.006900/2012-51
GLP/GO0215668	CINTHIA ARANTES DOS SANTOS	11.423.416/0001-39	GOIANIA	GO	48610.006875/2012-13
GLP/MG0215669	CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS	15.175.569/0001-65	TAIOBEIRAS	MG	48610.006908/2012-17
GLP/CE0215670	DISTRIBUIDORA DE GAS DOS INHAMUNS LTDA	07.737.021/0001-33	TAUA	CE	48610.006858/2012-78
GLP/RJ0215671	DISTRIBUIDORA DE GAS FONSECA LTDA - ME	10.861.784/0001-04	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.006880/2012-18
GLP/RS0215672	DITRENT0 POSTOS E LOGISTICA LTDA	07.473.735/0007-77	CAXIAS DO SUL	RS	48610.002730/2011-54
GLP/BA0215673	ED DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	09.942.838/0002-50	CONCEICAO DO JACUIPE	BA	48610.006848/2012-32
GLP/PB0215674	EDILSON VALENTIM BEZERRA	13.757.907/0001-41	CONDE	PB	48610.014231/2011-18
GLP/MG0215675	ELIANE MEIBEL PINTO ME	86.393.014/0001-38	MORADA NOVA DE MINAS	MG	48610.005488/2012-51
GLP/TO0215676	EURIPEDES JESUS ALVES ME.	37.313.178/0003-64	FATIMA	TO	48610.006868/2012-11
GLP/RS0215677	EVANDRO CAMILO SAVIANO ME.	15.180.970/0001-93	BOM PROGRESSO	RS	48610.004822/2012-50
GLP/SP0215678	FABIANA FURQUIM DE OLIVEIRA FERNANDES DO PRADO	13.154.335/0001-06	AREALVA	SP	48610.006854/2012-90
GLP/SE0215679	GISLEANGELA DA GAMA SANTOS - ME	09.560.728/0001-42	SAO CRISTOVAO	SE	48610.006846/2012-43
GLP/SP0215680	GLENDA CARLA SIQUEIRA OLIVEIRA - ME	12.404.925/0001-87	LINS	SP	48610.005321/2012-91
GLP/PE0215681	GUSTAVO DA SILVA SABINO - ME	07.083.586/0002-25	RECIFE	PE	48610.004086/2012-30
GLP/RN0215682	HILDEMBERG SOUZA SANTOS	14.725.729/0001-30	BARAUNA	RN	48610.005697/2012-03
GLP/RN0215683	IRACILDA DUARTE DA SILVA ME	11.235.121/0001-39	PARAZINHO	RN	48610.005976/2012-69
GLP/MA0215684	ISAAC EDSON DE JESUS MESQUITA PEREIRA 60518476340	15.322.372/0001-01	SAO LUIS	MA	48610.006927/2012-43
GLP/MG0215685	IVALDINEI ALVES TEIXEIRA - ME	15.171.553/0001-84	SETE LAGOAS	MG	48610.006888/2012-84
GLP/AL0215686	J F DA SILVA GAS	14.784.939/0001-07	MONTEIROPOLIS	AL	48610.006897/2012-75
GLP/PE0215687	J M J COMERCIO DE GAS LTDA	14.727.740/0004-81	AFOGADOS DA INGAZEIRA	PE	48610.004931/2012-77
GLP/MS0215688	JACIR ARCE PEREIRA	11.943.757/0001-35	GUIA LOPES DA LAGUNA	MS	48610.006867/2012-69
GLP/MG0215689	JALDINEI BRAZ RIBEIRO - ME	14.723.122/0001-10	TARUMIRIM	MG	48610.006913/2012-20
GLP/MA0215690	JAMES CARVALHO DO NASCIMENTO 03754282328	14.147.093/0001-96	DAVINOPOLIS	MA	48610.006925/2012-54
GLP/MA0215691	JHONNY DOS SANTOS BEZERRA	12.505.543/0001-40	GOVERNADOR EDSON LOBAO	MA	48610.006847/2012-98
GLP/TO0215692	JOÃO BATISTA NUNES O GOIANO	02.212.611/0001-29	ALVORADA	TO	48610.005793/2012-43
GLP/BA0215693	JOÃO MACEDO DOS SANTOS ME.	14.422.901/0002-67	BARRO PRETO	BA	48610.007064/2012-21
GLP/MA0215694	JOSENILTON CAMPELO MENDES 83949437304	14.916.393/0001-92	LAJEADO NOVO	MA	48610.004665/2012-82
GLP/AM0215695	K. G. DA SILVA - COMERCIO DE GAS - ME	14.048.028/0001-03	MANAUS	AM	48610.006986/2012-11
GLP/PA0215696	L. DA C. C. NORAT ME	11.304.016/0002-95	BELEM	PA	48610.005178/2012-37
GLP/MT0215697	LIDERGÁS TRANSPORTE, COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.	73.725.517/0001-11	CUIABA	MT	48610.006650/2012-59
GLP/PE0215698	LIGUE GAS COMERCIO DE GLP LTDA.	15.320.749/0001-93	RECIFE	PE	48610.006943/2012-36
GLP/BA0215699	LOURIVAL M. DA SILVA DE TANHAÇU - ME	63.237.218/0003-46	CONTENDAS DO SINCORA	BA	48610.001281/2012-16
GLP/SP0215700	LUIS GUILHERME FELIX - ME	10.843.221/0002-66	JARDINOPOLIS	SP	48610.006871/2012-27
GLP/RN0215701	LUSIA LUCIA SANTOS DO NASCIMENTO	14.294.696/0001-10	AREIA BRANCA	RN	48610.006872/2012-71
GLP/PR0215702	M H OSHIMA & CIA LTDA	14.941.845/0001-96	LONDRINA	PR	48610.006890/2012-53
GLP/PA0215703	M P P BASTOS ME	14.748.216/0001-44	SANTA ISABEL DO PARA	PA	48610.006901/2012-03
GLP/SE0215704	MANOEL SANTOS ARAGÃO 98809199553	14.509.352/0001-81	NOSSA SENHORA DA GLORIA	SE	48610.006912/2012-85
GLP/ES0215705	MANOLLA AUTO PECAS E IMPLEMENTOS LTDA ME	15.202.466/0001-47	VIANA	ES	48610.006878/2012-49
GLP/RS0215706	MARCELO DE MELO ALVES - ME	15.275.242/0001-65	SAO GABRIEL	RS	48610.006971/2012-53
GLP/SP0215707	MARCIO RODRIGO ROSETTI - ME	13.817.144/0001-87	MATAO	SP	48610.011006/2011-11
GLP/MG0215708	MARIA APARECIDA DE JESUS CPF 876.744.406-72 ME	05.138.570/0001-66	SAO JOSE DA BARRA	MG	48610.002201/2012-31
GLP/MG0215709	MARIA RITA MAIA DA FONSECA - ME.	15.072.025/0001-78	PASSA VINTE	MG	48610.006919/2012-05
GLP/RS0215710	MARLI DE FATIMA CARPES SEVERO 45130400097	14.556.199/0001-43	URUGUAIANA	RS	48610.006889/2012-29
GLP/MT0215711	MARTINS & MARTINS LTDA	03.790.896/0009-03	SINOP	MT	48610.005768/2012-60
GLP/SP0215712	MAUAD & CORREIA LTDA	67.887.117/0001-00	GUARACI	SP	48610.004244/2012-51
GLP/MT0215713	MAURO FERREIRA 80756646120	12.164.529/0001-20	CUIABA	MT	48610.003514/2012-15
GLP/SC0215714	MERCADO PAMPINHA LTDA. ME	74.055.161/0001-19	ITAPIRANGA	SC	48610.006898/2012-10
GLP/MG0215715	MERCEARIA CEDRO DA MANTIQUEIRA LTDA - ME.	21.628.656/0001-23	PASSA VINTE	MG	48610.006918/2012-52
GLP/MG0215716	MERCEARIA IRMAOS GOMES LTDA.	22.300.206/0002-50	SERRO	MG	48610.006981/2012-99
GLP/GO0215717	M&F SOBERANA COMERCIO DE GAS LTDA - ME.	14.772.328/0001-30	LUZIANIA	GO	48610.005135/2012-51
GLP/CE0215718	MOACIR DE ALENCAR ARARIPE JUNIOR	05.666.481/0001-92	BOA VIAGEM	CE	48610.006861/2012-91
GLP/CE0215719	MTDA PETROLEO LTDA.	13.158.363/0001-00	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.006876/2012-50
GLP/SP0215720	N. ANTUNES DA SILVA & CIA DEPOSITO DE GAS LTDA - ME	14.602.380/0001-49	BOFETE	SP	48610.005773/2012-72
GLP/AL0215721	ORLANDO RIBEIRO ALVES - ME	04.791.444/0001-43	JUNQUEIRO	AL	48610.006873/2012-16
GLP/MA0215722	OZANIEL GOMES DA SILVA 95554092349	15.339.523/0001-34	SAO LUIS	MA	48610.006859/2012-12
GLP/MT0215723	PAULO CESAR NALINI DA FONSECA COMERCIO DE GAS E BEBIDAS	12.723.371/0001-80	CUIABA	MT	48610.006862/2012-36
GLP/MG0215724	PAULO SERGIO RIBEIRO - ME.	04.860.543/0002-10	POUSO ALTO	MG	48610.006923/2012-65
GLP/CE0215725	POSTO TREVO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA	05.891.398/0001-17	CROATA	CE	48610.006899/2012-64
GLP/PR0215726	R. F. COMERCIO DE GÁS PAICANDU LTDA - ME	15.273.846/0001-72	PAICANDU	PR	48610.006893/2012-97
GLP/MG0215727	RAILSON ARLEY BATISTA	08.146.176/0001-68	BOTUMIRIM	MG	48610.006915/2012-19
GLP/MG0215728	RAPIDAO GAS E AGUA MINERAL LTDA - ME	10.616.081/0001-02	PARACATU	MG	48610.006934/2012-45
GLP/RJ0215729	REI DE XEREM DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA ME	14.425.709/0001-43	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.006281/2012-02
GLP/MG0215730	RENILDA DE MORAIS CARVALHO	03.259.816/0002-03	DURANDE	MG	48610.006865/2012-70
GLP/GO0215731	RIDSON BESERRA DE SENA ME	14.450.137/0001-52	LUZIANIA	GO	48610.007023/2012-35
GLP/SP0215732	SANTAROSA & FARIA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	14.984.845/0001-73	SERTAOZINHO	SP	48610.006112/2012-64
GLP/GO0215733	SEBASTIAO ALVES FERNANDES 12358053104	13.752.724/0001-33	ANAPOLIS	GO	48610.015102/2011-39
GLP/PE0215734	SEVERINO J. DA SILVA GAS - ME.	11.303.267/0001-74	RECIFE	PE	48610.006870/2012-82
GLP/AC0215735	SILENE G. BEZERRA - ME.	14.834.369/0001-04	RIO BRANCO	AC	48610.006866/2012-14
GLP/PE0215736	SILVANO JOSE DE LIMA SILVA 082961614463	15.149.663/0001-40	PETROLINA	PE	48610.006891/2012-06
GLP/MG0215737	SIMONE ALEXANDRE MOREIRA 09199211670	14.291.162/0001-30	MARLIERIA	MG	48610.006238/2012-39
GLP/GO0215738	SIMONE NUNES RIBEIRO ME.	14.677.242/0001-29	VALPARAISO DE GOIAS	GO	48610.005984/2012-13
GLP/SC0215739	SUPER BOM SUPERMERCADO LTDA ME	10.283.263/0001-09	ARMAZEM	SC	48610.004841/2012-86
GLP/MG0215740	SUPERMERCADO MDM LTDA	10.173.427/0001-45	CONCEICAO DAS PEDRAS	MG	48610.002045/2012-17
GLP/ES0215741	SUPERMERCADO ULIANA LTDA	14.056.107/0002-47	BREJETUBA	ES	48610.006911/2012-31
GLP/MG0215742	SUZANE MARTINS DOS SANTOS ME	13.821.173/0002-01	ARAGUARI	MG	48610.006935/2012-90
GLP/RN0215743	THIAGO BOVO MENDES	15.198.535/0001-96	ESPIRITO SANTO	RN	48610.006892/2012-42
GLP/PR0215744	THIAGO FERREIRA SEGOBIA - GÁS - ME	15.268.872/0001-02	ASTORGA	PR	48610.006896/2012-21
GLP/AC0215745	V L LOPES	13.874.520/0001-75	RIO BRANCO	AC	48610.006845/2012-07
GLP/MT0215746	VELOX DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS LTDA ME.	14.173.491/0001-87	CUIABA	MT	48610.006853/2012-45
GLP/MG0215747	VERIANA QUEIROZ SILVA - ME	11.047.117/0001-47	MONTES CLAROS	MG	48610.006942/2012-91
GLP/MT0215748	WILAMES DO NASCIMENTO SOUSA - ME	12.689.977/0001-47	CUIABA	MT	48610.006874/2012-61
GLP/MS0215749	WILSON PEREIRA - ME	08.937.720/0001-90	DOURADINA	MS	48610.003661/2012-87

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 304, DE 25 DE JUNHO DE 2012

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.003275/2010-23, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, constituído pelas empresas Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, Nova Transportadora do Sudeste S/A - NTS, Nova Transportadora do Nordeste S/A - NTN e Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 06.226.808/0001-78, autorizado a operar o Ponto de Entrega de Gás Natural RECAP II, situado junto à Refinaria de Capuava (RECAP), no Município de Mauá, Estado de São Paulo, com vazão máxima de 800.000 Nm³/d para atendimento exclusivo àquela Refinaria.

Art. 2º Fica vedada a entrega de Gás Natural à RECAP por meio do Ponto de Entrega de Capuava, também situado junto à Refinaria de Capuava (RECAP), no Município de Mauá, Estado de São Paulo.

Art. 3º O Consórcio Malhas Sudeste Nordeste deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental da instalação relacionada na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de emissão da respectiva renovação.

Art. 4º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente Autorização.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 303, DE 25 DE JUNHO DE 2012

A CHEFE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 181, de 22 de agosto de 2006,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta dos processos de nº 48610.000045/2012-74, 48610.007123/2012-61, e 48610.007681/2012-46 torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização prévia para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A. CNPJ 33.000.167/0001-01, realizar investimentos na implantação de infraestrutura laboratorial para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia industrial básica, ambas de interesse do setor de petróleo e seus derivados e gás natural, nos projetos, instituições e respectivos valores, conforme relação em anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Compete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do projeto, as condições contidas no Plano de Trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4º O concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento do Relatório Demonstrativo Anual, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva dos projetos até a data de referência do relatório demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados nos respectivos planos de trabalho objeto da presente autorização.

Art. 5º Nos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 6º O concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo o material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANÁLIA FRANCISCA FERREIRA

ANEXO

Nº do Projeto	Título	Rede / Área / Programa / Núcleo	Instituição	Valor (R\$)	Item de Enquadramento
1118	Desenvolvimento de tecnologia de inspeção externa de risers.	Programa Tecnológico de Águas Profundas	PUC-RIO	345.127,94	8.2.3
1146	Desenvolvimento de Metodologia para Especificação de Cloreto em Produtos Derivados de Petróleo empregando uma Nova Técnica de Extração	Área Tecnológica de Química	UFF	584.471,26	8.2.3
				313.009,20	8.2.6
961	Observações oceanográficas para apoio a pesquisa em regiões de interesse da indústria de petróleo	Rede Modelagem e Observação Oceanográfica (REMO)	UFRJ	2.544.202,54	8.2.3

DEPARTAMENTO NACIONAL
DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 73/2012 - SEDE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

806.029/2012-FERNANDO ANTÔNIO LEITÃO CAVALCANTE-ALVARÁ Nº4012/2012-Destacado do DNPM 806.001/2011-ALVARÁ Nº19541/2011-Vencimento em 22/11/2013
806.251/2012-GEOBEM - CONSULTORIA E PROJETOS LTDA-ALVARÁ Nº4013/2012-Destacado do DNPM 806.307/2011-ALVARÁ Nº9893/2011-Vencimento em 8/7/2014
806.252/2012-GEOBEM - CONSULTORIA E PROJETOS LTDA-ALVARÁ Nº4014/2012-Destacado do DNPM 806.307/2011-ALVARÁ Nº9893/2011-Vencimento em 8/7/2014
806.253/2012-MINERADORA VALE DO GRAJAU LTDA-ALVARÁ Nº4015/2012-Destacado do DNPM 806.307/2011-ALVARÁ Nº9893/2011-Vencimento em 8/7/2014
826.283/2012-ROBERTO MASSOCATO EI-ALVARÁ Nº4016/2012-Destacado do DNPM 826.465/2011-ALVARÁ Nº12453/2011-Vencimento em 24/8/2014

826.369/2012-ROSEMERI ROSSETIN FERREIRA (FIND.)-ALVARÁ Nº4017/2012-Destacado do DNPM 826.040/2006-ALVARÁ Nº7650/2009-Vencimento em 8/7/2012
826.370/2012-ROSEMERI ROSSETIN FERREIRA (FIND.)-ALVARÁ Nº4018/2012-Destacado do DNPM 826.040/2006-ALVARÁ Nº7650/2009-Vencimento em 8/7/2012
826.371/2012-ROSEMERI ROSSETIN FERREIRA (FIND.)-ALVARÁ Nº4019/2012-Destacado do DNPM 826.040/2006-ALVARÁ Nº7650/2009-Vencimento em 8/7/2012
866.110/2012-J S SASSAMOTO ME-ALVARÁ Nº4020/2012-Destacado do DNPM 866.133/2011-ALVARÁ Nº6506/2011-Vencimento em 3/6/2014
866.133/2012-J S SASSAMOTO ME-ALVARÁ Nº4021/2012-Destacado do DNPM 866.133/2011-ALVARÁ Nº6506/2011-Vencimento em 3/6/2014

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 263/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Auto de Infração(109)

861.729/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI Nº2.083/2011

861.730/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI Nº2.085/2011

861.731/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI Nº2.086/2011

Torna sem efeito despacho de aprovação do Relatório Pesquisa(196)

860.363/2007-ARM NAKAGAVA LTDA ME- DOU de 19/10/2011

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

860.179/1978-BRASIL MINERIOS LTDA - Publicado DOU de 22/02/1988, Relação nº , Seção , pag. - Onde se lê:" ... reduzida de 961,48 para 745,80ha delimitada por um polígono que tem vértice a 259 metros, rumo verdadeiro de 38°30'SE, do centro da ponte sobre o Córrego Engenhoca, na estrada Santo Antônio - São Pedro; leia-se: "...reduzida de 745,80 para 745,49 delimitada por polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°20'57"489S e Long. 50°24'23"580W.

860.505/1990-VOTORANTIM CIMENTOS S A - Publicado DOU de 23/04/1997, Relação nº 13, Seção 1, pag. 33- Onde se lê: Área fica reduzida de 400 para 39,50ha. Descrição da nova área: Vértice a 4.278 metros rumo verdadeiro de 51°32'NE da Confluência do Córrego Quilombo da Paineira com o Córrego da Lajinha, ponto de coordenadas geográficas: Lat. 15°42'04.7"S e Long. 48°44'25.7" e os vértices com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 300m-W, 350m-N, 100m-W, 200m-N, 200m-E, 200m-N, 200m-E, 200m-N, 200m-E, 850m-S, 200m-W e 100m-S.Leia-se: Área fica reduzida de 39,50 para 36,01ha. Descrição da nova área: Ponto de Amarração coincidente com o primeiro vértice de um ponto de coordenadas geográficas: Lat. 15°40'07.209"S e Long. 48°42'27.883" e os vértices das poligonais: Latitude: -15°40'07"209 -15°40'25"545 -15°40'34"862 -15°40'34"862 -15°40'38"115 -15°40'38"115 -15°40'26"729 -15°40'26"729-15°40'20"222 -15°40'20"222 -15°40'13"715 -15°40'13"715 -15°40'07"209-15°40'07"209 Longitude: -48°42'27"883 -48°42'27"885 -48°42'27"886 -48°42'33"220-48°42'33"220-48°42'43"295 -48°42'43"294 -48°42'46"652 -48°42'46"652 -48°42'39"936 -48°42'39"936-48°42'33"220-48°42'33"220 -48°42'27"883

861.156/2004-CONCREMAX ENGENHARIA, CONCRETO E MATERIAIS LTDA - Publicado DOU de 02/07/2007, Relação nº 142, Seção 1, pag. 77- Onde se lê: Município de Goiás/GO; leia-se Município de Mineiros/GO.

Fase de Disponibilidade

Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)

861.684/2005-ULTRAFERTIL S A- AI Nº1.637/2010

861.834/2005-ULTRAFERTIL S A- AI Nº1.824/2010

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 95/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

866.435/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A-OF. Nº119/12

867.134/2007-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A-OF. Nº118/12

866.774/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A-OF. Nº118/12

866.454/2010-JOSÉ DE OLIVEIRA-OF. Nº164/12

866.001/2012-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº125/12

866.002/2012-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº126/12

866.003/2012-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº126/12

866.025/2012-HELTON QUEIROZ-OF. Nº124/12

866.150/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.151/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.152/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.153/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.154/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.155/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.156/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.161/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.162/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.163/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.164/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.165/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.166/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. Nº127/12

866.196/2012-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.-OF. Nº166/12

866.212/2012-MINERADORA BARBOSA LTDA-ME-OF. Nº165/12

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

866.110/2012-J S SASSAMOTO ME

866.133/2012-J S SASSAMOTO ME

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

866.680/2011-OSVALDO KENHITI KASICAWA-OF. Nº128/12

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

866.057/2003-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA

866.070/2003-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA

866.071/2003-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA

866.530/2003-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA

867.391/2005-VALE FOSFATADOS S A

866.487/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

866.160/2008-WALDYR DA SILVA FERRO JUNIOR



866.536/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME
866.541/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME
866.551/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.977/2008-MANOEL ROSA DA SILVA-ALVARÁ Nº12.116/2009
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
866.460/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPRE-
ENDIMENTOS S A-ALVARÁ Nº5646/2009
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
866.168/2008-WALTER ANNICCHINO- Alvará nº879/2009 - Ces-
sionário: Wima Participações S/A- CNPJ 60.591.047/0001-07
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
866.616/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES
DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
866.588/2011-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE
PEIXOTO DE AZEVEDO-OF. Nº168/12
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir
dessa publicação:(513)
866.707/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº62/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.709/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº63/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.710/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº64/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.711/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº65/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.712/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº66/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.713/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº67/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.714/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº68/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.715/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº69/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.716/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº70/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.717/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº71/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
866.718/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG
Nº72/2012 de 13/06/2012 - Prazo 05 anos
Indefere por Interferencia Total(1339)
866.470/2011-MARIO ANTONIO MODAELLI
866.480/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE
DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.233/2009-MINERADORA LORENZON LTDA ME-OF.
Nº123/12
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direi-
tos(749)
866.284/2008-JOÃO DE ANDRADE FILHO- Cessionário:Adilson
Roberto de Andrade-ME- CNPJ 03.853.793/0001-80- Registro de
Licença nº021/2008- Vencimento da Licença: 20/12/2021
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência tot-
al(822)
866.178/2012-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA
DO LIVRAMENTO
Fase de Disponibilidade
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DE-
CLARÓ:(1803)
866.512/1984- HABILITADOS os proponentes: e INABILITADOS
os proponentes; Império Minerações Ltda, Copacel Indústria e Co-
mércio de Calcário e Cereais Ltda, Mineração Ribeirão dos Ourives
Ltda, Brazilian Mining Pesq. L.B.M. Ltda e Ecoplan Minração Ltda

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 62/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.626/2008-FABRÍCIO EDUARADO DOS SANTOS-OF.
Nº686/12
868.627/2008-FABRÍCIO EDUARADO DOS SANTOS-OF.
Nº686/12
868.430/2011-RAUL SARAIVA SANTOS-OF. Nº688/12
868.432/2011-JOSÉ NEWTON VIEIRA-OF. Nº687/12
868.433/2011-JOSÉ NEWTON VIEIRA-OF. Nº687/12
868.438/2011-MARCO ANTONIO CARUSO SILVA-OF. Nº689/12
868.439/2011-LUIZ TADEU DA COSTA-OF. Nº690/12
868.009/2012-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-OF. Nº691/12
868.010/2012-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-OF. Nº691/12
868.012/2012-PROGEMIX PROGRAMAS GERAIS DE ENGE-
NHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. Nº692/12
868.013/2012-PROGEMIX PROGRAMAS GERAIS DE ENGE-
NHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. Nº692/12
868.014/2012-PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA-OF.
Nº693/12

868.015/2012-PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA-OF.
Nº693/12
868.016/2012-PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA-OF.
Nº693/12
868.017/2012-TIAGO ALVES GARCIA-OF. Nº695/12
868.021/2012-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA.-OF. Nº696/12
868.022/2012-JOSÉ ROBERTO EVANGELISTA-OF. Nº698/12
868.023/2012-JOSÉ ROBERTO EVANGELISTA-OF. Nº698/12
868.024/2012-JOSÉ ROBERTO EVANGELISTA-OF. Nº698/12
868.025/2012-JOSÉ ROBERTO EVANGELISTA-OF. Nº698/12
868.026/2012-JOSÉ ROBERTO EVANGELISTA-OF. Nº698/12
868.027/2012-JOSÉ ROBERTO EVANGELISTA-OF. Nº698/12
868.028/2012-JOSÉ ROBERTO EVANGELISTA-OF. Nº698/12
868.029/2012-MANOEL CAMARGO FERREIRA BRONZE-OF.
Nº697/12
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade pa-
ra pesquisa(303)
868.135/1998-TELHEIRA SANTA LOURDES LTDA-ME
868.144/1998-TELHEIRA SANTA LOURDES LTDA-ME
868.145/1998-TELHEIRA SANTA LOURDES LTDA-ME
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.276/2010-JURANDÍ FRANCISCO DE ARAUJO EPP-OF.
Nº703/12
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licen-
ça/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
868.001/2008-SERGIO AMAURI ROCHA ME- NOT Nº642/12
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
868.192/2002-MINERAÇÃO CALBON LTDA-OF. Nº643/12
868.263/2005-MINERAÇÃO CALBON LTDA-OF. Nº643/12
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.150/2011-OLARIA TARUMÃ LTDA ME-OF. Nº699/12
868.161/2011-IRMÃOS DAGOSTIN LTDA ME-OF. Nº700/12
868.332/2011-ZIZA SILVA ME-OF. Nº705/12

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 387/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
830.280/2011-VANDERLEY FERREIRA DE ANDRADE
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.523/2010-BELMONT MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº71/12-
CESD e Inês Ângela Rocha Nogueira
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
830.398/2000-GUILHERME PAVIE RIBEIRO-Alvará Nº5760/01
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direi-
tos(281)
832.631/2008-GRAMAÇU MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:VI-
TÓRIA MINING MINERAÇÃO IMP. E EXP. LTDA- CPF ou
CNPJ 04.257.245/0001-50- Alvará nº13532/08
Arquiva o relatório final de pesquisa -inexistência de jazida(319)
805.625/1977-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.584/1989-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. Nº329/12-
DGMT
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.920/2006-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. Nº117/12-
ESCGV-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.584/1989-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. Nº330/12-
DGMT
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30
dias(459)
830.337/1987-MINERAÇÃO FONSECA INDUSTRIA E COMÉR-
CIO LTDA- AI Nº 907/12-MG
832.522/2001-EMPREENDIMIENTOS BARTOLOMEI LTDA- AI
Nº 1100/12-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
005.600/1945-NACIONAL MINERIOS SA-OF. Nº127/12-ESCGV,
para Namisa S/A e MSOL Ltda
830.337/1987-MINERAÇÃO FONSECA INDUSTRIA E COMÉR-
CIO LTDA-OF. Nº2609/12-FISC
830.671/1998-CPN MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº2954/12-FISC
832.522/2001-EMPREENDIMIENTOS BARTOLOMEI LTDA-OF.
Nº2945/12-FISC
832.682/2010-NACIONAL MINERIOS SA-OF. Nº127/12-ESCGV,
para Namisa S/A e MSOL Ltda
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
005.600/1945-NACIONAL MINERIOS SA-OF. Nº126 e 128/12-
ESCGV, para Namisa S/A e MSOL Ltda
832.682/2010-NACIONAL MINERIOS SA-OF. Nº126 e 128/12-
ESCGV, para Namisa S/A e MSOL Ltda
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publi-
cação:(730)
832.064/2009-TRANSAREIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
LTDA-Registro de Licença nº3616/11 de 03/05/11-Vencimento em
09/08/2013

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.340/2008-CERÂMICA NATIPOLY LTDA-OF. Nº61/12-DGTM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
834.277/2006-INDÚSTRIA CERÂMICA MINAS LTDA - EPP-
Registro de Licença No.:3057/07 - Vencimento em 19/08/2012
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
830.642/1992-PAULO ROBERTO PEREIRA- AI Nº1621/11-MG

RELAÇÃO Nº 390/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
833.954/2008-CERÂMICA SOLAR LTDA-CASCALHO RICO/MG
- Guia nº 126/2012-19.200 Toneladas/ano-Argila- Valida-
de:19/03/2016
832.588/2010-MINERAÇÃO ALVES LTDA-SÃO THOMÉ DAS
LETRAS/MG - Guia nº 142/2012-8.500Toneladas/ano-Quartzito-
Validade:19/09/2013
833.003/2010-MINERAÇÃO VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA
ME-IGUATAMA/MG - Guia nº 128/2012-15.000 Toneladas/ano-Ar-
gila- Validade:31/03/2014
834.422/2010-PATROCINIO ALVES DOS SANTOS ME-MARTI-
NHO CAMPOS/MG, POMPEU/MG - Guia nº 134/2012-40.080
Toneladas/ano-Areia- Validade:03/03/2013
830.120/2011-CARLO DARTAGHAN ALMEIDA ME-CAETÉ/MG,
NOVA UNIÃO/MG, TAQUARAÇU DE MINAS/MG - Guia nº
141/2012-12.000 toneladas/ano-Filito- Validade:10/08/2014
830.853/2011-CASCALHO DO CERRADO LTDA ME-UBERLÂN-
DIA/MG - Guia nº 129/2012-8.500Toneladas/ano-Cascalho- Valida-
de:16/09/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.276/1999-MINERAÇÃO PRIMAVERA LTDA.-BOM SUCES-
SO/MG - Guia nº 138/2012-50.000 toneladas/ano-Areia- Valida-
de:03/04/2016
831.192/2000-MINERAÇÃO ROCHA VIVA LTDA.-FARIA LE-
MOS/MG - Guia nº 125/2012-3.204 Toneladas/ano-Granito- Vali-
dade:11/03/2014
832.003/2004-LIDER MINAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PE-
DRAS LTDA ME-CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG - Guia nº
133/2012-3.500 Toneladas/ano-Quartzito- Validade:05/03/2014

RELAÇÃO Nº 396/2012

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponi-
bilidade para pesquisa(303)
831.235/1989-Mineração São José Ltda - ME -
CNPJ:05.133.479/0001-58
830.645/1991-MINERAÇÃO DUCAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA. - CNPJ:22.623.490/0001-15
831.683/1991-Companhia Vale do Rio Doce -
CNPJ:33.592.510/0001-54
832.223/1996-Companhia Vale do Rio Doce VALE -
CNPJ:33.592.510/0001-54
831.823/1999-CNM - COMPANHIA NACIONAL DE MINERA-
ÇÃO - CNPJ:29.012.960/0001-53
832.012/2001-IRMÃOS CAPISTRANO LTDA-
CNPJ:17.955.501/0001-24
832.633/2002-ALINE CARVALHO FÉLIX - FI -
CNPJ:05.311.036/0001-00
830.529/2003-Itinga Mineração Ltda - CNPJ:05.591.773/0001-03
831.166/2005-Mundo Mineração Ltda - CNPJ:07.950.015/0001-60
831.678/2005-AREAL CASSIA LTDA ME -
CNPJ:71.395.057/0001-85
832.159/2005-ALDO GERALDO LIBERATO CPF:433.383.486-49
832.161/2005-LÚCIO CÉSAR TANURE TEIXEIRA -
CPF:539.167.196-53
832.866/2005-MARIA DA GLÓRIA LISBOA MADEIRA -
CPF:348.349.076-00
831.227/2006-THIAGO LOUZADA VICENTE - CPF:109.734.637-
40
831.244/2006-BHP BILLITON METAIS S/A -
CNPJ:42.105.890/0001-46
832.483/2007-DJB EXPLORAÇÃO DE MINERAIS LTDA ME -
CNPJ:14.227.541/0001-61
834.861/2007-LUCIANO NUNES LARA - CPF:062.191.646-36
833.041/2008-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A -
CNPJ:11.668.568/0001-00
833.045/2008-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A -
CNPJ:11.668.568/0001-00
833.051/2008-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A -
CNPJ:11.668.568/0001-00
833.062/2008-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A -
CNPJ:11.668.568/0001-00
833.066/2008-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A -
CNPJ:11.668.568/0001-00
833.070/2008-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A -
CNPJ:11.668.568/0001-00
830.693/2010-Extrativa Metalquímica S.A - CNPJ:03.711.590/0001-
59
834.975/2010-VÓRTEX TECNOLOGIA MANUTENÇÃO E SER-
VIÇOS LTDA - CNPJ:02.695.612/0001-71
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade -Eti-
tal/Pesquisa(313)
831.235/1989-Granmex Granitos e Mármore Importação e Expor-
tação Ltda

833.649/2006-FERLIG - FERRO LIGA LTDA
832.308/2009-STONEBLOCKS MINERAÇÃO LTDA
Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)
830.645/1991-MINERAÇÃO J. MENDES LTDA
831.683/1991-NOTOMELAS PARTICIPAÇÕES S/A
832.223/1996-Terrativa Minerais S.A
832.633/2002-QUEIROZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
830.529/2003-Mineração Juparaná Ltda e Aline Carvalho Félix FI
831.678/2005-K.M.M MINERAÇÃO LTDA
831.244/2006-Companhia Vale do Rio Doce- VALE
Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)
800.865/1976- Recurso interposto por Colymar Engenharia Ltda e Pageomin - Projetos de Geologia e Mineração Ltda
831.029/2003- Recurso interposto por Colymar Engenharia Ltda
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
832.308/2009-KÁTIA NOGUEIRA DOS SANTOS
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
831.235/1989-Granitos Pôr do Sol Ltda
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
831.166/2005-Jovelino Marcial - CPF:990.871.386-87 - EDITAL Nº 220/11 - Publicado DOU de 14/04/2011

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 88/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
826.040/2006-AREAL ITABAUNA LTDA. - Publicado
DOU de 12/06/2012, Relação nº 74/2012, Seção 1, pág. 102- ON-
DE SE LÊ: "CESSIONÁRIO: 826.369/2011, 826.370/2011 E
826.371/2011 - ROSIMERI ROSSETIN FERREIRA - FIRMA IN-
DIVIDUAL..." LEIA-SE: "...CESSIONÁRIO: 826.369/2012,
826.370/2012 E 826.371/2012 - ROSIMERI ROSSETIN FERREI-
RA - FIRMA INDIVIDUAL..."

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 62/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
840.225/2009-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA- AI
Nº011/12
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
840.225/2009-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA- AI Nº11/12
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
840.041/2007-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI
Nº95/11
Retificação de despacho(1387)
840.024/2008-AMILTO VIEIRA CATOLÉ - Publicado
DOU de 04/04/2012, Relação nº 32/12, Seção 1, pág. 109- Onde
se lê: Aut Pesquisa/Aprova o Relatório de Pesquisa(317)... Leia-se:
Aut. Pesquisa/Aprova o Relatório de Pesquisa com Redução de
Área (291) Área de 48,20 ha para 41,37 ha.
840.076/2008-MINERAÇÃO LAGOA DOS GREGORIOS
LTDA - Publicado DOU de 13/03/2012, Relação nº 27, Seção 1,
pág. 53- Onde se lê: Aut Pesquisa/Aprova o Relatório de Pesqui-
sa(317)... Leia-se: Aut. Pesquisa/Aprova o Relatório de Pesquisa
com Redução de Área (291) Área de 462,74 para 42,33
840.107/2009-ÉCHELLEY ALENCAR LINS - Publicado
DOU de 21/05/2012, Relação nº 45, Seção 1, pág. 34/35- Onde se
lê: Aut Pesquisa/Auto de Infração(Relat. Pesquisa) (638)... Leia-se:
Aut. Pesquisa/Multa Aplicada (Rel. Pesquisa) (644)
840.135/2009-MOACIR ANDRADE SIMÕES - Publicado
DOU de 21/05/2012, Relação nº 44, Seção 1, pág. 114- Onde se
lê: Aut Pesquisa/Aprova o Relatório de Pesquisa(317)... Leia-se:
Aut. Pesquisa/Aprova o Relatório de Pesquisa com Redução de
Área (291) Área de 995,81 ha para 49,63 ha.
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesqui-
sa(1409)
840.041/2007-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI
Nº95/11

RELAÇÃO Nº 68/2012

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
840.105/1996-DP COMÉRCIO DE ÁGUA LIMITADA -
Publicado DOU de 05/06/2012, Relação nº 51, Seção 1, pág. 45-
Onde se lê: Conc Lavra/Determina arquivamento do Auto de In-
fração. A.I 296/08 e 047/12 (462)... Leia-se: Conc Lavra/Multa
aplicada/prazo para pagamento. A. I. 296/08 e 047/12 - 30 (trinta)
dias (460)

840.114/2001-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS
INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA. - Publicado DOU
de 05/06/2012, Relação nº 51, Seção 1, pág. 45- Onde se lê: Conc
Lavra/exigência publicada - 60 (sessenta) dias (470)... Leia-se:
Conc Lavra/Cumprimento de exigência Ral Retificador - 30 (trinta)
dias: (1738)

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 120/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência to-
tal(121)
848.208/2012-ISAAC DOS SANTOS TEIXEIRA
848.221/2012-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO
848.222/2012-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.088/2008-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.-OF.
Nº736/2012
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direi-
tos(281)
848.662/2007-CLEODON SALUSTIO PEREIRA ME- Cessioná-
rio:PRIME MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.222.789/0001-
37- Alvará nº1.893/2008
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.159/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.160/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.161/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.162/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.163/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.164/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.165/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.166/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.167/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.168/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.496/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.497/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.498/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.499/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.500/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.501/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.502/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.503/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.504/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.505/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
848.506/2007-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de
pesquisa(326)
848.017/2009-L&L UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS MINE-
RAIS LTDA-ALVARÁ Nº4.139/2009
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou
pagamento 30 dias(638)
848.010/2009-SEBASTIÃO CAMPOS DE MELO-AI Nº199/2012
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30
dias(644)
848.073/2008-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA -
AI Nº127/2012
848.074/2008-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA -
AI Nº133/2012
848.022/2010-BBO BRAZIL BANK OF OPPORTUNITIES DE
PARTICIPAÇÃO LTDA - AI Nº147/2012
848.023/2010-BBO BRAZIL BANK OF OPPORTUNITIES DE
PARTICIPAÇÃO LTDA - AI Nº145/2012
848.024/2010-BBO BRAZIL BANK OF OPPORTUNITIES DE
PARTICIPAÇÃO LTDA - AI Nº146/2010
848.026/2010-BBO BRAZIL BANK OF OPPORTUNITIES DE
PARTICIPAÇÃO LTDA - AI Nº144/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.218/2003-HOLCIM (BRASIL) S A-OF. Nº751/2012
848.157/2006-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. Nº747/2012
848.004/2007-CAULIM CAIÇARA LTDA-OF. Nº746/2012
848.185/2009-MINERAÇÃO TRÊS CORAÇÕES LTDA.-OF.
Nº749/2012
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.004/2007-CAULIM CAIÇARA LTDA-OF. Nº745/2012-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.106/2004-MONT GRANITOS S/A-OF. Nº753/2012
848.020/2009-VALE S A-OF. Nº748/2012
848.185/2009-MINERAÇÃO TRÊS CORAÇÕES LTDA.-OF.
Nº750/2012
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30
dias(459)
848.124/1999-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LT-
DA- AI Nº 200/2012
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
848.209/2012-ANTONIO ALI GANEM ME
Fase de Disponibilidade
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DE-
CLARO:(1803)
848.264/2005- HABILITADOS os proponentes: Mineração Currais
Novos e INABILITADOS os proponentes: nenhuma

RELAÇÃO Nº 131/2012

FASE DE LICENCIAMENTO

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não hou-
ve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s)
pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Finan-
ceira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da
Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº
9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de
10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e
ajuizamento da ação de execução. (7.72)

Processo de Cobrança nº 948.339/2009 - Notificado: FJF
MINERAÇÃO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 24.514.754/0001-28 -
NFLDP nº 198/2009 - Valor: R\$ 137,00

RELAÇÃO Nº 132/2012

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se
improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restan-
do-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s)
apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos
Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº
7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº
10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de
inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de exe-
cução. (5.49)

Processo de Cobrança nº 948.356/2009 - Notificado: MI-
NERAÇÃO TOMAZ SALUSTINO S A - CNPJ: 08.131.773/0001-19
- NFLDP nº 002/2009 - Valor: R\$ 719.364,05

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2012

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
811.147/1996-LADIR TONIN- Registro de Licença Nº2523/2003-
onde a poligonal passa a ser reduzida de 10,0ha para 1,99ha.
810.228/2002-BASALTO SÃO PAULO- Registro de Licença
Nº2442/2003-onde a poligonal passa a ser reduzida de 13,50ha para
1,80ha.
810.265/2006-DEPOSITO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA.- Re-
gistro de Licença Nº156/2008-Poligonal reduzida de 49,94ha para
21,24ha.
810.164/2011-ANA PAULA MOLLER- Registro de Licença
Nº107/2012- Onde se lê:...Prazo até 08.07.2012; leia-se:...Prazo até
08.07.2014.
810.106/2012-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRU-
ÇÕES IBAGÉ LTDA- Registro de Licença Nº123/2012- Onde se
lê:...Prazo até 09.09.2013; leia-se:...Prazo até 08.09.2013
Retificação de despacho(1391)
810.514/1998-CENTRAL DE BRITAGEM ITAÚNA LTDA - Pu-
blicado DOU de 21/07/2009, Relação nº 28, Seção I, pág. - onde
se lê: " CNPJ nº 08.941.442/0001-44..."; leia-se: " CNPJ nº
09.614.574/0001-24..."

SÉRGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2012

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica o abaixo relacionado ciente que o recurso administrativo
interposto foi julgado improcedente, restando-lhe pagar ou parcelar os
débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de
Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as
Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº
9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em
Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 990.499/2010
Notificado: Votorantim Cimentos Brasil
CNPJ/CPF: 64.132.236/0001-64
NFLDP nº 005/2010
Valor: R\$ 8.111.499,00

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 70/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
886.013/2001-BRITA NORTE MINERAÇÃO ENGENHA-
RIA E TERRAPLANAGEM LTDA-PORTO VELHO/RO - Guia nº
16A/2012-50.000Toneladas-GRANITO- Validade:07/03/2013



886.241/2005-RIO MADEIRA COM. IMP E EXP DE MINERIOS LTDA-ESPIGÃO D'OESTE/RO - Guia nº 25/2012-6.000Toneladas-manganês- Validade:17/04/2013
886.379/2008-ZAVAGLIA, ZAVAGLIA & SANTOS LTDA-CACAULÂNDIA/RO, MONTE NEGRO/RO - Guia nº 41/2012-48000Toneladas-Areia- Validade:29/05/2013
886.086/2009-CRISMAR PAULINO DE GÓES-PORTO VELHO/RO - Guia nº 006/2012-50.000Toneladas-OURO- Validade:31/01/2013
886.409/2009-JOSÉ GOMES PINHEIRO-TEIXEIRÓPOLIS/RO - Guia nº 42/2012-48.000Toneladas-Areia- Validade:05/06/2013
886.422/2009-JOSÉ DA LUZ MORAIS DA NÓBREGA-ALVORADA D'OESTE/RO, URUPÁ/RO - Guia nº 22/2012-50.000Toneladas-OURO- Validade:05/04/2013
886.113/2011-CONSTRUTORA REALEZA LTDA-VALE DO PARAÍSO/RO - Guia nº 43/2012-45.300Toneladas-Areia- Validade:05/06/2013
886.322/2011-F.A DE ARAÚJO TUSTHLER ME-MIRANTE DA SERRA/RO, URUPÁ/RO - Guia nº 44/2012-48.000Toneladas-Areia- Validade:08/06/2013
886.323/2011-VIEIRA & LUCA LTDA ME-NOVA UNIÃO/RO - Guia nº 45/2012-48.000Toneladas-Areia- Validade:08/06/2013
886.533/2011-ORLIZES SOUZA DA SILVA-JARU/RO, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO - Guia nº 46/2012-48.000Toneladas-Areia- Validade:08/06/2013

DEOLINDO DE CARVALHO NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2012**

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.234/2012-SHADDAI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA ME-OF. Nº2442/2012
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
815.465/2006-ELSON ANTÔNIO JUNCCKES- AI Nº390/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.465/2006-ELSON ANTÔNIO JUNCCKES-OF. Nº2489/2012
815.620/2006-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. Nº2478/2012
815.488/2007-EDUARDO SCHULZ-OF. Nº2482/2012
815.531/2009-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. Nº2479/2012
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.010/2011-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A-Cessionário:CS SILVA LTDA- CPF ou CNPJ 02108321/0001-30-Alvará nº17272/2011
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
815.192/2009-SABINO RODRIGUES DE FREITAS-ALVARÁ Nº6003/2009
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.850/2007-CARLOS ROBERTO AMANTE- Alvará nº599/2008 - Cessionário: EMPRESA SEMPRE VERDE LTDA- CNPJ 09066072/0001-06
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
816.051/1996-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-OF. Nº2473/2012
815.295/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. Nº2475/2012
815.324/2003-VITORETI COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. Nº2476/2012
815.379/2003-BRITANOR BRITAGEM NORTE CATARINENSE LTDA.-OF. Nº2429/2012
815.569/2004-MINERAÇÃO LUIZA LTDA-OF. Nº2445/2012
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.278/2002-ADILSON MACIEL ME-BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC - Guia nº 46/2012-45.000t-Areia (agregado)- Validade:19/06/2014
815.457/2004-TRANSPORTES WILDNER LTDA.-PALHOÇA/SC, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC - Guia nº 45/2012-15.800t-Areia(Agregado)- Validade:18/06/2013
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.378/1997-EDUARDO FERREIRA AVILA- Alvará nº6273/1998 - Cessionário: FAZENDA DO BARREIRO TURISMO LTDA EPP- CNPJ 81353153/0001-14
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
218.201/1937-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA- AI Nº 381/2012
008.485/1943-GAMA MINERAÇÃO S.A.- AI Nº 382/2012
815.126/2001-H. LEVE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI Nº 389/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.126/2001-H. LEVE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. Nº2484/2012

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
815.126/2001-H. LEVE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. Nº2485/2012
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.315/2004-JJ PEREIRA E CIA LTDA-OF. Nº2439/2012
815.530/2005-ALDO COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA-OF. Nº2440/2012
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.105/1987-EXTRAÇÃO DE AREIA POÇO GRANDE LTDA-Registro de Licença No.:215/1988 - Vencimento em 15/10/2012
815.591/2009-MAPRIZE MINERAÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIO LTDA EPP- Registro de Licença No.:1432/2010 - Vencimento em 11/05/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.552/2011-FIRMA INDIVIDUAL MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-Registro de Licença nº1515/2012 de 14/06/2012-Vencimento em 26/07/2013
815.970/2011-DISK MATERIAL COM. E TRNSP. LTDA-Registro de Licença nº1516/2012 de 20/06/2012-Vencimento em 27/01/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.194/2012-FISCHERS A AGOINDÚSTRIA-OF. Nº2443/2012
815.195/2012-FISCHERS A AGOINDÚSTRIA-OF. Nº2441/2012
815.295/2012-FISCHERS A AGOINDÚSTRIA-OF. Nº2415/2012
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
815.559/2011-MDM PEDRAS LTDA

RELAÇÃO Nº 109/2012

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
815.812/2006-SÍLVIO GERCINO GIACOMOSSI - Publicado DOU de 28/05/2012, Relação nº 91/2012, Seção I, pág. 104- onde se lê: "Cessionário: Extração de Areia Argila e Transporte Santa Helena Ltda, CNPJ nº 377100959-68", leia-se: "Extração de Areia Argila e Transporte Santa Helena Ltda, CNPJ nº 03473909/0001-55"

RICARDO MOREIRA PECANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2012**

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
820.118/2007-CONCREPAX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. Nº1.079/11-DGTM/DNPM/SP-DOU de 29.11.2011
820.237/2007-AREIAS SALIONI LTDA-OF. Nº1.078/11-DGTM/DNPM/SP-DOU de 29.11.2011
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
820.237/2007-AREIAS SALIONI LTDA - Publicado DOU de 29.04.10, Relação nº 024/10, Seção I, pág. -- Onde se lê: Mineradora Águas Claras Ltda. - Leia-se: Areia Salioni Ltda.
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
820.120/2001-CALGI MINERAÇÃO E CALCÁRIO LTDA.- AI Nº263/2006
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
820.120/2001-CALGI MINERAÇÃO E CALCÁRIO LTDA.- NOT. Nº1676/2006
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
821.142/2001-ANTÔNIO CARLOS WILLENDORF- NOT. Nº594/2008
820.928/2002-MIRANTE- ÁGUA MINERAL LTDA.- NOT. Nº1454/2007
Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
820.733/1997-ESTALEIRO DE CONSTRUÇÃO NAVAL AREALVA LTDA - Publicado DOU de 14/06/2012, Relação nº 94, Seção I, pág. 84- Onde se lê "CNPJ 07.896.561/0001-70" leia-se "CNPJ 07.869.561/0001-70"

RELAÇÃO Nº 97/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.459/2004-IRMÃOS NADER EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
821.347/2011-CERÂMICA ITAPIRA LTDA EPP
821.348/2011-CERAMICA CANELLA LTDA
821.349/2011-CERAMICA CANELLA LTDA
821.355/2011-MAURO EGYDIO DE SOUZA ARANHA
821.366/2011-TANIA LEPRÍ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.643/2007-ROCKITA PESQUISA LTDA - EPP-OF. Nº986/2012/Superintendência/DNPM/SP.
820.100/2009-LANZI MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº987/2012/Superintendência/DNPM/SP.

821.338/2011-MINERAIS ROMA LTDA-OF. Nº964/2012/Superintendência/DNPM/SP.
821.338/2011-MINERAIS ROMA LTDA-OF. Nº964/2012/DTM/DNPM/SO
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(263)
821.574/1999-LAÉRCIO BOSQUEIRO
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
821.750/1999-ANTONIO CARLOS PRIMO BECCARI
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
820.631/1999-Coinal Comércio e Indústria de Bauxita Ltda.
821.254/1999-Pedreira Maria Teresa Ltda.
820.229/2000-Adriana Morishigue Strioli
820.591/2001-Serveng Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia
820.995/2001-José Augusto LA Ferreira-Areia-ME
820.102/2003-Extração de Areia Ariebir LTDA
820.460/2003-Pedreira Santa Rosa Ltda.
820.068/2004-Minerfil Mineração LTDA
820.194/2005-Mauro Cesar Rabelo
820.361/2005-Rydien Mineração, Indústria e Comércio LTDA
820.466/2005-Antônio Barbutti ME
820.632/2005-J.C CONSTRUÇÕES & TRANSPORTES LTDA ME
820.461/2006-Vale do Paititi LTDA
820.464/2007-M.T MINERAÇÃO LTDA-ME
820.692/2007-CONSMAR EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINEIROS LTDA
820.560/2008-Itaoeste Serviços e Participações Ltda.
820.599/2008-Mineradora Grandes Lagos Ltda.
820.970/2008-Brasyn Agropecuária Ltda
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
803.410/1973-HOLCIM (BRASIL) S A-OF. Nº956/2012/DTM/DNPM/SP.
820.604/1988-WAGNER WANDERLEI CAETANO DE ABREU FI-OF. Nº985/12-DTM/DNPM/SP
820.682/1997-ELIZARDO MICHETTI-OF. Nº972/12-DTM/DNPM/SP
820.296/2003-USIPEDRAMIX BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. Nº969/12-DTM/DNPM/SP
820.070/2007-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DOS OLEIROS DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE SOCORRO-OF. Nº977/12-DTM/DNPM/SP
820.118/2007-CONCREPAX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. Nº978/12-DTM/DNPM/SP
820.237/2007-AREIAS SALIONI LTDA-OF. Nº979/12-DTM/DNPM/SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.573/2000-MARCIANO CECCATO ME-OF. Nº973/12-DTM/DNPM/SP-180 dias
820.401/2002-JOSE EDUARDO PENTEADO DE CASTRO SANTOS-OF. Nº975/12-DTM/DNPM/SP-60 dias
820.296/2003-USIPEDRAMIX BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. Nº968/12-DTM/DNPM/SP-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.604/1988-WAGNER WANDERLEI CAETANO DE ABREU FI-OF. Nº984/12-DTM/DNPM/SP
820.070/2007-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DOS OLEIROS DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE SOCORRO-OF. Nº976/12-DTM/DNPM/SP
820.514/2007-CERÂMICA ENDO LTDA. EPP-OF. Nº971/12-DTM/DNPM/SP
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.627/2006-LAÉRCIO COUTINHO SIMÕES FARTURA ME-Registro de Licença nº3.207/2012 de 13/06/2012-Vencimento em 28/07/2021.
820.543/2007-DEDONE, SILVA & CIA LTDA-Registro de Licença nº3.212/2012 de 18/06/2012-Vencimento em 14/06/2013.
820.551/2007-DEDONE, SILVA & CIA LTDA-Registro de Licença nº3.210/2012 de 15/06/2012-Vencimento em 14/06/2013.
820.083/2008-PEDREIRA SERRANA LTDA-Registro de Licença nº3.205/2012 de 12/06/2012-Vencimento em 26/03/2015.
820.377/2008-JOÃO OSCAR GARBELINI ME-Registro de Licença nº3.213/2012 de 18/06/2012-Vencimento em 21/02/2013.
820.114/2009-FLÁVIO FERNANDES PEREIRA JUNIOR- ME-Registro de Licença nº3.206/2012 de 13/06/2012-Vencimento em 01/09/2018.
820.321/2009-RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA-Registro de Licença nº3.208/2012 de 13/06/2012-Vencimento em 02/06/2019.
821.053/2010-GUARAZEMINI MINERAÇÃO LTDA EPP-Registro de Licença nº3.209/2012 de 15/06/2012-Vencimento em 20/09/2015.
820.006/2011-JOSÉ CARLOS DIAS JÚNIOR ME-Registro de Licença nº3.215/2012 de 18/06/2012-Vencimento em 30/03/2016.
820.587/2011-MINERAÇÃO CAJU LTDA.-Registro de Licença nº3.211/2012 de 15/06/2012-Vencimento em 02/06/2014.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.669/2006-OLARIA PRADO E PRADO LTDA ME-OF. Nº980/2012/DTM/DNPM/SP.
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

820.254/2009-CONCORRE S A CONSTRUTORA, CONSULTORIA E CORRETORA DE IMÓVEIS
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
821.015/2000-EDA- EXTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AREIA LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.734/1997-PORTO DE AREIA ITAJU LTDA ME- Registro de Licença No.:2.130/1999 - Vencimento em 31/10/2015.
820.005/2007-W.A. EXTRATIVA E COMÉRCIO DE AREIA E SUBSTÂNCIAS MINERAIS LTDA. ME- Registro de Licença No.:3.020/2007 - Vencimento em 04/09/2014.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
820.448/2012-TATUI PREFEITURA MUNICIPAL-OF. Nº981/2012/DTM/DNPM/SP.
820.449/2012-TATUI PREFEITURA MUNICIPAL-OF. Nº982/2012/DTM/DNPM/SP.

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.041/2009-BANCOR MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº325/2012
878.042/2009-BANCOR MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº325/2012
878.043/2009-BANCOR MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº325/2012
878.044/2009-BANCOR MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº325/2012
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.092/2007-MINERAÇÃO E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA.- Registro de Licença No.:187/2007 - Vencimento em 04/05/2014
878.047/2010-COMERCIAL TREZE LTDA- Registro de Licença No.:110/2010 - Vencimento em 25/04/2016
878.134/2010-ANINGAS COMERCIO TRNSPORTE E SERVIÇOS LTDA- Registro de Licença No.:144/2011 - Vencimento em 09/05/2014
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
878.042/2006-PR EMPREENDIMENTOS & SERVIÇOS LTDA
878.063/2010-CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS CASCALHOS ME
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
878.038/2006-CONSTRUTORA LUZIENSE LTDA- AI Nº03/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.014/2009-FAUSTO TAVARES DA CONCEIÇÃO-OF. Nº326/2012 (30 DIAS); 327/2012 (60 DIAS)
878.020/2009-REMATTEL EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. Nº322/2012 (60 DIAS)
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
878.168/2011-A & C TERRAPLANAGEM LTDA-OF. Nº328/2012 (60 DIAS)
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
878.157/2007-JOSÉ MOISES VIEIRA MACHADO - ME

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 57/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.112/2012-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
864.157/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
864.160/2012-AREIAS TOCANTINS LTDA
864.165/2012-WEULLER CRISTINO AMORIM
864.199/2012-XIXTO MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
864.202/2012-ELBA CALCÁRIO LTDA.
864.205/2012-ELBA CALCÁRIO LTDA.
864.239/2012-AD BRAS MINERADORA LTDA
864.258/2012-CRISTIANO CAMPOS SOUZA
864.259/2012-LUIZ VIEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.199/2008-RICARDO DE SOUZA ABRANTES-OF. Nº1184 SUP/DNPM/TO
864.274/2008-BRAZIL AMERICAS INVESTMENTS & PARTICIPATION MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº1161/2012 - SUP/DNPM/TO
864.606/2010-ANANIAS PONCE LACERDA NETO-OF. Nº1156/2012 - SUP/DNPM/TO
864.320/2011-ABNEL CORREIRA VIEIRA-OF. Nº1162/2012 - SUP/DNPM/TO
864.324/2011-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. Nº1145/2012 - SUP/DNPM/TO
864.512/2011-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME-OF. Nº1149/2012 - SUP/DNPM/TO

864.513/2011-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME-OF. Nº1148/2012 - SUP/DNPM/TO
864.636/2011-JOSE TAVARES FILHO-OF. Nº1146/2012 - SUP/DNPM/TO
864.658/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1144/2012 - SUP/DNPM/TO
864.667/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1386/2012 - SUP/DNPM/TO
864.677/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1142/2012 - SUP/DNPM/TO
864.678/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1153/2012 - SUP/DNPM/TO
864.684/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1155/2012 - SUP/DNPM/TO
864.686/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1154/2012 - SUP/DNPM/TO
864.687/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1387/2012 - SUP/DNPM/TO
864.693/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1170/2012 - SUP/DNPM/TO
864.694/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1171/2012 - SUP/DNPM/TO
864.697/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. Nº1173/2012 - SUP/DNPM/TO
864.007/2012-MARIA SOCORRO BARROS VIEIRA-OF. Nº1089/2012 - SUP/DNPM/TO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
864.098/2011-MAURO HELENO SOBREIRA-OF. Nº259/2011 - OUT/DNPM/TO - 24/2011 /17° DS-TO-ÁREAS
Defere pedido de reconsideração(182)
864.098/2011-MAURO HELENO SOBREIRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
864.175/2010-SERRA AZUL MINERADORA, INCORP., AGROP., EXTRAÇÃO E FRONTAGEM DE MINERIOS LTDA- Alvará nº13.391/2010 - Cessionário:864.255/2012-SERRA AZUL MINERADORA, INCORP., EXTRAÇÃO E FROTAGEM DE MINÉRIO LTDA- CPF ou CNPJ 11.424.240/0001-30
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.260/2001-PROVERDE MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. Nº787/2012 - SUP/DNPM/TO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.373/1988-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA- Cessionário:RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.213.823/0001-07- Alvará nº7.634/2006
860.786/1989-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA- Cessionário:RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.213.823/0001-07- Alvará nº6.326/2006
864.503/2011-MARCO CÉSAR CEBALLOS BONATTO- Cessionário:CLEODSON APARECIDO DE SOUZA- CPF ou CNPJ 015.174.968-02- Alvará nº16.938/2011
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.543/2011-ROGERIO VIEIRA DINIZ -Alvará Nº19.327/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
861.896/1984-ALZIRO GOMES DE SOUZA-OF. Nº453/2012/DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.043/2004-PAULISTA EXTRAÇÃO DE SEIXOS LTDA-OF. Nº992/2012 - SUP/DNPM/ TO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.628/2011-MARCELO CAVALCANTE BAZAN-Registro de Licença nº010/2012 de 04/06/2012-Vencimento em INDETERMINADO
864.802/2011-V S DE OLIVEIRA-Registro de Licença nº09/2012 de 04/06/2012-Vencimento em 10/11/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.239/2008-CERAMICA CERMAR LTDA-OF. Nº1032/2012 - SUP/DNPM/TO
864.267/2009-MARCIA TEIXEIRA LUCAS ME-OF. Nº1029/2012 - SUP/DNPM/TO
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
864.193/2012-DAIR JOSÉ LOURENÇO COSTA NETO
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
864.089/2002-ANANIAS PONCE LACERDA NETO
864.186/2003-INDUSTRIA & COMERCIO DE CAFÉ LTDA ME
864.052/2004-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
864.127/2004-RIO GAMELEIRA PROSPECÇÃO E GEOLOGIA LTDA.
864.415/2007-WALDSON ALVES PEREIRA JUNIOR
864.051/2009-DEUSIREY ARRUDA DA SILVA EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
864.288/2009-HORÁCIO AUGUSTO RIBEIRO DE SIQUEIRA
864.058/2011-HEDIRLEY TEODORO CERQUEIRA
864.109/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA

864.323/2011-LEONARDO ALMEIDA MILHOMENS
864.457/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
864.458/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
864.459/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
864.460/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
864.559/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
864.172/2010-PEDREIRA GURUPÍ LTDA

RELAÇÃO Nº 59/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
864.251/2009-MARCOS ROBERTO CRISPIM PEREIRA-AI Nº525/2012 - DNPM/TO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.206/2002-EMPRESA DE MINERAÇÃO FLORESTA NEGRA LTDA-OF. Nº1256/2012 - SUP/DNPM/TO
864.173/2005-MINERADORA DE CALCARIO SERRA DOURADA LTDA-OF. Nº1214/2012 - SUP/DNPM/TO
864.351/2007-LEVANTINA NATURAL STONE BRASIL LTDA-OF. Nº1182/2012 - SUP/DNPM/TO
864.394/2007-JANOS PEREIRA LELIS-OF. Nº221.44.017/2012 - FISC/SUP/TO
864.454/2007-GEOMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. Nº1181/2012 - SUP/DNPM/TO
864.455/2007-GEOMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. Nº1180/2012 - SUP/DNPM/TO
864.575/2010-MAURO HELENO SOBREIRA-OF. Nº1262/2012 - SUP/DNPM/TO
864.395/2011-ANDREA GONZALEZ GRACIANO-OF. Nº1130/2012 - SUP/DNPM/TO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
864.251/2009-MARCOS ROBERTO CRISPIM PEREIRA-OF. Nº181/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.229/2010-CLEOMAR DE SOUZA REIS-OF. Nº151/2011 - SFAM/DNPM/TO
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
864.110/2005-MINERADORA DE CALCARIO SERRA DOURADA LTDA-PALMEIRÓPOLIS/TO - Guia nº 06/2012-20.000TONE-LADAS-CALCARIO (BRITA)- Validade:13/08/2013
864.213/2010-AILTON LOPES DA CONCEIÇÃO CERÂMICA SANTA CATARINA-PORTO NACIONAL/TO - Guia nº 04/2012 - 05/2012-50.000 - 8.500TONELADAS - TONELADAS-AREIA - CASCALHO- Validade:21/01/2013 - 21/01/2013
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.174/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA- Área de 847,56 para 1152,44-FOSFATO
864.175/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA- Área de 1010,65 para 989,32-FOSFATO
864.176/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA- Área de 1.000 para 404,18-FOSFATO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.093/2004-LEVANTINA NATURAL STONE BRASIL LTDA
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1726)
864.394/2007-JANOS PEREIRA LELIS-OF. Nº221.44.023/2012 - FISC/SUP/TO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.135/2002-CERÂMICA JOCA COSTA LTDA-OF. Nº1238/2012 - DNPM/TO
864.216/2004-CERAMICA CERMAR LTDA-OF. Nº221.44.019/2012 - FISC/SUP/TO
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-OF. Nº221.44.014/2012 - FISC/SUP/TO
864.627/2008-WELKA CERQUEIRA BRANDAO GOUVEIA-OF. Nº221.44.018/2012 - FISC/SUP/TO
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA- AI Nº547/2012 - DNPM/TO
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA -AI Nº251/2012 - DNPM/TO
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
864.135/2002-CERÂMICA JOCA COSTA LTDA-OF. Nº221.44.026/2012 - FISC/SUP/TO
864.216/2004-CERAMICA CERMAR LTDA-OF. Nº221.44.025/2012 - FISC/SUP/TO
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-OF. Nº221.44.020/2012 - FISC/SUP/TO
864.627/2008-WELKA CERQUEIRA BRANDAO GOUVEIA-OF. Nº221.44.024/2012 - FISC/SUP/TO
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
864.602/2010-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE MONTE SANTO TO-OF. Nº221.44.021/2012 - FISC/SUP/TO

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR



Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 26, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 330, de 07 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial do dia 08 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.002037/2003-09, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 45 do Projeto de Assentamento FINAL FELIZ, localizado no município de JOAQUIM FELÍCIO, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023700000057, de 18 de dezembro de 2002, relativo ao beneficiário Adir Pereira de Amorim - Carteira de Identidade nº M-7.768.829 - SSP/MG e CPF nº 877.596.406-68.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 322, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro nº 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o artigo 1º da Resolução Conmetro nº 11, de 20 de dezembro de 2006, que determina o atendimento, pelas empresas fabricantes e importadoras de plugues e tomadas, às especificações da norma ABNT NBR 14136 e configura observância ao estabelecido nesta Resolução e em Portaria do Inmetro, tornando compulsória a certificação de plugues e tomadas;

Considerando a Portaria Inmetro nº 85, de 03 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2006, seção 01, página 44, que aprova, para observância compulsória, o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Plugues e Tomadas para uso Doméstico e Análogo e dá outras providências;

Considerando a Portaria Inmetro nº 324, de 21 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2007, seção 01, página 163, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Adaptadores de Plugues e Tomadas;

Considerando a Portaria Inmetro nº 251, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2009, seção 01, página 78 e 79, que estabelece os projetos básicos para as possíveis configurações de adaptadores reversos de plugues e tomadas;

Considerando a Portaria Inmetro nº 271, de 21 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2011, seção 01, página 57, que estabelece novas medidas que visem a esclarecer aspectos construtivos obrigatórios para o padrão de plugues e tomadas, conforme ABNT NBR 14136;

Considerando a necessidade de esclarecer a questão da possibilidade de remoção do rebaixo (fosso) dos adaptadores, trazida pela Portaria Inmetro nº 271/2011;

Considerando a necessidade de promover ajustes na Portaria Inmetro nº 271/2011, resolve baixar as seguintes disposições:

Art.1º Determinar que os artigos 1º, 4º e 7º da Portaria Inmetro nº 271/2011, passem a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Determinar que as tomadas fixas ou móveis de 3 (três) contatos, desmontáveis ou não desmontáveis, deverão ter marcados nos bornes neutro e terra os símbolos correspondentes, respectivamente N e ⚭.

Parágrafo Único - A determinação constante no caput exige que as tomadas de 3 (três) contatos apresentem a disposição dos seus bornes em conformidade com o definido na norma ABNT NBR 14136." (N.R.)

"Art. 4º Os plugues de dois ou três pinos, as tomadas fixas ou móveis e os adaptadores deverão ter estampadas em seu corpo as seguintes indicações:

- a) o nome, a marca ou o logotipo do fabricante;
- b) a tensão a que se destinam em Volt (V);
- c) a potência em Watt (W) ou a corrente nominal em Ampère (A); e

d) Selo de Identificação da Conformidade." (N.R.)

"Art. 7º Determinar que para os plugues e para as tomadas fixas ou móveis de 2 (dois) ou 3 (três) contatos, desmontáveis ou não desmontáveis, os demais artigos desta Portaria serão de cumprimento obrigatório a partir da data de sua publicação." (N.R.)

Art. 2º Os adaptadores e tomadas devem manter a disposição e geometria dos seus orifícios de conexão de acordo com o padrão ABNT NBR 14136, mesmo em caso de remoção do rebaixo (fosso).

Art. 3º Cientificar que ficam mantidas as demais disposições contidas na Portaria Inmetro nº 271/ 2011, e as demais disposições contidas no Regulamento de Avaliação da Conformidade para Plugues e Tomadas para Uso Doméstico e Análogo e no Regulamento de Avaliação da Conformidade para Adaptadores de Plugues e Tomadas.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 25 DE JUNHO DE 2012

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação de Processo Produtivo Básico - PPB.

Manifestações podem ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE
MENEZES

ANEXO

PROPOSTA Nº 023/2012 - FIXAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive)

OBS: A consulta está em formato de Portaria.

Art. 1º Estabelecer para o produto UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive), o Processo Produtivo Básico:

I - fabricação dos circuitos impressos, a partir do laminado;

II - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

III - moldagem, encapsulamento ou injeção plástica das peças plásticas do gabinete externo, quando aplicável;

IV - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes;

V - integração final do produto, montado de acordo com os incisos anteriores acima; e

VI - formatação, calibragem, ajustes e testes finais, quando aplicável.

§1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma das etapas que não poderá ser terceirizada.

§2º O atendimento ao que dispõe os incisos I e II será considerado cumprido se a empresa atender, a partir de 1º de janeiro de 2013, aos seguintes percentuais, tomando-se por base a produção do ano calendário:

I - no mínimo, 20% (vinte por cento) da fabricação dos circuitos impressos, a partir do laminado; e

II - no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da etapa de injeção plástica do gabinete externo.

Art. 2º O Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido nesta Portaria Interministerial não se aplica aos DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO NÃO-VOLÁTIL DE DADOS À BASE DE SEMICONDUTORES (PEN DRIVE), que tem PPB específico.

Art. 3º O Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido nesta Portaria Interministerial também será aplicado também a OUTRAS UNIDADES DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive), que possuam a mesma característica do produto a que se refere esta Portaria, porém baseadas em outras tecnologias baseadas em semicondutor.

Art. 4º Os circuitos integrados ou microchips do tipo memória não volátil, utilizados na montagem das placas de circuito impresso do produto a que se refere o art. 1º deverá atender ao respectivo Processo Produtivo Básico, nos percentuais da produção, no ano calendário, conforme cronograma abaixo:

I - até 31 de dezembro de 2012: dispensado;

II - de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013: 40% (vinte por cento);

III - de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014: 60% (quarenta por cento); e

IV - de 1º de janeiro de 2015 em diante: 80% (oitenta por cento).

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 359 DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizadas em 05/06/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados na reunião ordinária realizadas em 05/06/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002422/2011-63

Proponente: Figueirense Futebol Clube

Título: Fisioterapia Figueirense

Registro: 02SC021252008

Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 83.930.131/0001-03

Cidade: Florianópolis - UF: SC

Valor aprovado para captação: R\$ 126.350,31

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1386 DV: 2

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43407-8

Período de Captação: da data de publicação até 05/06/2013.

2 - Processo: 58701.002663/2011-11

Proponente: Associação dos Professores e Funcionários da

FUCRI

Título: UNESC Futsal Feminino 2012

Registro: 02SC057592009

Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 80.165.798/0001-60

Cidade: Criciúma - UF: SC

Valor aprovado para captação: R\$ 135.718,80

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0407 DV: 3

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 73168-4

Período de Captação: da data de publicação até 05/06/2013.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.000759/2011-36

Proponente: Instituto Brasil Igualdade Social - IBIS

Título: Voleibol Lafaiete: Esporte e Cidadania

Valor aprovado para captação: R\$ 237.771,28

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41161-2

Período de Captação: da data de publicação até 05/06/2013.

2 - Processo: 58701.000126/2011-28

Proponente: Instituto Gaúcho de Tênis

Título: Desenvolvimento de Talentos do Tênis

Valor aprovado para captação: R\$ 1.038.017,88

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2817 DV: 7

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30261-9

Período de Captação: da data de publicação até 01/05/2013.

3 - Processo: 58701.000090/2011-82

Proponente: Associação Terra de Ciclismo

Título: Reestruturação da Equipe de Ciclismo - Ribeirão

Preto

Valor aprovado para captação: R\$ 821.132,76

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0028 DV: 0

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 78128-2

Período de Captação: da data de publicação até 06/01/2013.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 92, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTÉRIO DA DEFESA, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros ao MINISTÉRIO DA DEFESA visando o apoio financeiro deste Ministério referente ao Projeto Jogos da Amizade 2012, realização prevista para o período de 09 a 12 de julho de 2012, na cidade de Resende/Rio de Janeiro, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna
Órgão Executor: MINISTÉRIO DA DEFESA
Unidade Gestora: 110407 Gestão: 00001
Funcional Programática: 27.812.2035.20JQ.0001
Natureza da despesa:
339030 - R\$ 200.008,00 (duzentos mil e oito reais)
339039- R\$ 299.992,00 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e dois reais)
Fonte: 118
Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Art. 2º Caberá à Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNE LIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTÉRIO DA DEFESA, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão****FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONSELHO DIRETOR**

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Estabelece as metas de desempenho institucional para o quarto ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, no âmbito da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 12 de setembro de 2008, e tendo em vista o que dispõe o § 2º, § 3º e § 5º do artigo 7º-A da Lei nº 11.357, de

19 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e na observância do inciso I do artigo 1º e do artigo 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e

CONSIDERANDO QUE a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados da ENAP, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma desta Resolução, as metas de desempenho institucional da Escola Nacional de Administração Pública para o quarto período avaliativo da GDPGPE paga aos servidores ocupantes de cargo efetivo que se encontrem nas situações descritas no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 7.133/2010.

Art. 2º No quarto ciclo de avaliação da GDPGPE, que compreende o período de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013, será utilizado como meta global o alcance do indicador "número de capacitações realizadas". O número total de capacitações a serem realizadas por esta Escola no período considerado ficou estipulado em 34.438 capacitações.

Art. 3º Para fins de cálculo, caso as referidas metas atinjam um valor superior a 100% (cem por cento), a meta será contabilizada como 100% (cem por cento).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de 01 de junho de 2012.

PAULO SERGIO DE CARVALHO

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 57, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 17, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e

Considerando que o aprimoramento do processo orçamentário impõe a constante revisão das classificações orçamentárias das receitas da União, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo à Portaria SOF nº 9, de 27 de junho de 2001, as seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RP	FONTE
1914.04.24	Multas e Juros da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta	P	54
1932.01.24	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta	P	54

RP = Identificador de Resultado Primário (P = Primária e F = Financeira).

Art. 2º Alterar, no Anexo à Portaria referida no art. 1º, as seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RP	FONTE
1331.02.06	Receita de Outorga para a Utilização de Posições Orbitais	P	29
1600.31.02	Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	P	78
1922.01.00	Restituições de Convênios	P	86
1990.16.00	Receita de Participação do Seguro - DPVAT - Sistema Nacional de Trânsito	P	Todas
			86

RP = Identificador de Resultado Primário (P = Primária e F = Financeira).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

Ministério do Trabalho e Emprego**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM SANTA CATARINA**

PORTARIA Nº 73, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, e, considerando o que consta dos autos do Processo nº 46220.003469/2011-78, RESOLVE:

Conceder autorização a empresa VIQUA INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.477.761/0001-39 para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos no estabelecimento situado na Rua Parati, nº 16, bairro Nova Brasília, na cidade de Joinville (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a

Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 01, 370 e 371 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RODRIGO MINOTTO

PORTARIA Nº 74, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, fulcrado na Lei nº 605/49, regulamentada pelo decreto nº 27.408, de 12/08/49 e, pela Portaria MTE nº 3.118/89.

Considerando, que nos autos do processo administrativo nº 46220.001950/2012-18, a empresa Requerente cumpriu as formalidades previstas no artigo 2º, alíneas "a" e "b" da Portaria MTE nº 3.118/89. RESOLVE:

I - Autorizar a extensão de jornada de trabalho da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 82.743.832/0001-62, aos domingos e feriados, pelo prazo de 60 (sessenta) dias para realização de Serviços no Aeroporto Serafim Enos Bertaso no município de Chapecó (SC);

II - Determinar a Seção de Inspeção do Trabalho da SR-TE/SC, que cumpra o disposto no artigo 5º da Portaria MTE nº 3.118/89, havendo descumprimento de qualquer dispositivo legal, este ato poderá ser revogado.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RODRIGO MINOTTO

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM SÃO PAULO**

PORTARIA Nº 87, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46266.001287/2012-17 conceder autorização à empresa: METALÚRGICA GOLIN S/A, inscrita no CPNJ sob o nº 49.034.275/0001-35, situada a Estrada Velha de Guarulhos, nº 306, Bairro dos Fontes, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 01 de agosto de 2012, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três)



meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 61 e 62 do referido processo, sendo para os 1º, 2º e 3º Turnos. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

PORTARIA Nº 88, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46262.000180/2012-91 conceder autorização à empresa: PLASTICOS MAUA LTDA., inscrita no CPNJ sob o n.º 57.503.526/0001-01, situada a Avenida Queiros dos Santos, n.º 1.235, Bairro Casa Branca, Município de Santo André, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de dezembro de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 222 do referido processo, sendo para os setores produtivos nos 1º, 2º e 3º Turnos. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

PORTARIA Nº 89, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo N.º 46219.006342/2012-21, resolve conceder autorização à empresa: LABORATORIOS PFIZER LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 46.070.868/0001-69, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado a Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, n.º 1555, Bairro Vila Sant'Anna, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei N.º 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto N.º 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

Ministério dos Transportes

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS
SECRETARIA-GERAL
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL
DE SALVADOR**

DESPACHOS DO CHEFE
Em 18 de junho de 2012

Nº 36 - O Chefe da Unidade Administrativa Regional de Salvador Da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final N.º 000001-2012-AP-ODSE-018-12-UARSV, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado N.º 50311.000448/2012-30, instaurado em 23/02/2012, de acordo com a Ordem de Serviço N.º 018-2012-UARSV, decide, segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, indicar as penalidades pelas infrações apuradas:

1. Aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA DE R\$ 500,00 à EBN GILDO ARAÚJO DANTAS-ME-CNPJ: 40.929.747/0001-43 pela reincidência na infração ao Art. 14º, III, do Anexo da Resolução n.º 1274/09-ANTAQ.

2. Aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA DE R\$ 300,00 à EBN GILDO ARAÚJO DANTAS-ME-CNPJ: 40.929.747/0001-43 pelo cometimento da infração prevista no Art.23, XVII, do Anexo da Resolução n.º 1274/09-ANTAQ.

Nº 37 - O Chefe da Unidade Administrativa Regional de Salvador Da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final N.º 000001-2012-AP-ODSE-018-12-UARSV, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado N.º 50311.000448/2012-30, instaurado em 23/02/2012, de acordo com a Ordem de Serviço N.º 018-2012-UARSV, decide, segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, indicar as penalidades pelas infrações apuradas:

1. Aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA DE R\$ 500,00 à EBN GILDO ARAÚJO DANTAS-ME-CNPJ: 40.929.747/0001-43 pela reincidência na infração ao Art. 14º, III, do Anexo da Resolução n.º 1274/09-ANTAQ.

2. Aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA DE R\$ 300,00 à EBN GILDO ARAÚJO DANTAS-ME-CNPJ: 40.929.747/0001-43 pelo cometimento da infração prevista no Art.23, XVII, do Anexo da Resolução n.º 1274/09-ANTAQ.

Nº 38 - O Chefe da Unidade Administrativa Regional de Salvador Da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final N.º 01-2012-AP-ODSE-040-11-UARSV, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado N.º 50311.000183/2012-70, instaurado em 17/01/2012, de acordo com a Ordem de Serviço N.º 040-2011-UARSV, decide, segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, indicar as penalidades pelas infrações apuradas:

Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA à EBN JOSÉ RENATO BEZERRA-ME-CNPJ: 08.246.437/0001-11 pela infração ao art. 14º da Resolução n.º 1274/09-ANTAQ, visto que a irregularidade não resultou em dano ao patrimônio público e, que se trata de primeira infração.

ALFEU PEDREIRA LUEDY

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 3.846, DE 20 DE JUNHO DE 2012

Registra a empresa Aperam Inox América do Sul S.A. como Usuário Dependente do serviço público de transporte ferroviário de cargas prestado pela Concessionária VALE para o fluxo de produtos siderúrgicos.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 025, de 13 de junho de 2012, e no que consta no Processo n.º 50500.039171/2012-16, resolve:

Art. 1º Registrar, de acordo com o que determina o Art. 29 da Resolução n.º 3.694, de 14 de julho de 2011, a empresa Aperam Inox América do Sul S.A. como Usuário Dependente do serviço público de transporte ferroviário de cargas prestado pela Concessionária VALE para o fluxo de produtos siderúrgicos, com origem na Estação Mário Carvalho (MG) e destino em Barabá (RJ).

Art. 2º Condicionar a continuidade do registro a partir do encerramento do Contrato de Transporte, assinado em 1º de agosto de 2009, ao envio, no prazo de 30 (trinta) dias, pela Aperam Inox América do Sul S.A. de novo Contrato de Transporte para o fluxo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 3.847, DE 20 DE JUNHO DE 2012

Aprova a Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros e a Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida e das outras providências.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25º, inciso VIII, do Anexo à Resolução ANTT nº 3000, de 28 de janeiro de 2009, em conformidade com o disposto nos arts. 20, inciso II, e 22, inciso I e V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, fundamentada no Voto DAL - 026, de 14 de junho de 2012, no que consta do Processo nº 50500.044019/2012-47 e anexos; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 3º da Resolução ANTT nº 1.772 e 1773, de 20 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar a Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros e do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, na forma dos anexos I e II, disponíveis no sítio eletrônico da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 2º Determinar que as Concessionárias do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros e do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal adotem, em caráter obrigatório, a Revisão nº 2 dos Manuais de Contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2013.

§1º Os Relatórios Auxiliares, conforme dispõe o item 8.3 da Revisão nº 2 dos Manuais de Contabilidade, deverão ser adotados a partir da data de publicação desta Resolução.

§2º As concessionárias poderão optar pela adoção da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade no exercício de 2012.

Art. 3º Sem prejuízo das demais exigências dos manuais a que se refere a presente Resolução, as Demonstrações Contábeis, bem como suas Notas Explicativas, que forem objeto de publicação deverão seguir os modelos e informações mínimas estabelecidos no capítulo 8 dos Manuais de Contabilidade da ANTT - Revisão nº 2.

Parágrafo único. Sem prejuízo das demais exigências dos manuais a que se refere a presente Resolução, a composição das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, para efeito de publicação, deverá observar o estabelecido no capítulo 8.2.2.7 do Manual de Contabilidade da ANTT - Revisão nº 2.

Art. 4º Os arts. 1º e 2º da Resolução nº 2.495, de 13 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º...

"I - trimestralmente: o relatório de custos e os relatórios auxiliares, definidos nos Manuais de Contabilidade da ANTT em vigor; bem como os balancetes mensais analíticos, com abertura até o 3º (terceiro) grau, podendo a qualquer tempo, por ser instrumento de Acompanhamento e Fiscalização Econômico-Financeira, ser solicitado o envio com abertura até o último nível contábil, por centro de custos, unidade de negócio ou qualquer outra forma de registro que por ventura venha a ser adotado pelas Concessionárias." (NR)

[...]

"§ 3º O relatório de custos, os relatórios auxiliares, os balancetes mensais analíticos, o balancete de encerramento, o BP, a DRE, a DFC, a DMPL e a DVA deverão ser enviados por meio magnético, na forma de planilha eletrônica de dados, para o endereço eletrônico demonstrativo@antt.gov.br e, posteriormente, por meio de sistema instituído pela ANTT, quando de sua implementação." (NR)

[...]

"§ 5º A ANTT poderá solicitar, a qualquer momento, relatórios e informações adicionais, que se fizerem necessários para realização da fiscalização econômica e financeira." (NR)

Art.2º...

"III - deixar de cumprir qualquer determinação estipulada nos Manuais de Contabilidade da ANTT em vigor." (AC)

Art. 6º Os Manuais de Contabilidade, na forma dos anexos I e II, deverão ser adotados como padrão de contabilização por todas as Concessionárias Rodoviárias e Ferroviárias reguladas pela ANTT.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas a Resolução ANTT nº 1.772, de 20 de dezembro de 2006, a Resolução ANTT nº 2.492, de 13 de dezembro de 2007, a Resolução ANTT nº 1.773, de 20 de dezembro de 2006, e a Resolução ANTT nº 2.507, de 19 de dezembro de 2007.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO I

Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros - Revisão nº 2, disponível no sítio eletrônico da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a partir da data de publicação desta Resolução.

ANEXO II

Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida - Revisão nº 2, disponível no sítio eletrônico da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a partir da data de publicação desta Resolução.

RESOLUÇÃO Nº 3.848, DE 20 DE JUNHO DE 2012

Aprova a Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, e dá outras providências.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25º, inciso VIII, do Anexo à Resolução ANTT nº 3000, de 28 de janeiro de 2009, em conformidade com o disposto nos arts. 20, inciso II, e 22, inciso III, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, fundamentada no Voto DAL - 026, de 14 de junho de 2012, no que consta do Processo nº 50500.044019/2012-47 e anexos; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 3º da Resolução ANTT nº 1.773, de 20 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão nº 2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, na forma do anexo, disponível no sítio eletrônico da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 2º Determinar que as Permissãoárias e Autorizatórias em Regime Especial adotem, em caráter obrigatório, a Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2013.

§1º Os Relatórios Auxiliares, conforme dispõe o item 8.3 da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade deverão ser adotados a partir da data de publicação desta Resolução.

§2º. As concessionárias poderão optar pela adoção da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade - Revisão nº 2 no exercício de 2012.

Art. 3º Sem prejuízo das demais exigências do manual a que se refere a presente Resolução, as Demonstrações Contábeis, bem como suas Notas Explicativas, que forem objeto de publicação deverão seguir os modelos e informações mínimas estabelecidos no capítulo 8 da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade da ANTT.

Parágrafo único. Sem prejuízo das demais exigências do manual a que se refere a presente Resolução, a composição das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, para efeito de publicação, deverá observar o estabelecido no capítulo 8.2.2.7 da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade da ANTT.

Art. 4º O art. 1º da Resolução ANTT nº 233, de 25 de junho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º...
II - ...
"r) deixar de cumprir qualquer determinação estipulada no Manual de Contabilidade da ANTT." (AC)

Art. 5º O art. 2º da Resolução nº 3.075, de 26 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º...
II - ...
"q) deixar de cumprir qualquer determinação estipulada no Manual de Contabilidade da ANTT." (AC)

Art. 6º O art. 1º da Resolução ANTT nº 3.524, de 26 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º...
II - ...
"g) Relatórios Auxiliares, definidos no capítulo 8 do Manual de Contabilidade da ANTT." (AC)

§ 3º Os Relatórios Auxiliares, o Balancete Analítico do exercício, o BP, a DRE, a DMPL, a DFC e a DVA deverão ser enviados nos moldes do Manual de Contabilidade instituído pela ANTT, na forma de planilha eletrônica de dados, para o endereço eletrônico demonstrativo@antt.gov.br e, posteriormente, por meio de sistema instituído pela ANTT, quando de sua implementação." (NR)

Art. 7º O Manual de Contabilidade, na forma do anexo, deverá ser adotado como padrão de contabilização por todas as empresas permissionárias reguladas pela Agência.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas a Resolução ANTT nº 1.771, de 13 de dezembro de 2006, e a Resolução ANTT nº 2.491, de 13 de dezembro de 2007.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - Revisão nº 2, disponível no site eletrônico da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a partir da data de publicação desta Resolução.

RESOLUÇÃO Nº 3.850, DE 20 DE JUNHO DE 2012

Altera dispositivos da Resolução nº 2.885, de 9 de setembro de 2008, que estabelece as normas para o Vale-Pedágio obrigatório e institui os procedimentos de habilitação de empresas fornecedoras em âmbito nacional, aprovação de modelos operacionais, as infrações e suas respectivas penalidades.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 081, de 11 de junho de 2012, no que consta do Processo nº 50500.055635/2007-66;

CONSIDERANDO a instituição do Vale-Pedágio obrigatório pela Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, alterada pela Lei nº 10.561, de 13 de novembro de 2002;

CONSIDERANDO a competência da ANTT para a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, sua regulamentação, fiscalização, processamento e aplicação de penalidades; e

CONSIDERANDO as contribuições apresentadas na Audiência Pública nº 109/2010, resolve:

Art. 1º O art. 15 da Resolução nº 2.885, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 Para fins de aprovação do modelo operacional de fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório em âmbito nacional, a empresa deverá apresentar Certificação de Conformidade, expedida por entidade acreditada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, por meio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Parágrafo único. A certificação das ferramentas tecnológicas deve estar em consonância com as normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT que tratam:

a) dos procedimentos mínimos de teste e requisitos de qualidade para pacote de software; e

b) dos procedimentos que visam estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação associado às tecnologias utilizadas nas ferramentas tecnológicas que suportam o modelo apresentado."

Art. 2º Alterar o Anexo I da Resolução nº 2.885, de 2008, que passa a vigorar na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO I - PEDIDO DE HABILITAÇÃO EMPRESA FORNECEDORA DE VALE-PEDÁGIO OBRIGATÓRIO			
INFORMAÇÕES DO REQUERENTE			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA (NOME - QUALIFICAÇÃO)			
CNPJ	E-MAIL		
ENDEREÇO DA EMPRESA (LOGRADOURO- NÚMERO- COMPLEMENTO)			
BAIRRO	CIDADE	ESTADO	CEP
TELEFONES (DDD-NÚMERO)		FAX (DDD-NÚMERO)	
Documentos exigidos pela Resolução ANTT nº 2885/08			
Cópia autenticada do contrato ou estatuto social da empresa, com as eventuais alterações, no caso de sociedade comercial e, no caso de sociedade anônima, da ata de eleição da administração em exercício.			
Procuração outorgada ao requerente, caso não seja este representante legal da empresa.			
Certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativas à matriz da empresa.			
Demonstrativo ou relatório descritivo próprio que detalhe a infraestrutura física e de logística do modelo operacional de fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório em âmbito nacional, comprovando capacidade de atendimento a quaisquer embarcadores e operadores de rodovias sob pedágio.			
Certificação de Conformidade das ferramentas tecnológicas que suportam o modelo operacional de fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório em âmbito nacional, expedida por entidade acreditada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, por meio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.			
Cronograma de implantação em todas as praças de pedágio existentes no território nacional.			
De conformidade com o disposto na Resolução ANTT nº 2885, de 09 de setembro 2008, requeiro a habilitação para o fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, em âmbito nacional, e, para todos os fins, assumo inteira responsabilidade pela veracidade e atualização das informações prestadas neste requerimento, assim como pela documentação entregue.			
_____, _____ de _____ de _____			

RESOLUÇÃO Nº 3.851, DE 20 DE JUNHO DE 2012

Não acolhe as justificativas apresentadas pela Ferrovia Centro-Atlântica - FCA para o descumprimento da meta contratual de produção no ano de 2011.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 079, de 13 de junho de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.030902/2012-50, resolve:

Art. 1º Não acolher as justificativas apresentadas pela Ferrovia Centro-Atlântica - FCA para o descumprimento da meta de produção pactuada para o exercício de 2011.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR que adote as providências para instauração de Comissão de Processo Administrativo, nos termos das Resoluções nº 288/2003 e nº 442/2004, para apuração do descumprimento de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 3.853, DE 20 DE JUNHO DE 2012

Autoriza a transferência dos serviços operados no regime de Autorização Especial da Viação Itapemirim S.A. para a Viação Riodoce Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 2.868, de 4 de setembro de 2008, e nº 3.076, de 26 de março de 2009, fundamentada no Voto DNM - 035, de 15 de junho de 2012 e no que consta do Processo nº 50500.075591/2011-77, resolve:

Art. 1º Autorizar o pedido de transferência dos serviços operados no regime de autorização especial Rio de Janeiro (RJ) - Vitória da Conquista (BA), prefixo nº 07-1432-00 e São Paulo (SP) - Além Paraíba (MG), prefixo nº 08-1449-00, da Viação Itapemirim S.A. para a Viação Riodoce Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 3.854, DE 20 DE JUNHO DE 2012

Autoriza a Expresso Guanabara S.A. a operar, sob o regime de Autorização Especial, os serviços regulares Campina Grande (PB) - Crato (CE), prefixo nº 13-0985-01; Patos (PB) - Recife (PE), prefixo nº 13-0620-00; Campina Grande (PB) - Juazeiro do Norte (CE), prefixo nº 13-0985-00.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto no art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que prevê a faculdade de a ANTT autorizar a prestação de serviços de transporte sujeitos a outras formas de outorga em caráter especial e de emergência, no Voto DCN - 027, de 15 de junho de 2012, no que consta do Processo nº 50500.031324/2012-79 e apensos;

CONSIDERANDO a decisão exarada nos autos do Agravo de Instrumento nº 2003.01.00.022766-0/DF (32734-34.2003.4.01.0000); e

CONSIDERANDO que a paralisação desses serviços acarretará, de imediato, a carência de transporte da população afetada, resolve:

Art. 1º Autorizar a operação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Campina Grande (PB) - Crato (CE), prefixo nº 13-0985-01; Patos (PB) - Recife (PE), prefixo nº 13-0620-00; Campina Grande (PB) - Juazeiro do Norte (CE), prefixo nº 13-0985-00, com seus devidos seccionamentos, sob o regime de Autorização Especial, pela Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-0, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001, até 31 de dezembro de 2012 ou até que, por meio de processo licitatório, seja celebrado o contrato de permissão e iniciada a efetiva operação do serviço que irá suceder o ora autorizado, o que ocorrer primeiro, na forma da Resolução ANTT nº 2.868, de 4 de setembro de 2008 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 145, DE 20 DE JUNHO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 082, de 14 de junho de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.052389/2012-58, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação de terceira faixa no trecho entre o km 135+229m e o km 137+197m, na Pista Norte.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 146, DE 20 DE JUNHO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 075, de 25 de maio de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.131043/2010-53, delibera:

Art. 1º Incluir no art. 5º da Deliberação Nº 270-A/11, de 14 de dezembro de 2011, Parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para as localidades que não operem em regime de escala, os Superintendentes poderão autorizar a jornada de trabalho de oito horas diárias e carga horária de quarenta horas semanais, que deverá ser cumprida de segunda a sexta-feira, com intervalo para refeição mínimo de uma hora e máximo de três horas, preferencialmente no meio da jornada."

Art. 2º Os casos omissos serão dirimidos pela SUDEG.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício



RETIFICAÇÕES

No ANEXO I da Resolução nº 3.835, de 12 de junho de 2012, publicada no DOU de 25.6.12, Seção 1, pág. 93, onde se lê: "...Ferrovia Norte Sul - EFC"; leia-se: "...Estrada de Ferro Carajás - EFC".

No ANEXO I da Resolução nº 3.841, de 12 de junho de 2012, publicada no DOU de 25.6.12, Seção 1, pág. 98, onde se lê: "...Ferrovia Norte Sul - EFC"; leia-se: "...Ferrovia Tereza Cristina - FTC".

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 87, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.021389/2012-78, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, no km 197+810m, na Marginal Sul, em Biguaçu/SC, de interesse da Sunset S/A Administração, Empreendimentos e Participações.

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, a Sunset deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Sunset não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Sunset assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Sunset deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 04 (quatro) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Sunset verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Sunset deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Sunset abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÕES AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 1060 Data:22/06/2012 Hora:10:21

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000667/2012-54
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : São Luis/MA
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000670/2012-78
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Pompéu/MG
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000671/2012-12
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior

Processo : 0.00.000.000668/2012-07
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000669/2012-43
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Campinas/SP
Relator : Alessandro Tramuja Assad

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

ACORDÃO DE 29 DE MAIO DE 2012

RPD Nº 0.00.000.001191/2011-98
RELATOR: Conselheira Maria Ester H. Tavares
RELATOR P/ ACÓRDÃO: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Milton Marcolino dos Santos Júnior - Promotor de Justiça/GO
REQUERIDO: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Goiás
EMENTA: RECURSO INTERNO EM REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. SINDICÂNCIA Nº 2010.000000.1391. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA DETERMINADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MP/GO. CONFIGURA MANIFESTA CONTRARIEDADE À PROVA DO AUTOS. PROVIMENTO DO RECURSO INTERNO. PROSSEGUIMENTO DA REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR.

1. Recurso Interno em Revisão de Processo Disciplinar em face do resultado da Sindicância nº 2010.000000.1391, feito no qual o Colégio de Procuradores de Justiça do MP/GO reformou decisão do Procurador-Geral de Justiça para reduzir a penalidade aplicada ao ora requerido, de censura para advertência.

2. Pedido de revisão fundado na contrariedade à prova dos autos (art. 91, inciso I, do RICNMP).

3. Cabimento do pedido revisional em face de o processo disciplinar ter sido julgado, na origem, há menos de um ano (art. 130-A, § 1º, inciso IV, CF/88).

4. A decisão de origem, ao menos em juízo perfunctório, revela-se contrária à prova dos autos, pois irrazoável e desproporcional a punição de promotor de justiça pela Procuradoria-Geral de Justiça, em razão da prática de atos determinados pela própria administração superior do MP/GO.

5. Provimento do recurso interno, para admitir o prosseguimento da revisão de processo disciplinar.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, vencidos os Conselheiros Maria Ester e Almino Afonso, nos termos do voto do voto divergente deste Relator, em dar provimento ao recurso interno para admitir o prosseguimento da revisão de processo disciplinar.

TITO AMARAL
Relator

DECISÃO DE 18 DE JUNHO DE 2012

PROCESSO Nº 0.00.000.000006/2011-48
ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
RELATOR: CONSELHEIRO ALMINO AFONSO FERNANDES.
EMBARGANTE: ANTONIO DE PÁDUA BERTONE PEREIRA.
DECISÃO
(...) POR TAIS CONSIDERAÇÕES, o pedido de sustentação oral (fls. 910-929) formulado posterior ao julgamento ocorrido no dia 29 de maio de 2012 não merece guarida por este Conselho Nacional do Ministério Público, razão pela qual indefiro o pleito.
Intime-se.

ALMINO AFONSO FERNANDES
Relator

DECISÃO DE 20 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 0.00.000.000521/2009-11
Requerente: Conselheiro Nicolao Dino
Assunto: Instauração de Pedido de Providências para análise dos dados funcionais enviados pelas unidades do Ministério Público em 2008, coletados por meio da Resolução CNMP nº 25/07.

DECISÃO

(...)A coleta de dados e a realização de diagnóstico vêm sendo uma prioridade para o CNMP, de acordo com seu Planejamento Estratégico.

O tema também está incluído no Planejamento Estratégico Nacional, sendo de inegável importância para que se atinjam diversos objetivos, dentre os quais o aperfeiçoamento do Ministério Público e a transparência.

Assim sendo, considerando que a recomendação analisada por esta Comissão já foi atendida e que o CNMP acompanha constantemente o cumprimento da Resolução nº 74, não se justifica o prosseguimento do presente feito.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos.

CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Presidente da Comissão de Planejamento
Estratégico e Acompanhamento Legislativo do
Conselho Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 25 DE JUNHO DE 2012

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - PCA
PROCESSO Nº 0.00.000.000667/2012-54;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
REQUERENTE: SELENE COELHO DE LACERDA - CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

(...) Por todo o exposto, determino o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 46, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
7. Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO - RIEP PROCESSO Nº 0.00.000.000141/2012-74;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
REQUERENTE: CARLOS HENRIQUE AMORIM ;
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS;

DECISÃO

(...) Ante o exposto, como não restou comprovada a inércia do Ministério Público Estadual na averiguação dos fatos contidos na exordial, determino o arquivamento do presente feito com fulcro no art. 46, X, "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

11. Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000550/2012-71
RELATOR: Conselheiro ADILSON GURGEL DE CASTRO
REQUERENTE: Eduardo Alves Pena
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Goiás

Decisão

(...) Homologo a desistência do feito formulada, às fls. 82 dos autos, pelo autor, que comunica sua habilitação para as provas discursivas do certame, após a divulgação de nova lista de aprovados pela Comissão de Concurso, por meio do comunicado nº 011/2012-CC.

Ante o exposto, arquivem-se estes autos.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - PP PROCESSO Nº 0.00.000.000671/2012-12;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
REQUERENTE: PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO;
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.

DECISÃO LIMINAR

(...) Em observância ao princípio do contraditório, antes de apreciar o pedido de liminar, DETERMINO o encaminhamento de cópia da exordial dos presentes autos ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, para que este, na condição de Presidente do Conselho Superior do Ministério Público daquela unidade e no prazo de 10 (dez) dias, traga aos autos as informações que entender cabíveis, com os documentos aptos a instruí-las.

DETERMINO ainda:

1) a intimação de eventuais interessados, pela via editalícia, nos termos do artigo 110, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público;

2) a intimação do Requerente, para que este apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, a documentação exigida pelo artigo 39, §§ 2.º e 3.º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, sob pena de arquivamento, bem como cópia dos documentos passíveis de comprovar suas alegações.

Após o cumprimento do presente despacho, voltem-me os autos.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000401/2012-10
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará
DECISÃO

(...) III - Diante do exposto, com base no artigo 46, inciso X, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional, julgo extinto o presente Procedimento de Controle Administrativo, por manifesta falta de interesse, e determino o seu ARQUIVAMENTO.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000403/2012-09
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará

DECISÃO

(...) III - Diante do exposto, com base no artigo 46, inciso X, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional, julgo extinto o presente Procedimento de Controle Administrativo, por manifesta falta de interesse, e determino o seu ARQUIVAMENTO.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES DE 28 DE MAIO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001373/2011-69
RECLAMANTE: FRANCYANY OSÓRIO REIS MENEZES FEITOSA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Decisão: (...)

Ante todo o exposto, inevitável concluir que atuação da Corregedoria local deve ser considerada suficiente, razão pela qual o deslinde que se impõe é o arquivamento desta Reclamação Disciplinar, nos termos do Art. 74, § 6º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo que opino.
S.J.M.

Brasília, 17 de maio de 2012
MARILDA HELENA DOS SANTOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 234/238, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da CF c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, à reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília-DF, 28 de maio de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional

DECISÕES DE 11 DE JUNHO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000664/2011-30
RECLAMANTE: JULIANO PATRICK DA CUNHA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: (...)

Ante o exposto, não se vislumbra omissão, inércia ou insuficiência na atuação do Órgão Disciplinar originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao Corregedor Nacional do Ministério Público o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, com fundamento no art. 74, §6º do RICNMP, cientificando-se o Plenário do Conselho, o reclamante, a reclamada e a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Brasília/DF, 5 de junho de 2012
JOSEANA FRANÇA PINTO
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 346/353, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 74, §6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se e,
Registre-se.

Brasília-DF, 11 de junho de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional

DECISÕES DE 18 DE JUNHO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000570/2012-41
RECLAMANTE: ANÔNIMO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: (...)

Por isso, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o indeferimento liminar da presente reclamação, com fundamento no art. 74, §1º do Regimento Interno.

Brasília, 6 de junho de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fl. 5, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o indeferimento liminar do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 74, §1º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se e,
Registre-se.

Brasília/DF, 18 de junho de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000364/2012-31
RECLAMANTE: MARIA DOLORES LORENZO GONZALEZ PEREIRA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: (...)

Ante o exposto, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento sumário da presente reclamação, em de improcedência manifesta e evidente prescrição da pretensão punitiva disciplinar, com fundamento no art. 31, I, do RICNMP.

Brasília, 1º de junho de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 127/129, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento sumário do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 31, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.
Publique-se e,
Registre-se.

Brasília/DF, 18 de junho de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 358, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e do art. 4º, inc. XXIII do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.12.000.000322/2011-43, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com União pelo prazo de 02 (dois) anos, em desfavor da empresa ENERGY SAVER DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.198.240/0001-66, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e da Cláusula Décima VI da Ata de Registro de Preços nº 02-A/2010, gerenciada pela União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Amapá.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO SUPERIOR

ATA

Ata de apuração da eleição destinada à renovação parcial da composição do Conselho Superior do Ministério Público Federal no ano de 2012, pelos subprocuradores-gerais da república.

As dezoito horas de treze de junho de dois mil e doze, no Plenário do Conselho Superior, na Procuradoria Geral da República, Brasília-DF, reuniram-se em sessão aberta, os membros da Comissão Eleitoral e Apuradora instituída pela Portaria PGR nº 197, de 20 de abril de 2012, Drª ZÉLIA OLIVEIRA GOMES, Dr. ANTÔNIO CARLOS PESSOA LINS e Dr. MAURÍCIO VIEIRA BRACKS, para a proclamação do resultado da eleição que se iniciou às dez horas (horário de Brasília). Considerando o Pequeno Colégio composto de 62 (sessenta e dois) membros, constatou-se a existência do quorum exigido pelo art. 53, § 1º, da Lei Complementar nº 75/93, com o total de 50 (cinquenta) eleitores. Encerrada a votação, computou-se um

total de 100 (cem) votos, sendo 7 (sete) votos em branco, restando atribuída aos candidatos a seguinte votação: HELENITA AMÉLIA GONÇALVES CAIADO DE ACIOLI - 36 (trinta e seis) votos, ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS - 30 (trinta) votos, CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VASCONCELOS - 14 (quatorze) votos, e MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO - 13 (treze) votos. De acordo com o art. 54, § 1º da LC nº 75/93 c/c art. 1º da Resolução CSMPF nº 125, foram eleitos os seguintes Subprocuradores-Gerais da República, na ordem decrescente de votos obtidos:

1º HELENITA AMÉLIA GONÇALVES CAIADO DE ACIOLI (titular)
2º ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS (titular)
3º CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VASCONCELOS (suplente)
4º MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO (suplente)
Não havendo impugnação ou recurso, o resultado acima foi proclamado, com o encerramento dos trabalhos e a lavratura da presente Ata, que será assinada pelos Membros da Comissão Eleitoral e Apuradora.

ANTÔNIO CARLOS PESSOA LINS
Presidente da Comissão

ZÉLIA OLIVEIRA GOMES
Membro

MAURÍCIO VIEIRA BRACKS
Membro

PAUTAS

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

SESSÃO: 21/2012 DATA: 18/06/2012 HORA: 17:00

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

CSMPF	: 1.00.001.000105/2012-45
Assunto	: RECURSO
Origem	: PR/MA
Relator(a)	: Cons. ALCIDES MARTINS
Interessado(s)	: Procuradoria da República no estado do maranhão Dra. Thayna Freire de Oliveira - Procuradora da República
CSMPF	: 1.00.001.000106/2012-90
Assunto	: AFASTAMENTO
Origem	: PR/SE
Relator(a)	: Cons. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Interessado(s)	: Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior - Procurador da Rep

SESSÃO: 22/2012 DATA: 19/06/2012 HORA: 17:00

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

CSMPF	: 1.00.001.000104/2012-09
Assunto	: AFASTAMENTO DO PAIS
Origem	: ANPR
Relator(a)	: Cons. JOSE FLAUBERT MACHADO ARAUJO
Interessado(s)	: Associação Nacional dos Procuradores da República
CSMPF	: 1.00.001.000107/2012-34
Assunto	: DESIGNAÇÃO PROVISÓRIA
Origem	: PRR/5ª Região
Relator(a)	: Cons. JOAO FRANCISCO SOBRINHO
Interessado(s)	: Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 8, DE 29 DE MAIO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001149/2011-38 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado às supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao Município de Porto de Pedras/AL, por força do Convênio nº 636/2002 (SIAFI nº 476767), para a construção de 95 módulos sanitários domiciliares, durante o mandato do Prefeito Ednaldo Almeida Costa.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;
b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.



3. Em seguida, oficie-se à Procuradoria Federal em Alagoas, indagando se foi proposta ação de execução do débito imputado pelo Tribunal de Contas da União a Ednaldo Almeida Costa, inscrito no CPF sob o nº 088.004.724-00, e à Construtora Monte Carlo Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.133.386/0001-23, no Acórdão nº 5.792/2011 - TCU - 2ª Câmara, e solicitando, no caso de resposta positiva, cópia reprográfica da petição inicial da ação.

4. Ressalte-se que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído com cópia reprográfica dos documentos acostados às folhas 10/11 e 20 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 9, DE 8 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001109/2011-96 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao Município de União dos Palmares/AL pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, durante os exercícios financeiros de 2008 a 2011.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, cumpra-se as providências determinadas nos itens 3 e 4 do Despacho nº 289/2011 (fl. 11).

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 10, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, no âmbito do PRONAF. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.001177/2011-55 em inquérito civil público a fim de apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação dos recursos públicos transferidos pela União ao Município de Santana do Mundaú/AL, no âmbito do Programa de Nacional de Fortalecimento da Agricultura - PRONAF.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se ao município de Santana do Mundaú/AL, solicitando informações sobre os fatos noticiados pelo representante.

4. Ressalto que o ofício mencionado no item anterior deste despacho deverão ser instruídos com cópias reprográficas dos documentos acostados às folhas 2/5 dos autos principais e 187/189 do Anexo 3.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 11, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais no pagamento de gratificação a servidores públicos municipais, assim como na execução de objeto de convênio. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.001223/2011-16 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao Município de União dos Palmares/AL:

a) no pagamento de gratificação a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde, nos exercícios financeiros de 2009 e de 2010;

b) por força do Convênio nº 3.436/2007 (SIAFI nº 617779), para a construção de unidade básica de saúde.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se ao Ministério da Saúde, solicitando informações sobre o resultado da análise da prestação de contas da aplicação dos recursos objeto do Convênio nº 3.436/2007 (SIAFI nº 617779), assim como cópia reprográfica da citada prestação de contas.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 12, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais na aquisição de medicamentos, no ano de 2010. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.001225/2011-13 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação recursos públicos federais transferidos ao Município de União dos Palmares/AL, durante o exercício financeiro de 2010, para a aquisição de medicamentos.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de União dos Palmares/AL, solicitando cópia reprográfica do pedido de providências formulado por Manoel João Feliciano e que deu causa à expedição da Portaria MP/UP 02/2011, de 19 de janeiro de 2011.

4. Ressalto que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído com cópia dos documentos acostados às folhas 3/7 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 13, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.000318/2012-01 em inquérito civil público, a fim de apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa, relacionado às irregularidades descritas no Relatório de Fiscalização nº 034002/2011, da Controladoria-Geral da União, o qual tem por objeto a análise da execução de programas federais pelo município de Feliz Deserto/AL.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Controladoria-Geral da União, solicitando cópia reprográfica da documentação que serviu de base às constatações descritas nos itens 2.2.1.1, 2.2.1.2, 2.2.1.3, 2.2.1.10, 2.2.2.1, 2.2.2.2, 2.2.2.3, 2.2.3.2, 2.2.3.3, 2.2.3.4, 2.2.3.5, 2.2.3.6, 2.2.3.8, 2.2.3.10, 2.2.3.16, 2.4.1.1, 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.5, 3.3.2.1, 3.4.1.1, 3.4.1.3, 3.4.1.4, 3.5.1.1, 3.5.1.2, 4.2.1.1, 4.2.1.4, 4.2.1.8, 4.2.1.9, 4.3.1.3, 4.3.1.5, 4.3.1.6, 4.3.2.2, 4.3.2.4 e 4.3.2.5 do Relatório nº 034002, de 15 agosto de 2011.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 14, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de convênio. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.000133/2012-99 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao município de Marechal Deodoro/AL, por força dos Convênios cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI sob os nos 648395, 659810, 614308, 585703, 754999, 736875, 660054, 737131, 729256, 648252, 583608, 531470, 534412, 571056, 717267, 633881, 625788, 648318, 648302, 648221, 703464, 708824, 711558, 724868 e 737584.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se:

a) ao Ministério do Turismo, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas pelo representante na aplicação de recursos transferidos pela União ao município de Marechal Deodoro/AL, por força dos Convênios nº 648395, 659810, 614308, 585703, 754999, 736875, 660054 703464, 708824, 711558, 724868 e 737584;

b) ao Ministério das Cidades, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas pelo representante na aplicação de recursos transferidos pela União ao município de Marechal Deodoro/AL, por força dos Convênios nº 737131, 729256, 648252 e 583608;

c) ao Ministério da Saúde, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas pelo representante na aplicação de recursos transferidos pela União ao município de Marechal Deodoro/AL, por força dos Convênios nº 531470, 534412 e 571056;

d) ao Ministério da Integração Nacional, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas pelo representante na aplicação de recursos transferidos pela União ao município de Marechal Deodoro/AL, por força dos Convênios nº 717267 e 633881;

e) ao Ministério da Justiça, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas pelo representante na aplicação de recursos transferidos pela União ao município de Marechal Deodoro/AL, por força do Convênio nº 625788;

f) ao Ministério do Esporte, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas pelo representante na aplicação de recursos transferidos pela União ao município de Marechal Deodoro/AL, por força do Convênio nº 648318 e 648302;

g) ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas pelo representante na aplicação de recursos transferidos pela União ao município de Marechal Deodoro/AL, por força do Convênio nº 648221.

4. Ressalto que os ofícios mencionados no item anterior desta portaria deverão ser instruídos com cópia reprográfica dos documentos acostados às folhas 2/12 dos autos, assim como da representação formulada pelo noticiante perante o respectivo Ministério.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 15, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos do PAB, nos anos de 2006 e de 2007. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.000573/2012-46 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação recursos públicos federais transferidos ao Município de Coruripe/AL, no âmbito da Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, durante os exercícios financeiros de 2006 e de 2007.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Controladoria-Geral da União, solicitando cópia reprográfica da documentação que serviu de base às constatações descritas nos itens 3.1.1.4 e 3.1.1.5 do Relatório de Ação de Controle nº 206403.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 16, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades no procedimento de movimentação dos recursos do FUNDEB. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.000422/2012-98 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades no procedimento de movimentação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, solicitando informações acerca das irregularidades no procedimento de movimentação de recursos do FUNDEB por aquela secretaria notificadas pela Controladoria-Geral da União.

4. Ressalte-se que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído do cópia reprográfica dos documentos acostados às folhas 7/8 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 17, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de dispensa irregular de procedimento licitatório na aquisição de material de expediente com recursos do Programa Bolsa Família. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.000572/2012-00 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a suposta dispensa irregular de procedimento licitatório na aquisição de material de expediente pelo município de Coruripe/AL, com recursos do Programa Bolsa Família, durante os exercícios financeiros de 2007 e 2008.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Controladoria-Geral da União, solicitando cópia reprográfica da documentação que serviu de base à constatação descrita no item 3.1.1.1. do Relatório de Ação de Controle nº 205717.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 18, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de convênio. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.000621/2012-04 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos pelo Ministério do Turismo ao município de Penedo/AL, por força do Convênio nº 737612, durante o mandato do Prefeito Israel Ramires Saldanha Neto.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se ao Ministério do Turismo, solicitando informações sobre o resultado da análise da prestação de contas da aplicação dos recursos transferidos ao município de Penedo/AL, por força do Convênio nº 737612, para a realização de festividades juninas, bem como cópia reprográfica daquela prestação de contas.

4. Ressalte-se que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído do cópia reprográfica dos documentos acostados às folhas 3/10 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 19, DE 11 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de convênio. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001598/2011-86 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA ao município de Penedo/AL, por força do Convênio nº 1014/2005 (SIAFI nº 553888), durante o mandato do Prefeito Március Beltrão Siqueira.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Fundação Nacional de Saúde, indagando se o município de Penedo/AL apresentou a prestação de contas final da aplicação dos recursos públicos federais transferidos àquele município por força do Convênio nº 1014/2005 (SIAFI nº 553888).

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 20, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de convênio. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão do procedimento administrativo nº 1.11.000.000138/2012-11 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao município de Murici/AL, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por força do Convênio nº 1070/1994 (SIAFI nº 102088), durante o mandato do Prefeito Remi Vasconcelos Calheiros.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, realize-se pesquisa no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral na internet, a fim de obter informações sobre o resultado das eleições para o cargo de prefeito do município de Murici/AL ocorridas nos anos de 2000 e 2004.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 21, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na apresentação da RAIS e no pagamento do PASEP devido aos servidores públicos estaduais. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001139/2011-01 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a suposto atraso na apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS pelo Estado de Alagoas e no pagamento dos benefícios do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP devidos aos servidores públicos daquele estado, alusivos ao ano base de 2010.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Secretaria de Gestão Pública em Alagoas - SEGESP, indagando se o Estado de Alagoas encaminhou ao Ministério do Trabalho e Emprego a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS alusiva ao ano base de 2010 e, no caso de resposta positiva, em que data o citado documento foi enviado, bem como solicitando cópia reprográfica da mencionada RAIS e do documento comprobatório do seu recebimento pelo destinatário.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 22, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de suspensão dos repasses de recursos do PNAE no ano de 2011, em razão de supostas irregularidades na aplicação de recursos daquele programa transferidos ao município nos anos de 2001 e de 2002. Necessidade da instauração de inquérito civil público.



1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001351/2011-60 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de ato de improbidade administrativa, relacionado a suposta suspensão dos repasses de recursos do PNAE ao município de Maceió/AL, no ano de 2011, em razão de irregularidades na aplicação de recursos daquele programa transferidos ao citado município nos anos de 2001 e de 2002.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

- autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;
- comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Secretaria Municipal de Educação de Maceió/AL, solicitando informações sobre os fatos descritos na representação formulada pelo Conselho de Alimentação Escolar do Município de Maceió/AL.

4. Ressalte-se que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído do cópia reprográfica dos documentos acostados às folhas 3/6 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 23, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Administrativo. Notícia de irregularidades na ocupação de imóvel que sediava a extinta Legião Brasileira de Assistência - LBA no Estado de Alagoas. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001330/2011-44 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na ocupação, pela Secretaria de Assistência Social do Estado de Alagoas, do imóvel que sediava a extinta Legião Brasileira de Assistência - LBA no Estado de Alagoas.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

- autuação da presente portaria e do procedimento administrativo em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;
- comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Secretaria de Estado de Assistência Social de Alagoas, indagando qual o título jurídico da ocupação do imóvel pertencente à União pela sede da citada secretaria, assim como se os recursos utilizados na construção deste prédio eram provenientes do orçamento da extinta Legião Brasileira de Assistência - LBA ou do Estado de Alagoas.

4. Ressalte-se que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído do cópia reprográfica dos documentos acostados às folhas 130/143 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 25, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Expediente PRM-JQE/BA nº
0001620/2012. Instauração de Inquérito Civil.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o teor do Expediente nº PRM-JQE-BA nº 0001620/2012, que notícia possíveis irregularidades praticadas pelo prefeito do município de Marconílio Souza/BA, na aplicação de recursos do FUNDEB no ano de 2011;

CONSIDERANDO que os fatos narrados no expediente podem, em tese, configurar atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura possíveis irregularidades praticadas pelo prefeito do município de Marconílio Souza/BA, na aplicação de recursos do FUNDEB no ano de 2011 "

TEMÁTICA: Improbidade Administrativa

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) oficie-se Prefeitura Municipal de Marconílio Souza/BA, requisitando que encaminhe a esta Procuradoria, no prazo de 15 dias, o(s) procedimento(s) de licitação ou dispensa que embasou(aram) a realização dos contratos nº 832/2011, 833/2011, 834/2011 e 835/2011, todos firmados com a empresa Iracema Passos Leão, bem como cópia de todos os processos de pagamento e notas fiscais emitidos com base nas despesas realizadas por meio destes contratos;

d) oficie-se a Procuradoria Regional da República na 1ª Região, encaminhando-lhe cópia integral do presente expediente, para adoção das providências no âmbito criminal, uma vez que se trata de investigado com foro privilegiado.

Nomeio o Técnico Administrativo Guilherme Del Sousa, matrícula nº 21.727-1, lotado nesta Procuradoria, para exercer função de Secretário no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PORTARIA Nº 34, DE 5 DE JUNHO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil. Peças de Informação nº 1.14.000.001227/2012-73

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO o teor das Peças de Informação nº 1.14.000.001227/2012-73 autuadas a partir de Ofício nº 230/2012 encaminhado pelo Ministério Público Estadual noticiando possíveis irregularidades na execução do serviço de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Cachoeira e das localidades de Belém, Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, por parte da Embasa, através da empresa Macro Construtora Ltda., realizado com recursos oriundo do Programa "Saneamento Para Todos" (Ministério das Cidades);

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados, resolve:

Com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil Público, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apuração de possíveis irregularidades na execução do serviço de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Cachoeira e das localidades de Belém, Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, por parte da Embasa, através da empresa Macro Construtora Ltda., realizado com recursos oriundo do Programa "Saneamento Para Todos" (Ministério das Cidades);".

TEMÁTICA: Improbidade Administrativa

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Oficie-se à Embasa, solicitando que informe, no prazo de 15 dias, acerca da execução do objeto do Contrato de Financiamento nº 0228.528-85/2007 firmado no âmbito do Programa "Saneamento Para Todos", especialmente sobre o cronograma de conclusão da obra, qual seja, a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Cachoeira e localidades próximas;

c) Oficie-se a CEF, requisitando que informe, no prazo de 15 dias, qual a origem das verbas e modalidade de repasse referente à obra de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Cachoeira e localidades, executada pela EMBASA, e qual o valor já efetivamente liberado e por liberar, encaminhando cópia dos instrumentos de repasse e eventuais relatórios de vistoria realizados por esta instituição.

d) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução n. 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

e) Findo o prazo, com ou sem resposta, retornem-me os autos conclusos.

Nomeio o Técnico Administrativo Carlos Alberto Sampaio, matrícula n. 12.531-8, lotado nesta Procuradoria, para exercer função de Secretário no presente Inquérito Civil Público.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PORTARIA Nº 36, DE 15 DE JUNHO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil. Peças de Informação nº 1.14.000.001383/2012-34.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO o teor das Peças de Informação nº 1.14.000.001383/2012-34, que trata de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB pelo Estado da Bahia nos anos de 2011 e 2012, especialmente diante de supostas inconsistências verificadas entre a prestação de contas divulgada pelo órgão e as declarações posteriores dos gestores;

CONSIDERANDO a notícia veiculada na imprensa, por meio do qual se relata que o Estado da Bahia possuía um saldo de 640 milhões de reais no FUNDEB ao final do exercício de 2011, mas que tal constatação teria se dado devido a um "erro contábil", não tendo restado dinheiro na conta do respectivo fundo ao final do referido período;

CONSIDERANDO que o Estado da Bahia recebeu recursos da União para complementação do FUNDEB nos anos de 2011 e 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados, resolve:

Com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil Público, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB pelo Estado da Bahia nos anos de 2011 e 2012".

TEMÁTICA: Atos Administrativos

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Oficie-se o Tribunal de Contas do Estado, solicitando: 1- que encaminhe a esta Procuradoria, no prazo de 15 dias, cópia integral do procedimento de prestação de contas, e sua correspondente análise, relativa aos recursos do FUNDEB do Estado da Bahia no ano de 2011, acompanhada de todas as manifestações oriundas deste órgão no curso da análise e julgamento destas contas (preferencialmente por meio digital);

2- que apure notícia de que eventual saldo de 640 milhões que teria restado na conta do FUNDEB do Estado da Bahia ao final do exercício de 2011 se deveu a um erro contábil da administração estadual e que, em realidade, não houve recursos remanescentes deste período; e

3- que informe a esta Procuradoria o resultado da apuração solicitada no item 2.

(Anexar cópia integral do expediente)

c) Oficie-se a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, requisitando que encaminhe a esta Procuradoria, no prazo de 15 dias, cópia da folha de pagamento dos profissionais em exercício na educação, especificando quais os profissionais em efetivo exercício na educação básica, discriminando o respectivo nível de cada profissional e o tipo/modalidade de estabelecimento a que estão vinculados;

d) Oficie-se a Secretaria de Administração do Estado da Bahia, requisitando que enumere, no prazo de 15 dias, todas as receitas que compuseram o FUNDEB deste Estado no ano de 2011, indicando suas respectivas origens, bem como todas despesas realizadas pelo Estado da Bahia com recursos do FUNDEB durante o exercício de 2011, especificando o valor, o objeto e a finalidade de cada um desses gastos;

e) Considerando que a representação também versa sobre matéria referente a eventual descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras supostas irregularidades de atribuição do Ministério Público Estadual, encaminhe-se cópia integral do expediente e desta Portaria à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis;

f) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução n. 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

g) Findo o prazo, com ou sem resposta, retornem-me os autos conclusos.

Nomeio o Técnico Administrativo Carlos Alberto Sampaio, matrícula n. 12.531-8, lotado nesta Procuradoria, para exercer função de Secretário no presente Inquérito Civil Público.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PORTARIA Nº 37, DE 15 DE JUNHO DE 2012

Ref.: Expediente nº PRM-CFR-BA-00002401/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal velar pela proteção do Patrimônio Público e Social, nos termos do art. 129, III da Constituição da República e art. 5º, III, "b" da Lei Complementar 75;

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Auditoria nº 215338/2009 da Controladoria Geral da União, noticiando supostas irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 3329/2001 (SIAFI 438784) firmado pela FUNASA com Prefeitura Municipal de Caldeirão Frande/BA, com vigência entre 31.12.2001 a 29.12.2003;

CONSIDERANDO que a representação aponta indícios da prática de atos de improbidade administrativa, os quais merecem a devida apuração, resolve:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, determinando a adoção, inicialmente, das seguintes providências:

1 - Oficie-se à FUNASA solicitando o encaminhamento de cópia integral do procedimento de Tomada de Contas Especial instaurado, em virtude de irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 3329/2001 (SIAFI 438784) firmado com Prefeitura Municipal de Caldeirão Frande/BA, acompanhada dos pareceres finais técnico e financeiro.

2 - Oficie-se ao TCU solicitando informações acerca da existência de procedimento de apuração relativa ao Convênio nº 3329/2001 (SIAFI 438784) firmado pela FUNASA com Prefeitura Municipal de Caldeirão Frande/BA. Em caso positivo, deve ser encaminhada mídia contendo cópia integral do referido procedimento.

3 - Notifique-se ao ora Representando, dando-lhe ciência da instauração e facultando-lhe a apresentação de defesa acerca dos fatos relatados no Relatório de Auditoria nº 215338/2009 da CGU, cuja cópia deve acompanhar o ofício.

Ainda, em cumprimento à Resolução nº 87/2006-CSMPF, com as alterações promovidas pela Resolução nº 106/2010-CSMPF:

a) Autue-se a presente Portaria, juntamente com a representação;

b) Comunique-se à 5ª CCR, informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

c) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 39, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Peças de Informação: Protocolo PRM-ILH-BA-00002417/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação, resolve:

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB dos exercícios de 2009 e 2010, no Município de Ibirapitanga/BA. Gestão de ANTÔNIO CONCEIÇÃO ALMEIDA (2009/2012).

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofícios:

a) à Prefeitura de Ibirapitanga/BA solicitando que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca do conteúdo da representação.

b) à Câmara Legislativa do Município e ao Conselho do FUNDEB e de Educação, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do conteúdo da representação, bem assim, juntar a documentação que entenderem pertinente;

c) ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, remeta cópia do Pronunciamento Técnico referente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB do Município de Ibirapitanga do ano de 2009.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 218, DE 29 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação:

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.16.000.001477/2012-39 em Procedimento Preparatório, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Apuração de possíveis irregularidades na compra, pelo Exército Brasileiro, de rádios táticos da família "Falcon II" e "Falcon III, da empresa Harris Corporation.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: Harris Corporation e Exército Brasileiro

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Anônimo

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

PORTARIA Nº 273, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação:

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.16.000.001799/2012-88 em Procedimento Preparatório, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Apuração de suposta irregularidade quanto à alteração de frequência de radiocomunicação dos setores de segurança pública por parte da Anatel.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: Anatel

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

PORTARIA Nº 292, DE 29 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação:

Converte as presentes peças informativas autuadas sob o nº 1.16.000.001196/2012-86 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Relatório preliminar - auditoria da CGU

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: A apurar

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

PORTARIA Nº 293, DE 29 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação:

Converte as presentes peças informativas autuadas sob o nº 1.16.000.001227/2012-07 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Apuração de possíveis irregularidades ocorridas no Coren/DF, nos anos de 2007 e 2008, com suposto pagamento indevido de despesas com locação de imóvel.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: Coren/DF

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

PORTARIA Nº 335, DE 19 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público

d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação:

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.16.000.000472/2012-99 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: dúvida quanto à existência das empresas referidas em Certidão de Tempo de Contribuição do sr. Murillo E. F. Da Silva Porto.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: Murillo E. F. Da Silva Porto.

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: 8ª Vara Federal do DF.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

**PORTARIA Nº 337, DE 20 DE JUNHO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público
- d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.16.000.001676/2012-47 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: apuração de possíveis irregularidades, apontadas pela empresa Unio Manutenção e Serviços LTDA, ocorridas no Pregão nº 0038/2010, realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: ATRAN II Comércio e Serviços de Limpeza LTDA e Inmetro.

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Tribunal de Contas da União

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

PORTARIA Nº 339, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público
- d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.16.000.001742/2012-89 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: Apuração de suposta omissão do Chefe de Gabinete da Antaq em notificar, à Receita Federal do Brasil, possíveis irregularidades fiscais cometidas pela empresa Flumar Transporte de Químicos e Gases Ltda.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: Ênio Soares Dias

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

PORTARIA Nº 340, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da Constituição Federal
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público
- e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as presentes peças informativas autuadas sob o nº 1.16.000.001525/2012-99 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS: apuração de possíveis impropriedades no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES, mantido pelo Ministério da Saúde.

POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELOS FATOS INVESTIGADOS: empresas prestadoras de serviço de saúde, no âmbito do Distrito Federal.

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Flavio Dino de Castro e Costa.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia PFDC - Procuradoria Federal dos Direitos do cidadão - PFDC a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

HÉLIO FERREIRA HERINGER JÚNIOR

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL****PORTARIA Nº 8, DE 13 DE JUNHO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º e 7º, da Lei Complementar nº 75/93;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto no artigo 4º, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- e) considerando a representação encaminhada por e-mail ao sítio eletrônico da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, protocolo nº 00006601/2012 (Denúncia nº 1423/2012), em que o representante narra péssimas condições de trafegabilidade e segurança da rodovia federal BR 262 - Trecho Três Lagoas/Água Clara, aduzindo que no referido trecho falta sinalização horizontal e vertical, o acostamento é formado por buracos e matos, a pista está tomada por buracos e facões, em razão da péssima qualidade do asfalto e também por excesso de carga e manutenções paliativas, falta, ainda, balança, e as passagens de nível com via férrea encontram-se intrinsecamente (a pior seria a de Água Clara depois do Rio Verde - sentido Campo Grande).

Ante todo o exposto, DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo a presente portaria ser registrada, autuada juntamente como o documento anexo, afixada em local de costume, registrando na capa dos autos e no sistema ÚNICO como objeto do inquérito: apurar condições de tráfego, segurança e aplicação de verbas públicas federais destinadas à conservação da BR 262 - trecho Três Lagoas - Água Clara.

Como diligência inicial, determino que se oficie à Superintendência Regional do DNIT no Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 87/2010-CSMPF, apresente esclarecimentos que julgar necessários à respeito dos fatos apresentados na denúncia nº 1423/2012 (cópia em anexo), destacando as condições de tráfego, segurança, bem como de possíveis licitações em andamento destinadas à conservação da BR 262 - trecho Três Lagoas/Água Clara. Designo a servidora Isis Pizzato da Cunha para secretariar o presente feito, enquanto lotada neste Gabinete.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 6º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LEONARDO AUGUSTO GUELFI

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE MINAS GERAIS****PORTARIA Nº 112, DE 22 DE JUNHO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000131/2012-96 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para averiguar supostas irregularidades no processo seletivo para Residência Uni-Profissional em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Uberlândia;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PORTARIA Nº 114, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, determina:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000135/2012-74 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na administração de recursos repassados à Universidade Federal de Uberlândia para atender as necessidades do Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial - CEPAE;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PORTARIA Nº 113, DE 22 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, determina:

1) a conversão das Peças Informativas nº 1.22.003.000081/2011-66 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para averiguar se os métodos descritos na Portaria nº 1426/2008 do Ministério da Saúde, utilizados pelo Centro de Controle de Zoonoses em Uberlândia para determinar se o animal é portador de Leishmaniose Visceral Canina, são suficientes para determinar o sacrifício deles quando o resultado é positivo para a infecção;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO PIAUÍ****PORTARIA Nº 41, DE 25 DE JUNHO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Estado do Piauí infra assinado, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro nos artigos 127 e 129, III da CF/88, bem como as previsões inscritas nos artigos 5º, inciso III, "d" e inciso V, "a", e 6º, VII, b, da Lei Complementar nº 75/93 (Estatuto do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas elencadas no artigo 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006 no âmbito do Procedimento Administrativo nº 1.27.000.002420/2011-92, instauradas a partir de representação da Câmara Municipal de Luzilândia/PI, para apurar supostas irregularidades no processo de seleção e critérios de escolha dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, no referido Município, resolve:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para apurar possíveis irregularidades na escolha de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, no Município de Luzilândia/PI.

Convertam-se os elementos de informação existentes no Procedimento Administrativo nº 1.27.000.002420/2011-92 em Inquérito Civil Público.

Comunique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para os fins do artigo 6º da Resolução nº 87/CSMPF.

Encaminhe-se a Portaria para publicação no Diário Oficial, conforme artigo 16, §1º, I da Resolução nº 87/CSMPF.

Dê-se ciência aos demais Procuradores da PR/PI.

Após, conclusos ao meu gabinete.

KELSTON PINHEIRO LAGES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 49, DE 20 DE JUNHO DE 2012

PRM-JOA-RJ-00010083/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações, determina:

4) Instaura-se o Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Possível cobrança por serviços do SUS. Médica com consultório em Queimados."

5) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA Nº 51, DE 21 DE JUNHO DE 2012

PRM-JOA-RJ-00010125/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações, determina:

4) Instaura-se o Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Acompanhamento do cumprimento da sentença transitada em julgado no processo 2007.51.10.003814-5. Cumprimento da Lei 9.452/97 pelo Município de Duque de Caxias."

5) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS

PORTARIA Nº 98, DE 15 JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende/RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que foi encaminhada a este órgão ministerial representação apócrifa, formulada através do "Serviço de Denúncia Pública" da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (Protocolo PRM-RSD-RJ-00003816/2012), noticiando que o Sr. WALTER BEHR, enquanto Chefe do Parque Nacional do Itatiaia, teria ordenado a construção de um "quebra-molas", e a escavação de "valas", no trecho da Rodovia BR-485, que corta a referida unidade de conservação, sem autorização de DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) ou qualquer outro órgão/entidade de trânsito;

CONSIDERANDO que, ainda conforme a referida representação apócrifa, o supracitado "quebra-molas" teria ocasionado acidentes, gerando, inclusive procedimento administrativo para reparação de danos materiais junto ao ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), e que, as supracitadas "valas" seriam imperceptíveis no período noturno, e não ostentariam qualquer sinalização;

CONSIDERANDO que, à luz da Lei nº 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o Parque Nacional do Itatiaia (Decreto nº 87.586/82) é uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral, hodiernamente, gerida pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que a BR-485, conhecida como "Estrada do Parque Nacional do Itatiaia" é uma Rodovia Federal administrada pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes;

CONSIDERANDO que faz-se imperioso o aprofundamento das apurações com o objetivo de constatar eventuais atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92) ensejadores de dano ao erário e/ou violadores dos princípios e normas que regem a atividade da Administração Pública; resolve:

instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com a finalidade de apurar eventuais irregularidades ocasionadoras de dano ao erário e/ou violadoras dos princípios e normas que regem a atividade da Administração Pública, por parte do Sr. WALTER BEHR, que, no exercício do cargo de Chefe do Parque Nacional do Itatiaia, supostamente, teria ordenado a construção de um "quebra-molas" e a escavação de "valas" na BR-485 ("Estrada do Parque Nacional do Itatiaia"), sem autorização do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) ou qualquer outro órgão/entidade de trânsito, ocasionando acidentes e, inclusive, procedimento administrativo para reparação de danos materiais junto ao ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - PATRIMÔNIO PÚBLICO - CONSTRUÇÃO DE QUEBRA-MOLAS E ESCAVAÇÃO DE VALAS - br-485 (estrada do parque Nacional do itatiaia) - ausência de autorização do dnit (departamento nacional de infraestrutura de transportes) e/ou outros órgãos/entidades de trânsito - suposta causa de acidentes - Walter behr (chefe do parque nacional do itatiaia)".

b) Comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União;

c) Publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria;

d) Oficie-se ao Parque Nacional do Itatiaia requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias: a) informe se a chefia da unidade determinou/promoveu a construção de "quebra-molas" e/ou a escavação de "valas" na BR-485 ("Estrada do Parque Nacional do Itatiaia"), indicando os eventuais locais exatos da referida rodovia em que tais obstáculos teriam sido instalados; b) no caso da chefia da unidade ter determinado/promovido a construção de "quebra-molas" e/ou a escavação de "valas" na BR-485 ("Estrada do Parque Nacional do Itatiaia"), encaminhe cópias dos respectivos documentos/procedimentos administrativos que ensejaram as respectivas autorizações/aprovações por parte do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e dos órgãos/entidades de trânsito competentes.

e) Oficie-se à Presidência do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe cópias de eventuais reclamações e/ou procedimentos administrativos referentes a requerimentos de indenização por danos materiais decorrentes de acidentes e/ou defeitos em veículos, ocasionados, supostamente, por "quebra-molas", "valas" ou outros obstáculos instalados na BR-485 ("Estrada do Parque Nacional do Itatiaia"), por parte da Chefia do Parque Nacional do Itatiaia.

f) Oficie-se à 99ª Delegacia de Polícia Civil em Itatiaia/RJ e à 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhem cópias de eventuais registros de ocorrência relativos a danos e/ou acidentes de veículos ocorridos na BR-485 ("Estrada do Parque Nacional do Itatiaia"), supostamente, ocasionados por "quebra-molas", "valas" ou outros obstáculos instalados na referida rodovia, por parte da Chefia do Parque Nacional do Itatiaia.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 241, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o teor da representação apresentada a esta Procuradoria da República pelo Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Alexandre José da Silva, a qual informa que as obras para construção do prédio de ciências humanas, feitas pela empresa Mello Jr, vencedora da licitação, seguiram em ritmo lento e com diversos problemas, culminando no abandono por esta empresa em segundo semestre de 2008, declarando-se incapacitada de concluir a obra, sendo estimados os prejuízos ao erário em R\$ 300.000,00.

CONSIDERANDO que os fatos narrados podem constituir atos de improbidade administrativa que importam em ofensa aos princípios da Administração, consoante previsão do art. 11 da Lei nº 8.429/92;

Resolve o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, instaurar o presente inquérito civil público, nº 1.30.010.000262/2012-11, com fundamento na Lei Complementar nº 75/93, para apurar possíveis irregularidades relacionadas às obras de construção do prédio da Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (Campus Aterrado) efetuadas pela empresa Mello Jr.

Para isso, DETERMINA-SE:

- seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

- seja encaminhado, por meio eletrônico, comunicado ao respectivo órgão de revisão, informando a instauração do presente procedimento preparatório, nos termos do artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal; - seja expedido ofício à SAEN-UFF requisitando o envio de cópia do contrato, respectivos termos aditivos e de distrato ou rescisão firmados com a empresa Mello Jr, informando quais os fiscais responsáveis e quais os ordenadores de despesas, bem como todos os pagamentos efetuados, com as datas.

Cumpra-se.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 646, DE 19 DE JUNHO DE 2012

Converte o Procedimento Administrativo PR-RJ nº 1.30.001.004509/2011-98 em Inquérito Civil Público.

O Ministério Público Federal é Instituição destinada à "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", tendo, entre suas funções constitucionais, as de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia" e de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (Constituição da República, artigos 127 e 129, incisos II e III).

Compete ainda ao Ministério Público Federal, considerados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, zelar pelo efetivo respeito, pelos Poderes da União e pelos serviços de relevância pública, aos princípios constitucionais relativos à finanças públicas e à segurança social, bem como defender o patrimônio público e social e os direitos e interesses coletivos (Lei Complementar nº 75/93, artigo 5º, incisos I, alínea h, II, alíneas b e d, III, alínea b e e, e V).

Os Ofícios da Área da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Rio de Janeiro têm suas atribuições fixadas pela Portaria PR-RJ nº 843/2008 (na redação dada pela Portaria nº 182/2011), segundo a qual cabe aos Ofícios do Patrimônio Público e Social atuar: "a) por matéria, na tutela coletiva judicial e extrajudicial da probidade administrativa, do patrimônio público e social, quando não esteja sob atribuição dos demais Ofícios; b) por matéria, na tutela coletiva judicial e extrajudicial dos interesses coletivos lato sensu e dos direitos do cidadão, quando relacionada à previdência social ou quando relacionada a ações ou omissões de órgãos ou agentes do Ministério da Previdência Social e das entidades da Administração indireta a este vinculadas (Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social-DATAPREV); c) por órgão, na tutela coletiva judicial e extrajudicial relacionada a fraudes ou outras irregularidades que comprometam a lisura de concurso público que não seja promovido por órgãos das unidades hospitalares e de saúde federais e da Administração direta ou indireta dos Ministérios do Meio Ambiente, da Cultura, da Saúde e da Educação; d) como custos legis, em todos os processos judiciais em que a lei preveja a participação obrigatória do Ministério Público Federal nesta qualidade, preferencialmente nos que tenham objeto relacionado à sua atribuição por matéria e por órgão, observada a equitativa distribuição da carga de trabalho entre todos os Procuradores da Área".

O Conselho Superior do Ministério Público Federal editou em 06 de abril de 2010 a Resolução nº 106, unificando, no âmbito do MPF, as normas disciplinadoras do Inquérito Civil Público antes divididas entre a Resolução nº 87/2006, do próprio CSMPF, e a Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

A nova Resolução altera a redação do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/2006, determinando que, caso não haja nos autos do procedimento elementos que permitam a adoção imediata de qualquer das medidas previstas no caput do mesmo artigo, o Procurador oficiante poderá, no prazo máximo de 180 dias, realizar diligências. Findo o prazo, impõe-se o ajuizamento de ação civil, o arquivamento do procedimento ou a conversão do mesmo em inquérito civil.

Constata-se que o Procedimento Administrativo em epígrafe foi instaurado nesta Unidade há mais de 180 dias para apurar possível descumprimento de carga horária pelo Médico Perito do INSS Luiz Sérgio Duque Estrada de Castro. Apesar das diversas providências e diligências já empreendidas nos autos, verifica-se ainda não ser possível o ajuizamento de ação civil ou, por outro lado, a promoção de arquivamento do feito.



Impõe-se, desta forma, a regularização formal do Procedimento, para atendimento às determinações da nova Resolução CSMFP nº 106/2010.

Diante disso, determino a CONVERSÃO do Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua atual Ementa:

"Patrimônio Público. INSS. Possível descumprimento de carga horária por Médico perito. Incompatibilidades de horários. Suposta acumulação indevida. Possível ato de improbidade administrativa."

Autue-se e publique-se esta Portaria de conversão.

Comunique-se à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a conversão do Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público, em obediência à Resolução CSMFP nº 106/2010.

GUSTAVO MAGNO GOSKES BRIGGS
DE ALBUQUERQUE
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 101, DE 23 DE MAIO DE 2012

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO:

1. o art. 225 da Constituição Federal que preceitua que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

2. as atribuições do Ministério Público Federal, previstas no art. 129 c/c o art. 109, da Carta Maior, dentre elas a obrigação de zelar e proteger o meio ambiente;

3. a Lei Complementar n.º 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

4. que, nos termos do art. 7º, I, da LC n.º 75/93, incumbe ao Ministério Público Federal a instauração de inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

5. o disposto na Lei nº 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico e dá outras providências;

6. que se consideram de preservação permanente as nascentes, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas restingas e nos manguezais nos termos da Lei nº 4.771/65 e da Resolução do CONAMA nº 303/2002;

7. que o artigo 22 da Lei nº 4771/65 determina à União a fiscalização da aplicação das normas do Código Florestal;

8. que embora os réus DÉBORA DE BORBA MARTINS e EDICARLO DA CUNHA tenham sido absolvidos na esfera penal, as provas produzidas durante a Ação Penal nº 2004.72.01.041340-6 promovida pelo Ministério Público Federal, demonstram que estes construíram em área de preservação permanente, sendo que as condutas praticadas podem gerar também consequências nas esferas civil e administrativa, resolve:

converter o presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL para investigar os fatos narrados.

Para tanto, determino ao Setor de Autuação e Distribuição desta PRM/Joinville, que autue o presente despacho e os documentos que o acompanham.

Comunique-se a instauração deste Inquérito Civil à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, solicitando sua publicação nos termos do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do MPF.

Após, conclusos.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 299, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Peça de Informação nº
1.33.000.001481/2012-16. CONVERSÃO
EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMFP:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMFP);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência de Peça de Informação nº 1.33.000.001481/2012-16 versando sobre possível prática de nepotismo no âmbito do Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina, determine a

CONVERSÃO desta Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. POSSÍVEL PRÁTICA DE NEPOTISMO.

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

ANDRÉ STEFANI BERTUOL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 195, DE 20 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO que as Peças de Informação nº 1.34.001.003109/2012-05 apuram notícia referente a irregularidades envolvendo o Instituto Educacional do Estado de São Paulo - IESP, entidade mantenedora de várias Instituições de Ensino Superior pertencentes ao grupo educacional "União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo" - UNIESP (fls. 03/21);

CONSIDERANDO que a UNIESP divulga a gratuidade dos cursos oferecidos pelas IES do grupo, decorrente do "Novo FIES", em seu site, em função do que são formalizados Certificado e Termo de Garantia de Pagamento do FIES pela UNIESP;

CONSIDERANDO que os valores dos contratos de financiamento dos alunos optantes pelo FIES seriam maiores do que os praticados para os alunos não optantes, sendo que o sobrepreço serviria para o pagamento de comissões de 10% aos representantes da Igreja, ou da Assembleia, ou da Congregação, que tenham encaminhado o aluno optante pelo Programa;

CONSIDERANDO que o pedido de transferência de manutenção da Faculdade Prudente de Moraes (FPM), localizada em Itu/SP, adquirida pelo IESP- UNIESP em 22.06.2011, a despeito de ter sido protocolado em 14.09.2011, sob o nº 20112619, até o momento não foi concluído;

CONSIDERANDO o credenciamento indevido da FPM para adesão ao FIES, em função do que teria sido concedido ao IESP, no segundo semestre de 2011, a quantia de R\$ 745.069,90, a qual está bloqueada para movimentação;

CONSIDERANDO notícia de que os alunos matriculados nos cursos de Publicidade e Propaganda, Administração e Jornalismo da FPM, em 2012, teriam aderido ao FIES pela mantenedora da Faculdade César Lattes;

CONSIDERANDO notícia de que a direção do IESP teria proposto ao antigo responsável legal da FPM a transferência da manutenção da IES para outra mantenedora com o fim de possibilitar o ingresso dos alunos no FIES, burlando a Portaria SESu MEC nº 183;

CONSIDERANDO que o antigo responsável legal da FPM teria noticiado ao MEC, instruindo com provas documentais, as irregularidades do IESP, mas não teriam sido tomadas providências;

CONSIDERANDO a existência de indícios que justificam apurar o desrespeito ao direito fundamental à educação, bem como a destinação irregular de verba pública repassada pelo MEC/FNDE ao IESP;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças de Informação nº 1.34.001.003109/2012-05, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados (fls. 03/21);

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e das Peças de Informação nº 1.34.001.003109/2012-05 com a seguinte ementa: "EDUCAÇÃO. Patrimônio Público. Propaganda enganosa e concessão irregular do FIES.";

b. comunicação à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil;

d. solicitação de esclarecimentos à SERES/MEC.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 202, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que delação inqualificada aventa ilicitudes na compra de imóvel para mudança de sede do Conselho Regional de Corretores de Imóvel do Estado de São Paulo (petição às fls. 04-20 e documentos às fls. 21-62);

CONSIDERANDO que as informações e os documentos encaminhados pelo Conselho Regional de Corretores de Imóvel do Estado de São Paulo (fls. 70-279, 282, 284-326, além dos Anexos I a XVII) não esgotam a necessidade de aprofundar a investigação da hipótese;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União instaurou o Processo nº 000218/2011-1 para apurar a hipótese (fl. 326);

CONSIDERANDO que a espécie pode identificar, em tese, a prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, respectivamente), sem nenhum prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que toda a hipótese deve ser devidamente esquadrihada e que devem ser identificados todos os agentes públicos e/ou terceiros que concorreram para a(s) aventada(s) prática(s) ilícita(s), até para desvelar prejuízo ao patrimônio público (erário) e/ou a prática de ato(s) de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), viabilizando eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais;

CONSIDERANDO que a ação de ressarcimento ao erário por ato ilícito praticado por agente público é imprescritível (art. 37, § 5º, da Constituição Federal, coadjuvado pelo art. 5º da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5º, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6º, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1º da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1º, inciso IV, e 5º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e arts. 5º e 17 da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Público da União), resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000044/2011-57 (art. 5º, inciso III, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01, de 03 de outubro de 2006, da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público).

6. No mais, aguardem-se novas informações do Conselho Regional de Corretores de Imóvel do Estado de São Paulo e acaulem-se os autos por 120 (cento e vinte) dias, interstício depois do qual deve ser realizada nova pesquisa acerca do trâmite do Processo nº 000218/2011-1 no Tribunal de Contas da União.

RAFAEL SIQUEIRA DE PRETTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 162ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2012

Início: 9h15

Presidência: Luís Antônio Camargo de Melo. Presentes os Conselheiros: José Alves Pereira Filho, Maria Guiomar Sanches de Mendonça (Vice-Presidente), Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Edson Braz da Silva, Vera Regina Della Pozza Reis, Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Eduardo Antunes Parmeggiani (Conselheiro Secretário ad hoc) e Ronaldo Curado Fleury. Ausente, justificadamente, o Corregedor-Geral do MPT José Neto da Silva. Presente o representante da ANPT Procurador do Trabalho Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

Deliberações:

01 - Processo CSMPPT nº 08130.004034/2003.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar

Curador: Procurador do Trabalho Valdir Pereira da Silva.

Relator: Conselheiro Edson Braz da Silva.

Revisor: Conselheiro Luís Antônio Camargo de Melo.

Decisão: O Conselheiro Relator comunicou ao Colegiado que a atual Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região informou o cumprimento da decisão tomada por este Conselho Superior nos autos do presente processo, na 151ª Sessão Ordinária, complementadas pelas decisões tomadas na 154ª Sessão Ordinária, na 156ª Sessão Ordinária, 159 Sessão Ordinária e 162ª Sessão Ordinária. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

02 - Processo CSMPPT nº 08130.002130/2011.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar

Relator: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Revisora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça.

Decisão: Após o voto do Conselheiro Relator propondo a demissão do acusado, no que foi acompanhado pelos Conselheiros Maria Guiomar Sanches de Mendonça (Revisora), José Alves Pereira Filho e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, com ressalva de fundamentação e os votos dos Conselheiros Edson Braz da Silva, Vera Regina Della Pozza Reis e Rogério Rodriguez Fernandez Filho no sentido de se aplicar a pena de suspensão por 45 dias, com base no art. 236, IX, parte final c/c o art. 240, IV da Lei Complementar 75/93, pediu vista regimental o Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

03 - Processo CSMPPT nº 08130.005365/2011.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar

Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo arquivamento do Inquérito Administrativo Disciplinar, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

04 - Processo CSMPPT nº 08130.005739/2011.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar

Relator: Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani.

Revisora: Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis.

Decisão: Adiado o julgamento para a próxima sessão ordinária, por indicação do Conselheiro Relator, em razão de óbice havido na entrega da intimação à interessada. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

05 - Processo CSMPPT nº 08130.005179/2011 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Interessada: Corregedoria do MPT.

Advogados: Bruno Dall'Orto Marques, OAB/ES nº 8.288 e Raphael Madeira Abad, OAB/ES nº 11.370.

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão do CSMPPT que rejeitou as preliminares de prevenção, prescrição e decadência e acolheu parcialmente a súmula de acusação e instaurou Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público Trabalho.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Revisor: Conselheiro Edson Braz da Silva.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, conhecer e rejeitar os Embargos Declaratórios, nos termos do voto da Conselheira Relatora. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

06 - Processo CSMPPT nº 08130.005881/2011.

Proponente: Ronaldo Curado Fleury - Subprocurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução 69/2007.

Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho.

Revisor: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, ratificar a decisão do Conselheiro Relator, que deferiu o sobrestamento do feito por 60 (sessenta) dias, requerido pela Câmara de Coordenação e Revisão do MPT. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

07 - Processo CSMPPT nº 08130.002457/2012.

Interessada: Sandra Lia Simón - Procuradora Regional do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar, como palestrante, em congresso na cidade de Weimar/Alemanha.

Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Revisora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho opinou, à unanimidade, favoravelmente à concessão do afastamento da Procuradora Regional do Trabalho Sandra Lia Simón para, no período de 08/11/2012 a 10/11/2012, participar, inclusive como palestrante, do Congresso Anual da Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung, em Weimar, Alemanha, já incluído o período de trânsito, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

08 - Processo CSMPPT nº 08130.002427/2012.

Interessado: Marcos Antônio Ferreira Almeida - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado.

Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho.

Revisor: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho opinou, à unanimidade, favoravelmente à concessão do afastamento do Procurador do Trabalho Marcos Antônio Ferreira Almeida para, no período de 3 (três) meses, a contar de 19.06.2012, elaborar dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, nos termos do voto do Conselheiro Relator. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

09 - EXTRAPAUTA - Requerimento do Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani para que se disponibilize, via intranet, as informações prestadas pela Corregedoria do MPT a todos os membros integrantes do quinto constitucional interessados na promoção por merecimento na carreira.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério do Trabalho determinou, à unanimidade, que as informações prestadas pela Corregedoria do MPT, relativas às promoções na carreira do Ministério Público do Trabalho, sejam disponibilizadas via intranet, pelo Senhor Procurador-Geral do Trabalho, a todos os membros integrantes do quinto constitucional que concorrem à promoção, em observância ao disposto no art. 31 e seguintes da Resolução CSMPPT nº 85, de 27.08.2009. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

10 - Processo CSMPPT nº 08130.004418/2011.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho (merecimento)

Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho.

Revisora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu elaborar, por maioria, nos termos do voto do Conselheiro Relator, com vistas ao preenchimento da 1ª vaga, decorrente da vacância deixada pela aposentadoria do Procurador Regional do Trabalho João Norberto Vargas Valério, conforme Portaria nº 383, de 02 de agosto de 2011, publicada no DOU de 03 de agosto de 2011, a ser provida pelo critério de merecimento, a primeira Lista Tríplice composta pelos Procuradores do Trabalho a seguir: 1º lugar: ILEANA NEIVA MOUSINHO, que recebeu 9 votos para o 1º lugar na lista, vencido o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani; 2º lugar: DANIELA DE MORAES DO MONTE VARANDAS, que recebeu 9 votos para o 2º lugar na lista, vencido o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani; 3º lugar: ROBERTO RANGEL MARCONDES, que recebeu 7 votos para o 3º lugar na lista, vencidos os Conselheiros Maria Guiomar Sanches de Mendonça (Revisora), Edson Braz da Silva e Rogério Rodriguez Fernandez Filho. O Procurador do Trabalho Roberto Rangel Marcondes recebeu um voto para integrar o 1º e 2º nomes da lista, e o Procurador do Trabalho José Antônio Vieira de Freitas Filho recebeu três votos para integrar o 3º nome da lista. A Procuradora do Trabalho ILIANA NEIVA MOUSINHO figura, pela terceira vez consecutiva, em lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Os Conselheiros Maria Guiomar Sanches de Mendonça (Revisora), Rogério Rodriguez Fernandez Filho e Eduardo Antunes Parmeggiani juntaram voto. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

11 - Processo CSMPPT nº 08130.004419/2011.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho (antiguidade)

Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Revisor: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, adiar o julgamento para a próxima sessão ordinária, vencido o Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

12 - Processo CSMPPT nº 08130.004420/2011.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho (merecimento)

Relator: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão: Adiado o julgamento para a próxima sessão ordinária, em razão da decisão tomada no Processo CSMPPT nº 08130.004419/2011. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

13 - Processo CSMPPT nº 08130.001134/2012

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho (antiguidade)

Relatora: Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis.

Revisor: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Decisão: Adiado o julgamento para a próxima sessão ordinária, em razão da decisão tomada no Processo CSMPPT nº 08130.004419/2011. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

14 - Processo CSMPPT nº 08130.004991/2011 (Apenso: Processo CSMPPT nº 08130.001426/2012 - Requerente: ANPT - Assunto: Requerimento de alteração da Resolução CSMPPT nº 17/1996, que dispõe sobre o Regimento da Corregedoria do MPT).

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Proposta de Alteração do Regimento Interno da Corregedoria do MPT (Resolução CSMPPT nº 17/1996).

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Revisor: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Decisão: Adiado o julgamento para a próxima sessão ordinária, por indicação da Conselheira Relatora, ante ausência, justificada, da parte interessada, o Senhor Corregedor-Geral do MPT. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

15 - EXTRAPAUTA - Proposta Orçamentária do Ministério Público do Trabalho para o exercício de 2013: Orçamento Fiscal e Seguridade Social.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar a proposta do Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Ministério Público do Trabalho para o exercício de 2013. CSMPPT, 162ª Sessão Extraordinária, 19.06.2012.

Término: 12h53

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente do CSMPPT

EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI
Conselheiro Secretário ad hoc do CSMPPT

PROCURADORIAS REGIONAIS 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 275, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 001008.2011.20.000/8 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, Alimentação do Trabalhador, Vale-Transporte) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Pinheiro Segurança e Vigilância Ltda (CNPJ nº 04.944.975/0001-29). Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 295, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, considerando o teor dos autos do Procedimento 001218.2011.20.000/9, cuja representação inicial foi apresentada por Paula Vital da Conceição, bem como a determinação de fl.11;

Considerando que a representação versa sobre a possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sob os seguintes temas:

TEMAS: 06. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO / 06.01. ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO A TRABALHADORES / 06.01.02. Motivos de Discriminação / 06.01.02.04. Exercício Regular de um Direito, inclusive de Ação ou de Denúncia / 09. TEMAS GERAIS / 09.10. FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS / 09.14. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS / 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento / 09.14.03. Décimo Terceiro Salário, resolve: Instaurar Inquérito Civil em face de AP FINANCEIRA LTDA ME (CNPJ 32.738.353/0001-80), para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade.

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, Técnico Administrativo, Matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

Publique-se.

MANOEL ADROALDO BISPO



Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL CORREGEDORIA-GERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO DE SECRETARIA

De ordem do Excelentíssimo Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, a publicação do ato ordinatório do processo nº. 2007.70.60.002022-5, na página 314 do Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 18 de junho de 2012, torna-se sem efeito. Brasília, 22 de junho de 2011.

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2005.63.06.015056-0
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GIVALDO JOSE DA SILVA JUNIOR
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 990.284/RS, nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES. CABIMENTO. ISONOMIA. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DE CADA PARCELA. COMPENSAÇÃO COM A COMPLEMENTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. NÃO-CABIMENTO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.704/98. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA, PARA QUEM SE TRATA DE INTERRUPÇÃO, ANTE O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, CONTADA DA DATA EM QUE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000 PASSOU A GERAR EFEITOS. OCORRÊNCIA.

1. Mostra-se inviável a apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais, uma vez que não cabe a esta Corte, em sede de recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Carta Magna.

2. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.

3. Quanto ao reajuste de 28,86%, este Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que o reconhecimento, por parte egrégio Supremo Tribunal Federal, dos reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, importou em revisão geral de remuneração, assegurando aos servidores públicos civis a percepção do mencionado índice. A negativa desse direito aos militares beneficiados com reajustes abaixo daquele percentual implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia.

4. No que toca à base de cálculo do reajuste de 28,86%, predomina nesta Corte entendimento de que incide sobre a remuneração do servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo (militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo, a fim de evitar a dupla incidência do reajuste.

5. De acordo com a jurisprudência deste Tribunal, a correção monetária deve ser aplicada a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela. Precedentes.

6. Consolidou-se neste Sodalício a tese de que, por terem naturezas distintas, é vedada a compensação do reajuste com valores pagos a título de complementação do salário mínimo.

7. Adoção pela Terceira Seção, por maioria, do entendimento de que a edição da referida Medida Provisória implicou na ocorrência de renúncia tácita da prescrição, nos termos do artigo 191 do Código Civil vigente. Nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30/6/2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte.

8. Ressalva do entendimento da Relatora, para quem a Medida Provisória nº 1.704/98 implicou no reconhecimento do direito dos servidores ao reajuste de 28,86% desde janeiro de 1993, a importar na interrupção do prazo prescricional (arts 202, I, CC/2002 e 172, V, CC/16), com sua redução pela metade (art. 9º do Decreto nº 20.910/32).

9. Aplicação da orientação do Supremo Tribunal Federal segundo a qual a concessão do reajuste de 28,86% deve se limitar ao advento da Medida Provisória nº 2.131, de 28/12/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas, com absorção das diferenças de reajustes eventualmente existentes.

10. Considerando que a Medida Provisória nº 2.131/2000 gerou efeitos financeiros a partir de 01º/01/2001, após superado o prazo de cinco anos da mencionada data ocorre a prescrição da pretensão dos militares ao reajuste em tela.

10. Recurso especial conhecido em parte e provido, para julgar improcedente o pedido formulado na inicial, ante a ocorrência da prescrição à pretensão ao reajuste de 28,86% por força da limitação temporal promovida pela Medida Provisória nº 2.131/2000".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2005.63.06.003027-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PREDMAR APARECIDO DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO IDERVAL TEIXEIRA JÚNIOR

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 990.284/RS, nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES. CABIMENTO. ISONOMIA. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DE CADA PARCELA. COMPENSAÇÃO COM A COMPLEMENTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. NÃO-CABIMENTO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.704/98. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA, PARA QUEM SE TRATA DE INTERRUPÇÃO, ANTE O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, CONTADA DA DATA EM QUE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000 PASSOU A GERAR EFEITOS. OCORRÊNCIA.

1. Mostra-se inviável a apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais, uma vez que não cabe a esta Corte, em sede de recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Carta Magna.

2. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.

3. Quanto ao reajuste de 28,86%, este Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que o reconhecimento, por parte egrégio Supremo Tribunal Federal, dos reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, importou em revisão geral de remuneração, assegurando aos servidores públicos civis a percepção do mencionado índice. A negativa desse direito aos militares beneficiados com reajustes abaixo daquele percentual implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia.

4. No que toca à base de cálculo do reajuste de 28,86%, predomina nesta Corte entendimento de que incide sobre a remuneração do servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo (militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo, a fim de evitar a dupla incidência do reajuste.

5. De acordo com a jurisprudência deste Tribunal, a correção monetária deve ser aplicada a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela. Precedentes.

6. Consolidou-se neste Sodalício a tese de que, por terem naturezas distintas, é vedada a compensação do reajuste com valores pagos a título de complementação do salário mínimo.

7. Adoção pela Terceira Seção, por maioria, do entendimento de que a edição da referida Medida Provisória implicou na ocorrência de renúncia tácita da prescrição, nos termos do artigo 191 do Código Civil vigente. Nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30/6/2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte.

8. Ressalva do entendimento da Relatora, para quem a Medida Provisória nº 1.704/98 implicou no reconhecimento do direito dos servidores ao reajuste de 28,86% desde janeiro de 1993, a importar na interrupção do prazo prescricional (arts 202, I, CC/2002 e 172, V, CC/16), com sua redução pela metade (art. 9º do Decreto nº 20.910/32).

9. Aplicação da orientação do Supremo Tribunal Federal segundo a qual a concessão do reajuste de 28,86% deve se limitar ao advento da Medida Provisória nº 2.131, de 28/12/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas, com absorção das diferenças de reajustes eventualmente existentes.

10. Considerando que a Medida Provisória nº 2.131/2000 gerou efeitos financeiros a partir de 01º/01/2001, após superado o prazo de cinco anos da mencionada data ocorre a prescrição da pretensão dos militares ao reajuste em tela.

10. Recurso especial conhecido em parte e provido, para julgar improcedente o pedido formulado na inicial, ante a ocorrência da prescrição à pretensão ao reajuste de 28,86% por força da limitação temporal promovida pela Medida Provisória nº 2.131/2000".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2006.71.50.008016-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA HELOISA DE BRITO
PROC./ADV.: FELIPE MOREIRA BELTRÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. 3,17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.225-45/2001. ART. 10. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de reajuste de 3,17% sobre os vencimentos, retroativo ao período anterior à reestruturação de carreira, julgado parcialmente procedente por Juizado Especial Federal.

3. O acórdão recorrido, mantendo a sentença, reconheceu que a classe dos professores universitários teve reestruturação remuneratória implementada pela Lei n. 10.405/2002, cuja aplicação prática ocorreu no mês de fevereiro de 2002, e que a Lei n. 9.678/98, por ter instituído simples gratificação, não pode ser entendida como lei reestruturatória. O acórdão paradigma declara, nos termos do art. 10 da Medida Provisória n. 2.225-45/2001, que os efeitos patrimoniais da concessão do reajuste de 3,17% devem ser limitados à data em que ocorreu a reestruturação de cargos.

4. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503509-31.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERIDO(A): FRANCISCO TOBIAS DE OLIV
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE.

1. Pedido de concessão de benefício assistencial julgado improcedente por juizado especial federal.

2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.62.002231-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALCEU BERTULINE WEBER
PROC./ADV.: VALDINEI ANTUNES GONÇALVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de concessão de aposentadoria por invalidez julgado procedente por juizado especial federal.

2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3. A sentença, mantida pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, estabelecendo como termo inicial do benefício a data em que efetivamente foi constatada a incapacidade laboral, ou seja, a data do laudo pericial (17.3.2008).

4. Nos paradigmas apresentados, concluiu-se que, ocorrendo a cessação indevida do auxílio-doença e o seu consequente restabelecimento com base na mesma doença incapacitante, a DIB deve retroagir à data em que o benefício foi suspenso indevidamente.

5. Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

6. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.55.003227-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MICHEL CARVALHO PACHECO
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CACENOTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2010.71.52.003466-0, tendo como relator o Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ de 18.11.2011, nos termos da seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.50.004256-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUCIA HELENA HONORIO DA SILVA
PROC./ADV.: ALOISIO JORGE HOLZMEIER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ADMINISTRATIVO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. No pedido de uniformização, a parte objetiva o pagamento de correção monetária sobre valores pagos em atraso a título de adicional de tempo de serviço. Alegação de que a diferença do percentual dos anuênios foi implantada no exercício de 2003, mas os valores foram pagos em setembro de 2007, sem correção monetária.

3. O acórdão impugnado concluiu ter ocorrido a prescrição da pretensão à cobrança dos valores em questão, uma vez ter o prazo prescricional expirado em 2006 e a mencionada ação ter sido proposta tão somente em 25/4/2007.

4. Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

5. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506940-39.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HILDA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARA ATIVIDADE LABORAL. PARADIGMA. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

4. Incidente inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508392-84.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO ROSÁRIO DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de auxílio-doença julgado parcialmente procedente por Juizado Especial Federal.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. O acórdão recorrido deu provimento ao recurso da autora para fazer retroagir a DIB à data de cessação de benefício por ela outrora percebido.

5. No pedido de uniformização, o INSS alega capacidade da requerida para o trabalho.

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0014739-69.2007.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: JUAREZ CAMURCA LIMA
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrepostos por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016073-41.2007.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: LAURENTINO VIDAL RAMOS
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL



DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016074-26.2007.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ANDREZA LIRA FREIRE
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016125-37.2007.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MARIA JOSEFA DOS SANTOS MOREIRA
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016251-87.2007.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MARIA DO MONTE BEZERRA
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0015802-32.2007.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: HEITOR NASCIMENTO FONSECA
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506530-78.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por INSS contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização visto que a análise da pretensão recursal implica volver matéria fática, procedimento incompatível com a via eleita.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que confirmara a improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

Foi colacionado paradigma do STJ. Levando-se em conta o disposto no art. 13, caput, do RI/TNU, não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial, pois a parte apenas transcreveu a ementa do julgado paradigma, deixando de realizar o cotejo analítico.

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.58.014896-0

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: ADEMAR BUSS

PROC./ADV.: MARIA SILESA PEREIRA

PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição julgado procedente em parte por juizado especial federal.

2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3. Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida - cerceamento de defesa. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.71.55.002959-2

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: ÁUREO OTACÍLIO KOCHHANN

PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER

REQUERIDO: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO SERVIÇO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. VERIFICAÇÃO DA EXPOSIÇÃO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de reconhecimento de tempo de serviço especial por exposição a agentes nocivos julgado improcedente. Conclusão de que o fato de o segurado ser sócio de oficina mecânica não comprova o exercício de atividade de mecânico nem exposição a agentes nocivos.

3. A parte alega, no pedido de uniformização, que foi desconsiderada documentação acostada aos autos, bem como laudo pericial técnico.

4. Matéria objeto de dilação probatória. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.008401-7

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: ANDRE LUIS DA ROSA OLIVEIRA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PARA O RECONHECIMENTO DO DIREITO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de benefício assistencial julgado improcedente por juizado especial federal.

3. Constatado, com base nas provas dos autos, o não preenchimento dos requisitos necessários ao reconhecimento do direito ao benefício pleiteado. Constatação baseada em laudo social e fotografias. Avaliação da condição de miserabilidade que considerou a renda mensal per capita conjugada a outros fatores indicativos do estado de miserabilidade do indivíduo e de sua família.

4. Verificação da incapacidade para prover a própria manutenção ou de não tê-la provida pela família - matéria objeto de dilação probatória.

5. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

6. Incidente não admitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.58.009146-9

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: JOÃO VALDIR CANDIDO

PROC./ADV.: MARIA SILESA PEREIRA

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Julgado procedente em parte por juizado especial federal pedido de homologação judicial definitiva dos períodos de serviço urbano já computados pelo INSS.

2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3. Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida - cerceamento de defesa. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.55.000937-4

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: LUIS AGNELO DO NASCIMENTO

PROC./ADV.: RÉGIS DIEL

REQUERIDO: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1. O acórdão concluiu que a concessão do auxílio-acidente é indevido, tendo em vista a inexistência de sequela que ocasione a redução da capacidade laboral do segurado.

2. Paradigma que conclui pela existência de lesão mínima que implica a redução da capacidade do segurado para o labor habitualmente exercido. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.



3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.028891-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INAJARA TEIXEIRA TERRA
PROC./ADV.: VALDINEI ANTUNES GONÇALVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA DE TRF. INADMISSIBILIDADE.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização. Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.39.00.700387-8/PA, DJe de 23.3.2012.

3.Incidente inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.55.000118-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GLAUBER ANTUNES
PROC./ADV.: LEANDRO DA SILVA GARCIA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CIVIL. CANCELAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO EM RAZÃO DE INDÍCIO DE FRAUDE. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de indenização por danos materiais julgado procedente por Turma Recursal de Juizado Especial Federal. Deslocamento para participação em concurso público cancelado em razão da existência de indício de fraude.

2.Constatado, com base nas provas dos autos, que a parte autora teve gastos com deslocamento para participar de certame cancelado somente após sua chegada ao local da prova.

3.O paradigma do STJ indicado não analisou o mérito da questão em virtude da aplicação da Súmula n. 7/STJ. O paradigma da Turma Recursal do Rio de Janeiro não reconheceu o direito à indenização por danos materiais, uma vez que não foi comprovado o gasto alegado.

4.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6.Incidentes de uniformização inadmitidos com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.026309-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALMIR GARCIA
PROC./ADV.: ELAINE TERESINHA VIEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO/CÔMPUTO/CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum julgado procedente em parte por juizado especial federal.

3.O acórdão recorrido manteve a sentença, consignando o entendimento de que não foi devidamente comprovada a efetiva exposição do autor a agentes nocivos à saúde no exercício de sua atividade laboral.

4.O requerente alega cerceamento de defesa por não lhe ter sido dada a oportunidade de produção de prova pericial.

5.A suposta nulidade do acórdão impugnado constitui matéria de natureza processual, cuja apreciação é incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissibilidade do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

6.Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.58.001205-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELISA LIRIA SCHNEIDER KLAUS
PROC./ADV.: MARIA SILESA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO/CÔMPUTO/CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum julgado procedente em parte por juizado especial federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.O acórdão recorrido manteve a sentença que afastou o direito da parte autora à conversão de tempo de serviço especial em comum no período de 6.3.1997 à 10.10.05, por ter a requerente exercido atividade em nível inferior a 81db, ou seja, abaixo do limite legal que autorizaria tal conversão.

5.Os paradigmas apresentados tratam da possibilidade de: a) reconhecimento de cerceamento de defesa em razão do indeferimento de produção de provas imprescindíveis ao deslinde da controvérsia; e b) conversão do tempo de serviço após maio de 1998.

6.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.58.002954-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTÔNIO HERMES ERTHAL
PROC./ADV.: MARIA SILESA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição julgado procedente em parte por juizado especial federal.

3.Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida a respeito do cerceamento de defesa. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

4.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5.O acórdão recorrido não reconheceu o tempo de serviço trabalhado durante o período de 1º.10.87 a 14.5.97 como especial, tendo em vista a não comprovação de que o segurado efetivamente desempenhou a atividade enquadrada no Decreto n. 83.080/79.

6.Os paradigmas apresentados tratam da presunção absoluta de exposição a agentes nocivos de pessoas que desempenhavam a atividade de motorista de carga, enquadrada na categoria de Transporte Rodoviário no Código 2.4.4 do Quadro de Anexo do Decreto n. 53.831/64 e no Código 2.4.2 do Anexo II do Decreto n. 83.080/79.

7.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.71.58.004280-0
REQUERENTE: VALÍRIO APLET
PROC./ADV.: MARIA SILESA PEREIRA
PROC./ADV.: KATIANE COVATTI E SILVA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA DUTRA
PROC./ADV.: ALINE THIESEN CARDOSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0002950-15.2008.4.04.7158/RS, processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONVERSÃO DO PERÍODO TRABALHADO. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO.

1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.

3. Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNADES, Data da Decisão 05/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).

4. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.51.51.047154-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DULCINEIA DE SANTANA MATOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.51.51.066212-3, nos seguintes termos:

"EMENTA PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO

1. A revisão pretendida vem sendo efetuada administrativamente pela autarquia nos termos dos Atos administrativos Memorandos-Circulares nº 21/DIRBEN/PFEINSS e 28/INSS/DIRBEN. Com efeito, é da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo.

2. Incidente de Uniformização Conhecido e Provido para firmar a tese de que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.51.51.047151-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIA DE JESUS PEREIRA LIMA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.51.51.066212-3, nos seguintes termos:

"EMENTA PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI

8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO

1. A revisão pretendida vem sendo efetuada administrativamente pela autarquia nos termos dos Atos administrativos Memorandos-Circulares nº 21/DIRBEN/PFEINSS e 28/INSS/DIRBEN. Com efeito, é da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo.

2. Incidente de Uniformização Conhecido e Provido para firmar a tese de que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.55.000120-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FÁBIO EDINEI BOBRZYK
PROC./ADV.: LEANDRO DA SILVA GARCIA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CIVIL. CANCELAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO EM RAZÃO DE INDÍCIO DE FRAUDE. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Julgado procedente pela Turma Recursal de Juizado Especial Federal pedido de indenização por danos materiais em razão de gastos com deslocamento para participação em concurso público cancelado ante indício de fraude.

2. Constatada, com base nas provas dos autos, que houve gastos de deslocamento para participação em prova cujo cancelamento só se deu após a chegada da parte ao local do concurso.

3. Paradigma do STJ que não analisou o mérito da questão em razão da aplicação da súmula n. 7/STJ. Paradigma da Turma Recursal do Rio de Janeiro que negou provimento à indenização por danos materiais uma vez que não restou comprovado o gasto alegado.

4. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6. Incidentes de uniformização inadmitidos conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.52.003516-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FABIANE DAL ASTA
PROC./ADV.: RICARDO LUIS SCHULTZ Y CASTRO E OUTRO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CIVIL. CANCELAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO EM RAZÃO DE INDÍCIO DE FRAUDE. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Julgado procedente pela Turma Recursal de Juizado Especial Federal pedido de indenização por danos materiais em razão de gastos com deslocamento para participação em concurso público cancelado ante indício de fraude.

2. Constatada, com base nas provas dos autos, que houve gastos de deslocamento para participação em prova cujo cancelamento só se deu após a chegada da parte ao local do concurso.

3. Paradigma do STJ que não analisou o mérito da questão em razão da aplicação da Súmula n. 7/STJ. Paradigma da Turma Recursal do Rio de Janeiro que negou provimento à indenização por danos materiais, uma vez que não houve comprovação do gasto alegado.

4. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6. Incidentes de uniformização inadmitidos conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.52.004244-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
AGRAVADO(A): JANONE DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela UNIÃO contra decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência.

Sustenta a agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU. Alega o seguinte: a) existência de similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados, já que os paradigmas citados versam sobre situação análoga à dos autos, ocorrida no âmbito da Justiça trabalhista, em decorrência de ato administrativo editado pelo TST; b) inaplicabilidade da Súmula n. 42/TNU e da Questão de Ordem n. 29/TNU; c) interrupção, em 2002, do prazo prescricional de cinco anos estabelecido no Decreto n. 20.910/1932 em virtude do ato administrativo do TSE que reconheceu o direito à incorporação do índice em questão às gratificações mensais, devendo, a partir de então, recomençar a correr pela metade.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irreversível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 15.5.2012.

É válido ainda ressaltar que a análise da relação da matéria do pedido de uniformização com a situação tratada nos paradigmas indicados - tendo por objeto ato normativo editado pelo Tribunal Superior do Trabalho - não foi realizada pela Turma Recursal de origem, o que enseja a aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma



PROCESSO: 2008.71.54.001954-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
AGRAVADO(A): JOSÉ WILSON MONTEIRO
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela UNIÃO contra decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência.

Sustenta a agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU. Alega o seguinte: a) existência de similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados, já que os paradigmas citados versam sobre situação análoga à dos autos, ocorrida no âmbito da justiça trabalhista, em decorrência de ato administrativo editado pelo TST; b) inaplicabilidade da Súmula n. 42/TNU e da Questão de Ordem n. 29/TNU; c) interrupção, em 2002, do prazo prescricional de cinco anos estabelecido no Decreto n. 20.910/32 em virtude do ato administrativo do TSE que reconheceu o direito à incorporação do referido índice às gratificações mensais, devendo, a partir de então, recomeçar a correr pela metade.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irreversível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 9.5.2012.

É válido ainda ressaltar que a análise da relação da matéria do pedido de uniformização com a situação tratada nos paradigmas indicados - tendo por objeto ato normativo editado pelo Tribunal Superior do Trabalho - não foi realizada pela Turma Recursal de origem, o que enseja a aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente da Turma

ROCESSO: 2008.71.50.027396-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VELCI NASCIMENTO AVILA
PROC./ADV.: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO E DE PROVAS. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de concessão de benefício previdenciário de pensão por morte julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

2. Verificou-se, com base nas provas dos autos, inclusive testemunhal, que a parte autora não conseguiu demonstrar sua dependência econômica em relação ao filho falecido. Paradigmas relacionados a não exigência de início de prova material para a comprovação da dependência da mãe em relação ao filho, bastando a prova testemunhal ou outros meios idôneos e a presunção de dependência econômica em família humilde. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4. Incidência ainda da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.032741-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDUARDO SOARES CARNEIRO
PROC./ADV.: CASSANDRA LENA DORNELES

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CIVIL. CANCELAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO EM RAZÃO DE INDÍCIO DE FRAUDE. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Julgado procedente pela Turma Recursal de Juizado Especial Federal pedido de indenização por danos materiais em razão de gastos com deslocamento para participação em concurso público cancelado ante indício de fraude.

2. Constatada, com base nas provas dos autos, que houve gastos de deslocamento para participação em prova cujo cancelamento só se deu após a chegada ao local do concurso.

3. Paradigma do STJ que não analisou o mérito da questão em razão da aplicação da súmula n. 7/STJ. Paradigma da Turma Recursal do Rio de Janeiro que negou provimento à indenização por danos materiais uma vez que não restou comprovado o gasto alegado.

4. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6. Incidentes de uniformização inadmitidos conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.60.004564-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: RAFAEL CALETTI

DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.133.872/PB (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERAÇÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios de remuneração de caderneta de poupança e são postuladas as respectivas diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido, na espécie;

II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva;

III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v. acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, do indispensável prequestionamento, incidindo, na espécie, o Enunciado n. 211/STJ;

IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fim de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos;

V - Recurso especial improvido, no caso concreto."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente da Turma

PROCESSO: 0504538-57.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AFONSO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SISTEMA REMUNERATÓRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de uniformização fundado na tese de não ocorrência da prescrição, tendo em vista o fato de o recorrente apenas ter ingressado no serviço público em 2004, não podendo, desse modo, ser considerados os prazos estabelecidos no acórdão.

3. O acórdão recorrido adotou o entendimento do STJ e da TNU de que o reconhecimento administrativo do direito importa em renúncia da prescrição e de que o prazo prescricional se renova por mais cinco anos após a edição da Medida Provisória n. 2.225-45/2001.

4. Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

5. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente da Turma

PROCESSO: 0500104-10.2008.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA INEZ DA SILVA
PROC./ADV.: LÍVIO SÉRGIO LOPES LEANDRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão interposto por MARIA INEZ DA SILVA com base no art. 15, § 4º, do RITNU, alterado pela Resolução CJF n. 62/2009, contra decisão da Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que inadmitiu incidente de uniformização fundado no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Nas razões, limita-se a parte a requerer que a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização seja submetida ao Presidente da TNU.

É o relatório. Decido.

É incabível o pedido de submissão apresentado.

Verifica-se que a Resolução CJF n. 163/2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), passando a exigir a apresentação de agravo contra a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, in verbis:

"Art. 15. [...] "

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, devendo fundamentar o pleito, demonstrando o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ e do STF."

Assim, não basta a simples formulação de requerimento de submissão - tal como previsto na norma anterior. O agravo deve ser fundamentado, demonstrando-se o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ ou do STF, o que não foi realizado.

Dessa forma, ante a incidência imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão da Presidência da Turma Recursal foi proferida tão somente em 25.1.2012.

Ante o exposto, não conheço do pedido de submissão.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502375-04.2008.4.05.8101

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA TNU. AUSÊNCIA DE DECISÃO COLEGIADA. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização dirigido ao STJ e interposto com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu pedido de uniformização dirigido a esse colegiado.

2. É inadmissível o presente pedido de uniformização visto que não há, in casu, decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento.

3. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500729-50.2008.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EDMILSON GOMES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PARA O RECONHECIMENTO DO DIREITO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de benefício assistencial julgado improcedente por juizado especial federal.

3. Constatado, com base nas provas dos autos, o não preenchimento dos requisitos necessários ao reconhecimento do direito ao benefício pleiteado. Conclusão alcançada após a análise da renda mensal per capita em conjugação com outros fatores que seriam indicativos do estado de miserabilidade do indivíduo e de sua família. Sentença confirmada pelo acórdão, que constatou residir a família em imóvel próprio, ter a mãe do requerente emprego estável e ser o pagamento de contas efetuado por outros membros da família.

4. Verificação da incapacidade de prover a própria manutenção ou da situação de não tê-la provida pela família - matéria objeto de dilação probatória.

5. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

6. Incidente inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0001365-89.2008.4.03.6305
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSIELE CALISTRO FRANCO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de concessão de benefício assistencial julgado improcedente por juizado especial federal

2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3. Indicação de paradigmas que tratam dos seguintes casos: a) concessão do benefício na hipótese de incapacidade parcial, ante a impossibilidade de reinserção do segurado no mercado de trabalho; b) definição do termo inicial do benefício; e c) necessidade de consideração das condições pessoais e sociais da parte autora. O acórdão recorrido versa sobre a inexistência de incapacidade laboral. Ausência de similitude fático-jurídica.

4. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

5. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

6. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

7. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

8. Incidência da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

9. Incidente inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 0045346-83.2008.4.03.6301

ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIA FRANCELINO DA SILVA MESQUITA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2010.32.00.700158-1 (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. GRUPO FAMILIAR. ROL DO ART. 16 DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício assistencial.

2. A sentença monocrática julgou improcedente o pedido da parte autora ante a ausência de comprovação de incapacidade para o trabalho.

3. A Turma Recursal do Amazonas anulou a sentença, em razão da falta de intimação do Ministério Público Federal, e na mesma oportunidade julgou procedente o pedido, vez que o processo estaria maduro e instruído para tanto, com o saneamento da irregularidade apontada.

4. Informado, o INSS interpôs pedido de uniformização, no qual sustenta a contrariedade do julgado com a jurisprudência desta TNU, no sentido de que o grupo familiar deve ser entendido restritivamente de acordo com o rol do artigo 16 da Lei nº 8.213/91. Cita como paradigmas o PEDILEF 2007.70.95.010663-7 e alguns julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. O incidente foi admitido pela Juíza Federal Presidente da Turma Recursal do JEF/AM. Encaminhado o feito a este colegiado, foram os autos distribuídos a este relator.

6. Conheço do presente incidente, ante a existência de similitude fático jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma desta TNU, na medida em que aquele considera como grupo familiar todas as pessoas que residem com a autora e o paradigma apenas aquelas que constam do rol do art. 16 da Lei nº 8.213/91. Desconsidero, entretanto, os julgados do TRF da 3ª Região, vez que não se prestam como paradigmas, nos termos do artigo 14, § 2º da Lei nº 10.259/2001.

7. Com efeito, a jurisprudência consolidada nesta TNU já se firmou no sentido de que: 'O grupo familiar, para efeito da concessão do benefício assistencial, deve ser definido de acordo com o art. 20, § 1º da Lei 8.742/93 e art. 16 da Lei 8.213/91. Os filhos maiores e capazes não podem ser considerados integrantes do grupo familiar, e nem mesmo sua renda pode ser computada para efeito do cálculo da renda mensal per capita, para efeito da concessão do benefício assistencial, por falta de previsão legal. Incidente conhecido e provido.' PEDILEF 200870530040166.

8. Diante disso, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao presente incidente, para fixar a premissa de que, para fins de concessão de benefício assistencial, o conceito de núcleo familiar deve ser aferido, restritivamente, nos termos do art. 20, § 1º da Lei 8.742/93 e art. 16 da Lei 8.213/91, e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para readequação do julgado."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 18 de maio de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.54.000523-2

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JAQUELINE PEDROSO PALLUDO
PROC./ADV.: CRISTIAN DA SILVA DE MORAIS
PROC./ADV.: ROBERTA ZANOTELLI MORAIS
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BIANCA ZOEHLER BAUMGART CRESTANI

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.155.684/RN (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES). PRESTAÇÃO DE GARANTIA. EXIGÊNCIA DE FIADOR. LEGALIDADE. ART. 5º, VI, DA LEI 10.260/2001. INAPLICABILIDADE DO CDC. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. VEDAÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE.

[...]

Recurso especial de Eliziana de Paiva Lopes:

1. Caso em que se pugna a incidência do Código de Defesa do Consumidor, a declaração de ilegalidade da cobrança de juros capitalizados e, por conseguinte, a repetição simples do valor pago a maior e a inversão dos ônus sucumbenciais.

2. A hodierna jurisprudência desta Corte está assentada no sentido de que os contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil - Fies não se subsumem às regras encartadas no Código de Defesa do Consumidor. Precedentes: REsp 1.031.694/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 19/6/2009; REsp 831.837/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 17/6/2009; REsp 793.977/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 30/4/2007.

3. A jurisprudência desta Corte mantém-se firme no sentido de que, em se tratando de crédito educativo, não se admite sejam os juros capitalizados, haja vista a ausência de autorização expressa por norma específica. Aplicação do disposto na Súmula n. 121/STF. Precedentes: REsp 1.058.334/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 30/6/2008; REsp 880.360/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 5/5/2008; REsp 1.011.048/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 4/6/2008; REsp n. 630.404/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 26/2/2007; REsp n. 638.130/PR, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 28/3/2005.

4. Por conseguinte, havendo pagamento de valores indevidos, o que será apurado em sede de liquidação, é perfeitamente viável a repetição simples ou a compensação desse montante em contratos de financiamento estudantil.

5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.



6. Ônus sucumbenciais invertidos.
7. Recurso especial provido, nos termos da fundamentação supra."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.008892-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANTINA ANA FEIJÓ
PROC./ADV.: JAQUELINE ROSADO COUTINHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Compulsando os autos, verifico que foram interpostos, simultaneamente, incidentes regional e nacional. Destarte, incide, no caso, a Questão de Ordem nº 28 da TNU, que assim dispõe:

"Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Retornem, pois, os autos à origem, para as providências cabíveis.

Publique-se. Intime-se.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.70.65.002626-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DIRCE DE ALMEIDA CASTRO
PROC./ADV.: ELZA RIBEIRO VALIM
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO. CONFIRMAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM POSIÇÃO PACÍFICA DESTA TURMA NACIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE APONTA INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. INCAPACIDADE CONSIDERADA COMO TOTAL E PERMANENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Pretende o INSS a modificação de decisão monocrática do em. Presidente desta Turma Nacional, que inadmitiu o incidente de uniformização que suscitou, em face de acórdão que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que o pedido de uniformização não envolve o reexame de matéria fática.

2. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o fundamento de não ter sido realizada a indispensável demonstração analítica do dissídio, além de implicar o revolvimento de matéria fática.

3. De fato, infirmar a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido da comprovação da incapacidade total da autora, feita com base na análise de todo o conjunto probatório e no princípio do livre convencimento motivado, implica autêntico reexame de prova, vedado nesta instância por disposição legal e por determinação veiculada na súmula n.º 42 deste Colegiado.

4. Ademais, vinco que a posição adotada pelo julgado recorrido está em consonância com o entendimento consolidado neste Colegiado, que atrai para a espécie a aplicação da Questão de Ordem n.º13. A simples leitura do acórdão recorrido e da sentença que confirma convence de que os julgadores promoveram a análise das condições pessoais e sociais que envolvem o postulante, o que é adequado e desejável. De fato, a magistrada sentenciante, verificando que a autora tem idade avançada e baixa escolaridade, estando impedida de exercer sua função habitual de doméstica, está, em verdade, completamente inábil do ponto de vista laboral, eis que afastada da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

5. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os incidentes que questionem eventual conversão de incapacidade parcial constatada no laudo pericial em incapacidade total, por força de condições sociais e pessoais consideradas pelos julgadores, nos termos da redação do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

5. Agravo Regimental improvido."

Aplica-se ao caso ainda a Súmula n. 47/TNU ("Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez").

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

ROCESSO N. 2008.71.58.004424-8
REQUERENTE: CLAIR MIQUELINA SCHARLAU
PROC./ADV.: ARLETE TERESINHA MARTINI
PROC./ADV.: EVANDRO LUIZ SPIER
PROC./ADV.: TANIA CRISTINA SCHNEIDER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.001292-0, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. CONVERSÃO APÓS 1998. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PERMANÊNCIA NA EXPOSIÇÃO A AGENTE NOCIVO. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL SOMENTE ATÉ 28/04/1995. INCIDENTE PARCIAMENTE PROVIDO.

1. Pretende a parte autora a modificação de acórdão, que negou provimento ao recurso que interpôs, no qual se insurge contra o não reconhecimento do tempo especial de trabalho laborado de 01/10/1986 a 09/12/2004. Alega ser desnecessária a comprovação de contato habitual, não ocasional e nem intermitente para períodos anteriores à vigência da Lei nº 9.032/95. Aduz ser possível o reconhecimento de tempo especial para períodos posteriores a 28/05/1998. Apresenta como paradigmas o Enunciado nº 4 da 2ª Turma Recursal de Minas Gerais e acórdão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia (2004.33.00.762729-1).

2. As hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões sobre questões de direito material de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Entendo presentes os requisitos da similitude fático-jurídica e da necessária divergência entre os acórdãos em cotejo. Adentro, portanto, o exame do mérito recursal.

3. A matéria atinente à conversão de tempo especial em comum após 28/05/1998 já foi objeto de decisão pelo eg. STJ, em Recurso Especial repetitivo (REsp 1151363), oportunidade em que aquela Corte Superior, revendo sua jurisprudência anterior, firmou o entendimento de que é possível a conversão de tempo especial em comum mesmo após 1998.

4. Esse mesmo entendimento foi, inclusive, firmado em acórdão prolatado nos autos do Pedilef 2006.71.95.019784-7, de minha relatoria, ao qual se imprimiu a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno da TNU, que determina a devolução às Turmas de origem dos feitos congêneres, para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação pacificada.

5. Com relação à comprovação de exposição aos agentes nocivos no período de 01/10/1986 a 09/12/2004, o acórdão recorrido considerou o referido período como tempo comum de trabalho, ao fundamento de que houve exposição ocasional no período anterior a 29/04/1995 e ausência de permanência no período de posterior a 28/04/1995.

6. Consoante entendimento pacificado desta Turma Nacional (Pedilef nº 2004.51.51.061982-7/RJ; Pedilef nº 2007.70.95.012758-6/PR; Pedilef nº 2006.71.95.021405-5; Pedilef nº 2006.72.95.016242-2/SC), os requisitos da permanência e da não intermitência, introduzidos pela Lei nº 9.032/95 para o reconhecimento da natureza especial do tempo de serviço, não podem ser exigidos para os períodos de trabalho realizados antes do início da vigência do referido diploma legal (29/04/1995). Nos termos dos julgados acima citados, somente a habitualidade na exposição aos agentes nocivos era exigida para períodos de trabalho anteriores a 29/04/1995.

7. O laudo pericial de fls. 69/76 demonstra que o autor ficou exposto durante todo o período de 01/10/1986 a 09/12/2004 a agentes químicos tinta, thinner, esmalte, vernizes e diluentes, enquadrados no item 1.2.11 do Decreto nº 53.831/64, de modo habitual e intermitente. Assim, a exposição de forma não permanente a esses agentes nocivos impede o reconhecimento de tempo especial posterior a 28/04/1995. Porém, o tempo anterior a 29/04/1995 merece esse reconhecimento, dada a comprovação de exposição habitual aos agentes nocivos.

8. Diante disso, impõe-se o reconhecimento como tempo especial de trabalho somente no período de 01/10/1986 a 28/04/1995.

9. Incidente parcialmente provido. Anulação do acórdão recorrido, para que prossiga no julgamento nos termos da premissa jurídica firmada neste julgamento."

Quanto ao pedido de reconhecimento da especialidade da atividade de telefonista, verifico que a divergência jurisprudencial não foi demonstrada, tendo em vista a inexistência de similitude fático-jurídica.

Nos paradigmas do STJ colacionados, entendeu-se que a atividade de telefonista estava enquadrada no Código 2.4.5 do Anexo do Decreto n. 53.831/1964, gerando, por isso, presunção absoluta de exposição aos agentes nocivos ali previstos.

O acórdão recorrido, entretanto, não reconheceu a especialidade do trabalho desenvolvido nos períodos trabalhados como telefonista, uma vez que não ficou comprovada nos autos a habitualidade e permanência da atividade em questão.

Aplica-se ao caso a Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.71.57.005060-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO: JOCIANE DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: GENIL DOS SANTOS PINTO DE QUADROS
REQUERIDO: ELAINE SILEI SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: ADRIANO DA SILVA ROSSA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.70.59.003764-7/PR, processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU, nos termos da seguinte ementa:

"AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO POR OCASIÃO DO RECOLHIMENTO À PRISÃO. ENQUADRAMENTO. CONCEITO DE BAIXA RENDA. CONSIDERAÇÃO DO ÚLTIMO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. INTERPRETAÇÃO LITERAL DO ART. 116 DO DECRETO Nº. 3.048/99. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1 - No acórdão recorrido, restou fixada a tese de que: 'em que pese a sentença esteja em consonância com o entendimento do STF no que diz respeito à necessidade de se observar a renda do segurado recluso para fins do preenchimento do requisito da baixa renda, esta Turma tem entendido que, no caso do segurado desempregado na época do recolhimento, a renda a ser considerada é igual a zero'.

2 - O acórdão invocado como paradigma - processo nº. 2008.51.54.001110-9 - proferido pela Turma Recursal do Rio de Janeiro, por outro lado, firmou o entendimento de que o segurado recluso, desempregado por ocasião de seu encarceramento, e em fruição de período de graça, não auferia qualquer rendimento; logo, o valor a ser averiguado para fins de apuração da baixa renda deve ser o referente ao último salário-de-contribuição. Consigna que: 'se o segurado, embora mantendo essa qualidade, não estiver em atividade no mês da reclusão, ou nos meses anteriores, será considerado como remuneração o seu último salário-de-contribuição'.

3 - O art. 80, caput, da Lei nº. 8.213/91, regulamentado pelo art. 116 do Decreto nº. 3.048/99, dispõe que o auxílio-reclusão será devido nas mesmas condições da pensão por morte aos dependentes do segurado recolhido à prisão. O regulamento determina que deve ser considerado, para fins de enquadramento do segurado no conceito de baixa renda, o último salário-de-contribuição.

4 - Entende-se por salário-de-contribuição, nos termos do art. 28, incisos I a IV da Lei nº. 8.212/91: 'I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)'.

5 - Verifica-se, assim, que o conceito de salário-de-contribuição está associado à remuneração efetivamente percebida pelo segurado, destinada à retribuição do seu trabalho. Logo, se segurado não auferir renda em um determinado período, não há falar em salário-de-contribuição correspondente a esse interregno, tampouco em 'salário-de-contribuição zero', consoante a tese adotada pelo acórdão recorrido.

6 - O último salário-de-contribuição do segurado - a ser considerado para efeito de enquadramento no conceito de baixa renda - corresponde, portanto, à última remuneração efetivamente auferida antes do encarceramento, por interpretação literal do art. 116 do Decreto nº. 3.048/99.

7 - Ademais, dada a natureza contributiva do Regime Geral da Previdência Social, deve-se afastar interpretações que resultem em tempo ficto de contribuição, conforme decidiu, recentemente, o STF (RE 583.834/SC, Relator Min. Ayres Britto, julgado em 21.9.2011, Informativo 641). Pela mesma razão, não se pode considerar, na ausência de renda - decorrente de desemprego - salário-de-contribuição equivalente a zero, por tratar-se de salário-de-contribuição ficto.

8 - Incidente conhecido e provido, para firmar a tese de que o valor a ser considerado, para enquadramento do segurado no conceito de baixa renda para fins de percepção de auxílio-reclusão, deve corresponder ao último salário-de-contribuição efetivamente apurado antes do encarceramento.

9 - O Presidente desta TNU poderá determinar a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão de direito material às respectivas Turmas Recursais e Regionais, para que confirmem ou promovam a adequação do acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, 'a' do regimento interno desta Turma Nacional, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24.10.2011."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0014614-67.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: GERSON PEREIRA SOARES
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

- a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;
- b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;
- c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016941-82.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ALVARO FERREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

- a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;
- b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;
- c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506003-83.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

- a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;
- b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;
- c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509028-93.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO EDSON DE ASSIS
PROC./ADV.: ELAINE MARIA TAVARES LUZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PE-DILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.



Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501095-98.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO FERNANDES ALVES
PROC./ADV.: ELAINE MARIA TAVARES LUZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0014610-30.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: AGNELO DO CARMO CHAVES
PROC./ADV.: ARIANE DE MATOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:

"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição quinquenal.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.55.002296-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDENI PEDRO PROVIN
PROC./ADV.: ELISÂNGELA ALONÇO DOS REIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0010516-35.2006.4.03.6310, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO. 1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada. 2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado. 3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogé Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010). 4. Incidente improvido."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.54.003310-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CARLOS ALBERTO JANICH
PROC./ADV.: LÚCIA HELENA VILLAR PINHEIRO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PODER JUDICIÁRIO. ELEITORAL. URV. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de pagamento da diferença de 11,98% (URV) sobre a gratificação mensal julgado procedente por Juizado Especial Federal.

3. O acórdão recorrido manteve a sentença e rejeitou a prejudicial de prescrição suscitada diante da impossibilidade de reformatio in pejus. Os acórdãos paradigma declaram que o Ato n. 711/2000 do Tribunal Superior do Trabalho representou causa interruptiva da prescrição nos processos que discutem as diferenças de implantação da URV na Justiça trabalhista.

4. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.64.001553-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RAFAEL DA SILVEIRA JOHANN
PROC./ADV.: FERNANDO SANTOS ARENHART
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de concessão de indenização por danos morais julgado improcedente por juizado especial federal.
2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.
3. Ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial em face da não indicação do acórdão tido como divergente.
4. Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.67.002446-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AGLADEMIR FRANCISCO MARTINELLO
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição julgado procedente em parte por juizado especial federal.
2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.
3. Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida - princípio da adstrição. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".
4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.55.002018-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CLAIR GEOVANI PÓRTO DA ROSA TRACHYNSKI
PROC./ADV.: LÚCIA HELENA VILLAR PINHEIRO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PODER JUDICIÁRIO. ELEITORAL. URV. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.
2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito com julgamento do mérito, acolhendo a prescrição das parcelas pleiteadas.
3. O acórdão recorrido afastou a prescrição e julgou procedente o pedido para o efeito de condenar a União a pagar a diferença de URV (11,98%) sobre a gratificação mensal recebida, acrescida de juros.
4. A tese jurídica desenvolvida no pedido de uniformização - Ato n. 711/2000 do Tribunal Superior do Trabalho representou causa interruptiva da prescrição nos processos que discutem as diferenças de implantação da URV na Justiça trabalhista - não foi prequestionada.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU ("Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido").

6. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2009.71.55.002696-0
REQUERENTE: ANNA SOUTO
PROC./ADV.: VANDERLEI RIBEIRO FRAGOSO
PROC./ADV.: JAIRO RIBEIRO FRAGOSO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça na Pet n. 7.203/PE (admitida como representativa da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA MENSAL PER CAPITA FAMILIAR. EXCLUSÃO DE BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO PERCEBIDO POR MAIOR DE 65 ANOS. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI Nº 10.741/2003. APLICAÇÃO ANALÓGICA.

1. A finalidade da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), ao excluir da renda do núcleo familiar o valor do benefício assistencial percebido pelo idoso, foi protegê-lo, destinando essa verba exclusivamente à sua subsistência.
2. Nessa linha de raciocínio, também o benefício previdenciário no valor de um salário mínimo recebido por maior de 65 anos deve ser afastado para fins de apuração da renda mensal per capita objetivando a concessão de benefício de prestação continuada.
3. O entendimento de que somente o benefício assistencial não é considerado no cômputo da renda mensal per capita desprestigia o segurado que contribuiu para a Previdência Social e, por isso, faz jus a uma aposentadoria de valor mínimo, na medida em que este tem de compartilhar esse valor com seu grupo familiar.
4. Em respeito aos princípios da igualdade e da razoabilidade, deve ser excluído do cálculo da renda familiar per capita qualquer benefício de valor mínimo recebido por maior de 65 anos, independentemente se assistencial ou previdenciário, aplicando-se, analogicamente, o disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso.
5. Incidente de uniformização a que se nega provimento." Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.54.001332-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSMAR JOSÉ CASANOVA
PROC./ADV.: CARLA DELLA BONA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. PARADIGMAS DO STJ. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.
2. Pedido de revisão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição julgado improcedente por juizado especial federal.
3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
4. Divergência com paradigmas do STJ não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.
5. O acórdão recorrido manteve a sentença e afastou o direito da parte autora à revisão do benefício de aposentadoria, tendo em vista que a prova relativa aos períodos postulados mostrou-se frágil e insuficiente à demonstração efetiva da especialidade.

6. Os paradigmas apresentados tratam: (a) da existência de presunção absoluta de exposição aos agentes nocivos relacionadas à atividade de motorista de caminhão de cargas e de motorista de ônibus; (b) do reconhecimento da insalubridade quando o trabalho é sujeito a exposição a ruído superior a 80 (oitenta) decibéis, no período anterior ao Decreto n. 2.172/97; (c) do rol de categorias profissionais danosas elencados nos Decretos ns. 53.831/64 e 83.080/79, que é meramente exemplificativo, podendo ser também considerada especial a atividade comprovadamente exposta a agentes nocivos; e (d) da exigência da comprovação técnica da efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos, para fins de contagem diferenciada do tempo de serviço, só teve lugar a partir da vigência do Decreto n. 2.172/97, até a edição da Lei n. 9.711/98.

7. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

8. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.55.007458-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ROSALENI DRAEGER RUEDIGER
PROC./ADV.: JORGE BUSS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Compulsando os autos, verifico que foram interpostos, simultaneamente, incidentes regional e nacional. Destarte, incide, no caso, a Questão de Ordem nº 28 da TNU, que assim dispõe:

"Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Retornem, pois, os autos à origem, para as providências cabíveis.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.006860-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HIGOR ESQUIA
PROC./ADV.: MARCELO JOSUÉ SEFERIN
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.
2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.
3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").
4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.55.000911-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FLORAVANTE EVANGELISTA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL



DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0009432-84.2009.4.01.3000

ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): FRANCISCO FERNANDES DA SILVA

PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado procedente por Juizado Especial Federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.O acórdão recorrido limitou-se a manter a sentença por seus próprios fundamentos, que concluiu ter ficado configurada a incapacidade para o trabalho.

5.No pedido de uniformização, o INSS alega a capacidade do autor para o trabalho, defendendo não fazer ele jus ao benefício concedido.

6.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

ROCESSO: 0503743-14.2009.4.05.8101

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARLENE MARTINS MOTA SALDANHA

PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO

PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício assistencial julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, a ausência de incapacidade da parte autora. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2011.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0010130-90.2009.4.01.3000

ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO (A): PEDRO DA SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado procedente por juizado especial federal.

2.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3.Indicação de paradigmas que trataram de casos dessemelhantes: de reconhecimento da desnecessidade de reexame de matéria fático-probatória; de moléstias ocasionadas pelo ambiente de trabalho; de incapacidade parcial em que não ficou evidenciado o direito ao benefício; e de benefício acidentário.

4.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5.Dissídio não demonstrado. Inexistência de similitude fático-jurídica.

6.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7.Incidência da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512178-47.2009.4.05.8013

ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

AGRAVANTE: MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGRAVADO (A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização por duas razões: a) inexistência de similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados; e b) não cabimento de reexame dos elementos probatórios constantes dos autos.

Alega a agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal de Alagoas que confirmara a improcedência de pedido de concessão de benefício previdenciário.

Alega a parte divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões, transcrevendo o acórdão indicado como paradigma. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Aplica-se, portanto, ao caso a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 0504609-92.2009.4.05.8013

ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

REQUERENTE: ALYSSON RODRIGO DA SILVA SANTOS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 587.365/SC, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. ART. 201, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LIMITAÇÃO DO UNIVERSO DOS CONTEMPLADOS PELO AUXÍLIO-RECLUSÃO. BENEFÍCIO RESTRITO AOS SEGURADOS PRESOS DE BAIXA RENDA. RESTRIÇÃO INTRODUZIDA PELA EC 20/1998. SELETIVIDADE FUNDADA NA RENDA DO SEGURADO PRESO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. I - Segundo decorre do art. 201, IV, da Constituição, a renda do segurado preso é que a deve ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício e não a de seus dependentes. II - Tal compreensão se extrai da redação dada ao referido dispositivo pela EC 20/1998, que restringiu o universo daqueles alcançados pelo auxílio-reclusão, a qual adotou o critério da seletividade para apurar a efetiva necessidade dos beneficiários. III - Diante disso, o art. 116 do Decreto 3.048/1999 não padece do vício da inconstitucionalidade. IV - Recurso extraordinário conhecido e provido."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.000469-5

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: VALMOR BANHAM

PROC./ADV.: MARIA SILESA PEREIRA

REQUERIDO(A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO/CÓMPUTO/CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum julgado parcialmente procedente por juizado especial federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.O acórdão recorrido manteve a sentença que afastou o direito da parte autora à conversão de tempo de serviço especial em comum nos períodos de 20.12.94 à 31.12.03, 1º.1.04 à 31.8.06 e 1º.9.06 à 26.11.08, tendo em vista que as atividades por ela desenvolvidas eram de cunho administrativo, presumindo-se, portanto, que não estava em contato habitual e permanente com os agentes nocivos à saúde.

5.Os paradigmas apresentados tratam: a) da intangibilidade de direito adquirido; b) do reconhecimento de cerceamento de defesa em razão do indeferimento de produção de provas imprescindíveis ao deslinde da controvérsia; e c) da conversão do tempo de serviço após maio de 1998.

6.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7.Divergência com fundamento em paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e 6º do Regimento Interno da TNU.

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.57.005911-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LOURENA PEGORARO NEIS
PROC./ADV.: SIDNEI WERNER

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. PERÍODO DE CARÊNCIA. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de aposentadoria por idade julgado procedente por Juizado Especial Federal.

3.O acórdão recorrido reconheceu a possibilidade de cômputo do tempo em que o segurado esteve em gozo de aposentadoria por invalidez para fins de concessão do benefício previdenciário pleiteado. Os acórdãos paradigma limitam-se a consignar que, para o cumprimento do requisito carência, é necessário um número mínimo de contribuições.

4.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.001659-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIO RICARDO BLUME
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO/CÔMPUTO/CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum julgado procedente em parte por juizado especial federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.O acórdão recorrido reformou parcialmente a sentença e afastou o direito da parte autora à conversão de tempo de serviço especial em comum nos períodos de a) 3.1.72 à 5.3.79, b) 2.5.83 à 2.4.84, 1º.11.84 à 2.5.85, 3.4.84 à 1º.10.84; e c) 2.11.98 à 17.12.99, sob os seguintes fundamentos, respectivamente: a) o requerente exercia o cargo de serviços gerais, conforme anotação na CTPS, o que impede a utilização do laudo pericial, pois nela não consta o setor em que aquele trabalhava; b) apresentação de documento com irregularidades, visto ter sido preenchido por pessoa inabilitada; e c) ausência de apresentação do laudo técnico de condições ambientais do trabalho.

5.Os paradigmas apresentados tratam de reconhecimento de cerceamento de defesa em razão do indeferimento de produção de provas imprescindíveis ao deslinde da controvérsia.

6.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7.Divergência com fundamento em paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e 6º do Regimento Interno da TNU.

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.011332-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : MÁRCIO SILVEIRA BANG
PROC./ADV. : ADRIANO SCHERER
REQUERIDO (A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. QUANTUM. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de indenização por danos morais julgado parcialmente procedente por Juizado Especial Federal.

3.O pedido de uniformização jurisprudencial busca a majoração do quantum indenizatório. Matéria objeto de dilação probatória.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.005685-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARCIA REJANE DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ FRANCISCO GOMES BOLACEL
DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.55.000680-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILBERTO ATAÍDES
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKERO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

4.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.58.000496-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
AGRAVANTE: LUIZ REDIVO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIZ REDIVO contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina que confirmou a improcedência de pedido de concessão do benefício de pensão por morte.

Mediante a análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se pela não comprovação da:

a) dependência econômica entre o requerente e o segurado falecido; e

b) invalidez do suposto beneficiário, tendo em vista que o falecimento ocorreu antes do advento da Lei n. 8.213/91, quando vigia o Decreto n. 83.080/79, que prescrevia, em seu art. 12, que o requisito para a concessão da pensão por morte ao pai era de que este fosse inválido.

Paradigmas que reconhecem o direito do requerente ao recebimento da pensão por morte, respectivamente: a) por ter o óbito do segurado ocorrido em data (9.8.06) posterior ao advento da Lei n. 8.213/91; e b) por concluir pela desnecessidade de habilitação do beneficiário para fins de obtenção do referido benefício.

Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.005157-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : MARIA CONCEIÇÃO SARMENTO RANGEL
PROC./ADV. : NICOLAI SOSA REBELOO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de indenização por danos morais julgado improcedente.

2.O acórdão ora impugnado, com base no conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela ausência de dano moral.

3.Indicação de paradigmas que tratam de hipóteses em que, diante das especificidades do caso em análise, o dano moral ficou comprovado.

4.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma



PROCESSO: 2010.71.54.000628-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FELISBERTO DE MIRANDA
PROC./ADV.: WAGNER SEGALA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.O acórdão recorrido limitou-se a manter a sentença por seus próprios fundamentos, a qual concluiu que o autor não faz jus à aposentadoria por invalidez, uma vez que já percebe aposentadoria por tempo de contribuição.

5.No pedido de uniformização, o requerente alega que a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada com base nas conclusões médicas e nas condições sociais e pessoais do segurado.

6.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.51.005444-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CASSILDA DA SILVA CAMILO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

A questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.38.00722087-6 (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - DESNECESSIDADE DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS PARA COM OS FILHOS FALECIDOS - ACÓRDÃOS MAIS RECENTES DO STJ - AgRgREsp 886.069 - INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO

1.O INSS trouxe como paradigma acórdão do STJ do ano de 1998, quando já existem julgados do Superior Tribunal de Justiça mais recentes da 3ª Seção consolidando o entendimento de que não se exige início de prova material para comprovação de dependência econômica da mãe ou do pai para com o filho ou filha para fins de obtenção do benefício de pensão por morte (AgRg no REsp 886.069, STJ). Deste modo a tese contrária à pretensão já encontra-se consolidada. Outrossim, não se trata de inconstitucionalidade ou ilegalidade do art. 16 § 7º e 22 do Decreto 3.048/99 posto que a lista de documentos exigidos é meramente exemplificativa, não impedindo a configuração da dependência econômica sem a existência de início de prova material. Com efeito, é mandamento dirigido à administração e não ao Poder Judiciário que mediante o princípio do livre convencimento motivado possibilidade o reconhecimento de dependência econômica sem a necessidade de início de prova material. Pelas mesmas razões, não há que se falar em violação do art. 16 II e §4º da Lei 8.213/91.

2.Sugiro ao MM. Ministro Presidente desta Egrégia Turma Nacional de Uniformização que imprima ao resultado deste julgamento a sistemática prevista no art. 7º letra a) do Regimento Interno, devolvendo às Turmas Recursais de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, no sentido de que não se exige início de prova material para comprovação de dependência econômica dos pais para com os filhos para fins de obtenção do benefício de pensão por morte, já que reflete o entendimento consolidado desta Corte.

3. Pelo exposto, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO firmando a tese de que não se exige início de prova material para comprovação de dependência econômica dos pais para com os filhos para fins de obtenção do benefício de pensão por morte".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506145-31.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO WILSON MARINHO
PROC./ADV.: MARIA OSMALICE PEREIRA SANTANA
DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DIRIGIDO À TURMA REGIONAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001 e dirigido à Turma Regional de Uniformização. Inadmissão pela Presidência da Turma Recursal do JEF/RS.

2.Indicação de paradigmas originários de turma recursal da mesma seção judiciária.

3. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001, compete à Turma Regional de Uniformização julgar pedido de uniformização fundado em divergência entre turmas da mesma região.

4. Envio dos autos à Turma Regional para apreciação do respectivo pedido de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

ROCESSO: 0500609-33.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CÍCERO ROBERTO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO. CONFIRMAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM POSIÇÃO PACÍFICA DESTA TURMA NACIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE APONTA INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. INCAPACIDADE CONSIDERADA COMO TOTAL E PERMANENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Pretende o INSS a modificação de decisão monocrática do em. Presidente desta Turma Nacional, que inadmitiu o incidente de uniformização que suscitou, em face de acórdão que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que o pedido de uniformização não envolve o reexame de matéria fática.

2. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o fundamento de não ter sido realizada a indispensável demonstração analítica do dissídio, além de implicar o revolvimento de matéria fática.

3. De fato, infirmar a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido da comprovação da incapacidade total da autora, feita com base na análise de todo o conjunto probatório e no princípio do livre convencimento motivado, implica autêntico reexame de prova, vedado nesta instância por disposição legal e por determinação veiculada na súmula n.º 42 deste Colegiado.

4. Ademais, vinco que a posição adotada pelo julgado recorrido está em consonância com o entendimento consolidado neste Colegiado, que atrai para a espécie a aplicação da Questão de Ordem n.º13. A simples leitura do acórdão recorrido e da sentença que confirma convence de que os julgadores promoveram a análise das condições pessoais e sociais que envolvem o postulante, o que é adequado e desejável. De fato, a magistrada sentenciante, verificando que a autora tem idade avançada e baixa escolaridade, estando impedida de exercer sua função habitual de doméstica, está, em verdade, completamente inábil do ponto de vista laboral, eis que afastada da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

5. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os incidentes que questionem eventual conversão de incapacidade parcial constatada no laudo pericial em incapacidade total, por força de condições sociais e pessoais consideradas pelos julgadores, nos termos da redação do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

5. Agravo Regimental improvido."

Aplica-se ao caso ainda a Súmula n. 47/TNU ("Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez").

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.008284-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEUSA ELISABETH GERHARD BENDER
PROC./ADV.: MIRALDO MARCELO SECCO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.110.547/PE, nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. FGTS. EFEITO REPRISTINATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 e 356 DO STF. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULAS 154. PRESCRIÇÃO. PRECEDENTE. SELIC. INCIDÊNCIA.

1. Constata-se a ausência do requisito indispensável do prequestionamento, viabilizador de acesso às instâncias especiais quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º da LICC (efeito repristinatório). Incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

2. 'Os optantes pelo FGTS, nos termos da Lei nº 5.958, de 1973, têm direito à taxa progressiva de juros na forma do art. 4º da Lei nº 5.107/66' (Súmula 154/STJ).

3. Não há prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mas tão só das parcelas vencidas antes dos trinta anos que antecederam à propositura da ação, porquanto o prejuízo do empregado renova-se mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada. Precedente: REsp 910.420/PE, Rel. Min. José Delgado, DJ 14.05.2007.

4. 'Conforme decidiu a Corte Especial, atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95, 84 da Lei 8.981/95, 39, § 4º, da Lei 9.250/95, 61, § 3º, da Lei 9.430/96 e 30 da Lei 10.522/02)' (REsp 727.842, DJ de 20/11/08)' (REsp 1.102.552/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, sujeito ao regime do art. 543-C do CPC, pendente de publicação).

5. No tocante ao termo inicial, firmou-se nesta Corte o entendimento de que 'incidem juros de mora pela taxa Selic a partir da citação'. Precedentes.

6. Recurso especial conhecido em parte e não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução nº 8/STJ."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de maio de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500053-13.2010.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ROSIANE GOMES
PROC./ADV.: JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ROSIANE GOMES contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constantes dos autos e por inexistir similitude entre os julgados confrontados.

Alega a agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal de Alagoas que negara provimento ao recurso, mantendo a sentença de improcedência por seus próprios fundamentos.

Mediante a análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se pela incapacidade parcial e temporária para o trabalho. A improcedência do pedido se deu em razão de a autora não ter a qualidade de segurada na data da avaliação pelo perito.

Foram indicados paradigmas que tratam: a) dos meios admitidos em direito para a comprovação de desemprego; e b) da impossibilidade de ocorrência de embargos declaratórios protelatórios quando opostos com fins de questionamento.

A divergência, dessa forma, não foi demonstrada, tendo em vista a ausência de similitude fático-jurídica. Além disso, a incapacidade para o trabalho é matéria objeto de dilação probatória.

Aplica-se ao caso, pois, a Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"), bem como a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ademais, sustenta a parte divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões, transcrevendo o acórdão indicado como paradigma. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento. Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511521-74.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LEONILDA MARIA MAGALHÃES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Pedido de indenização por danos morais julgado procedente e pedido de indenização por danos materiais julgado improcedente pela Turma Recursal de Juizado Especial Federal.

2. O acórdão da Turma Recursal, de forma fundamentada, reformou a decisão monocrática para reduzir o quantum indenizatório referente aos danos morais e excluir a condenação a danos materiais anteriormente concedida.

3. Paradigma da TNU que anula acórdão genérico que violou o princípio constitucional de fundamentação das decisões judiciais.

4. A mera insatisfação com a conclusão adotada pela Turma Recursal não viabiliza o incidente interposto.

5. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

7. Incidentes de uniformização inadmitidos conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500907-28.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MARIA COELHO
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA LEMOS MOREIRA
PROC./ADV.: ANTÔNIO WASHINGTON FROTA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

A questão debatida nos autos - concessão do benefício de assistência continuada (art. 203, V, da Constituição Federal) mediante a comprovação do estado de miserabilidade por outro meio além do previsto no art. 20, § 3º, da Lei n. 8.742/1993, que considera incapaz de prover a própria manutenção a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 do salário mínimo - está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 567.985/MT, cuja matéria foi reconhecida como de repercussão geral.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2011.72.56.000396-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PEDRO ALVES DOS SANTOS NETO
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

O agravo atendeu aos pressupostos de admissibilidade.

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO. CONFIRMAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM POSIÇÃO PACÍFICA DESTA TURMA NACIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE APONTA INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. INCAPACIDADE CONSIDERADA COMO TOTAL E PERMANENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Pretende o INSS a modificação de decisão monocrática do em. Presidente desta Turma Nacional, que inadmitiu o incidente de uniformização que suscitou, em face de acórdão que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que o pedido de uniformização não envolve o reexame de matéria fática.

2. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o fundamento de não ter sido realizada a indispensável demonstração analítica do dissídio, além de implicar o revolvimento de matéria fática.

3. De fato, infirmar a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido da comprovação da incapacidade total da autora, feita com base na análise de todo o conjunto probatório e no princípio do livre convencimento motivado, implica autêntico reexame de prova, vedado nesta instância por disposição legal e por determinação veiculada na súmula n.º 42 deste Colegiado.

4. Ademais, visto que a posição adotada pelo julgado recorrido está em consonância com o entendimento consolidado neste Colegiado, que atrai para a espécie a aplicação da Questão de Ordem n.º 13. A simples leitura do acórdão recorrido e da sentença que confirma convence de que os julgadores promoveram a análise das condições pessoais e sociais que envolvem o postulante, o que é adequado e desejável. De fato, a magistrada sentenciante, verificando que a autora tem idade avançada e baixa escolaridade, estando impedida de exercer sua função habitual de doméstica, está, em verdade, completamente inábil do ponto de vista laboral, eis que afastada da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

5. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os incidentes que questionem eventual conversão de incapacidade parcial constatada no laudo pericial em incapacidade total, por força de condições sociais e pessoais consideradas pelos julgadores, nos termos da redação do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

5. Agravo Regimental improvido."

Aplica-se ao caso ainda a Súmula n. 47/TNU ("Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez").

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005423-06.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA SHON DE SOUZA
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO LIPPEL DE MATTOS
DECISÃO

Verifico que a questão debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.72.55.004235-8, nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O CASO DOS AUTOS E OS PRECEDENTES INDICADOS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pedido da parte autora de retroação do termo inicial de aposentadoria especial, concedida em 1º de maio de 1982, com pagamento dos valores em atraso. 2. Sentença de improcedência do pedido, reformada pela Turma Recursal. Aplicação, ao caso concreto, das disposições do Decreto nº 83.080/79. 3. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte ré, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2001. 4. Alegação de que não há divergência na interpretação do art. 32, do Decreto nº 89.312/84, que determinava que a aposentadoria seria contada na data do desligamento do emprego ou em 180 (cento e oitenta) dias após ela. 5. Indicação, pela parte recorrente, de precedentes do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Recurso Especial nº 175.469/SP e Recurso Especial nº 294.442/RS; Recurso Especial nº 175.469/SP: 'RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. TERMO INICIAL. FIXAÇÃO. ARTIGO 144 DA LEI 8.213/91. INAPLICABILIDADE. - Em se tratando de segurado empregado, cujo prazo de desligamento do emprego e o requerimento de aposentadoria é inferior a 180 dias, a aposentadoria por tempo de serviço é devida a contar da data do desligamento do emprego (Decreto 89.312/84), in casu, a partir de 7 de junho de 1988, sendo inaplicável na espécie o artigo 144 da Lei 8.213/91. - Divergência jurisprudencial não demonstrada (artigo 255, do RISTJ). - Recurso não conhecido'. (RESP 199800386939, HAMILTON CARVALHIDO, STJ - SEXTA TURMA, 22/05/2000); Recurso Especial nº 294.442/RS: 'PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TERMO A QUO. DATA DO DESLIGAMENTO DO EMPREGO. EXEGESE. DECRETO Nº 83.312/84, ART. 32, § 1º, I, A. - No regime anterior ao atual Plano de Benefícios da Previdência Social, a aposentadoria previdenciária era concedida a partir da data do desligamento do emprego, com tal considerado o dia imediatamente subsequente à da rescisão do pacto laboral, último dia de trabalho do obreiro. - Inteligência do artigo 32, § 1º, I, do Decreto nº 83.312/84 - Recurso especial conhecido e provido'. (RESP 200001371983, VICENTE LEAL, STJ - SEXTA TURMA, 25/06/2001). 6. Admissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal de Santa Catarina. 7. Ausência de similitude fático-jurídica entre o caso dos autos e os paradigmas apresentados pela autarquia. 8. Caso em que o autor requereu o benefício quando vigente o decreto nº 83.080/79. 9. Pedido da autarquia de aplicação, ao ano de 1982, de decreto nº 89.312/84. 10. Ausência de coincidência entre o tempo de labor da parte autora e a legislação cuja aplicação postula o instituto previdenciário. 11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma



PROCESSO N. 5003245-96.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LAERCIO JOSÉ ALTREITER
PROC./ADV.: VILMAR COSER
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp n. 1.109.591/SC, admitido como representativo da controvérsia, nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO.

1. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido.

2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão.

3. Recurso especial provido."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2007.71.55.003251-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NILTON MACIEL MORAIS
PROC./ADV.: MARISTELA BALDISSERA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.55.003214-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTONIO JACKSON BATISTA MIRANDA
PROC./ADV.: MARISTELA BALDISSERA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.50.001577-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VÂNIA ELISABETH ZINELI FERREIRA
PROC./ADV.: RICARDO HENRIQUE SOUZA TELLES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.013000-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RENATO BOABAID
PROC./ADV.: GUSTAVO SILVA CABRAL

DECISÃO

Compulsando os autos, verifico que foram interpostos, simultaneamente, incidentes regional e nacional. Destarte, incide, no caso, a Questão de Ordem nº 28 da TNU, que assim dispõe:

"Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Retornem, pois, os autos à origem, para as providências cabíveis.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.010463-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SORAYA HEIDENREICH
PROC./ADV.: ALINE MAFRA CAMPOS SHÜTZ

DECISÃO

Compulsando os autos, verifico que foram interpostos, simultaneamente, incidentes regional e nacional. Destarte, incide, no caso, a Questão de Ordem nº 28 da TNU, que assim dispõe:

"Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Retornem, pois, os autos à origem, para as providências cabíveis.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N. 2009.71.58.0063028
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: OSMAR LUIZ DA ROSA
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES
PROC./ADV.: ILMAR MATTES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.118.429/SP (admitido como representativo da controvérsia), nos termos da seguinte ementa:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS DE FORMA ACUMULADA.

1. O Imposto de Renda incidente sobre os benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado. Não é legítima a cobrança de IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente. Precedentes do STJ.

2. Recurso Especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N. 2009.33.00.702384-6
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): WENER SCHMID NETO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos - responsabilidade civil do Estado por danos materiais causados a candidatos inscritos em concurso público cuja prova foi cancelada por suspeita de fraude - está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 662.405, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000864-06.2010.4.04.7254
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADALTO JOSÉ CONTI
PROC./ADV.: PATRÍCIA FELÍCIO SOCHA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos está pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.306.113/SC, tendo como relator o Ministro Herman Benjamin, que, em decisão monocrática, assim delimitou a matéria: "Possibilidade de configuração do trabalho exposto ao agente perigoso eletricidade, exercido após a vigência do Decreto 2.172/1997, como atividade especial, para fins do artigo 57 da Lei 8.213/1991."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004765-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): TANIA REGINA MELO BATISTA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004672-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LILIA ALVES RIGHI
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004632-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARGARETE DE OLIVEIRA CARVALHO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004695-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JUSSARA TEREZINHA BRASIL DE AQUINO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004919-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ADEMIR LENCINA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."



Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.005021-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS D'ÁVILA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004970-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RUTH DE JESUS SOARES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.60.001070-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANDREIA SALDANHA DE LIMA
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER
LITISCONORTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004841-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA ALVARINA DIAS AGUERRE
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004707-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ IRABOTA SOMACAL MINATO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004722-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SYLVIA REGINA DO CARMO HARDT
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004731-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA DALCIN BAGGIO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.005003-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: REJANE CARLOS PACHECO AMARAL
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004643-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PAULO INÁCIO OBREGON DO CARMO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004621-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): REINER LUIZ COLVERO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.60.001112-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO ALBERTO DOS SANTOS PEDROSO
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004968-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARMEN MARIA ANDRADE
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma



PROCESSO: 2010.71.52.004852-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LEONI PENTIADO GODOY
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004832-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CESAR LUIZ KLEIN HAGEMANN
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
AGRAVADO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004831-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JORGE LUIZ PEREIRA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.005011-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA JEANETE DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004694-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ ALBERTO DIAZ RODRIGUES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004631-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MONICA BRUCKER KELLING
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004909-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROSANE MARIA DOS SANTOS BITEN-COURT
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004896-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): OSMAR SOUZA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004889-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SOMCHAI ANSUI
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004789-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ ELBES MACHADO DE VARGAS
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004755-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NADIR LOPES MOSSI
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004796-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIZEU FLORES DE MENEZES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma



PROCESSO: 2010.71.52.004745-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARI FERIGOLO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004650-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUCIA PAUL
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.003640-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IRENE LOURDES TABARELLI RUSSOWSKI
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004829-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCELO FREITAS DA SILVA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004985-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IVERA MARIA MENDES PORTO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004925-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JUSARA PEREIRA DIAS
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.004619-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROGÉRIA TERESINHA ROSA LONDERO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização Federal no PEDILEF nº 2010.71.52.003466-0, nestes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição quinquenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese dos 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RITNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 0111479-51.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REGINA RODRIGUES MAURICIO
PROC./ADV.: NÍVIA CARDOSO GUIRRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0111277-74.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ODETE DE ARAUJO SILVA GADAS
PROC./ADV.: CÍCERO EMERECIANO DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0099673-19.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CORINTA GUEDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0111357-38.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUVINA MARIA DA CONCEICAO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma



PROCESSO: 0117639-92.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DALVA DE SOUZA
PROC./ADV.: ELIANA MARIA VENTURA JAMBEIRO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0115189-79.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): UBIRAINA MARIA PASSOS
PROC./ADV.: MAURÍCIO RAIMUNDO PINHEIRO DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0112808-98.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ONESIA MORAIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0105262-89.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ACELINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS.

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0116437-80.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALDO ROBERTO DE SOUZA FREITAS
PROC./ADV.: TATIANA NUNES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0108223-03.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS CANDEIAS DA SILVA SANTANA
PROC./ADV.: VICTOR HUGO LOPES DA SILVEIRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0118426-24.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDELICE JESUS DA SILVA
PROC./ADV.: NÍVIA CARDOSO GUIRRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0113003-83.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARMANDO ALVES DE JESUS
PROC./ADV.: LARISSA EVANGELH SANTOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0113009-90.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOAO DOS SANTOS
PROC./ADV.: TATIANA NUNES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0109691-02.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLINDINA MACHADO RISERIO LEITE
PROC./ADV.: NÍVIA CARDOSO GUIRRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).



2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2005.33.00.919675-0

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): VALDA BOA VENTURA DA SILVA CONCEIÇÃO

PROC./ADV.: LUIZ DE JESUS BARROS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0117811-34.2005.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): IRACEMA REIS DE ATAYDE

PROC./ADV.: EBERTE DA CRUZ MENEZES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2005.33.00.921655-6

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARIA SIMÁRIA PASSOS PIMENTEL

PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0114370-45.2005.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): DIRCE PAULOVIC DE LIMA

PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0109837-43.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): YVONE CARIBE PINTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0104082-38.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MAGALHAES DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0111211-94.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO MELQUIADES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0118688-71.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALCEA PEREIRA DURAND
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0115687-78.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VITALINA DOS SANTOS
PROC./ADV.: PATRICIA VIEIRA DE MELO FERREIRA ROCHA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."



Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0111517-63.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÍVIA CARDOSO GUIRRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0100583-46.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSALINA MAIA PINTO
PROC./ADV.: MARIA LUIZA SOUZA FARIAS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0118863-65.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA CÉLIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: LARISSA EVANGELH SANTOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0115337-90.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSELITA PIRES DE SOUZA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0117932-62.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RICARDO BISPO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0117754-16.2005.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOANITA BATISTA DE SOUZA

PROC./ADV.: CÍCERO EMERECIANO DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0117863-30.2005.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): NILZA CORDEIRO NEVES

PROC./ADV.: ROGÉRIO ATAÍDE CALDAS PINTO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0115287-64.2005.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS SOUZA OLIVEIRA

PROC./ADV.: TATIANA NUNES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

essa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0112991-69.2005.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MILTIZA DE CARVALHO TAVARES

PROC./ADV.: TATIANA NUNES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0112747-43.2005.4.01.3300

ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): DALVA MARIA JESUS NASCIMENTO

PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).



2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0108063-75.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNANI PASSOS FONTOURA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0050334-57.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROQUE BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0052398-40.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVONE DE ASSIS BISPO
PROC./ADV.: RENATA CARLA ROCHA DELGADO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0049292-70.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DOMINGOS BISPO DA CONCEICAO
PROC./ADV.: JUREMA SILVA DE ARRUDA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0051390-28.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HENEDINA FIGUEIREDO PEREIRA
PROC./ADV.: NÍVIA CARDOSO GUIRRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 20088320000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0049739-58.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TELMIRA SANTANA LEONE
PROC./ADV.: TATIANA NUNES DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 20088320000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0047976-22.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA CÉLIA CARVALHO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 20088320000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0048030-85.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VLADIA LANDIM PONTES LIMA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 20088320000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0050812-65.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELADIO DE ASSIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 20088320000109, Relatora JUIZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma



PROCESSO: 0062220-53.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA GERALDA CRIVEL
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0048654-37.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HIROITO THOME RAMOS COSTA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0049868-63.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSALIA DE BRITO BARRETO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2006.33.00.901022-1
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDITE MAGALHÃES FERREIRA
PROC./ADV.: JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA NETO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0051559-15.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WALTER SOUZA DA ANUNCIAÇÃO
PROC./ADV.: LARISSA EVANGELH SANTOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0049855-64.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIETH NASCIMENTO SILVA
PROC./ADV.: ULYSSES CALDAS PINTO NETO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0053703-59.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARMELITA SANTANA DOS REIS
PROC./ADV.: MARDEN MIRANDA BRAGA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0049936-13.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AGOSTINHA SANTANA MENEZES
PROC./ADV.: EBERTE DA CRUZ MENEZES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0051917-77.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NOEMIA ALMEIDA REIS
PROC./ADV.: CAROLINE FERRAZ RIBEIRO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrepostos por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0057247-55.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MILTON TAVARES ARAÚJO
PROC./ADV.: MANOEL ANSELMO DA FONSECA NETO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).



3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0048622-32.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CELINA VICENTE DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: JAQUELINE RIOS LIMA SOBRAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0048647-45.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZABETE DANTAS DE REZENDE
PROC./ADV.: ROGÉRIO ATAÍDE CALDAS PINTO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0049297-92.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOAO ALBERTO GOMES DO CARMO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 20 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0059324-37.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANDA MARIA CROESY DA SILVA
PROC./ADV.: LEONARDO DOURADO GENTIL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepitibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalho, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011)'. (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0050348-41.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ABILIO OLIVEIRA SOUZA
PROC./ADV.: ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.95.000971-0/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

1. 'Valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são ir-repetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento'. (PEDILEF 200883200000109, Relatora JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. O 'STJ tem adotado o posicionamento de que não deve haver o ressarcimento de verbas de natureza alimentar, como as decorrentes de benefícios previdenciários, recebidas a título de antecipação de tutela, posteriormente revogada, ante o princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba por força de decisão judicial. (Precedentes: AgRg no AREsp 12.844/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 2/9/2011; REsp 1255921/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 15/8/2011; AgRg no Ag 1352339/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 3/8/2011; REsp 950.382/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 10/5/2011; AgRg no REsp 1159080/SC, Rel. Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/5/2011). (AgRg no REsp 1259828 / SC, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0132911-4, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 15/09/2011, Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2011).

3. Pedido conhecido e improvido, com determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 0007446-97.2007.4.025050

ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

REQUERENTE: HILDO BARCELOS VIEIRA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

LITISCONORTE: JUIZ FEDERAL 2º JEF DE VITÓRIA - SJ DO ESPÍRITO SANTO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0011212-30.2007.4.01.3000/AC (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA PARTE AUTORA, REPRESENTADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DOIS TEMAS: GRAU DE INCAPACIDADE E INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA DURANTE A TRAMITAÇÃO DO FEITO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

I. Pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, formulado em ação processada sob o rito dos Juizados Especiais Federais.

II. Sentença de improcedência do pedido, mantida pela Turma Recursal.

III. Incidente de uniformização, ofertado pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

IV. Invocação, pela parte autora, de duas teses no incidente: a) tese pertinente ao grau de incapacidade: paradigma do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 272.270/SP; b) tese pertinente à ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública da União - Recurso Especial nº 808.411/PR.

V. Ausência de admissibilidade do incidente, sob o argumento de tratar-se de matéria processual, de argumentação nova, e de matéria objeto de prova.

VI. Apresentação, pela parte autora, do requerimento previsto no art. 15, § 4º, da Resolução nº 22, de 04-09-2008, da lavra do CJF - Conselho da Justiça Federal.

VII. Admissão do incidente com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

VIII. Não conhecimento de matéria processual e de matéria objeto de prova em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

IX. Incidente de uniformização não conhecido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2007.50.50.007714-0

ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

REQUERENTE: CARLA ISABELLA SALGUES DE VASCONCELOS

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0011212-30.2007.4.01.3000/AC (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU), nos termos da seguinte ementa:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA PARTE AUTORA, REPRESENTADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DOIS TEMAS: GRAU DE INCAPACIDADE E INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA DURANTE A TRAMITAÇÃO DO FEITO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

I. Pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, formulado em ação processada sob o rito dos Juizados Especiais Federais.

II. Sentença de improcedência do pedido, mantida pela Turma Recursal.

III. Incidente de uniformização, ofertado pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

IV. Invocação, pela parte autora, de duas teses no incidente: a) tese pertinente ao grau de incapacidade: paradigma do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 272.270/SP; b) tese pertinente à ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública da União - Recurso Especial nº 808.411/PR.

V. Ausência de admissibilidade do incidente, sob o argumento de tratar-se de matéria processual, de argumentação nova, e de matéria objeto de prova.

VI. Apresentação, pela parte autora, do requerimento previsto no art. 15, § 4º, da Resolução nº 22, de 04-09-2008, da lavra do CJF - Conselho da Justiça Federal.

VII. Admissão do incidente com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

VIII. Não conhecimento de matéria processual e de matéria objeto de prova em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

IX. Incidente de uniformização não conhecido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.50.50.004214-2

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

REQUERENTE: DEUZI MARIA DE OLIVEIRA SILVA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF 0011212-30.2007.4.01.3000/AC, processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU, nos termos da seguinte ementa:

"EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA PARTE AUTORA, REPRESENTADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DOIS TEMAS: GRAU DE INCAPACIDADE E INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA DURANTE A TRAMITAÇÃO DO FEITO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

I. Pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, formulado em ação processada sob o rito dos Juizados Especiais Federais.

II. Sentença de improcedência do pedido, mantida pela Turma Recursal.

III. Incidente de uniformização, ofertado pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

IV. Invocação, pela parte autora, de duas teses no incidente: a) tese pertinente ao grau de incapacidade: paradigma do STJ - Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 272.270/SP; b) tese pertinente à ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública da União - Recurso Especial nº 808.411/PR.

V. Ausência de admissibilidade do incidente, sob o argumento de tratar-se de matéria processual, de argumentação nova, e de matéria objeto de prova.

VI. Apresentação, pela parte autora, do requerimento previsto no art. 15, § 4º, da Resolução nº 22, de 04-09-2008, da lavra do CJF - Conselho da Justiça Federal.

VII. Admissão do incidente com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

VIII. Não conhecimento de matéria processual e de matéria objeto de prova em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

IX. Incidente de uniformização não conhecido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.50.50.005873-3

ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO: MARIA BEATRIZ FARIA MELEIP

PROC./ADV.: MARCELO MATEI ALVES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE-QO-RG n. 597.154 /PB (sobrestado por força do instituto de repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"1. Questão de ordem. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. 2. GDATA e GDASST. 3. Servidores inativos. Critérios de cálculo. Aplicação aos servidores inativos dos critérios estabelecidos aos ativos, de acordo com a sucessão de leis de regência. 4. Jurisprudência pacificada na Corte. 5. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do tribunal, desprover o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2008.50.52.000140-6

ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO: SELMA IOLE TAUFNER ROLIM

PROC./ADV.: MARCELO MATEI ALVES



DECISÃO

Verifico que a questão jurídica debatida nos autos foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal no AI-Rg n. 842.063 /RS (sobrestado por força do instituto de repercussão geral), nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO. Agravo de instrumento convertido em Extraordinário. Art. 1º-F da Lei 9.494/97. Aplicação. Ações ajuizadas antes de sua vigência. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso provido. É compatível com a Constituição a aplicabilidade imediata do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com alteração pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ainda que em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor."

Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2012

Presidente da Turma: Senhor Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 17:52 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0000021-13.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REQUERENTE: FELIPE BURIGO LAPOLLI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC./ADV.: PROCURADORIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIDO(A): MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
PROC./ADV.: PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0000022-95.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000023-80.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000024-65.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0000025-50.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO: 0000026-35.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0002537-85.2008.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ PAULO TAVARES DEMAMAN

PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0002759-82.2008.4.04.7056
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZÉLIA MARIA GAITKOSKI
PROC./ADV.: MARIA IZABEL BUCHMANN
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0008356-71.2006.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSMAR MODEL HENDLER
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0012782-67.2006.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNESTO DE OLIVEIRA SENA
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 0017019-76.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADIMILSON MARTINS DOS REIS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0020359-33.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCILIO DE MATOS SOUSA
PROC./ADV.: VALDELENE PEREIRA DUARTE
PROC./ADV.: VALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0036299-53.2010.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVONILDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2007.38.00.707341-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOELA FRANCISCA ALEXANDRE
PROC./ADV.: ANDERSON REGIS DE FREITAS SILVA
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2007.72.95.007787-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: ANA FLÁVIA LOPES BRAGA
REQUERIDO(A): MARIA CECÍLIA DE BORBA
PROC./ADV.: MARCOS VALÉRIO FORNER
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.33.00.713096-7
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALBERTO DE ARAÚJO COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.713842-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA DO CARMO DA GLÓRIA FRANÇA
PROC./ADV.: ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.38.00.701306-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADÃO DE OLIVEIRA FILHO
PROC./ADV.: ANDRE LUIZ PINTO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 2009.33.00.700822-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDITE NOVAES COSTA
PROC./ADV.: LAUDENICE ANDRADE BARRETO DE JESUS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.33.00.702547-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: NATANAEL DE JESUS SILVA
PROC./ADV.: ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 22 de junho de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 22 de junho de 2012

Processo TRT nº 2410/2012
Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, referente Termo de Cessão de Uso, a título oneroso, de espaços físicos localizados nos edifícios-sede deste Tribunal, dos Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho; destinados ao funcionamento de postos de atendimento da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul, para o atendimento exclusivo de atividades de apoio à prestação jurisdicional, pelo período de 60 meses, a contar da data de assinatura do termo respectivo.

FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO
Em exercício

Entidades de Fiscalização do Exercício
das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.396, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Aprova o CTSC 01 - Relatório sobre a
Aplicação de Procedimentos Previamente
Acordados para Atendimento ao Despacho
n.º 4.991/11 e Ofício n.º 507/12 da Superintendência de Fiscalização Econômica
e Financeira (SFF) da Agência Nacional de
Energia Elétrica (ANEEL).

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, resolve:

Art. 1º Aprovar o Comunicado Técnico CTSC 01 - Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados para Atendimento ao Despacho n.º 4.991 e Ofício n.º 507 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 29 de dezembro de 2011 e 16 de maio de 2012, respectivamente, relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja obrigatoriedade de apresentação foi estabelecida pela Resolução ANEEL n.º 396, de 23 de fevereiro de 2010, que tem por base o Comunicado Técnico IBRACON n.º 04/2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ata CFC n.º 965

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO

ANEXO

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
CTSC 01 - RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE
PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS PARA ATEN-
DIMENTO AO DESPACHO N.º 4.991/11 E OFÍCIO N.º 507/12 DA
ANEEL

Objetivo

1. O presente Comunicado Técnico (CT) tem por finalidade orientar os auditores independentes, quanto aos trabalhos de aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento aos requerimentos específicos do Despacho n.º 4.991 e Ofício n.º 507 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicado em 29 de dezembro de 2011 e 16 de maio de 2012, respectivamente, relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja obrigatoriedade de apresentação foi estabelecida pela Resolução ANEEL n.º 396, de 23 de fevereiro de 2010. Este Comunicado orienta os auditores independentes quanto aos procedimentos a serem executados e outros temas, incluindo o modelo de relatório a ser emitido como resultado do trabalho que deve ser utilizado como suporte aos procedimentos de fiscalização conduzidos pela ANEEL para fins de validação das demonstrações contábeis regulatórias.

Antecedentes

2. A ANEEL, por meio da Resolução n.º 396/10, no seu Art. 7º, § 3º e § 4º, estabeleceu a obrigatoriedade de as demonstrações contábeis regulatórias serem acompanhadas de relatório denominado "Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados", emitido pelo auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que audite as demonstrações contábeis para fins societários da companhia.

3. Adicionalmente, a ANEEL, também por meio do Despacho n.º 4.991/11, da SFF, estabeleceu o Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, que determina um programa de trabalho direcionado para aplicação de procedimentos previamente acordados, por parte dos auditores independentes, relacionados à conciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações contábeis regulatórias. Portanto, os auditores independentes devem seguir as orientações estabelecidas nesse Manual.

Modelo de relatório

4. O modelo de relatório a ser emitido como resultado desse trabalho anexo a este Comunicado deve seguir as orientações contidas na NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.277/10. Esse modelo está adaptado para atendimento ao requerimento do Despacho n.º 4.991/11, com conteúdo que atende ao item 18 da NBC TSC 4400, além de anexos que devem ser incluídos de forma que o relatório seja claro e objetivo. A disposição do relatório e seus anexos devem sempre conter os requisitos indicados na citada Norma, sendo sua disposição e organização adaptada para cada circunstância.

Limitação de uso do relatório

5. Este relatório é para uso exclusivo da ANEEL, não podendo ser publicado, nem disponibilizado no "site" das concessionárias de energia, tampouco no "site" da ANEEL, a fim de evitar que terceiros que não assumiram a responsabilidade pela suficiência ou que não tenham concordado com os procedimentos, tenham acesso aos resultados desse trabalho.

Data de vigência

6. O presente Comunicado entra em vigência na data de sua emissão e aplica-se aos trabalhos de procedimentos previamente acordados a serem realizados sobre a conciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e exercícios subsequentes, permanecendo vigente até que a ANEEL conclua a adaptação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico às novas normas contábeis.

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.255, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Prorroga o prazo estabelecido no Art. 1º da Resolução-Cofeci n.º 1.212/2011.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - COFECI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 16, inciso XIV, letras "a" e "b" da Lei n.º 6.530, de 12 de maio de 1978, c/c artigo 10, incisos XVII e XIX do Decreto n.º 81.871, de 29 de junho de 1978; CONSIDERANDO a necessidade de realização de Tomada de Contas Especial no Creci 7ª Região/PE, em razão das falhas e omissões apontadas no Relatório da Comissão de Sindicância instaurada naquele Regional; CONSIDERANDO, ainda, a necessidade da regular continuidade administrativa no Conselho Regional de Corretores de Imóveis - Creci 7ª Região/PE; CONSIDERANDO a decisão do E. Plenário do Cofeci, adotada na Sessão Plenária realizada no dia 22 de junho de 2012, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR, até a data de 31 de dezembro de 2012, o prazo estabelecido no art. 1º da Resolução-Cofeci n.º 1.212/2011, que decretou intervenção temporária no Creci 7ª Região/PE.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDÉCIO NOGUEIRA CORDEIRO Diretor
Secretário

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RETIFICAÇÃO

No Acórdão n.º 16.106, publicado no DOU de 18/04/12, Seção 1, página 145, leia-se: "pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO, reformando-se a penalidade imposta de suspensão do exercício profissional para multa de 3 (três) salários mínimos".

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Nº 14 - PL. Processo Ético-Profissional CFMV nº 3.403/2011. Origem: CRMV-BA. Decisão: MAIORIA - DAR-LHE Provimento o relatório da Conselheira Revisora, nos termos do Voto da Conselheira Revisora, Méd. Vet. Oriana Bezerra Lima.

Nº 18 - PL. Processo Ético-Profissional CFMV nº 7.553/2010. Origem: CRMV-PR. Decisão: UNANIMIDADE - DAR-LHE Provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Oriana Bezerra Lima.

Nº 20 - PL. Processo Ético-Profissional CFMV nº 5.160/2011. Origem: CRMV-PR. Decisão: UNANIMIDADE - DAR-LHE Provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Oriana Bezerra Lima.

Nº 26 - PL. Processo Ético-Profissional CFMV nº 4.502/2011. Origem: CRMV-RJ. Decisão: UNANIMIDADE - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Antonio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk.

Nº 27 - PL. Processo Ético-Profissional CFMV nº 9.292/2011. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Antonio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

Nº 35 - 1T. Processo Administrativo CFMV nº 7.756/2011. Origem: CRMV-GO. Decisão: UNANIMIDADE - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto da Conselheira Relatora, Méd. Vet. Oriana Bezerra Lima.

Nº 46 - 2T. Processo Administrativo CFMV nº 4.036/2006. Origem: CRMV-AM. Decisão: UNANIMIDADE - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nilvaldo de Azevedo Costa.

Nº 57 - 2T. Processo Administrativo CFMV nº 6.141/2011. Origem: CRMV-RO. Decisão: UNANIMIDADE - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Roberto Rachid Bacha.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

IMPrensa Nacional



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS



**Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus*.
*Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.***

**Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus com frequência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Separata Especial

Plano Viver sem Limite



Encontra-se disponível para venda, a separata especial contendo o conjunto de medidas que compõem o **Plano Viver sem Limite**, instituído pelo Governo Federal com o objetivo de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa com deficiência. Com a publicação, a Imprensa Nacional busca difundir as normas que regem esta importante política pública, com portabilidade, tendo em conta seu valor para a promoção da inclusão social de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Informações e Vendas pelo telefone
0800 725 6787

